

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

ROSANE MARÇAL DA SILVA

**TRABALHADORES E LUTA POR MORADIA EM SANTA HELENA - PR  
(DÉCADAS DE 1990 E 2000)**

Marechal Cândido Rondon

Fevereiro - 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

ROSANE MARÇAL DA SILVA

**TRABALHADORES E LUTA POR MORADIA EM SANTA HELENA - PR  
(DÉCADAS DE 1990 E 2000)**

Dissertação apresentado, ao Programa de Mestrado em História da UNIOESTE, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Rinaldo José Varussa.

Marechal Cândido Rondon

Fevereiro - 2011

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)**

S586t Silva, Rosane Marçal da  
Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena - PR  
(décadas de 1990 e 2000) / Rosane Marçal da Silva. - Marechal  
Cândido Rondon, 2011.  
197 p.

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José Varussa

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual  
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2011.

1. Santa Helena (PR) - Trabalhadores - Moradia. 2.  
Sociologia urbana. 3. Santa Helena (PR)- Conjunto  
Habitacional "Santa Rita de Cássia". 4. Santa Helena  
(PR)- Conjunto Habitacional "Curva do Obregon". I.  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 307.76

331

305.56

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi

---

Prof. Dr. Aparecida Darc de Souza

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

---

Prof. Dr. Rinaldo José Varussa  
(Orientador)

## AGRADECIMENTOS

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa de pesquisa concedida durante os dois anos de mestrado, a qual forneceu as condições necessárias para a dedicação exclusiva às atividades do mestrado, e especificamente para a realização desse trabalho.

Ao meu orientador, Rinaldo José Varussa, que acompanhou minha trajetória de pesquisa desde a graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pois me orientou nos projetos de iniciação científica e no trabalho de conclusão de curso. A quem devo parte do meu crescimento e amadurecimento intelectual. Sempre com muita disposição me ajudou a desenvolver esse trabalho. Obrigada pela compreensão e confiança.

Em especial, aos trabalhadores, pelas entrevistas concedidas e por terem me ajudado a realizar outras entrevistas por meio de suas indicações;

Aos funcionários do Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Santa Helena, Câmara dos Vereadores, Assistência Social e as agentes comunitárias de saúde: Vânia, Ângela e Márcia, as quais eram responsáveis pelas áreas do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e da Curva do Obregon;

Aos professores Antônio de Pádua Bosi, Aparecida Darc de Souza e Sérgio Paulo Morais, pelas questões e sugestões apresentadas na banca de qualificação e defesa, pois me ajudaram a repensar e aprofundar algumas discussões apresentadas neste trabalho.

A professora Heloisa de Faria Cruz, pelos apontamentos e observações realizadas no Seminário de Pesquisa, organizado pela linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, realizado em 2009;

Aos membros e participantes das atividades do laboratório de Trabalho e Movimentos Sociais, que através das discussões dos projetos e textos contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois as questões levantadas e as sugestões propostas durante as atividades foram motivo de reflexão e incentivo para a construção do texto aqui apresentado;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE e, aos colegas da turma do mestrado 2009, pois os debates, a troca de informações, muito contribuíram para meu crescimento;

A minha mãe (Maria) e minhas tias (Antônia e Maria) que contribuíram para a construção e valorização das coisas simples da vida, cultivando a simplicidade e a humildade, de modo a buscar nas pessoas o conhecimento produzido no cotidiano da vida prática. Obrigado, pelas palavras e gestos de conforto e grande sabedoria que me impulsionaram a

continuar nesta caminhada. Minha mãe que me fez aprender até mesmo com seus limites, pois eles me impulsionavam a superar os desafios que a pesquisa me colocava e os meus próprios limites. A minha tia Maria, que várias vezes me perguntava: “o que mesmo você faz?” E na tentativa de fazê-la compreender, eu me sentia animada a continuar esta caminhada; A tia Antônia, que com seu desejo de aprender a ler e escrever me fazia sentir força nos momentos de dificuldade e desânimo.

A Cleusinei e Airton, pelo incentivo, atenção e as longas conversas em que desabafava as minhas angústias, dúvidas e incertezas, bem como pela amizade consolidada durante estes anos.

A Lucimar Genilson e família, que sempre me receberam muito bem em suas casas. Sou muito grata por tudo que fizeram por mim. Através de minha pesquisa nos aproximamos e acredito que construímos uma verdadeira amizade;

A Valdiva, Bruna e família, pelas manifestações de amizade e apoio, sempre demonstrando disposição em ajudar no processo de desenvolvimento da pesquisa;

Aos meus irmãos: Aparecido Rogério, Rosemeri, Rosângela, Paulo Cezar e Maira Beatriz. Obrigada por me possibilitarem a aprender com as nossas diferenças;

A Edina Rautenberg, com quem pude conviver e conhecer melhor durante estes dois anos. Neste período, dividimos nossas angústias, dúvidas e inquietações, resultando numa relação da qual muito aprendi. Obrigada pelo auxílio ao lidar com o programa de photoScape, durante a montagem da imagem do mapa da cidade;

Também agradeço ao Ricardo, a Cristiane e Maura pela companhia e amizade construída durante este período;

A Michele, Lucinéia e Viviane, pelo apoio e atenção dedicada.

## RESUMO

A cidade de Santa Helena é conhecida, principalmente na região Oeste do Paraná, como uma cidade rica, pois é um dos municípios que mais recebe royalties pagos pela Itaipu Binacional. No entanto, muitos trabalhadores vivem em precárias condições de vida e trabalho, situação que se apresenta como um dos aspectos mais visíveis, quando se pautam os processos tomando em conta as realidades vividas pelos trabalhadores, vistos enquanto sujeitos que vivem e pautam a realidade social. As questões desenvolvidas, nesta dissertação, centraram-se a discutir e problematizar alguns elementos e dimensões relacionadas à questão da pobreza e da moradia na cidade de Santa Helena, no oeste do Paraná, destacando principalmente as relações que se articulam em torno do processo de formação do denominado conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia” e da “Curva do Obregon”. Nesta discussão, busquei compreender a forma como os trabalhadores se viam e se sentiam em viver nestes bairros, quais os conflitos e disputas que perpassavam as relações sociais desses sujeitos, principalmente no que se refere à convivência com os outros segmentos que compõe aquela sociedade, considerando tal como parte das situações vividas pelos trabalhadores e elemento a partir do qual pautam suas lutas. Para realização desta discussão, utilizo-me das narrativas produzidas com os trabalhadores residentes nestes locais, bem como, matérias divulgadas pela imprensa local, principalmente o jornal Costa Oeste.

**Palavras-chaves:** Trabalhadores; cidade; moradia; governo

## TRABAJADORES Y LUCHA POR VIVIENDA EN SANTA HELENA – PR (DÉCADAS DE 1990 Y 2000)

### RESUMEN

La ciudad de Santa Helena es conocida, máxime en la región Oeste del Paraná, como una ciudad rica, pues es uno de los municipios que más recibí “royalties” abonados por la Itaipu Binacional. Todavía, muchos trabajadores viven en precarias condiciones de vida y trabajo, situación que se presenta como uno de los aspectos más visibles, cuando se pautan los procesos llevando en cuenta las realidades vividas por los trabajadores, vistos mientras individuos que viven y pautan la realidad social. Las cuestiones desarrolladas, en esta disertación, se centraran a discutir y problematizar algunos elementos y dimensiones relacionadas a la cuestión de la pobreza y de la vivienda en la ciudad de Santa Helena, en el oeste del Paraná, sobresalindo máxime las relaciones que se articulan en torno del proceso de formación del denominado conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia” y de la “Curva do Obregon”. En esta discusión, busqué comprender la forma como los trabajadores se veían y se sentían en vivir en estes barrios, cuales los conflictos y disensiones que pasavan con las relaciones sociales de estes individuos, máxime en que se refiere a la convivencia con los otros segmentos que componen aquella sociedad, considerando tal como parte de las situaciones vividas por los trabajadores y elemento a partir del cual pautan sus luchas. Para realización de esta discusión, me utilizo de las narrativas producidas con los trabajadores establecidos en estes locais, bien como, asignaturas divulgadas por la prensa local, máxime el periódico Costa oeste.

Palabras-clave: trabajadores, ciudad, vivienda, gobierno.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	31
TRABALHADORES E A CIDADE: MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA.....	31
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	87
ESTRATÉGIAS E LUTAS POR MORADIA: A FORMAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA.....	87
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	146
CURVA DO OBREGON: UMA OCUPAÇÃO IRREGULAR? .....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	188
<b>FONTES:</b> .....	192
I- Escritas:.....	192
II- Entrevistas orais:.....	194
III - Endereços eletrônicos: .....	196
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	197

## APRESENTAÇÃO

Cabe inicialmente frisar que Santa Helena localiza-se na microrregião do extremo Oeste do Paraná, às margens do Lago de Itaipu e fica a uma distância de 619 km de Curitiba – capital do Estado, conforme pode ser observado no mapa das mesorregiões geográficas do Estado do Paraná que está anexado na próxima página<sup>1</sup>.

Com uma população estimada de 23.872 habitantes<sup>2</sup> o município de Santa Helena limita-se ao norte com Entre Rios do Oeste, ao sul com Missal e Itaipulândia, ao leste com São José das Palmeiras e Diamante do Oeste e ao oeste com a República do Paraguai (Lago de Itaipu).

Neste trabalho trato de alguns elementos e dimensões referentes à questão da habitação em Santa Helena e as relações que se articulam em torno disso. O interesse em pesquisar sobre este tema veio de questionamentos que surgiram ao fim de um processo que se iniciou com a realização de dois projetos de iniciação científica voluntário, realizados entre os anos de 2006 e 2008, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Em 2006, iniciei a pesquisa com o projeto intitulado “Trabalhadores e programas assistencialistas: o “Leite das Crianças” em Santa Helena.” Através deste percebi que um número considerável das famílias vinculadas ao programa “Leite das Crianças” também recebiam outros “benefícios”, entre eles o “Bolsa Família”. Ambos os programas foram instituídos em 2003 e apresentavam similaridades, as quais se expressavam quando se analisava o “público alvo” e, igualmente, nas formas de legitimação, qual seja o combate a pobreza.

Diante da complexidade e da amplitude destas questões, em 2007, continuei a pesquisa por meio de outro projeto de iniciação científica, que tratou do programa do governo federal o “Bolsa Família”. A partir deste projeto, desenvolvi também meu trabalho de conclusão de curso, em licenciatura plena em História pela UNIOESTE, intitulado “Trabalhadores e programas assistencialistas: o “Bolsa Família” em Santa Helena”.

---

<sup>1</sup> Disponível no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES): [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/mesorregioes\\_geograficas\\_PR.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_PR.pdf). Acessado dia 03 de maio de 2010.

<sup>2</sup> Conforme censo demográfico de 2008, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES): [http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85892&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85892&btOk=ok). Acessado dia 03 de maio de 2010.



Constatai que as relações entre governo e os trabalhadores cadastrados no Programa Bolsa Família (PBF) em Santa Helena não se restringiam a este programa, e estavam constantemente marcadas por um processo conflituoso que revelava alguns aspectos da luta dos trabalhadores, uma vez que as relações da vida cotidiana destes sujeitos sociais permeavam-se de diversos outros aspectos demarcadores da ação do próprio município em relação aos pobres.

A maioria dos trabalhadores entrevistados estavam ou estiveram em outro momento de suas vidas, vinculados a algum programa municipal, estadual ou federal, seja através da obtenção de cestas básicas, auxílios com agasalhos escolares, cobertores fornecidos através do Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar) que desenvolvia campanhas de agasalhos, arrecadando junto a população para distribuir entre as pessoas consideradas pobres, fundo perdido para construção da casa própria, programas habitacionais, entre outros.

Este aspecto parecia apontar para um processo que não se resumia ao Programa Bolsa Família e que estava entrelaçado às experiências vividas pelos trabalhadores ao longo de suas vidas. Pois estes sujeitos vivenciaram e estabeleceram boa parte de suas experiências no campo, sobrevivendo do trabalho de diaristas rurais sem carteira assinada, e submetendo-se a precárias relações de trabalho e de vida, como por exemplo, as fábricas têxteis.

Destes trabalhos suscitou a possibilidade de investigar as dinâmicas e as relações estabelecidas entre os órgãos públicos do município de Santa Helena e os trabalhadores assistidos e participantes dos programas de assistência social, o que implicaria no estabelecimento do contexto e das formas como o município vinha tratando a pobreza e os pobres, os sentidos e os significados dos programas para estes indivíduos.

Aliada a essas problemáticas advindas da pesquisa realizada na graduação, eu trouxe também aquelas provenientes de minha própria trajetória de vida no município e a experiência de ter convivido com a realidade de estar vinculada a programas de assistência social durante um período de minha vida.

Tornava-se visível para mim a pobreza e as dificuldades vividas pela população, principalmente a partir do momento que entrei na universidade, pois me deparei com um universo que parecia muito distante daquele ao qual eu pertencia. Os dilemas e as dificuldades enfrentadas para conseguir concluir o curso me faziam cada vez mais querer compreender estes processos.

Ao ingressar no mestrado pretendia investigar e analisar os processos que engendravam os programas assistencialistas desenvolvidos pelos órgãos governamentais do

município de Santa Helena, tendo como referência os trabalhadores cadastrados nos programas de assistência social.

Mas a partir da investigação na prefeitura municipal, câmara dos vereadores, nas instituições que desenvolviam trabalhos de assistência social, tais como o TIM – Trabalho Integrado de Menores e nas creches, percebi o quanto era abrangente esta questão.

A partir desse levantamento fui ajustando e redefinindo o meu objeto de pesquisa. É então que decidi por tratar especificamente das políticas habitacionais, identificando as ações do governo municipal em relação ao problema da moradia, pois esta era uma questão que vinha sendo articulada ao discurso dos representantes do governo municipal de diversas formas, as quais se voltavam a atender as necessidades da população considerada “carente” deste município.

Na busca por fontes que pudessem fornecer elementos sobre estes processos, realizei uma entrevista com Julio Morandi, prefeito do município de Santa Helena entre os anos de 1986 - 1988 e 1993 - 1996, o qual entre os anos de 2005 e 2008 atuou como gerente do escritório regional da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, em Cascavel, bem como já foi supervisor de obras desta instituição.

Através do contato com Vinicius Fracaro, funcionário da COHAPAR, o qual, todas as primeiras sextas-feiras de cada mês estava na cidade de Santa Helena, para que os mutuários dos conjuntos habitacionais pudessem efetuar o pagamento das prestações de suas casas, consegui obter informações sobre os programas que eram desenvolvidos por aquela agência e, especificamente, aqueles implantados no município de Santa Helena.

Além desses conjuntos habitacionais, constatei a existência de cinco áreas que eram classificadas pelos grupos dirigentes municipais como “ocupações irregulares”, conforme pode ser observado no mapa anexado na próxima página<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Disponível no site da Prefeitura Municipal de Santa Helena: <[http://200.181.241.164/plano\\_diretor/mapas/19\\_SH\\_E2\\_Urb\\_ocupacoes\\_irregulares.pdf](http://200.181.241.164/plano_diretor/mapas/19_SH_E2_Urb_ocupacoes_irregulares.pdf)>. Acessado dia 05 de setembro de 2009 as 15: 52 horas.



Dentre estas áreas tidas como “irregulares” optei por investigar o processo de formação do denominado conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia”, pois percebi que através da análise destes processos podia compreender os sentidos e as disputas que constituíam a luta dos trabalhadores na busca pelo direito à moradia. Isto porque, segundo informações obtidas junto à Prefeitura municipal, os moradores “invadiram” aquele espaço e constituíram suas moradias. Porém, de acordo com os trabalhadores lá residentes, inicialmente o processo de constituição do “Santa Rita de Cássia”, enquanto lugar de moradia, partiu de uma ação da administração municipal. Estes aspectos a meu ver conduziam a um campo de disputas e contradições de um processo que parecia marcar a presente situação vivenciada pelos moradores do bairro e revelava a importância de se analisar as relações e as dinâmicas de constituição destes processos.

Neste sentido, vale frisar que o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia localiza-se num prolongamento da rua Pará, no espaço entre o Bairro São Luiz e o “Balneário de Santa Helena” (imagem do mapa, p. 46) próximo à estrutura da antiga sede da extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, de Santa Helena.

Boa parte dos trabalhadores entrevistados mencionou que o conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia” se constituiu como local de moradia em 1997, pois, entre a década de 1980 e o início dos anos de 1990, lá existia uma hípica pertencente à associação “Jóquei Clube Beira Lago” que tinha entre seus membros Ervégio Goldoni (atual proprietário do Hotel e Restaurante Grande Lago) Nicanor Antunes Vicari (proprietário da empresa Nav Transportes) e Plácio Demétrio Tessaro (proprietário da loja “Tessaro”).

De acordo com um dos membros<sup>4</sup> da associação “Jóquei Clube Beira Lago”, eles organizavam e realizavam, normalmente uma vez por mês, competições de corrida de cavalos. Estas competições aconteciam na hípica e contavam com a presença de pessoas das diferentes cidades e Estados, como Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Os interessados em participar dos eventos deveriam levar os cavalos até o local uma semana antes do início das atividades. A equipe organizadora disponibilizava o espaço das baias para os candidatos deixar e cuidar dos animais durante este tempo.

Segundo o membro da associação, o espaço onde foi construída a pista de corridas pertencia à Itaipu Binacional, que havia concedido, de modo informal, o seu uso aos membros

---

<sup>4</sup> Não cito o nome, porque as informações foram obtidas por meio de uma conversa informal com um dos membros da mencionada Associação “Jóquei Clube Beira Lago”. Ele falou sobre este processo, mas não permitiu a gravação da entrevista, embora tenha preenchido a ficha da entrevista e permitido que eu anotasse as informações.

da Associação. Porém, por volta de 1996, aquela empresa se opôs ao funcionamento da mencionada hípica.

Esta situação aliada aos problemas financeiros que a associação enfrentava naquele momento desencadeou na interrupção das atividades desenvolvidas e a hípica ficou desativada.

Através de informações obtidas de conversas informais com algumas pessoas que vivenciaram este período e com os moradores do Santa Rita de Cássia, a administração municipal liderada por Silom Schimidt (de 1997 a 2000) comprou a propriedade pertencente à associação “Jóquei Clube Beira Lago”. E, as baias que eram uma espécie de construção destinada a alojar os animais durante os períodos de competições foram reformadas e transformadas em casas.

Durante o processo de investigação constatei que na perspectiva da administração municipal, estas casas se destinavam a atender as necessidades de moradia das famílias que não tinham casa própria e viviam em barracas construídas de lona, bem como famílias que pagavam aluguel e que não tinham se enquadrado aos critérios das políticas de habitação popular implantadas no município.

De acordo com os entrevistados, este processo influenciou na visão que a população residente em outros bairros da cidade produziu em torno do “Santa Rita de Cássia”, o qual ficou conhecido como o “Rincão das Éguas”, remetendo, óbvia e inicialmente, à primeira forma de uso das instalações originais.

Diante disso, é que busquei entender os conflitos e disputas existentes em torno do processo de formação deste conjunto habitacional, que ora se constituía como “Rincão das Éguas”, ora como “Santa Rita de Cássia”, partindo dos moradores daquele local.

Acreditava que conjuntamente a esta pesquisa poderia agregar uma discussão sobre os programas assistencialistas, pois partia do pressuposto de que esta era parte de uma realidade que perpassava as trajetórias de vida dos trabalhadores residentes naquele espaço.

Como moradora de uma pequena comunidade do interior do município (São Miguelzinho), frequentemente eu ouvia falar do pejorativamente denominado “Rincão das Éguas”. A partir de conversas com parentes que residiam na sede do município comecei a me interar das questões que envolviam este processo. Nestas conversas, ficava visível a concepção de que o Santa Rita de Cássia era um bairro perigoso.

Notei que existia uma maior probabilidade dos moradores de outros bairros da cidade saberem da existência do “Rincão das Éguas”, mas não do “Santa Rita de Cássia”.

No decorrer das entrevistas e do convívio com os moradores do bairro, percebi que a denominação “Rincão das Éguas” era evitada pelos moradores. Eles a utilizavam especificamente quando falavam sobre a formação do bairro e como se sentiam em relação à forma como a sociedade via a população lá residente.

Para os entrevistados, serem reconhecidos como moradores do “Rincão das Éguas” era compartilhar de uma relação preconceituosa que carregava o peso da imagem de um bairro estigmatizado, o que se imbricou em caracterizações diversas, que variavam entre o lugar da bandidagem, de concentração da criminalidade, dos ladrões, traficantes e assassinos.

À medida que eu realizava as entrevistas, ficava visível que a mobilidade residencial fazia parte das dinâmicas da vida dos trabalhadores e das expectativas que alimentavam de mudança de suas condições de vida, o que levava a composição de uma série de relações que se articulavam em torno do processo de formação dessa e de outras áreas tidas por alguns setores sociais como “ocupações irregulares”. Assim, surgia a necessidade de procurar outras pessoas para que pudessem falar sobre o processo inicial de formação do conjunto habitacional “Santa Rita de Cássia” e da “Curva do Obregon”.

Cabe ressaltar, que foram realizadas 26 entrevistas para a construção desta dissertação. Dois destes entrevistados eram ligados a administração municipal: Julio Morandi e Delci Andrade Bresolin, esta foi vereadora do município de Santa Helena durante os anos de 1993 a 1996.

Dez dos trabalhadores entrevistados estavam residindo no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, oito eram antigos moradores deste local e moravam nos conjuntos habitacionais implantados pela administração municipal liderada pelo prefeito Giovani Maffini (2005-2008) do Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB, no ano de 2005, através do Programa Municipal de Habitação Popular. Três entrevistados eram moradores da área denominada de “Curva do Obregon” e três eram antigas moradoras desta área, todas moradoras do conjunto habitacional “Cristo Rei” (imagem do mapa da cidade p. 46).

A decisão de estabelecer um debate sobre o processo de constituição da “Curva do Obregon” surgiu da necessidade de realizar uma reflexão que colocasse em pauta, em que medida o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia se diferenciava das outras áreas tidas pelos grupos dirigentes como ocupações irregulares.

O contato com as reportagens publicadas pela imprensa local reforçava esta necessidade, uma vez que elas caracterizavam o Santa Rita de Cássia como um lugar que apresentava melhores condições de moradia se comparado com a Curva do Obregon, bem

como destacavam as tentativas da administração municipal de transferir os moradores destas áreas para conjuntos habitacionais “regulares”.

Além do mais, conforme os entrevistados, tanto o Santa Rita de Cássia quanto a Curva do Obregon se constituíram como lugar de moradia nos anos de 1990. Pensava que a investigação sobre o processo de formação destas duas áreas, possibilitaria compreender o processo mais amplo que envolve as disputas pelo acesso à moradia na cidade de Santa Helena.

Todas as entrevistas foram realizadas com base em um roteiro que preparei, o qual tinha por objetivo orientar o diálogo com os moradores, mas sempre o adequando às narrativas dos entrevistados de modo a explorar suas experiências de vida, trabalho e moradia, principalmente o processo de formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e da Curva do Obregon.

Ao mesmo tempo em que realizava as entrevistas, também busquei na Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores e Assistência Social informações sobre o processo de formação destas áreas e dos demais conjuntos habitacionais implantados na sede e no interior do município de Santa Helena, o que possibilitou identificar no mapa do município (imagem apresentada na página 46) a localização destes conjuntos habitacionais, o ano de implantação e o número de casas construídas.

No processo de realização das entrevistas também tirei algumas fotografias de ambas as áreas investigadas, as quais foram utilizadas neste trabalho com o objetivo de mostrar a disposição das casas e como as áreas tidas como “ocupação irregular” estavam organizadas. Avaliando que com tais imagens propiciaria ao leitor perceber parte da realidade vivenciada pelas pessoas residentes nos locais analisados.

Conseguir as entrevistas não foi um processo muito tranquilo, principalmente com as pessoas que na ocasião da entrevista estavam morando no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Elas tinham receio de falar, agiam com desconfiança e evitavam falar sobre alguns assuntos, como por exemplo, por que da produção da imagem de um bairro socialmente estigmatizado, ou sobre a convivência entre os vizinhos. A resistência era maior nos dias em que a polícia, ou funcionários da Prefeitura municipal estavam lá, ou chegavam no momento em que estava realizando a entrevista.

Durante a realização da entrevista com seu Adeildo Cavalcante Soares, (a pedido do entrevistado a nossa conversa transcorreu em uma mesa de madeira que parecia ser construída pelos próprios moradores e ficava debaixo das árvores próximo a beira da estrada) a polícia

chegou no local, e ao que pude notar e dos comentários entre os moradores, os policiais levaram um morador para a delegacia.

Entre aqueles que já não moravam mais no “Santa Rita de Cássia”, deparei-me com situações diversas dentre as quais, pessoas que por ter vínculo de emprego com a administração municipal não quiseram falar, já que isso implicaria riscos à continuidade no emprego.

A dona Maria José Barbosa, moradora do conjunto habitacional Parque Verde, é irmã de Joana Barbosa (outra trabalhadora entrevistada). Ela estava contratada pela administração municipal para trabalhar na limpeza das ruas da cidade e com receio de ser prejudicada no seu trabalho se recusou a conceder a entrevista, enfatizando que não se lembrava de mais nada do tempo em que morou naquele bairro, justificando que tinha a “memória fraca”.

Perceber os moradores do Santa Rita de Cássia como parte das dinâmicas estabelecidas na cidade, os entendendo enquanto sujeitos que vivem em constantes mudanças no tempo e nas relações sociais, mantendo uma conexão com a constituição da cidade. Isso foi algo construído a partir das orientações do professor Rinaldo José Varussa, das discussões com os professores e colegas durante as aulas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, bem como das apresentações e debates proporcionados pelas atividades organizadas pelo Laboratório de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”.

Até meu ingresso no mestrado não tinha a percepção de que a luta pela habitação se articulava a uma disputa pelo direito à cidade. Esta relação entre o fazer-se dos trabalhadores e o fazer-se da cidade ficou mais clara com a leitura da obra de Henry Lefebvre, “O direito à cidade”<sup>5</sup>, em que ele, questionou a vida cotidiana da sociedade moderna a partir do espaço. Ele propôs uma reflexão pautada numa perspectiva da práxis humana, como definidora da vida dos homens e da sociedade em que vivem.

Lefebvre incorporou uma abordagem sobre a disposição e “organicidade” do espaço urbano, com a finalidade de problematizar as relações de disputas e conflitos entre o capital e o trabalho, destacando a necessidade de perceber a cidade a partir das ações e relações dos seres humanos, vistos enquanto agentes ativos dos processos históricos.

Para o autor, a análise da cidade só pode avançar baseada em estudos pautados na realidade urbana em formação, ou seja, através da prática social da sociedade urbana.

---

<sup>5</sup> LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. 2ª Ed; tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

Lefebvre se opôs, a historiografia que baseada numa ideologia da burguesia liberal (o velho humanismo) atribuía à cidade o sentido da contemplação de uma obra pronta e acabada. A partir disso, ele propôs a construção de um novo humanismo, “na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana”<sup>6</sup>.

A cidade existe e se faz a partir das relações e das articulações dos sujeitos sociais, ou seja, dos homens e mulheres que vivem e interagem no espaço urbano. São os seres humanos que atribuem sentidos e significados para a existência da cidade, pois afinal, a cidade existe para quem? Quem constrói as cidades, como e por quê?

Lefebvre se esforçou para destacar os homens como sujeitos sociais e assim compreender a cidade e sua organização. Uma cidade construída por homens que ocupam lugares e possuem necessidades variadas.

Neste sentido, a pesquisa de dissertação de mestrado de João Carlos de Souza<sup>7</sup> e Rosângela Maria Silva Petuba<sup>8</sup>, foram importantes, pois a partir de suas investigações sobre os processos que envolviam a luta por moradia dos trabalhadores em São Paulo e Uberlândia - Minas Gerais, eles me ajudaram a perceber as relações estabelecidas entre os sujeitos e o processo de formação da cidade, bem como as expectativas que os trabalhadores construíam em relação à cidade de Santa Helena.

O primeiro autor investigou e analisou as vivências e experiências sociais dos moradores de quatro áreas de ocupação de terra da zona leste de São Paulo, das quais se destacou: o Jardim São Carlos, o Jardim Mabel, a Vila Yolanda e o Jardim Bandeirantes.

Petuba, por sua vez, analisou o processo de formação do Bairro D. Almir, o qual aconteceu a partir de dois processos de ocupação, nos anos de 1990 e 1991. Em 1990 os trabalhadores ocuparam uma área pertencente ao poder público municipal denominado Parque São Jorge IV, que durante o período de investigação por ela realizado, pertencia ao Conjunto Viviane, mas em 1991 foi denominado de Vila Rica, de onde os trabalhadores foram transferidos para uma área rural chamada Fazenda Marimbondo da família Costa Azevedo que, de acordo com Petuba, naquela ocasião estava em processo de disputa de herdeiro<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Idem., p. 107

<sup>7</sup> SOUZA, João Carlos de. Na luta por habitação: a construção de novos valores. (dissertação de Mestrado) São Paulo: EDUC, 1995.

<sup>8</sup> PETUBA, Rosângela Maria Silva. Pelo direito a cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir Uberlândia (1990-2000). Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

<sup>9</sup> Idem., p. 68

Na concepção desses autores, a cidade não é formada pura e simplesmente através dos projetos e ações de arquitetos, filósofos, urbanistas, economistas, sociólogos ou os representantes políticos.

O essencial para Lefebvre é pensar a sociedade urbana a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que a habitam, pois de acordo com ele os arquitetos, por exemplo, partem do fato de habitar, constituindo um conjunto verbal e discursivo, tendendo para a metalinguagem, o grafismo e a visualização<sup>10</sup>.

Partindo dessas reflexões, avalio que os grupos dirigentes do município de Santa Helena partiam da perspectiva de que através da implantação de conjuntos habitacionais, eles possibilitavam o acesso ao direito à moradia, porém na prática estas ações parecem representar o não direito à cidade.

Com base nas ponderações de Lefebvre, concluo que estas ações se limitam ao campo de um “pseudodireito”<sup>11</sup>, pois serve para camuflar e desviar as atenções de uma noção concreta do direito à moradia, como parte de um direito maior – à cidade.

Estas articulações de frações das classes dominantes se apresentam como uma tendência de fugir da cidade deteriorada, que mostra as faces da pobreza municipal, tendo por objetivo construir e vender a imagem de uma cidade bela e harmoniosa, tratada como objeto de consumo para os turistas.

A cidade divulgada e comercializada pelos setores das classes dominantes e dirigentes de Santa Helena compõe parte das relações, que se decompõem em várias segmentações, isto é, faces dessa mesma cidade. É na multiplicidade das relações que interagem na cidade (no sentido amplo da palavra) que podemos perceber a complexidade dos processos que constituem a cidade e os sujeitos que nela vivem.

Vale destacar que assim como apontou Lefebvre o direito à cidade se formula como “direito a vida urbana”<sup>12</sup>, incluindo o conjunto das diversas necessidades da vida cotidiana dos diferentes sujeitos sociais: à habitação, à saúde, o trabalho, o lazer, à instrução, à educação, entre outros.

No entanto, as reflexões elaboradas por este autor, assim como Souza e Petuba, me possibilitaram ver o problema da moradia em Santa Helena por meio de um horizonte mais aberto e flexível, identificando uma cadeia de relações que interligadas umas as outras conduziam aos vários processos de constituição da cidade.

---

<sup>10</sup> LEFEBVRE, Henry. Op. Cit., p. 109

<sup>11</sup> Idem., p. 116

<sup>12</sup> Idem., p. 117

Em meio a estas análises, também foi importante o contato com o trabalho “Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do Oeste do Paraná”<sup>13</sup> de Jiani Fernando Langaro, obra na qual ele apontou algumas questões referentes ao processo de formação do espaço urbano da cidade de Santa Helena e parte dos embates, disputas e interesses que configuram este movimento, contribuindo para compreender como os grupos dirigentes municipais se articulavam e de certa forma se articulam e atuam para a construção na maioria das vezes, de uma imagem bonita e harmoniosa da cidade e do município como um todo.

As questões e problemáticas levantadas por Friedrich Engels em “A questão da habitação”<sup>14</sup> também me ajudaram nestas análises. As reflexões desse autor permitiram pensar os processos e as dinâmicas estabelecidas na cidade de Santa Helena, algo que vai se destringendo com os fios que ligam as diferentes práticas incorporadas pelos dirigentes municipais para o enfrentamento do problema habitacional. O conjunto das práticas adotadas pelas classes dominantes e dirigentes deste município não atingem todos os trabalhadores desalojados e que não possuem a moradia própria.

Dessa forma, entender a concepção das classes dominantes em relação à pobreza é compreender uma parte do todo, parte que interage e influencia na constituição do conjunto das relações envolvidas.

No entanto, para analisar as experiências e as trajetórias de vida e de trabalho dos trabalhadores entrevistados dialoguei com as reflexões de Alessandro Portelli<sup>15</sup> e Yara Aun Khoury<sup>16</sup>, pois ambos compreendem que ao falar as pessoas se posicionam como sujeitos dos processos vividos, os quais vivem em sociedade e estabelecem relações sociais, interpretam e expressam seus valores culturais.

As experiências são constituídas a partir de uma realidade social, ou seja, elas são de origem social. De acordo com Khoury, as pessoas são um amálgama de muitas experiências que se constituem e se transformam na vida diária<sup>17</sup>, expressam sua visão social de mundo, seus valores, seus posicionamentos, bem como as preocupações, as questões do tempo em que vivem, de sua classe social e de sua profissão. Todos estes fatores moldam a concepção de mundo dos sujeitos.

---

<sup>13</sup> LANGARO, Jiani Fernando. Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

<sup>14</sup> ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. Coleção Fundamentos; Aldeia Global Livraria e Editora LTDA, 1979.

<sup>15</sup> PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos”. In Revista tempo. n.2 Niterói: EDUFF, 1996.

<sup>16</sup> Muitas Memórias, Outras Histórias. Organização de Dea Ribeiro Fenelon et al.; - São Paulo, SP: Olho D’Água. In: KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História, 2004.

<sup>17</sup> Idem., p. 127

Jean Chesneaux<sup>18</sup>, também contribuiu para o exercício de interpretação das fontes da pesquisa. Ele me instigou a pensar sobre o descompasso existente entre a representação que os dirigentes municipais produziam da pobreza e dos pobres e a realidade vivenciada pelos moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e da Curva do Obregon.

Foi na busca de compreender estes movimentos que compus o texto em três capítulos, organizados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, “Trabalhadores e a Cidade: moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia”, trabalho com as fontes orais e analiso as trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores residentes no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia<sup>19</sup>, colocando em pauta o modo como interpretam os processos sociais do meio em que vivem, e as formas como vivenciam e sentem a cidade de Santa Helena.

A partir destes objetivos, interpretei e analisei as narrativas produzidas com os moradores, bem como matérias veiculadas pela imprensa local, para refletir sobre os sentidos que se produziram e se produzem da realidade dos trabalhadores e dos processos sociais aos que se articulam.

Conjuntamente, busquei interpretar como os representantes do governo municipal se relacionavam com a questão da pobreza e dos pobres da cidade de Santa Helena, considerando tal como parte das situações vividas pelos trabalhadores e elemento a partir do qual pautam suas lutas.

Na sua consecução, além das entrevistas e da imprensa escrita, também estabeleci um diálogo com uma historiografia que abordou a temática, ainda que enfocando outros sujeitos e momentos, contribuiu no debate produzido a cerca das práticas da vida cotidiana dos trabalhadores e sua relação com as dinâmicas estabelecidas na cidade.

Nesta discussão, busco a cidade ou as cidades que emergem das falas das entrevistas colhidas, a multiplicidade, a diversidade e a amplitude de uma série de relações que interagem e influenciam no movimento pelo qual a cidade existe, se faz e se refaz.

No segundo capítulo, intitulado “Estratégias e lutas por moradia: a formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia”, analisei o processo de constituição do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e alguns elementos e dimensões relacionadas às tensões

---

<sup>18</sup> CHESNEUX, Jean. A História como relação ativa com o passado”; História e prática social: no campo do poder”; História e prática social: no campo das lutas populares” Marx era um historiador?”. In: Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

<sup>19</sup> Esta denominação envolve uma série de conflitos e disputas que explorarei no decorrer desse trabalho. Mas vale destacar, que parto da perspectiva dos trabalhadores entrevistados, que reivindicavam e identificavam-se como moradores do Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia.

constituídas em torno da denominação deste bairro, bem como as dinâmicas da vida cotidiana – as chuvas, o barro, a água, a luz elétrica e a forma como as casas estavam distribuídas.

Para realização desta discussão, utilizo-me das entrevistas com os trabalhadores que estavam morando no Santa Rita de Cássia e os antigos moradores, do “contrato de autorização de uso” do imóvel, formulado pela administração municipal com o prazo estabelecido até vinte de dezembro de 2013, bem como algumas reportagens publicadas no jornal Costa Oeste e Correio do lago.

Nesta discussão, busco entender como os trabalhadores percebem o processo de formação do espaço em que vivem, quais os significados e sentidos atribuídos ao caráter da moradia provisória e o que os levou a morar neste bairro.

De acordo com os entrevistados um dos projetos da municipalidade era demolir as casas e acabar com o Santa Rita de Cássia, o que seria realizado após a transferência das pessoas que nele viviam para os conjuntos habitacionais implantados pela administração municipal.

Uma das tentativas de transferência dos moradores foi através do Programa de Habitação Popular, instituído por meio da lei nº 1.535 de 17 de maio de 2005, que define o parâmetro de pobreza do governo municipal, bem como estabelece os critérios para vincular as famílias merecedoras do “benefício”.

Relacionando o parâmetro de pobreza definido pelas classes dominantes e dirigentes municipais com a realidade narrada pelos trabalhadores, observo de que maneira os trabalhadores lidam com estas questões no dia-a-dia, no sentido de estabelecer se os critérios de admissão aos programas de habitação popular e tais parâmetros faziam sentido na vida dos trabalhadores.

No último capítulo, “Curva do Obregon”: Uma ocupação irregular?”, o objetivo foi de estabelecer um diálogo com o processo de formação das áreas de ocupação “irregular” –, o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e a Curva do Obregon. A partir disso busquei analisar as possíveis diferenças e semelhanças existentes entre estes processos e, assim mapear o intrincado universo dos conflitos e reivindicações desses trabalhadores.

Procurei problematizar a forma como a imprensa escrita apresentava estes processos, pois segundo o jornal Correio do Lago, através da implantação do programa municipal de habitação popular “alguns moradores de áreas proibidas como é o caso da “Curva do

Obregon”, foram transferidos para casas liberadas em outros lugares, como é o caso do Santa Rita de Cássia, que oferece melhores condições de vida”<sup>20</sup>.

Segue, abaixo, a relação dos trabalhadores entrevistados<sup>21</sup>:

**Adeildo Cavalcante Soares**, 59 anos, aposentado. Nascido em Santana de Ipanema-Alagoas, em 1949. Em 1952, ele foi para o interior de São Paulo, mas devido à seca sua família se mudou para a cidade. Por volta de 1964 ele se mudou para Santo Antônio, Estado do Paraná e posteriormente para Juranda. Em Juranda, ele casou-se e, após vinte anos de casado e vivendo em Ubiratã, ele se mudou com sua família para Santa Helena, pois foi transferido da empresa onde trabalhava lá em Ubiratã, para trabalhar na oficina “Reboque Vivian”, em Santa Helena. Ele desenvolvia a função de ferreiro em ambos os empregos. Trabalhou durante vinte e três anos de carteira assinada, e em 2005, aos 55 anos de idade, fez uma cirurgia do coração e se aposentou. Na ocasião da entrevista, sua esposa trabalhava de empregada doméstica e sua neta de dezessete anos que morava com eles, trabalhava numa fábrica de jeans e estudava à noite. Entrevista realizada na casa do entrevistado, em 08 de outubro de 2009.

**Ângela Camargo**, 27 anos, solteira, nascida em 1981, na cidade de Santa Helena (PR). Ela morou durante alguns anos no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Em 2005, sua mãe conseguiu uma casa através do Programa Municipal de Habitação Popular, no conjunto habitacional Cristo Rei, onde ela morava com sua mãe, seu filho de 9 anos e um de seus irmãos, de 18 anos. A mãe dela trabalhava no Incubatório da Lar, em Vila Celeste, interior do município de Santa Helena, e ela trabalhava de auxiliar de cozinha numa sorveteria. Ângela tinha a expectativa de se mudar para uma cidade maior e trabalhar em um restaurante. Entrevista realizada na casa da entrevistada, em 13 de agosto de 2009.

**Eva Marciana Barbosa**, 45 anos, casada, natural de Mendes Explendor (MG). Fazia cerca de dezoito anos que ela estava em Santa Helena. Eva morou durante alguns anos de aluguel na cidade e, depois foi morar na área denominada de Curva do Obregon. Em 2005, ela conseguiu uma casa através do Programa Municipal de Habitação Popular, no conjunto habitacional “Cristo Rei”. Ela e o esposo trabalhavam na Usina de reciclagem, desenvolvendo a função de agente ambiental, e não tinham registro na carteira de trabalho. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 02 de novembro de 2009.

---

<sup>20</sup> CORREIO DO LAGO. Famílias de Moreninha recebem casas populares. Santa Helena, junho de 2006, p. 9

<sup>21</sup> Os trabalhadores citados autorizaram a utilização de suas narrativas, neste trabalho. Alguns não assinaram a entrevista, mas todos autorizaram durante a gravação das fitas.

**Ezelinda Fátima Rodrigues**, 32 anos, mãe de 5 filhos, natural de Toledo (PR), se mudou para Santa Helena em 1992. Ezelinda era antiga moradora do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Em 2006, ela conseguiu uma casa através do Programa Municipal de Habitação Popular, no conjunto habitacional “Terra das Águas”. Na ocasião da entrevista, ela trabalhava como revendedora dos produtos da Racco e Avon, e também vendia roupas. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 09 de outubro de 2009.

**Ezequias Pereira**, 22 anos, nascido em 1987, na cidade de Santa Helena. Morador do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia há cerca de um ano, onde vivia com sua esposa que trabalhava de copeira no Hospital Policlínica de Santa Helena, e suas duas enteadas, uma de 10 anos e a outra de 3 anos. Na ocasião da entrevista, ele estava desempregado há dois dias. Entrevista realizada na residência do entrevistado, em 15 de julho de 2009.

**Imelda Hartmann**, 54 anos, aposentada (pensionista), nascida em Santa Rosa (RS), em 1955. Quando tinha aproximadamente dez anos de idade sua família foi para a Esquina Céu Azul, município de Santa Helena, (PR). Viveram dez anos nesse município e foram para o Paraguai. Por volta de 1996 ela voltou para Santa Helena. Após alguns meses nesta cidade, Imelda foi morar na área denominada de Curva do Obregon, onde ela permanecia até a ocasião da entrevista. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 06 de novembro de 2009.

**Joana Barbosa**, 52 anos, viúva e mãe de oito filhos, nascida em Minas Gerais. Em 1962 seus pais migraram para o Estado do Paraná a procura de melhores condições de vida. Passado alguns anos seu pai decidiu ir para o Paraguai. Em 1974 ela estava casada e, voltou ao Brasil. Joana e o esposo foram morar em São José das Palmeiras (PR), de lá se mudaram para Vila Celeste, interior do município de Santa Helena, e, posteriormente, para a sede municipal. Em 1997, ela foi morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e, por volta do ano de 2005, conseguiu uma casa através do Programa Municipal de Habitação Popular, no conjunto habitacional “Terra das Águas”, onde permaneceu até a ocasião da entrevista. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 10 de outubro de 2009.

**João Francisco Alvarenga da Cruz**, 65 anos, aposentado, morador do conjunto residencial “Tiradentes”, natural de Campo Novo (RS). Ele migrou do Estado do Rio Grande do Sul para o município de Pérola do Oeste (PR), e em 1969 chegou à Santa Helena. Foi morar no distrito da Vila Celeste, interior deste município. No período de formação do Lago de Itaipu, ele saiu do campo para viver na cidade e, em 1979 ele começou trabalhar de segurança na primeira agência do Banco Bamerindus da cidade de Santa Helena. Trabalhou durante sete anos no Bamerindus, depois ficou um ano no Bradesco. Então, foi trabalhar na

agência da Caixa Econômica Federal, onde permaneceu até se aposentar. Entrevista realizada na residência do entrevistado, em 13 de novembro de 2009.

**Jussara Lorenzon**, 32 anos, nascida em Santa Helena, em 1977. Por volta de 1985, os pais dela resolveram ir embora para Cascavel, onde passaram a trabalhar de bóia fria. Mas a empreitada não deu certa e voltaram. Jussara era mãe de três filhas e na ocasião da entrevista, ela morava com sua mãe (aposentada) no conjunto habitacional “Cristo Rei”, e trabalhava de ajudante de padaria. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 13 de agosto de 2009.

**Leonilda Cenger Cardoso da Silva**, 61 anos, viúva, nasceu em Criciumal (RS), em 1948. Após a morte do pai, sua família se mudou para Passo Fundo e, em 1960, para Capanema (PR). Em 1968, aos 21 anos, ela se casou na cidade de Capanema. De lá, ela se mudou para o Paraguai, pois sua mãe morava lá. Após um ano naquele país, ela foi para Santa Helena, onde vivia há 24 anos e fazia dois anos que ela estava morando no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Ela trabalhava lavando e passando roupa para outras pessoas. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 05 de agosto de 2009.

**Luciane da Silva**, 21 anos, casada, moradora do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, nascida em 1988 no município de Medianeira, Oeste do Paraná. Ainda criança seus pais se mudaram para o Paraguai e posteriormente para Santa Helena. Mãe de um filho Gabriel E.S. Saibert. Na ocasião da entrevista, o esposo de Luciane estava desempregado. Fazia aproximadamente dois meses que ela estava trabalhando de diarista na casa de uma funcionária do Banco do Brasil. Este trabalho era realizado de segunda a sexta-feira, das 13:15 às 18:00 horas e não tinha carteira assinada. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 5 de agosto de 2009.

**Luis Carlos Koli Silva**, 33 anos, nascido em 1976 no município de Santa Helena, cujos pais se divorciaram quando ele tinha oito meses de idade. A mãe dele concedeu sua guarda à avó materna, com quem ele viveu durante sete anos. Aos treze anos foi morar e trabalhar de diarista, em uma fazenda no Paraguai, ficando lá até completar dezessete anos. Então, voltou para Santa Helena, onde permaneceu até a ocasião da entrevista. Fazia 8 anos que Luis Carlos morava no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Na data da entrevista, ele trabalhava como motorista de ambulância pela Prefeitura Municipal. Entrevista realizada na residência do entrevistado, em 07 de agosto de 2009.

**Maria Romilda Schneider Steimaus**, 52 anos, natural de Lageado (RS), ainda criança os pais venderam o sítio que possuíam e foram embora para Maravilha (SC), onde trabalhavam no próprio sítio. Após a morte do pai, sua mãe vendeu as terras e foi morar na

cidade. Então, Maria mudou-se junto com seu irmão para Santa Helena (PR), e aos dezesseis anos já nesta cidade casou-se. Ela morou durante quinze anos no bairro Vila Rica e era antiga moradora do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Na data da entrevista, Maria Romilda estava morando no conjunto habitacional “Terra das Águas”, inaugurado em 2005 pela administração municipal liderada por Giovani Mafinni e trabalhava na Usina de reciclagem, desenvolvendo a função de agente ambiental, sem registro na carteira de trabalho. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 04 de dezembro de 2009.

**Neide Zaninello**, 40 anos, nascida em Assis Chateaubriand (PR), em 1969. Ela passou parte da infância numa cidade do Mato Grosso, depois se mudou para o Paraguai. Aos 20 anos de idade, ela casou e aos trinta anos voltou para o Paraná. Após alguns meses vivendo na cidade de Santa Helena, ela conseguiu comprar um “direito” na área denominada de “Curva do Obregon”. Neide morou três anos na Curva do Obregon e em 2005, durante o processo de transferência dos moradores para os conjuntos habitacionais implantados através do programa municipal de habitação popular ela foi transferida para o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, onde ficou durante dois anos e, então se mudou para o Ponto de Pesca 30, que fica próximo a Curva do Obregon. Ela e o esposo eram pescadores e tinham registro na carteira de trabalho. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 12 de novembro de 2009.

**Neusa de Campos da Silva**, 37 anos, natural de Santa Helena (PR). Ela passou boa parte de sua infância com a mãe, o padrasto e os 8 irmãos, vivendo no meio rural – Vila Celeste, onde trabalhavam por empreita. Por volta de 1986, ela se mudou para a sede municipal, no bairro Vila Rica e logo em seguida casou-se. Aproximadamente em 1997, ela se mudou para a área denominada de Curva do Obregon e em 2005, conseguiu uma casa no conjunto habitacional Cristo Rei. Na ocasião da entrevista, ela estava contratada pela administração municipal e trabalhava de zeladora no Porto. Entrevista realizada na casa de Lucimar dos Santos, em 25 de outubro de 2009.

**Nilsa Monteiro de Campos**, 37 anos, natural de Guairá (PR), mãe de quatro filhos, dos quais um deles nasceu com sete meses de gestação e alguns meses depois faleceu. Por volta de 1982, seus pais se mudaram de Guairá para a cidade de Santa Helena. Nilsa se casou logo depois que chegaram à Santa Helena. Ao se separar, ela foi morar com os filhos nos fundos da casa de sua mãe. Passado um tempo, ela casou novamente e foi morar na Curva do Obregon. Na ocasião da entrevista, o marido dela trabalhava de electricista, pela empresa Água Luz e ela estava desempregada. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 06 de novembro de 2009.

**Noemi Berté**, 54 anos, natural de Três Passos, (RS), ela migrou para Capanema, (PR). Em meados de 1980, ainda em Capanema, o pai da entrevistada faleceu e sua mãe voltou para o Rio Grande do Sul. Noemi, então casada, mãe de três filhos, se mudou de Capanema para o Paraguai. No Paraguai, ela se separou do esposo e em 1997, se mudou para a cidade de Santa Helena (PR). Em 2005, ela morava no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e conseguiu uma casa através do Programa Municipal de Habitação Popular, no conjunto habitacional “Cristo Rei”, onde morava com dois, de um total de nove filhos. Na data da entrevista, ela estava desempregada, pois estava com problemas de saúde. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 17 de setembro de 2009.

**Ondina Pontes de Almeida**, 47 anos, nascida em Campoerê (PR), em 1962. Ainda criança seus pais se mudaram para Pinhal de São Bento - PR e posteriormente foram para Argentina onde ficaram durante nove anos. De lá voltaram para o Brasil - Santo Antônio do Oeste (PR). Por volta de 1979, ela foi morar com uma de suas irmãs em Foz do Iguaçu. Naquela cidade, ela se casou e, posteriormente se mudou para Matelândia, onde ficou durante um ano e, foi para o Paraguai. De lá se mudou para Santa Helena. Nesta cidade, ela morou alguns anos pagando aluguel e depois se instalou na área denominada de Curva do Obregon, saindo de lá em 2005, pois conseguiu uma casa no conjunto habitacional “Cristo Rei”. Na ocasião da entrevista, ela trabalhava de empregada doméstica. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 02 de novembro de 2009.

**Ondina Rigol Davila**, 59 anos, viúva, nascida na cidade de Santo Ângelo (RS), em 1950. Migrou para Pérola do Oeste e, por volta de 1964, sua família se mudou para a linha São Brás, pertencente ao distrito de São Roque, no município de Santa Helena. Ondina era antiga moradora do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Na ocasião da entrevista, ela estava aposentada (pensionista) e morava com uma de suas filhas no conjunto habitacional “Terra das Águas”. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 01 de outubro de 2009.

**Patrícia Dias Batista e Maiara**. Com 21 anos, solteira, Patrícia morava com Maiara no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Patrícia era natural de Foz do Iguaçu, de onde saiu porque seu pai resolveu se vincular ao Movimento Sem Terra. Acompanhando este movimento, a família de Patrícia se mudou para Laranjeiras do Sul, Querência do Norte e Nova Londrina, nesta última cidade seu pai conseguiu a terra. Em 2009, ela foi morar com Maiara em Santa Helena. Neste período ela cuidava a filha de Maiara, pois esta trabalhava no frigorífico em Marechal Cândido Rondon (PR). Fazia em torno de seis meses que Maiara era moradora do bairro Santa Rita de Cássia. Ela se mudou com seu esposo de São Miguel do

Iguaçu (PR) para o município de Santa Helena. Eles moraram durante aproximadamente um mês de aluguel e, então, compraram uma casa no bairro Santa Rita de Cássia. Na ocasião da entrevista Maiara e Patrícia estavam desempregadas e o esposo de Maiara trabalhava de diarista. Entrevista realizada na residência das entrevistadas, em 08 de outubro de 2009.

**Rita Alves Pereira**, 51 anos, desempregada, nascida em 1958, na cidade de Água Boa – Minas Gerais. Por volta de 1972, Rita e sua família migraram de Minas Gerais para o município de Palotina. De lá, foram para o Paraguai e, posteriormente, se instalaram no município de Santa Helena. Ela morou durante alguns anos na sede municipal, mas depois se mudou para o interior desde mesmo município. Passado alguns anos, ela voltou para a sede municipal e foi morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 01 de outubro de 2009.

**Roseni da Silva**, 34 anos, desempregada, natural de Três Barras, (PR). Aos treze anos de idade casou-se e foi morar no Paraguai. Entre os anos de 1990 e 1991 se mudou para a cidade de Marechal Cândido Rondon, onde viveu durante aproximadamente sete anos. Deste município, Roseni e sua família, foram para Santa Helena, onde permanecia até a ocasião da entrevista. O esposo da entrevistada trabalhava na construção de calçamento de estradas e tubulação. Ele desenvolvia este trabalho em outras cidades e, por isso, muitas vezes, ficava entre quinze e vinte dias fora de casa. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 13 de julho de 2009.

**Tatiane Schaffler**, 22 anos, natural de Santa Helena (PR), mãe de três filhas, separada e antiga moradora do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. A família dela saiu deste conjunto habitacional e foi pagar aluguel. Após um ano pagando aluguel, conseguiram uma casa no conjunto habitacional “Cristo Rei”, implantado em 2005, através do Programa Municipal de Habitação Popular, onde residiam naquela ocasião. Entrevista realizada na residência da entrevistada, em 19 de setembro de 2009.

**Zenilda Pereira Santos**, 29 anos, casada, moradora do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Nascida em Santa Helena (PR), ainda criança ela se mudou com seus pais para o Paraguai. Lá no Paraguai, ela se casou e por volta de 1998, retornou à Santa Helena. Até conseguir alugar uma casa, ela morou com os pais de seu esposo, os quais já viviam nesta cidade. Para sair do aluguel, ela foi morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Mãe de duas filhas, Zenilda trabalhava no frigorífico da Copagrill, na cidade de Marechal Cândido Rondon, e seu esposo trabalhava de diarista, fazendo, entre outras coisas, calçamentos nas ruas. Entrevista realizada na casa da entrevistada, 13 de julho de 2009.

## CAPÍTULO 1.

### TRABALHADORES E A CIDADE: MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA

“[...] falava qui morava aqui, as pessoa era um lixo pras pessoa, sabe? [...]”<sup>22</sup>



**Moradores do Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia.** Fotografias tiradas por Rosane Marçal da Silva, na manhã do dia 08/ 01/2010

“[...] as pessoas acha qui aqui tem bandido, mais não tem, não [...]”<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Roseni da Silva, 34 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de julho de 2009

<sup>23</sup> Ezequias Pereira, 22 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 15 de julho de 2009

A formação do Lago de Itaipu se constituiu como um aspecto de particular importância para se compreender boa parte das relações e das dinâmicas estabelecidas nas cidades do Oeste do Paraná, principalmente aquelas localizadas próximo às margens do Lago de Itaipu, como é o caso de Santa Helena -, considerado um dos municípios que mais recebe royalties<sup>24</sup> pagos pela Itaipu Binacional.

Segundo informações retiradas do jornal Costa Oeste, numa reportagem publicada na edição de 11 a 17 de janeiro de 2002, desde 1991, com a criação da lei dos royalties, a Itaipu Binacional tinha repassado ao município de Santa Helena, um total de US\$ 134,7 milhões, “ou seja, o equivalente a 13,4 milhões de dólares por ano” o que significava numa transposição para a moeda nacional, que Santa Helena vinha “recebendo mais de R\$ 31 milhões por ano, ou R\$ 2,5 milhões por mês [...]”<sup>25</sup>.

Conforme Edson Belo Clemente de Souza, com o advento da formação do Lago de Itaipu, houve uma redução significativa do número de habitantes no município de Santa Helena. Enquanto em 1980 o número de habitantes chegava à faixa de 34.952, em 1991 estes dados caíram para 18.861 habitantes, tendo um decréscimo populacional de 46%<sup>26</sup>.

Para este autor, o processo de construção da hidrelétrica de Itaipu ocasionou um quadro de mudanças no cenário regional, o qual, gradativamente, vem se reorganizando;

foi a partir da Itaipu Binacional que se instaurou um novo cenário regional, onde estão presentes novos projetos de mudanças, como a territorialização conduzida pelo governo do Estado do Paraná denominada de *Projeto Costa Oeste*.

A nova paisagem, inerente nessa configuração regional, considera que a atividade turística irá propiciar uma nova estrutura na produção do espaço regional<sup>27</sup>.

Este processo, no entanto, teve repercussão e interferiu nas dinâmicas e nos próprios projetos desenvolvidos pelos setores das classes dominantes e dirigentes de boa parte dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. A partir de 1985, quando a Usina de Itaipu iniciou sua produção de energia e principalmente nos anos de 1990, os grupos dirigentes de Santa Helena, destinaram uma parte dos recursos financeiros para a formação e ampliação do Parque de

---

<sup>24</sup> Conforme informações retiradas do site da Itaipu Binacional, os royalties se constituem em compensações financeiras pagas pela Itaipu ao governo brasileiro e ao governo paraguaio, em virtude da utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica na Itaipu Binacional. Disponível no site: <http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/node/194>. Acessado dia 03 de maio de 2010.

<sup>25</sup> COSTA OESTE. Silom abandona famílias carentes. Santa Helena edição de 11 a 17 de janeiro de 2002. p.5

<sup>26</sup> SOUZA, Edson Belo Clemente de. Estado: produção da região do Lago de Itaipu – Turismo e crise energética. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002. p. 147

<sup>27</sup> Idem., p. 150

Lazer e Turismo/ Praia Artificial, visando promover o desenvolvimento do turismo na cidade. Isto segundo informações extraídas da revista publicada pela administração municipal dos anos de 1986 a 1988, “se constituía numa nova e importante fonte de geração de riqueza e divulgação do nome do município”<sup>28</sup>.

Este projeto para o desenvolvimento do turismo na cidade e no município como um todo estava ligado ao projeto Costa Oeste que, de acordo com Souza, foi idealizado pelo governo do Estado do Paraná, com apoio dos municípios limieiros, bem como contou com a participação e iniciativa privada. De “caráter regional este empreendimento pretendia incentivar a atividade turística no Lago de Itaipu [...]”<sup>29</sup>.

Souza destacou que a área de abrangência do Projeto Costa Oeste localiza-se na fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai;

O lado brasileiro, que vai de Foz do Iguaçu até Guaíra, abrange 15 municípios, limieiros ao Lago de Itaipu, contando com um contingente populacional de aproximadamente 445 mil habitantes. O projeto considera o lago da Hidrelétrica de Itaipu como um grande potencial natural para ser apropriado e explorado pelo turismo<sup>30</sup>.

Conforme Julio Morandi, prefeito do município de Santa Helena durante os anos de 1986-1988, naquela ocasião, a cidade:

de fato tinha parado e parô, diminuiu a população, tinha um clima assim muito de desânimo, tava assim muito caído. Então, nós tentamos trazê, resgatá a, assim, a auto estima do povo de Santa Helena para que de fato, elas voltassem a acreditar em Santa Helena. Então, o nosso projeto foi mais nisso dali: no trabalho que nós fizemos pra resgatá e dizê que Santa Helena era possível, que podia crescê, que podia se vivê bem aqui<sup>31</sup>.

Conforme informações pautadas na revista anteriormente citada, através do contato com o presidente da Paranatur – Wadis Bevenuto, os dirigentes municipais, sob a liderança do prefeito, Julio Morandi, firmaram um convênio com esta instituição “para a confecção de um projeto piloto do Parque”. Com isso acreditavam que promoveriam uma ampliação programada da área turística “visando modernizar o parque, desenvolvendo-se obras a curto e

---

<sup>28</sup> SANTA HELENA. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística, 1988, p.05

<sup>29</sup> SOUZA, Edson Belo Clemente de. Op. Cit., p. 160

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Julio Morandi, 60 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 25 de junho de 2009.

médio prazos”<sup>32</sup>. O que colocaria o camping de Santa Helena ao “nível de outros campings com registro junto à Paranatur e Embratur”<sup>33</sup>.

Para alcançar tais objetivos, as lideranças municipais aprovaram projetos que estabeleciam, entre outras coisas, a construção de um pavilhão de festas com 1.800 metros quadrados, a ampliação de uma lanchonete existente no Parque de Lazer e Turismo, a construção de alguns banheiros, a ampliação em 1.100 metros da rede de luz, bem como a ampliação em mais de 400 metros da rede de água com instalação de piso e tanques para lavagem de roupas, a construção de 19.400 metros quadrados de asfalto que davam acesso ao parque, e a reposição de 3.600 metros cúbicos de areia na praia<sup>34</sup>.

As ponderações destacadas por esta revista privilegiaram essencialmente as ações e as perspectivas das lideranças municipais, com destaque ao então prefeito, Julio Morandi e o vice Luiz Henrique Klinger, em detrimento de diversos outros aspectos que envolviam as relações dos diferentes sujeitos sociais que compunham aquela cidade, como por exemplo, os trabalhadores que tiveram suas terras alagadas durante o processo de constituição do Lago de Itaipu.

Distante de estabelecer um diálogo direto com os trabalhadores, este documento elencou como interlocutor principal, os setores das classes dominantes municipais, entre os quais, as autoridades políticas, os empresários e os comerciantes, bem como algumas pessoas que ocupavam cargos de destaque na região, das quais se destacou: o juiz de direito Wilde de Lima Pugliese, o secretário dos transportes do Paraná, Heinz Georg Herving e o diretor da Itaipu Binacional, Ney Amintas de Barros Braga. Estes receberam o título de cidadania honorária do governo municipal.

Conforme este documento, o município de Santa Helena encontrou em Ney Braga “uma devotada afeição no sentido de recuperar ou recompensar o sacrifício em favor de um projeto de interesse nacional”, qual seja a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Supunha-se que era essa a estrutura central dos eventos que interessavam a história de Santa Helena, a qual pautava uma explicação voltada a conceitos de determinismo e evolução.

Nesta revista foi enfatizado que, as lideranças municipais buscaram incorporar

uma nova realidade, através da melhoria de vida de sua gente e da criação de uma infra-estrutura que possibilitasse o município se integrar ao processo de

---

<sup>32</sup> SANTA HELENA. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística, 1988, p. 11

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Idem.

desenvolvimento regional, superando aquele momento de lamentações pelas imensas perdas com a formação do Lago de Itaipu [...]»<sup>35</sup>.

Segundo este mesmo documento, a partir dos projetos desenvolvidos pelas pessoas ligadas a elite política municipal, Santa Helena descobria e “explorava” suas vocações e potencialidades, principalmente aquelas voltadas ao desenvolvimento do turismo.

Neste sentido, vale frisar que, de acordo com Jiani Langaro, ao contrário da década de 1980, quando os dirigentes municipais apontavam para um momento de crise econômica atribuída, em boa medida, como uma das consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a partir de 1990, a administração municipal liderada por Silom Schimidt (de 1997 a 2000), buscou construir e reconstruir a “história” de Santa Helena, baseada nas memórias do pioneirismo, apresentadas a partir dos “[...] esforços de implementação do turismo em Santa Helena, um dos maiores projetos de Schimidt, nos oito anos que esteve à frente da prefeitura municipal [...]»<sup>36</sup>.

Agora, o município projetava-se como “local de progresso”, em virtude da riqueza proporcionada pelos royalties pagos pela Itaipu. Segundo Langaro, com a finalidade de projetar o município enquanto pólo turístico, o governo municipal introduziu novas concepções de estética e de patrimônio público, sob o argumento de construir uma sede municipal (e mesmo um município) bonita, agradável, principalmente a visitantes e investidores. Assim, prédios e locais públicos foram reformados, e novas edificações e fachadas foram construídas<sup>37</sup>.

Portanto, caracterizar os últimos anos da década de 1980 como um período de crise, pode ser uma maneira de legitimar as ações e o discurso de progresso defendido e propagado pelos grupos dirigentes, ao passo que ajudava a abafar os problemas que a construção do Lago de Itaipu ocasionou ao município e principalmente aos trabalhadores, bem como contribuía para divulgar o início de uma “nova” fase da história de Santa Helena, a qual na concepção dos grupos dirigentes prometia ser benéfica à cidade e aos “santahelenenses”.

Nesta perspectiva, a construção do Lago de Itaipu deixava de ser o símbolo dos acontecimentos negativos, e passava a ser elemento fundamental para promover o desenvolvimento da cidade.

Acredito que na década de 1980 pode ter ocorrido um agravamento de alguns problemas que já vinham se desenvolvendo, entre eles, e de modo específico, dedico atenção

---

<sup>35</sup> SANTA HELENA. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística, 1988, p.03

<sup>36</sup> LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., p.66

<sup>37</sup> Idem., p. 101

para as questões pertinentes à habitação. Conforme Langaro, no período apontado, registrou-se certo crescimento da sede municipal, pois uma parte dos recursos pagos pela Usina Hidrelétrica de Itaipu foram investidos em obras de infra-estrutura o que levou a uma maior valorização dos lotes urbanos<sup>38</sup>.

Diante dessas circunstâncias, vale indagar, se o desenvolvimento que as classes dominantes e dirigentes municipais faziam tanta questão de enfatizar, realmente aconteceu e quem teve acesso a ele? Para quem se destinava os benefícios do “progresso” proporcionado pelo desenvolvimento do turismo? Como este processo interferiu na vida dos trabalhadores? Quais as ações dos setores das classes dominantes e dirigentes municipais em relação à questão da pobreza e dos pobres? O que as práticas adotadas pelos grupos dirigentes representaram para os trabalhadores? Como este processo interferiu na formação da cidade e dos trabalhadores? Quais as relações que estes trabalhadores estabelecem com estes processos e vivenciam a cidade de Santa Helena?

Parece que a riqueza proporcionada pelos royalties pagos por Itaipu ficou restrita a alguns grupos sociais, pois os trabalhadores que tiveram suas propriedades atingidas pela formação do Lado de Itaipu e aqueles que, de modo geral, não tinham uma moradia própria não tiveram acesso a essa riqueza. Muitos deles vivem em precárias condições de vida e de trabalho, situação que se apresenta como um dos aspectos mais visíveis, quando se pautam os processos tomando em conta as realidades vividas pelos trabalhadores.

No contexto dos anos de 1980 e 1990, surgiu um número significativo do que se convencionou chamar “conjuntos habitacionais”, que na maioria das vezes eram viabilizados por políticas públicas financiadas pelo governo municipal e/ou pelo governo estadual e federal. Para alguns setores sociais estes conjuntos habitacionais constituem os bairros pobres da cidade, talvez devido ao caráter assistencial, presente nas discussões sobre moradia no âmbito do governo. Esta relação entre pobreza e assistência social pode ser observada através da matéria intitulada: “Famílias são atraídas para Santa Helena”<sup>39</sup>, do jornalista Giuliano de Luca.

De acordo com ele, diversas famílias eram impulsionadas a se instalar na cidade de Santa Helena, com o intuito de serem assistidas pelo poder público, uma vez que “a imagem

---

<sup>38</sup> Idem., p. 175

<sup>39</sup> Giuliano de Luca . Famílias são atraídas para Santa Helena. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 23 de dezembro de 2004. p.07

de um município rico atraía famílias sem condições de instalação, sem documentos, sem dinheiro ou referências, além de enfermos”<sup>40</sup>.

Conforme Luca, a “boa estrutura” da assistência social e as ações desenvolvidas pelo governo municipal “em prol dos santahelenenses” eram divulgadas pela mídia, o que instigava “as pessoas a se instalarem na terra das águas”<sup>41</sup>.

Nesta perspectiva, a propaganda que se vendia de um município rico, atraía também pessoas que não eram do interesse dos grupos ligados às classes dominantes municipais. A estas pessoas tidas como os estranhos se atribuía os males existentes na cidade.

A partir dessa reportagem, pode-se constatar que para os setores sociais ligados as classes dominantes, o problema da pobreza e da habitação em Santa Helena se constituía com a chegada de pessoas de outros municípios e os “brasiguaios”, pois conforme destacou Luca, para o Conselheiro Tutelar, Walmir da Rocha Castro, “a maioria das pessoas que chegavam à cidade eram “brasiguaios que migraram para o Paraguai na década de 1980 e agora procuram uma vida melhor no Brasil”, bem como pessoas que vinham “de outros municípios da região, ou mesmo de outros estados”<sup>42</sup>.

Em outras palavras, a suposta “crise de habitação” recaía sobre os próprios trabalhadores, construindo a noção de que a presença de determinadas pessoas não eram “bem vindas” na cidade.

No entanto, cabe salientar que, dos 24 trabalhadores entrevistados e citados na apresentação desse trabalho, 14 eram natural do Estado do Paraná, destes 7 nasceram no município de Santa Helena, 6 eram natural do Estado do Rio Grande do Sul, 3 de Minas Gerais e 1 de Alagoas.

Alguns dos trabalhadores que vivenciaram a experiência de se mudar para o Paraguai (considerados “brasiguaios”) eram naturais de Santa Helena. Muitas vezes, a decisão de se mudar para o país vizinho partia da concepção de que lá, eles poderiam adquirir com mais facilidade um pedaço de terra para sobreviver.

Diante desse quadro de relações, podemos perceber que não há elementos suficientemente explicitados para concluir que a pobreza da cidade de Santa Helena é resultado da presença de pessoas de “fora”. Podemos assim considerar, que a mobilidade residencial faz parte das dinâmicas da luta pela sobrevivência que estes trabalhadores enfrentam diariamente.

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem.

Portanto, este tema deve ser analisado levando em conta a amplitude e a complexidade dos processos de constituição dos diferentes sujeitos e da cidade.

De acordo com Castro, muitas das pessoas que chegavam em Santa Helena, construía “barracos”, ou iam “morar com pessoas de igual situação”. O que, por vezes podia “comprometer alguns programas do município”, porque o planejamento da assistência social era realizado com base na população residente em Santa Helena, e ao chegar outras pessoas os recursos disponíveis não eram suficientes para atendê-las. Como exemplo disso, ele destacou: “[...] se [...] temos que dar 50 cestas básicas, e de repente aparecem famílias que tem que receber também, vamos tirar da onde? [...]”<sup>43</sup>.

Diferente disso, Maiara relatou que, ela e seu esposo, resolveram se mudar de São Miguel do Iguaçu - Oeste do Paraná, para o município de Santa Helena, não para serem “beneficiados” pelos programas de assistência social existentes nesta cidade, mas porque ambos estavam desempregados e segundo esta trabalhadora, “[...] falaru qui pra cá a genti tinha bastanti emprego, nossa! Era só chegá i trabalhá”<sup>44</sup>. Porém, ao chegar a Santa Helena se depararam com uma realidade diferente daquela que imaginavam.

Durante o primeiro mês que estavam em Santa Helena, eles utilizaram as reservas econômicas que possuíam, para pagar os trezentos e cinquenta reais de aluguel e manter as outras necessidades diárias da família.

Através da mediação de um primo de Maiara, que morava no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, eles conseguiram comprar uma casa naquele bairro, pois o cunhado do primo dela casou e vendeu a casa antes de se mudar de lá.

Segundo a entrevistada, quando ela e o esposo chegaram a Santa Helena, eles tinham dois carros, mas decidiram vendê-los para comprar e reformar a casa, porque de acordo com ela, “num adianta eu ficá paganu um monti i daí a genti num ia conseguí si mantê lá pagandu aluguel, água, luz i u mercado. Intão, si a genti guentasse aqui u dinheiro du aluguel di lá a genti ia reformá aqui. Daí, foi u que aconteceu”.

A narrativa dessa trabalhadora é, em alguma medida, uma evidência de que as dinâmicas que se estabelecem na cidade estão em constante processo de constituição e agregam uma série de relações que vão muito além daquelas apresentadas pelo discurso dos grupos dirigentes municipais.

---

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Patrícia Dias Batista, 21 anos e Maira. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 08 de outubro de 2009.

No entanto, para legitimar e vender a imagem de uma cidade bonita e desenvolvida, os setores das classes dominantes e dirigentes municipais, promoveram programas de assistência social, por meio dos quais pareciam querer atenuar os problemas sociais presentes na cidade, principalmente aqueles referentes ao problema da habitação.

Conforme informações retiradas do material produzido pela administração municipal de Santa Helena e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – N.R.E – Toledo, no ano de 1997 havia um total de 318 casas populares construídas no município de Santa Helena, mas ainda existia

uma precariedade na questão de habitação no município. Temos um grande número de famílias que não tem condições de adquirir casa própria, por isso moram de aluguel ou de favores em fundo de quintal de parentes e amigos. Para agravar o problema, o aluguel está com um custo elevado e, o número de casas a disposição para locar é pequeno em relação ao número de procura”<sup>45</sup>.

Segundo informações obtidas junto ao Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores e Assistência Social de Santa Helena, a partir da década de 1980 o governo municipal colocava em pauta projetos de habitação popular, desenvolvendo programas de incentivos a construção civil, através de uma parceria estabelecida com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em que a prefeitura municipal fornecia pedra brita, areia e o trabalho de terraplenagem para a realização, por exemplo, do Programa Mutirão. O qual será retomado mais adiante quando discuto alguns elementos da narrativa de Julio Morandi.

Com tais incentivos acreditava-se que os proprietários do perímetro urbano seriam impulsionados a construir e os espaços vazios aos poucos seriam ocupados “[...] melhorando ainda mais o visual da cidade”<sup>46</sup>.

Nesta incorporação da ação governamental, incentivar a população a construir na cidade e no município como um todo era uma condição necessária para organizar os espaços da cidade, disciplinar seus usos, promover e assegurar a aparência de uma cidade ideal aos interesses das classes econômica e politicamente dominantes, pois ajudaria a construir uma cidade bonita e harmoniosa, dentro dos parâmetros destes.

Nesta perspectiva, o governo municipal através da lei 1.116 de 1997, instituiu o Programa Fundo Perdido, que visava proporcionar o “melhoramento” das condições de vida e

---

<sup>45</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – N.R.E – TOLEDO. Prefeitura Municipal de Santa Helena: considerações básicas; 1997, p. 10

<sup>46</sup> SANTA HELENA. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística, 1988, p.07

habitação das famílias carentes, concedendo um financiamento de até R\$ 3.000, 00 para reformas, ampliações, melhorias e construções de novas moradias, bem como no início dos anos 2000, foi instituído o Programa Municipal de Habitação Popular<sup>47</sup>.

As condições de acesso ao “benefício” do Programa Fundo Perdido eram avaliadas por meio do cadastramento sócio-econômico, controlado pela Assistência Social, sendo que conforme o artigo 18 da legislação, os candidatos deveriam comprovar que residiam no município de Santa Helena há no mínimo 36 meses, possuir renda familiar de até cinco vezes o valor do salário mínimo, ser proprietário ou possuidor do imóvel, comprovar não ter sido beneficiado através dos programas habitacionais desenvolvidos junto à COHAPAR. Poderia ser solteiro desde que tivesse filho sob sua guarda e responsabilidade, ser casado, separado, divorciado, convivente com relacionamento familiar comprovado e ter no máximo 65 anos de idade<sup>48</sup>.

A partir destes critérios, o governo definiu o público “alvo” do programa, estabeleceu uma linha de pobreza, a qual poderia deixar de fora famílias que mesmo estando acima do perfil estabelecido pelo programa viveriam em situação de precariedade, sob outros possíveis parâmetros.

Conforme documentos obtidos junto à assistência social, após a seleção dos beneficiários, funcionários municipais visitavam as famílias para tirar foto da casa em que os candidatos moravam antes de receber o “benefício” e depois com a nova moradia. O que evidenciou a intenção de mostrar um possível melhoramento das condições de vida e de moradia dos “beneficiados”.

Neste sentido, cabe problematizar por que um dos critérios desse programa habitacional estabelecia que as pessoas já “beneficiadas” por algum programa implantado no município não poderiam ser “contempladas” novamente. Seria por que algumas delas acabam vendendo as casas? Mas, por que vendem? Será porque ascenderam socialmente? Ou, porque não possuíam um emprego fixo, que garantisse uma renda mensal suficiente para pagar as prestações do imóvel e manter as demais necessidades da família?

Estes projetos expressavam a ânsia dos grupos dirigentes municipais, que imbuídos de um ideal desenvolvimentista pareciam se preocupar mais com a exploração das possibilidades do turismo, do que com as necessidades reais de moradia dos trabalhadores.

---

<sup>47</sup> Instituído pela lei 1.535 de maio de 2005, em que o governo municipal acreditava atender às necessidades de moradia da população de baixa renda, através de uma política municipal que não manteve vínculo com instituições de habitação, como por exemplo, a COHAPAR.

<sup>48</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, LEI 1.116 de 1997.

Noto uma grande confluência de interesses e concepção de mundo entre os programas implantados e os princípios políticos que norteavam as ações dos grupos à frente do governo municipal. Isto fica ainda mais claro quando analiso a narrativa do ex-prefeito do município, Julio Morandi, produzida em julho de 2009. Esta é uma fonte bastante interessante para perceber e problematizar a concepção de uma pessoa ligada à elite política do município, principalmente no que se refere à relação que ele estabelece com a pobreza e aos considerados pobres.

Morandi foi Prefeito do município de Santa Helena durante duas gestões (de 1986-1988 e de 1993-1996). Entre os anos de 2005 a 2008, ele atuou como gerente do escritório regional da COHAPAR, em Cascavel.

Ele declarou ser natural do município de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul. Em 1972 mudou-se para Santa Helena, onde trabalhou como empregado no comércio local. Atualmente ele atua como comerciante e proprietário da loja “Center Esportes”.

Ao chegar à cidade de Santa Helena, Morandi trabalhava de empregado e exercia a função de catequista, coordenador de catequese e de grupos de reflexão de jovens e casais pela Igreja Católica deste município.

O trabalho voluntário realizado junto à Igreja Católica se tornou a base da vida política de Morandi no município. De acordo com ele, a partir do envolvimento com as questões da Igreja e da comunidade em geral, ingressou na política, pois

Percebi que eu estando dentro como prefeito ou como vereador, ou como qualquer, ou deputado a gente teria condições de poder ajudar muito mais as pessoas e transformar mais, dar a nossa parcela também de contribuição, porque a gente tinha meios, tinha mecanismos, tinha instrumentos para que fosse possível fazer um trabalho maior ali, como que nós iniciamos em 86. É, nós assumimos em primeiro de janeiro de 86, 1986 [...] <sup>49</sup>

Morandi atribuiu destaque ao fato de ter sido o primeiro Prefeito eleito pós-ditadura Militar (1985), um aspecto que, pareceu ser utilizado como respaldo para justificar e diferenciar este momento e sua atuação enquanto liderança política de Santa Helena. Em revista editada pelos órgãos governamentais da época, a relevância do período é frisada como um mérito aos representantes eleitos para ocupar cargos públicos. Morandi, estabelecendo a importância de sua missão e “das dificuldades financeiras para realizar um programa de

---

<sup>49</sup> Julio Morandi, 60 anos - 25 de junho de 2009.

trabalho, assim como da estrutura de administração retrograda herdada [...]”<sup>50</sup>, teria optado “por uma filosofia de Governo que premiava a participação da comunidade”<sup>51</sup>.

Neste intento, Morandi em seu discurso de posse falou que apoiaria “as associações comunitárias, comunidade de base e qualquer outro tipo de organização”<sup>52</sup> que visasse o bem comum e a integração “do homem santahelenense”.

De acordo com ele (2009), enquanto esteve à frente do governo municipal adotou uma política que buscava priorizar “os mais necessitados”, porque em sua concepção, são “os que têm dinheiro, que tiveram mais sorte na vida... enfim, que tem alguma coisa, esses se viram de outra forma, esses trabalham, acabam se ajeitando a mesma coisa. Agora, os que têm menos escolaridade, são os que têm menos posse. Enfim, os que mais precisam do poder público, nós temos que dar uma atenção melhor, e eu tentei dá”<sup>53</sup>.

Com esta perspectiva, Morandi destacou ter firmado convênio com a COHAPAR para implantar os programas habitacionais, dentre os quais o Programa Mutirão. De acordo com ele, no período apontado, havia uma “demanda” significativa por moradia, pois durante a campanha política de 1985 já sentiu esta: “necessidade, quanta gente pagando aluguel que não podia, morando mal [...]”.

De acordo com Delci Andrade Bresolin<sup>54</sup>, a demanda por moradia no município de Santa Helena se justificava devido à formação do Lago de Itaipu que “desabrigô o bóia fria, desabrigô o que morava como empregado do agricultor”<sup>55</sup>.

Este processo culminou na necessidade de construir moradias para essa população, uma vez que, segundo ela, a indenização paga pela Itaipu não correspondia ao valor das propriedades desses agricultores: “[...] aquele, por exemplo, que morava na ribeirinha, aí. Que foi indenizado pela Itaipu de um terreno sobrô o que pra ele?”. Na avaliação de Delci, para muitos desses agricultores restou somente uma “casinha” para viver, quando não “virô um desabrigado, virô um favelado”.

Morandi elencou também, como um dos motivos de adotar uma política voltada à habitação, o fato de que algumas famílias que pagavam aluguel e que não tinham condições

---

<sup>50</sup> SANTA HELENA. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística, 1988, p.03

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Julio Morandi, 60 anos - 25 de junho de 2009.

<sup>54</sup> Ela trabalhou como funcionária pública municipal não concursada pela Assistência Social de 1989-1992 e de 1993-1996 foi vereadora do município de Santa Helena pelo PMDB. Na ocasião da entrevista, Delci trabalhava como servidora pública nas instalações do DETRAN, localizado na sede municipal. Delci Andrade Bresolin, 67 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena/ PR, 12 de maio de 2010.

<sup>55</sup> Idem.

de construir sua casa própria “se organizaram em associações e nessas associações veio reivindicá [...]”<sup>56</sup> o acesso à moradia.

Ele disse achar “muito salutar” quando as pessoas se unem em associações para “chegar àquilo que ela almeja”, pois em sua concepção se “tivé dez ou doze você consegue muito mais”. Segundo Morandi, a administração municipal levou em conta as reivindicações postas pelas associações e firmou um “[...] convênio com a COHAPAR, tornando possível o sonho da casa própria”.

Porém, vale indagar: o que estas políticas de habitação popular representavam e representam para as elites políticas do município? Seria um meio de atender aos interesses de frações das classes dominantes, gastando menos e garantindo prestígio e poder político? Ou, seria uma forma de escamotear os conflitos sociais, desarticular os trabalhadores para a não reivindicação de direitos ao trabalho, a moradia, a educação e a saúde, demonstrando a habilidade de ação e expressão do poder público, e assim jogar aos próprios indivíduos a responsabilidade por suas condições sociais, como se estes por si só definissem os rumos da vida em sociedade?

Estas são algumas das inúmeras questões que ficam no ar, e que merecem uma reflexão, não para pontuar respostas prontas e acabadas, mas com o intuito de compreender como elas se constituem nas relações sociais.

De acordo com Morandi, o sistema de Mutirão representou para a administração municipal, a possibilidade de “atender” as reivindicações da população,

porque os custos seriam mais baratos, não precisava pagá mão de obra, porque daí cada família que recebeu a casa que foi selecionada, na, na ... com sua casa é ela tinha que mandá... arrumá se não podia da família, mais alguém. Então, pagá alguém que fosse trabalhá<sup>57</sup>.

Coube ao governo municipal fornecer areia, pedra, o trabalho de terraplanagem, um mestre de obras, alguns pedreiros para acompanhar o andamento do serviço, e a COHAPAR forneceu os outros materiais necessários para a construção.

Morandi enfatizou que o processo de seleção dos candidatos ao “benefício” foi efetuado por meio de um trabalho conjunto entre a COHAPAR e os dirigentes municipais. Nesta relação, a COHAPAR estabelecia os critérios de admissão ao programa, entendendo como elemento definidor do merecimento, ou não do “auxílio” as condições econômicas dos inscritos, ou seja;

---

<sup>56</sup> Julio Morandi, 60 anos - 25 de junho de 2009.

<sup>57</sup> Idem.

famílias baixa renda, quem não tinha [...] casa. É, geralmente aquelas que tivessem mais filhos, principalmente filhos menores [...] primeiro plano era aqueles qui pagavam aluguel, não tinham casa ou tinha casa também muito, é em condições muito precárias [...]<sup>58</sup>.

Segundo o entrevistado, caso a ficha de inscrição dos candidatos deixasse dúvidas sobre suas condições de vida e moradia, os funcionários da Prefeitura Municipal realizavam o trabalho de vistoria aos domicílios: “se visitava a família e daí se constatava, em lócus, de fato a situação. E daí, quando você visita daí a família o vizinho já comenta e tal, e daí, você já têm uma noção assim mais certa de comé que você selecionava as famílias”<sup>59</sup>.

O ingresso das famílias ao programa “mutirão” estava atrelado à construção de normas de conduta, seja através do estabelecimento de um padrão de família pobre, em que a concessão do benefício dependia do número de filhos, de aceitar e ter tempo disponível para trabalhar nas construções das casas, bem como viver em “precárias” condições de moradia.

Morandi lembrou que o processo da construção das casas foi marcado por alguns conflitos, que se apresentavam na hora de cumprir o “compromisso” de ir trabalhar, porque alguns dos “beneficiados” não compareciam para o dia de trabalho, ou as mulheres iam trabalhar nas construções. A presença das mulheres deixava alguns homens irritados, porque acreditavam “que a mulher não produzia tanto quanto o homem [...]”<sup>60</sup>.

Na avaliação de Morandi, estas “dificuldades” contribuíram para que os “beneficiados” pudessem “valorizar mais aquilo que elas receberam, senão elas recebem a casa e ainda ficam se queixando que a casa não serve [...]”<sup>61</sup>.

Na perspectiva do entrevistado, com a implantação do Programa Mutirão, os grupos dirigentes municipais em parceria com a COHAPAR desenvolveram uma ação de “bondade”, pois possibilitaram eliminar “um monte de casebres [...] de casa de lona” existente na cidade de Santa Helena, ao mesmo tempo em que ajudaram a população pobre da cidade a adquirir a casa própria.

Morandi comentou que os funcionários da Prefeitura Municipal precisaram realizar um trabalho de orientação às famílias beneficiadas pelo programa, porque em sua concepção,

[...] quando você sai de uma casa debaixo de lona você vai i você mora lá isolada lá num canto [...] Você coloca, constrói 50 casa, você tem 50 vizinho que moram junto [...]. A partir dali, você tem que começá a ter um

---

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem.

novos, novos hábitos de convivência inclusive i na própria casa, quem nunca tinha um chuveiro, quem nunca tinha um vaso pra usá, quem nunca tinha uma, uma, enfim, é uma janela pra fechá, porque lá era janela que encostava uma taboa pra fechá [...] Através dessa Associação que a gente desenvolvia essas políticas de orientação, o que fazê e tal. Então, pra ensiná porque muitas vezes a população não tem noção [...] <sup>62</sup>.

Seus posicionamentos devem ser compreendidos a partir de sua própria trajetória e experiências de vida, pois o lugar de onde se fala molda o olhar que ele lança sobre estes processos e aos que se articulam.

As condições de vida e de moradia dos setores populares são incorporadas à narrativa, como um meio de estabelecer as diferenças existentes entre a realidade vivida por ele e o que ele julgava ser a realidade da população pobre.

Torna-se perceptível a constituição de modos de vida de grupos sociais com condições de classe distintas, configurando um espaço social de diferenças. Dessa forma, as expressões “quem nunca tinha um chuveiro, quem nunca tinha um vaso pra usá, quem nunca tinha [...] uma janela pra fechá, porque lá era janela que encostava uma taboa pra fechá”, constituía os sinais do “atraso” associado à incivilidade, à ignorância popular que, para Morandi, gerava o desconforto, o horror a uma realidade que encenava o “outro lado” da sociedade. É diante disso que o entrevistado percebia as diferenças sociais, pois identificava um mundo diferente do seu, se colocando como alguém que buscou amenizar o problema da pobreza urbana.

Morandi, neste sentido, citou como um exemplo, o processo de implantação de casas populares no município de São Miguel do Iguazu, que fica a uma distância de 30 quilômetros de Santa Helena. Naquela ocasião ele trabalhava pela COHAPAR e acompanhou o processo de construção das casas naquele município.

Segundo Morandi, os representantes do governo municipal de São Miguel do Iguazu juntamente com a COHAPAR, visaram acabar com uma área de “invasão”, onde as pessoas viviam em barracas de lona, “privada fora, não tomavam banho... uma coisa terrível [...]”.

Assim, Morandi apontou as dificuldades e a necessidade de alterar e resignificar aspectos da vida das camadas populares, seus hábitos, costumes e valores por outros que poderiam não ter o mesmo sentido. Isto porque, para ele, sem desenvolver um “trabalho de conscientização desse povo [...] eles se matam, brigam, não tem convivência entre vizinho. Então, ele tem que sabê que não é mais sozinho, têm uma comunidade toda [...] <sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Idem.

Na avaliação do ex-prefeito de Santa Helena, a população pobre precisava aprender a conviver: “Desde, das crianças como que elas têm que se alimentá [...] como eu ti falei chuveiro, o próprio parte sanitário coisa que nunca usavam, nós que somos acostumados”<sup>64</sup>.

Morandi via a inserção do chuveiro, vaso sanitário e as janelas como símbolo do melhoramento das condições de vida e de moradia da população pobre. Tratava-se de uma intervenção que buscava constituir um padrão de família e de valores que não levava em consideração os costumes e os valores dos sujeitos alvos da ação governamental.

Na concepção dele, a implantação do Mutirão não representava somente uma mudança do espaço geográfico em que a população “carente” vivia. Mais do que isso, significava a mudança de um conjunto de experiências e trajetórias de vida, como um passado que se queria superado, para a construção de uma relação aparentemente harmoniosa.

Esta preocupação parece recorrente entre os dirigentes municipais, que criam mecanismos visando atenuar as contradições e desigualdades existentes na cidade, numa relação em que a população pobre e suas moradias podem representar uma ameaça ao tão desejado desenvolvimento da cidade.

Não por acaso, constatei a existência de 20 bairros que se constituíram a partir da implantação de programas de habitação popular em Santa Helena. Conforme dados recolhidos junto aos órgãos públicos municipais, 12 destes bairros populares foram construídos entre as décadas de 1980 e 1990, mediante parceria do governo municipal com a COHAPAR. Os outros 8 (oito) foram construídos em 2005, resultado do processo de formação do Programa Municipal de Habitação Popular.

Os dados referentes à denominação, ano, número de casas construídas e a localização dos conjuntos habitacionais, podem ser observados na imagem do mapa na página seguinte, onde identifiquei os conjuntos habitacionais pertencentes ao perímetro urbano com números de 1 a 8, de acordo com o ano de implantação.

---

<sup>64</sup> Idem.



Os conjuntos habitacionais construídos nos “distritos” e “linhas” do interior foram identificados de forma diferente, porque as dinâmicas que se estabelecem são outras. A minha intenção foi de possibilitar uma localização do espaço urbano e de modo específico da área onde se localiza o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, eixo central desse trabalho, embora, cabe frisar que este conjunto habitacional não consta na planta da sede municipal do município de Santa Helena.

Na concepção de Langaro, tal local aparece como um “vazio”, como se não existisse pessoas vivendo ali, apontando para o não-reconhecimento daquela como uma área de moradia, o que para ele parece compor uma tentativa de produzir uma espécie de esquecimento sobre este e outros locais da cidade, como se eles nunca tivessem existido<sup>66</sup>. Avalio esta questão como parte de um processo complexo que será melhor analisado no próximo capítulo, quando tratarei da formação do Santa Rita de Cássia, enquanto local de moradia.

Desde já aponto que, trata-se de um movimento que acompanha o fazer-se dos trabalhadores lá residentes, envolvendo uma série de conflitos, tensões e embates que podem ser percebidos nas experiências dos trabalhadores.

Por isso, para compreender os posicionamentos dos entrevistados, deve-se levar em consideração a visão que se produziu e se produz dos bairros populares e das pessoas que lá vivem, uma vez que os argumentos destes sujeitos são construídos no diálogo com os demais setores sociais, estabelecendo uma relação de pertencimento para com a cidade.

Avaliando suas condições de vida, trabalho e moradia, os trabalhadores expressam auto-imagens deles próprios, construídas no contraste com os “outros” segmentos com quem interagem socialmente.

Por vezes, estas relações tecidas no dia-a-dia parecem demonstrar uma luta não somente para marcar o lugar social que ocupavam e o do “outro”. Mais do que isso, punham em questão e reivindicavam o próprio “direito à cidade”.

No entanto, quem são os “outros” e como os trabalhadores entrevistados os identificavam? De maneira geral, em alguns momentos das narrativas, os “outros” eram apresentados como sendo os moradores de outros bairros da cidade, outras vezes eram os funcionários públicos que ocupavam cargos na Prefeitura Municipal e em algumas circunstâncias os próprios vizinhos eram identificados como os “outros”.

---

<sup>66</sup> LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., pp. 178-179

Os sentidos e significados atribuídos aos diferentes “outros”, são construídos socialmente e sua junção configura a multiplicidade das relações que envolvem estes processos, aproximando-se da realidade dos sujeitos da pesquisa.

Penso que estas questões delineiam a complexidade das dinâmicas que engendram o processo de formação destes locais, destrinchando uma série de disputas, conflitos e tensões existentes principalmente na relação com a administração municipal.

Rosângela Maria Silva Petuba<sup>67</sup> na interpretação das narrativas produzidas com os moradores do Bairro D. Almir da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, apontou para alguns conflitos e tensões entre os moradores deste bairro e seus vizinhos que, também, puderam ser observadas nas entrevistas dos moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e da Curva do Obregon. Isto se deu em grande parte, porque, na maioria das vezes os moradores dos outros bairros assimilavam o discurso presente na imprensa local, divulgadora de uma visão negativa destes lugares, como locais da bandidagem, de concentração da criminalidade, dos ladrões, traficantes e assassinos. Estas noções alcançaram ressonância considerável entre os próprios trabalhadores que foram entrevistados.

Junto à Rádio Grande Lago<sup>68</sup>, de Santa Helena, obtive algumas reportagens que repetidamente atribuem este caráter pejorativo ao Santa Rita de Cássia. Na maioria das vezes, estas matérias apresentaram os moradores que lá residem através de notícias policiais:

As polícias Civil e Militar de Santa Helena através de uma ligação anônima, prenderam na tarde de hoje [no documento não consta a data do acontecimento], Altair Marchetti popular Gogo, de 18 anos de idade. Segundo o denunciante, Gogo comercializava droga em sua casa no bairro Santa Rita de Cássia, local vulgarmente conhecido como rincão das éguas. Os policiais, por volta das 15 horas foram até a residência de Altair Marchetti, o Gogo, mas ele não se encontrava. Foram então iniciadas buscas na cidade e horas depois Gogo foi preso com uma quantia de maconha em seu poder. Preso, o elemento foi encaminhado juntamente com a droga para a delegacia da Polícia Civil de Santa Helena, para a lavratura do flagrante e demais medidas cabíveis ao fato [...]<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> PETUBA, Rosângela Maria Silva. Op. Cit.

<sup>68</sup> Localiza-se na avenida Brasil – 1720, área central do perímetro urbano da cidade de Santa Helena - Paraná, tendo como proprietário o advogado Naudé Pedro Prates que entre os anos de 1979 – 1985, foi nomeado Prefeito deste município. Em comemoração aos 25 anos de existência da Rádio Grande Lago AM/580, o locutor Elder Alberto Boff (que de 2000 a 2008 foi vereador deste município) fez uma programação que tratou de alguns aspectos da história desta emissora. No entanto, de acordo com ele, esta emissora de rádio foi fundada em 1982, sendo inaugurada no dia 26 de maio, (quando comemora-se o aniversário do município de Santa Helena) contando com a presença do então governador do Paraná, Jaime Canet Junior. (Eder Alberto Boff. Jubileu de Prata, fevereiro de 2007) Disponível no site do Jornal Correio do Lago: <<http://www.correiodolago.com.br/coluna.php?id=9>>. Acessado dia 11 de janeiro de 2010.

<sup>69</sup> RÁDIO GRANDE LAGO. “Polícia de Santa Helena prende jovem comercializando maconha”.

Na percepção de Delci, o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia “virô ponto de droga, furtos [...] Esse conjuntinho ali virô da marginalidade, até perigoso entrá ali à noite”<sup>70</sup>.

Entretanto, será que o roubo, as atividades clandestinas e ilegais são uma prática existente somente entre as pessoas residentes nos bairros populares da cidade? Se esta prática é compartilhada pelo conjunto da sociedade, por que os outros bairros não são caracterizados como perigosos? Trata-se pura e simplesmente de uma questão do espaço geográfico, o qual revela o grau de periculosidade dos indivíduos?

Acredito que estas perguntas levam a um campo de disputa entre as frações de classes que, por vezes, parece estabelecer uma divisão social, classificando o bom e o mau comportamento. Assim, o combate não era essencialmente às pessoas que de modo geral desenvolviam atividades vistas como ilegais, mas sim aos moradores dos bairros considerados pobres, alvo da punição policial. O que significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade.

De fato, os trabalhadores entrevistados falaram sobre a suposta existência de pessoas residentes no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e na Curva do Obregon que sobreviviam através de práticas ilegais e clandestinas. Mas, insistiam em afirmar que a maioria deles eram trabalhadores “honestos”, “pessoas de bem” e queriam ser reconhecidos enquanto tal.

A exemplo das considerações de João Carlos de Souza<sup>71</sup>, os trabalhadores entrevistados procuravam evitar a associação entre “roubo”, “assalto”, “violência” e a situação deles. Isso tem sua razão de ser devido ao fato de que boa parte da população residente na cidade atribuía a causa das situações que geravam violência genericamente aos moradores das regiões consideradas periférica, como por exemplo, o Santa Rita de Cássia e a Curva do Obregon.

Ao se colocar como pessoas que não praticavam atividades ilícitas, os entrevistados deixavam explícitos aspectos constituintes de um espaço marcado por um presente em disputa que remetia a um passado também em disputa.

Nos diálogos estabelecidos para a pesquisa é notável o posicionamento de sujeitos que conviviam com o desprezo, uma vez que o estigma de morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e na Curva do Obregon tem sido associado à pobreza e ao crime, o que os afetava na procura de empregos, na relação com os agentes de controle social, como a polícia, ou simplesmente na aproximação com outras pessoas.

---

<sup>70</sup> Delci Andrade Bresolin, 67 anos - 12 de maio de 2010.

<sup>71</sup> SOUZA, João Carlos de. Op. Cit., 127

Como podemos perceber na descrição do senhor Luis Carlos Koli Silva, nascido em 1976 no município de Santa Helena, cujos pais se divorciaram quando ele tinha oito meses de idade. A mãe de Luis Carlos concedeu sua guarda à avó materna, com quem ele viveu durante sete anos.

Neste período, seu pai casou-se novamente e o levou para morar com ele. Aos treze anos, Luis foi morar e trabalhar de diarista numa fazenda no Paraguai, ficando lá até completar dezessete anos. Então, voltou para Santa Helena, onde permaneceu até a ocasião da entrevista:

É, como qui eu acabei di dizê pra você, a questão da imagem ruim é qui tinha na verdade um pessoal qui robavam, assaltavam loja, coisa qui aconteceu faz uns quatro anu, aconteceu um assalto na loja Mania qui eles falam di ropa i us piá eram daqui, né? Saiu a imagem bem ruim, ficô assim, lá na hípica [Santa Rita de Cássia] lá, us qui mora lá são ladrão, tipo meio generalizadu, quem morava aqui era problemático, tinha problema, essa questão qui eu falei pra você si falasse a eu moro lá na hípica. “Conhece fulanu di tal?” Intrevistava você pra sabe algo mais, né? Tipo assim, quinem u pessoal mi conhecia, né? Purque eu participava da área de saúde, tipo assim: “ó fulanu tu não viu uma bicicleta tal cor assim, assim, né?” Que, que eu vô falá, eu num vi cumé qui eu vô fala? Qui eu vi? [...] <sup>72</sup>

Para ele, os demais moradores da cidade olhavam a população do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia com um olhar preconceituoso, produzindo generalizações sobre as pessoas que lá viviam o que gerava uma situação de insegurança e desconfiança entre os próprios moradores.

Esta incorporação interferia em suas vivências e comportamentos tanto dentro quanto fora do bairro, demonstrando que a condição de ser morador do Santa Rita de Cássia, tornava-se o elemento definidor da forma como as pessoas com quem interagiam os tratavam, principalmente os não-residentes que através de atitudes desdenhosas reforçavam isso constantemente.

Ser tratado como as demais pessoas não-residentes no bairro era algo que podia acontecer até o momento que as pessoas soubessem onde moravam, a partir de então eram tratados antes de tudo como moradores do bairro estigmatizado.

Neste sentido, quando Luis Carlos disse que as pessoas o interrogavam com o intuito de saber informações sobre os roubos que aconteciam na cidade, ele pareceu querer expressar sua insatisfação em relação à discriminação residencial que os moradores do bairro sofriam.

---

<sup>72</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 07 de agosto de 2009.

Pois para estas pessoas antes de ser o trabalhador - motorista de ambulância, ele era visto como o morador de um bairro perigoso<sup>73</sup>.

Mais do que conviver com as designações que buscavam caracterizá-los por suas condutas, estilo de vida e seus valores, os moradores eram vistos pelos outros setores sociais como os responsáveis pelo declínio da cidade, marcado pela delinquência e a criminalidade.

Esta associação da pobreza com a criminalidade é destacada por Ezequias Pereira<sup>74</sup>, quando faz uma crítica ao papel e a concepção que a própria polícia tem das pessoas que moram no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

Ele frisou que os moradores eram prejudicados, porque a polícia “sempre tá aqui, a pulícia sempre vem [...] até pela própria pulícia é mau falado aqui, si um dia a genti pricisá di alguma coisa, é eles, capais até di num, num ajudá [...]”<sup>75</sup>.

Em outro trecho da entrevista ele relatou como foi abordado pelos policiais quando voltava do serviço:

[...] até um dia eu fui parado na rua pela pulícia tava vino du trabalho, eles colocô as arma na minha cabeça i fez eu encostá nu camborão, pediu meu nome, dai eu falei meu nome, pediu meu apelido, eu falei que eu era Suquinho. Dai eles falô: Tu morá na ondi? Eu moro lá nu Rincão das Égua lá embaixo, i dai eles já queria até mi prendê só qui como eu tava cum a ropa da firma, dai eu mandei eles ligá na firma, falei: não, seis ligá lá na firma, eu tô vino agora du serviço, dai eles me liberô, purque eu tava cum a, cum a ropa da firma, sinão eu acho qui eles tinha me prendido.<sup>76</sup>

O estigma territorial afetava não só a interação com as outras pessoas, mas também com a polícia, que eram capazes de mudar o comportamento e os procedimentos quando lidavam com um residente de um bairro “mal-afamado”, pois o fato de morar nestes bairros já carrega a predisposição à criminalidade e a suspeita de atividades ilícitas ou mesmo de culpa por alguma infração.

---

<sup>73</sup> De acordo com Ezelinda Fátima Rodrigues, ir ao supermercado e à loja “[...] tu chegava já ficavam olhando, sabe? parecia qui tava ti acusando só cus olhos, nem precisava te falá, tu já sabia. Então, muito lugá qui nós ia, nós não falava qui nós morava lá, nós mora nu final da rua Pará, ma nós não falava qui morava lá, us últimos anos foi assim. Ondé qui tu mora? A eu moro no final da rua Pará, ma ninguém sabia qui era lá im baxo, qui era um lugá muito mal falado, nus últimos anos fico terrível de você vivê lá”. Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 09 de outubro de 2009.

<sup>74</sup> Nascido em 1987 na cidade de Santa Helena. Morador do Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia há cerca de um ano, onde vivia com sua esposa que trabalhava de copeira no Hospital Policlínica de Santa Helena, e suas duas enteadas, uma de 10 anos e a outra de 3 anos. Ezequias Pereira, 22 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 15 de julho de 2009.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Idem.

Os entrevistados possuem a percepção de que vivem em um espaço socialmente considerado degradado, e isso os desqualifica coletivamente. Nas palavras de Maiara<sup>77</sup>, moradora do Santa Rita de Cássia a cinco meses, o sentido da indignação é expressado quando lhe pergunto sobre a experiência de ter se mudado para este conjunto habitacional:

[...] era até isquisito aqui im baxo, nu meu ponto di vista é muito preconceito, entendeu? Você mora assim... eu acho qui pra eles aqui é uma favela, entendi? Quando a genti veio morá aqui... porque (sorriu) eu tinha um Golf, daí pra mim... pra mim [...] eu num conheço... pra mim é um lugar normal, porque na verdade eu nunca morei nu centro assim, sabe? Eu morava num bairro... pra mim lá, isso daqui lá im São Miguel [do Iguazu] num é favela, tem lugares piores, né? Eu morava assim mais perto du centro, mais era um lugar assim... daí vim morá aqui [...] Começô desce uns carro meio isquisito assim... uns carro normal, sabe? I eu comecei acha isquisito. Um dia até eu saí na porta assim, u cara tirô uma foto di mim eu levei um susto, quando foi di tardizinha daí u meu marido chegô du serviço, daí deu cinco minuto qui ele chegô du serviço, um monti di pulícia incostô aqui, daí falô um monti di coisa assim ... i daí quiria sabê u documento du carro, num sei u que. Daí eu falei pra ele bem assim, falei bem claro pra ele... falei assim: si você é da pulícia invés di você ficá passandu na frenti da minha casa i tiranu foto di mim, porque cê num chegô i mi perguntô, né? Num é porque você é pulícia qui tem qui sê mais du qui a genti. Daí fui i peguei u documento du carro [...] daí foi puxo us documento tudo i daí ele pegô i perguntô pra mim: “U que qui uma pessoa cum carro desse tá morandu aqui im baxo?” Daí eu falei pra ele: Si eu não tenho condições di comprá uma casa lá im cima eu vô comprá aqui im baxo. Daí ele ainda ficô queto aqui... daí eu falei assim: si eu num tenho quarenta mil pra mim comprá uma casa lá im cima i tenho deis pra comprá uma aqui im baxo, eu vô comprá ondi u meu dinheiro dá, eu falei pra ele. Ainda ficô brabo, daí revistô [...] i foram imbora. Intão qué dizê u que? Qui u pessoal qui mora aqui nunca vai podê tê nada? [...]<sup>78</sup>

Diferente dos outros entrevistados, Maiara pagou oito mil reais por um imóvel que ela não sabia que “era da Prefeitura, eu achava qui era dele, entendi? Porque jamais uma pessoa vai pagá pur uma coisa qui você sabe qui num é seu [...]”<sup>79</sup>.

Isto causava um sentimento de arrependimento por ter comprado a casa, mas, também era o motivo pelo qual ela se sentia mais tranquila, porque assim como os demais moradores daquele bairro, ela tinha um contrato de permissão de uso do imóvel, válido até o ano de 2013. Para os trabalhadores este documento representava a confiança de se ter onde morar por aproximadamente mais quatro anos.

---

<sup>77</sup> Inicialmente Maiara se recusou a conceder a entrevista, mas disse para eu esperar Patrícia (moça que morava com ela) voltar do mercado que ela provavelmente forneceria a entrevista, pois de acordo com Maiara, Patricia gostava de falar. Mas, mesmo assim, Maiara acabou participando da conversa, principalmente quando as questões se referiam ao processo que os levou a morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Maiara. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva, dia 08 de outubro de 2009.

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> Idem.

Diante de tal situação, Maiara avaliava que, se ela fosse pagar aluguel durante o período que o contrato permitia o uso do imóvel, os gastos seriam superiores aos oito mil reais pagos pela casa, bem como, ela acreditava que, os dirigentes municipais não poderiam tirá-la da casa para colocá-la na rua, pois “[...] si eles tirá a gente daqui, eles teriam qui dá outra casa [...]”<sup>80</sup>.

Na citação destacada na página anterior, Maiara questionava os policiais no sentido de demonstrar que existiam trabalhadores morando no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e que, estes trabalhadores buscavam através das possibilidades e recursos que dispunham “melhorar” suas condições de vida. Pautada nesta reflexão ela disse-me que os policiais, as demais lideranças do município e os moradores da cidade precisavam entender que: “[...] a gente teve qui vendê as nossas coisas, pra tê outras coisa, né? [...] nada cai du céu, né? [...]”<sup>81</sup>.

Continuando esta trabalhadora ainda argumentou que “[...] pra pulícia, pra prefeito [...] advogado é esses negócio assim: quem mora im favela é bandido, intendi? Quem mora im favela é favelado i nuca podi tê nada”<sup>82</sup>.

Estas questões expressam a forma como os moradores se sentiam em relação ao conjunto da sociedade e, principalmente no modo como estabeleciam suas relações sociais na cidade.

O trabalhar na cidade, por exemplo, é uma experiência encarada com diferentes visões. Para alguns entrevistados, a condição do morador pobre da cidade aparece, inclusive, na privação do próprio direito de trabalhar.

Conforme Roseni da Silva<sup>83</sup>, moradora do Santa Rita de Cássia há aproximadamente quatro anos, o fato de morar neste conjunto habitacional dificultava para conseguir emprego, pois

---

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Natural de Três Barras, Estado do Paraná, estudou até a quarta série e aos treze anos de idade “fugiu” da casa de seus pais, pois, de acordo com ela, seu pai não aceitava que ela namorasse seu atual esposo, porque ele era moreno. O rompimento com a família, causava um certo sentimento de dor na entrevistada porque fazia “[...] quize ano qui eu tô morando aqui em Santa Helena, eu acho. Não ví meu pai falecê, não vi minha mãe falecê, né? Eles já são falecido i sei qui a tristeza muito grande, porque é só eu sozinha aqui em Santa Helena, né? [Gente fala] você é loca? Num é loca, porque eu num vô abandoná minha família, pra i atrás da minha outra família, né? [...]”.

Após ter “fugido” foi morar no Paraguai e perdeu o contato com os pais e os irmãos. Entre os anos de 1990 e 1991 mudou-se para a cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, onde viveram durante aproximadamente sete anos. Deste município Roseni e sua família, foram para Santa Helena, onde permaneceram até a ocasião da entrevista. Mãe de seis filhos (de 18, 17, 16, 12, 8 e 4 anos de idade), fazia aproximadamente três meses que o médico havia diagnosticado que estava com câncer no útero, questão que marcou sua narrativa, pois seus filhos não sabiam que estava com esta doença. O esposo da entrevistada era

[...] si falá principalmeti lá pra cima si falá qui eu moro aqui é u maió, sabe? Cumo é qui si diz? U maió pavor acho das pessoa, sabe? Porque antigamente aqui, aqui era terrível di mora, sabe? Então si você falasse, [...] qui morava aqui, minina! Era maió até pru cê arrumá um sirviço era maió, sabe?... as pessoas sentí medo pra... eles pensava qui a genti ia fazê alguma coisa ia robá essas coisa, né? Eu falei: não é qui toda pessoa qui mora lá im baxo é du mesmu jeito eu falei, tem pessoas decente tamém, tem muita gente sem vergonha, mais tem genti decenti tamém. Só qui lá pra cima pelo menos, via as pessoa qui morava aqui assim ... falava qui morava aqui as pessoa era um lixo pras pessoa, sabe? [...]<sup>84</sup>

Os argumentos produzidos pela entrevistada demonstram que, ela possuía uma viva percepção de que eles eram penalizados no mercado de trabalho por residirem num bairro estigmatizado. Para ela, as pessoas julgavam umas as outras, produzindo e reproduzindo uma imagem negativa do Santa Rita de Cássia e das pessoas que o habitavam, como se todos os moradores fossem ladrão e bandido.

Neste mesmo sentido, Ezelinda destacou que “hoje em dia tudo que vale é u dinheiro, dinheiro vale tudo, si você tem uma condições financeira assim, uma vida financeira instável, tu é bem vinda em qualqué lugá”. Ela disse-me que não se sentia bem quando ia a algum lugar e percebia que: “vamo supondo, qui u meu calçado seja bem mais inferior du qui u teu, seria a pessoa fica te olhando assim i você percebê qui você não é bem vinda ali [...]”<sup>85</sup>.

Pode-se inferir, que na concepção dessas trabalhadoras, e especificamente Roseni, assim como no Santa Rita de Cássia existiam pessoas que poderiam desenvolver atividades vistas pela sociedade como “desordeiras”, nos outros bairros da cidade isso também poderia acontecer.

Na avaliação de Luis Carlos, as dificuldades de interação nos meios sociais da cidade não se limitavam puramente a uma questão do endereço residencial, mais do que isso, os moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, se deparavam com situações que apontavam para suas condições sociais.

Como podemos observar na fala do entrevistado:

[...] tipo assim só qui dai quando ocupava local di trabalho, tipo, cê mora aonde? Eu moro no Santa Rita de Cássia. “Onde que fica isso?” A antiga

---

funcionário de uma empresa (omitiu o nome) de Marechal Cândido Rondon e fazia, entre outras coisas, calçamento de estradas e tubulação. Este trabalho ele desenvolvia em outras cidades e, por isso, muitas vezes, ficava entre quinze e vinte dias fora de casa. Ela tinha uma filha casada que morava no município de Toledo, oeste do Paraná, e seu filho de dezoito anos trabalhava em uma fábrica de ração da Cooperativa Lar, localizada no município de Santa Helena. Com o salário que o filho da entrevistada recebia, ele ajudava nas despesas de casa, como pagar água e comprar alimentos. Roseni da Silva, 34 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de julho de 2009.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

Hípica. “Antiga hípica. A lá nu Rincão dus cavalus?” Sim. Então, a questão é, eles ficaru meio assim já não ti daru muita bola. Mais você trabalha nu que? A eu trabalho... né? Eu trabalho em tal lugar, assim, eu trabalho com ambulância. Então, vamu fazê teu cadastro [...] tipo assim. Então, eu acho qui muitos daqui já passaru pur essa situação como eu passei tamém, chegaru eu moro em tal lugar. Nu que você trabalha? Eu trabalho em tal coisa. Talvez até nem abria a ficha [...]”<sup>86</sup>.

Neste caso, ter um emprego facilitava a inserção social dos indivíduos. Mas como conseguir um emprego se os empregadores resistem a contratar os moradores de um bairro socialmente estigmatizado?

Segundo Roseni, a situação de desconfiança que os empregadores tinham quando ia procurar emprego foi amenizada a partir da experiência que obteve trabalhando no Hotel e Lanchonete do Paludo, localizado na avenida Brasil – área central da cidade:

[...] é qui, às vezes, comparação assim, você indica um lugar pra trabalha, né? Ai você vai lá, né? Quinem eu tenho vários cursos, né? Daí ... mais pergunta ondi a gente mora, né? Querem sabe u endereço i tal, daí você dá u endereço... já, meu Deus! Mesma coisa qui jogá água fria na pessoa, nem qui a pessoa teja pricisando... (no momento) sabe? Ou fica pra manhã, ou fica pra depois ... eu passei várias vezes, só qui daí uma veis eu fui trabalha nu Paludo, ali sabe? Nu hotel lanchonete ali, né? Daí a mulher perguntô: ondi qui eu morava, daí eu falei i eu falei: Só qui óia tem muita gente qui tem preconceito lá di baxo, falei; mais só qui num é qui todos qui mora lá ímbaxo qui tem u mesmo custume, né? Não são todos i tal, né? Ai ela falô: “Não, é pessoa preconceituoso” Ela disse um dizê ingraçado lá, daí eu falei: Eu acho qui quem qué trabalhá não vai mexe nas coisa dus otros, purque a gente precisa, né? Daí ela falô: “Não, isso ai é verdade”. Ela mi deu uma chance até pagaru u meu curso di cozinhera também, sabe? Mi deru um curso di cozinhera, eu trabalhei seis meses quinem diz u outro fria, né? Depois eles pagaram meu curso di cuzinhera, daí eu trabalhei di cuzinhera mais di um ano i poco, né? Depois fui pra camarera, sabe? Quando pricisava a gente ajudava eles, né? I ela mi deu uma chance, né? Bem grande i depois daquela veis eu já tinha conhecimento di mais coisa, né? Assim pá ... na limpeza i depois daquela veis qui ela mi deu essa chance; me agora [...] não tem mais esse negócio, né, as veis era bem cumplicado pá arrumá imprego, meu Deus, logo qui nós viemô morá aqui era bem difícil arrumá imprego<sup>87</sup>.

Conforme a entrevistada, trabalhar neste “Hotel e Lanchonete do Paludo” foi uma oportunidade que abriu espaço para novas contratações e diminuiu suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

---

<sup>86</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

<sup>87</sup> Este trecho da entrevista foi gravado no dia 05 de agosto de 2009, quando levei a entrevista realizada no dia 13 de julho desse mesmo ano, para a entrevistada assinar.

Por saber que o endereço residencial era o que impressionava na busca por emprego, antes mesmo do empregador se manifestar, Roseni foi logo se opondo a visão preconceituosa que boa parte das pessoas tem dos moradores que vivem “lá embaixo”.

Fazendo uma avaliação do conjunto de sua fala, é possível constatar que o termo “lá embaixo”, utilizado para identificar o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, parece estabelecer uma localização do espaço urbano que traz consigo a construção de uma fronteira territorial e social, uma vez que, a distribuição espacial da população na cidade acompanhava a condição social dos habitantes, reforçando as desigualdades existentes.

A interpretação da palavra “lá embaixo”, mais do que demonstrar que não pertence à área central da cidade, sugere a conotação de resignado, de perigoso, de inferioridade e de pobreza, uma vez que residir no centro da cidade requer um maior poder aquisitivo.

Conforme Roseni, através desse emprego ela conseguiu fazer novos cursos e ascender dentro da empresa, pois iniciou como ajudante no setor dos serviços gerais, ou seja, na limpeza, depois passou a ser ajudante de cozinha, período em que fez o curso de culinária, para então, atuar durante “[...] um ano e pouco de culinária, daí culinária profissional quem diz o outro, né [...]”<sup>88</sup>.

Ela falou que pediu a conta desse emprego quando o seu esposo havia vendido os móveis e a casa onde moravam que, de acordo com ela, pertencia ao poder público municipal e localizava-se no bairro Vila Rica, com o intuito de ir embora para o Mato Grosso. Mas, por razões que não ficaram claras na entrevista, eles acabaram ficando em Santa Helena.

Neste período, Roseni e sua família foram pagar aluguel. Passado alguns meses conseguiram uma casa no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e se mudaram para lá. Então, a entrevistada começou trabalhar no frigorífico da Copagril, em Marechal Cândido Rondon (PR), onde desenvolvia a função de auxiliar de corte de frangos.

O deslocamento até o local de trabalho era feito por um ônibus que todos os dias saía por volta das treze horas e quarenta minutos de Santa Helena e chegava ao frigorífico às catorze horas e trinta minutos.

Roseni começava a trabalhar às quinze horas, com o turno encerrando-se por volta de uma hora e quarenta minutos, num trabalho que consistia em ficar o tempo todo em pé, tendo somente vinte minutos para a refeição.

Após cumprir com o horário de trabalho no frigorífico, ela ainda ficava aproximadamente uma hora e trinta minutos na estrada, chegando em casa entre às três e

---

<sup>88</sup> Roseni da Silva, 34 anos - 13 de julho de 2009.

trinta e quatro horas. Disse-me que parou de trabalhar por conta do tratamento de saúde que estava realizando na cidade de Cascavel – Oeste do Paraná.

Na citação da página anterior, esta trabalhadora dialogava com os empregadores da cidade de Santa Helena, produzindo reflexões que buscavam mostrar o contraponto daquela visão negativa que se construiu sobre os sujeitos residentes no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

É possível notar que, na perspectiva de Roseni, o processo para um possível rompimento com o estigma do bairro, dependia de uma reavaliação dos conceitos e concepções compartilhados por boa parte dos moradores da cidade, entre eles os empregadores que, precisavam fornecer emprego para os moradores daquele bairro, porque para a constituição desse processo de mudanças, era de fundamental importância que, os sujeitos residentes no bairro Santa Rita de Cássia tivessem acesso ao trabalho.

Segundo Ezequias, por conta da discriminação residencial vivida pelos trabalhadores, muitos deles quando:

[...] chega num, em algum lugar pra comprá, fazê uma compra ai eles falam: “Ondi qui vai intregá?” Ha, lá nu, nu Santa Rita di Cássia. “Há, seis morá lá nu Rincão das Égua?” [...] Até minha isposa ela nem, ela nem gosta di falá qui morá aqui, ela fala qui ela morá perto da faculdade<sup>89</sup>.

Para evitar constrangimentos, alguns moradores acabam omitindo o seu endereço residencial, utilizando pontos de referência, como por exemplo, a sede da antiga extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná que se localiza próximo ao bairro.

Se identificar como morador do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia está em consonância com a reivindicação dos trabalhadores de serem percebidos como parte da cidade e, portanto, como moradores de um bairro que tem um nome, negando assim as denominações pejorativas de: “Rincão das Éguas”, “Rincão dos cavalos”, ou “Hípica”<sup>90</sup>.

A vista do acima explanado, é que Luis Carlos manifestou uma preocupação com a melhoria da imagem do bairro:

[...] eu mesmo tive qui tomá atitudes, né... pur que? Purque eu queru u melhor pra mim, pru meu bairro, eu num queru qui si cria um bandu di bandido aqui ... até pra sai di madrugada pra i trabaiá tem qui tá mi cuidanu, cumo já aconteceu, né? Qui eu tinha meu carro aqui um dia di manhã, eu fui saí um cara saiu de trás du poste cá mão pra trás, eu parei, parei u carro,

---

<sup>89</sup> Ezequias Pereira, 22 anos - 15 de julho de 2009.

<sup>90</sup> Estas disputas e o processo que levou a denominação de conjunto habitacional Santa Rita de Cássia será explorado do capítulo 2.

fiquei observandu, u sujeito tava cuma ropa robada veio oferecê pra mim, eu falei: ó meu amigo você não mora aqui, eu não tê cunheçô, tô indo trabaiá, dá licença. Imbarquei i fui. Então acontecia esse tipo di coisa. Mais, nada di mais, assim qui, pra mi prijudicá, entendeu? [...]<sup>91</sup>

A importância disso está no fato de ajudar a caracterizar os moradores como pessoas de “bem”, pessoas de confiança, para a produção de um espaço aceito socialmente e símbolo do reconhecimento social de seus moradores.

A maneira como os entrevistados avaliavam as diferentes experiências de ser moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia se articulavam ao conjunto mais amplo de suas relações sociais, suas ocupações de trabalho e trajetórias de vida. Dessa forma, destaco como os trabalhadores entrevistados lembram, reelaboram, atribuem significados e sentidos a suas experiências de vida.

Ao lembrar-se da experiência de ter sido moradora do Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia, Tatiane Schaffer<sup>92</sup> atribuiu sentidos e significados diferentes daqueles apontados pelos trabalhadores acima citados. Aspecto que demonstra as diferenças entre os moradores e sua posição social.

Ela enfatizou que se sentia humilhada com a forma que a população residente nos outros bairros da cidade tratavam os moradores do Santa Rita de Cássia, porque de acordo com ela,

[...] sempre tinha uns ingracadinho, né? Qui humilhava, qui humilhava quíria cê mais qui, du que aqueles lá di baxo, né ... [do Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia]

**Rosane:** Cê passo por alguma situação qui você se sentiu tipo, humilhada por isso?

**Tatiane:** Há, uma veis eu [...] fui tirá ficha [para dentista] né? Uma mulher falô assim, só qui ela num sabia qui eu morava lá eu acho, daí ela falô: “A eu morá nu Santa Rita de Cássia? Nunca. Naquela favela” (sorriu)<sup>93</sup>.

Para Tatiane ser moradora do bairro Santa Rita de Cássia, interferia em suas relações sociais, pois a “vergonha” fazia com que ela se escondesse quando as pessoas passavam na rua:

---

<sup>91</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

<sup>92</sup> Natural de Santa Helena - Oeste do Paraná, mãe de três filhas, separada e antiga moradora do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, onde morava com sua mãe (viúva), seus três irmãos e sua filha mais velha que na ocasião da entrevista tinha 12 anos. Saíram deste conjunto habitacional e foram pagar aluguel, por razões que serão exploradas no capítulo II. Após um ano pagando R\$ 150, 00 de aluguel, conseguiram uma casa no Conjunto Habitacional Cristo Rei, implantado em 2005, através do Programa Municipal de Habitação Popular, onde residiam naquela ocasião. Tatiane Schaffer, 22 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva, dia 19 de setembro de 2009.

<sup>93</sup> Idem.

**Tatiane:** Ah, foi ruim nu começo, eu nem saia pra fora di vergonha (sorriu) si alguém falasse assim: - O Tati onde cê mora? - Eu dizia: Lá im baxo, lá im baxo (sorriu) - Aondi qui é esse lá im baxo? - La im baxo eu falei. Hamham, eu num falava ondi qui eu morava

**Rosane:** Mais pur que?

**Tatiane:** Purque eu tinha vergonha

**Rosane:** Vergonha du lugar? Du quê?

**Tatiane:** Du lugar, i, ou si eu via genti passanu, assim qui sempre tinha genti qui passava pra i na praia, né? si eu via alguém passanu assim, uma amiga, um amigo, eu curria i mi iscondia (sorriu)<sup>94</sup>.

Isto foi apresentado como algo que interferia nas suas vivências no colégio onde estudava, já que não contava para as amigas onde morava e se quisessem visitá-la, ela falava que não estaria em casa: “Eu moro lá im baxo. I si alguma amiga quiria vim junto cumigo eu dizia: não amanhã eu vô posá na minha irmã”<sup>95</sup>.

A entrevistada acreditava que seus amigos iriam “tirar sarro” caso falasse onde morava, isto porque na sua concepção, o Santa Rita de Cássia era “um lugar qui parecia uma favela”. Assim, ao mesmo tempo em que não se assumia como moradora, devido ao medo de ser identificada como moradora de favela e de sofrer com o preconceito existente na cidade, Tatiane parecia compartilhar dessa mesma visão preconceituosa.

Necessário se faz ressaltar que, os bairros considerados periféricos e as pessoas que lá vivem não devem ser vistas de forma homogênea. Por isso estes locais de moradia e seus habitantes devem ser vistos no plural, pois são diferentes entre si. Eles se constituem como parte da cidade.

Ao ser indagada, se recebia visitas de moradores de outros bairros da cidade ou amigos do seu filho, Luciane da Silva<sup>96</sup> destacou:

Vem, tipo assim, eu acho qui antis é muito, até crianças tinham medo di desce aqui, né? purque tinha uma má fama aqui, não no tempo em qui eu morava aqui. Mais todo mundo, bastanti genti tinha medo di desce aqui im baxo, falava qui tinha medo dus moradores daqui, purque todo mundo, tipo, muita genti incara u Santa Rita di Cássia como uma favela, pra muita genti u Santa Rita di Cássia é favela, né? Daí tipo aquele medo, di ai meu filho num, num vô dexá meu filho desce lá im baxo brincá i num sei u que. Daí, eu acho assim, mais agora hoje, bastanti criança vem brincá aqui, sim [...] <sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Nascida no município de Medianeira, Oeste do Paraná, casada com o primo de Maiara, mãe de um filho (Gabriel E.S. Saibert). Estudou até a 8ª série do ensino fundamental. Luciane da Silva, 21 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva, dia 5 de agosto de 2009.

<sup>97</sup> Idem.

De encontro às ponderações citadas anteriormente sobre o estigma que se produziu do local e dos moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, a entrevistada falou do medo que as pessoas sentiam.

Por conta disso, muitos dos entrevistados temiam ir morar neste bairro, embora tivessem parentes (mãe) que já eram moradores. Luciane confessou que compartilhava desse sentimento de medo;

Bom, porque pra falá a verdadi antis deu vim morá aqui eu tamém tinha muito medo daqui, eu tinha bastanti medo du pessoal daqui, si eu encontrava alguém na rua qui morasse aqui, eu já passava meio, sabe? Eu já procurava não olha pra quela pessoa cum medo daquele: Que qui é? Que qui cê ta olhandu? Você intendi? Tinha muito medo, bastanti, mais até qui eu descí uma veis aqui com meu irmão. Meu irmão vivia aqui im baxo, ele tinha bastanti amigo aqui, antis a uns treis, quatro anos atrás quando começo mudá u... saí bastanti genti daqui, trocá as pessoas, né? Ele descia aqui i era u tempo qui eu tinha medo qui aqui era mais assim, né? Era muvuca, era bastanti genti, daí sei lá, daí eu descí aqui cum ele, eu acabei tendo noção di qui não era aquele bicho di seti cabeça qui todo mundo falava qui eu mesmo pensava, né? mais eu só não entendo, porque, né? porque, entendi? Pur que, qui a genti tinha aquela visão, pur que qui a genti pensava tudo aquilo daqui? não intendo mesmo<sup>98</sup>.

Mesmo tendo percebido que viver no Santa Rita de Cássia não era da forma como as pessoas falavam e ela imaginava que fosse, Luciane comentou não gostar de viver lá; “[...] num gosto mesmo, sei lá, daí pra mim foi um choque quando eu tive qui voltá pra cá di novo, intendi? Porque si eu pudesse eu continuaria lá pagandu aluguel i ficaria lá, pra mim mudo muito, vichê”<sup>99</sup>.

Luciane era moradora do Santa Rita de Cássia e saiu para ir morar em São Miguel do Iguaçu, com parentes de seu esposo, mas acabou voltando para Santa Helena e foi morar com sua mãe, que também era moradora desse conjunto habitacional até conseguir uma “casinha”.

Mas neste tempo, seu irmão se casou e levou sua mãe para morar no centro da cidade com ele. Então, ela também saiu do Santa Rita de Cássia e foi pagar cento e setenta reais de aluguel de uma quitinete que ficava “em frenti a facultadi [antiga extensão da UNIOESTE]”, mas devido aos gastos e ao estado de saúde de seu esposo após sofrer um acidente de motocicleta, Luciene acabou voltando para o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, pois lá não precisavam pagar aluguel.

---

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> Idem.

A cunhada de Luciane que era moradora deste conjunto habitacional iria embora da cidade de Santa Helena e cedeu à casa que ela estava morando para a entrevistada morar com sua família.

Para Luciane, voltar para o Santa Rita de Cássia significou chegar “[...] no fim do poço di novo, purque pra vim pra cá tem qui ta precisanu muito, intendi? Cê tem qui ta, cê tem qui ta sem condições mesmo pra você chega vim morá aqui, você vê qui cê num tem mais como”<sup>100</sup>.

Retomando alguns aspectos das experiências de Ezequias Pereira, cabe frisar, que em meados de 1998, ele foi passear em uma cidade do Mato Grosso com vizinhos da sua família. De acordo com ele, este passeio se prolongou por mais de dois anos. Porém, não forneceu detalhes sobre as razões disso ter acontecido.

Durante este período, ele trabalhou em uma lanchonete, onde desenvolvia duas funções: de segunda a sexta-feira, trabalhava de garçom e, nos finais de semana, cantava.

O entrevistado disse que voltou para Santa Helena, porque sentiu que estava sendo escravizado, já que, “[...] só trabalhava i num recebia i eu trabalhava em troco de ropa i cumida [...]”<sup>101</sup>. Então, foi morar novamente com seus pais na linha IBC<sup>102</sup> interior do município, onde sobreviviam do que plantavam e da produção de vacas de leite e porcos.

Ele comentou que ficou pouco tempo na casa dos pais. Logo foi:

[...] trabalhá em Cascavel, trabalhá numa fazenda cuidá di bois di engorda, lá fome passei... até quando foi pra mim vim embora, tive que posá na rua eu e um amigo meu. Depois, vim di lá, fui pra Palotina trabalhava i ajudava minha irmã pagá as dispesa... não passava fome, mais passava muita necessidade di comprá um calçado, comprá uma ropa. Era difícil. Santa Catarina, quando eu fui trabalhá lá, também mi sobrava poco, era muito difícil ficava sozinho. Hoje, minha vida não tá mais assim. Depois qui eu casei, melhorô muito. Mais, a minha vida foi di muita dificuldade<sup>103</sup>.

Ezequias se colocou enquanto uma pessoa que desde criança teve uma vida “difícil”, chamando atenção para as mudanças que ocorreram em sua vida, pois avaliou que suas condições de vida no presente eram melhores em relação ao passado e em outro trecho da entrevista, apontou que acreditava em um futuro ainda melhor: “Eu sempre esperava i espero que ela possa melhorá qui eu ainda sô jóvi, tenho talento, tenho potencial i quero alcançá us meus objetivos.”<sup>104</sup> Elencou como um dos seus objetivos conseguir obter sua casa própria.

---

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Ezequias Pereira, 22 anos - 15 de julho de 2009.

<sup>102</sup> Comunidade pertencente ao distrito de São Roque do município de Santa Helena – Oeste do Paraná.

<sup>103</sup> Ezequias Pereira, 22 anos - 15 de julho de 2009.

<sup>104</sup> Idem.

O período que estava em Cascavel, foi para ele um momento de dificuldades, visto que chegou a passar fome. Para ele estas experiências não foram “[...] pur acaso, foi lição di vida, hoje eu sei dá valor nu qui eu tenho, hoje eu sei como qui não é fácil pra consegui as coisa”<sup>105</sup>.

Acredito que estas vivências se tornaram o ponto de partida para a formulação de uma representação de si próprio, buscando mostrar como ele foi se constituindo com o passar dos anos e elaborando uma avaliação sobre suas experiências passadas e presentes.

Nesta relação, o entrevistado produziu argumentos que buscaram construir uma noção de pobreza, na qual ele estabeleceu uma hierarquia entre o que é ser uma pessoa que vive em situação de pobreza e o que é ser uma pessoa necessitada:

uma pessoa necessitada, nu meu ponto di vista é aquela qui precisa di alguma coisa prum certo momento i num têm. I a pessoa pobre é aquela qui num tem nada, qui passa até fome. Pra mim, uma pessoa pobre é aquela qui não tem nada i uma pessoa necessitada é pur algum momento tem uma necessidade di alguma coisa, é isso pra mim é uma pessoa necessitada<sup>106</sup>.

Ezequias acreditava que embora algumas pessoas pudessem vê-lo como uma pessoa pobre, ele se considerava em alguns momentos uma pessoa necessitada, mas não pobre.

Na avaliação de Ezelinda Fátima Rodrigues, a expressão pobre é “[...] uma palavra bem feia, né? Uma pessoa mais humilde, né? Intão assim, não tem bens materiais, não tem assim, como qui eu vô tentá... uma situação financeira das melhor. Isso qui eu acho qui é uma pessoa humilde”<sup>107</sup>. Ela se incluía como uma pessoa humilde.

No entanto, a importância de não se reconhecer como pobres, e sim, como necessitados e humildes, está em compreender o conjunto das trajetórias de vida, dos valores e crenças desses trabalhadores.

Ezequias, por exemplo, apoiado em seus valores religiosos que, foram utilizados para explicar e produzir um parecer sobre o viver e suas experiências de vida, colocou em pauta argumentos que complementaram as reflexões a respeito das noções de “pobreza” e de “necessidades” que foram apontadas anteriormente.

Assim como sua mãe (Rita Alves Pereira) ele partia do pressuposto de que a prática religiosa era um elemento importante para a superação das condições de pobreza, pois ser

---

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

pobre não se restringia a não possuir bens materiais. Conforme destacou Rita Alves, “pobre tem vários tipo, né? Tem u pobre material i u pobre di espírito, né?”<sup>108</sup>.

Esta trabalhadora compreendia que uma pessoa “pobre material” era aquela que ao levantar de manhã não tinha “[...] um feijão pá pô nu fogão pá cozinhá, num tê um açúcar, um café pá fazê, num tê nada pá ponhá na panela, nem uma batata, num tê nada [...]”, já o pobre espiritual eram as pessoas que não desenvolviam uma prática religiosa.

Percebo que para esta entrevistada, a dimensão da vida material e a espiritual se articulam na constituição das pessoas, pois de acordo com ela “íspirital i material é quase o mesmo sentido”, ou seja, um aspecto da vida interfere no outro, por isso ela parece propor a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre ambas as parte da vida.

Na perspectiva dessa trabalhadora, a pessoa que não desenvolver o lado espiritual da vida não será impulsionada para o trabalho: “[...] ele não tem aquele, aquela disposição di i atrás né? Du serviço [...]”<sup>109</sup>.

Concluo que na avaliação de Rita, a pobreza espiritual é mais difícil de ser superada do que a pobreza material, no entanto, obter avanços espirituais torna-se o ponto de partida para o bem estar material.

Ao contrário da pobreza material, a superação da condição de pobreza espiritual dependia da intervenção de outras pessoas: “[...] uma pessoa pá insiná, pá ixpricá pra pessoa cumé ele podi sai daquela vida, né?”. Dessa forma a entrevistada, assim como Ezequias quando disse acreditar num futuro melhor, apontou aspectos que se voltavam para a produção de uma privatização da vida e de suas expectativas.

Nesta mesma linha de pensamento, Luis Carlos destacou que, devido à condição de pobreza algumas pessoas se

[...] tranquilizá cá pobreza i muitas vezes, pur que não têm outra situação, ele até... chegá até pegá alguma coisa di otras pessoa, né? Robá pra sobrevivê. Então, eu acho qui a pobreza é falta di experiência di vida ... ela fica acomodada, pur mais pobre qui ela seja, ela se sente acomodada eu acho qui pobre, pobre. Eu acho qui não tem ninguém assim, cumo si diz eu sei que existe a pobreza, mais tu não podi si tranquilizá ca pobreza [...] <sup>110</sup>.

A fala do entrevistado parece querer produzir a imagem de um trabalhador, que percebe a capacidade de ação dos homens como produtores de sua própria história de vida.

---

<sup>108</sup> Rita Alves Pereira, 51 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 01 de outubro de 2009.

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

Ao recordar um momento de sua vida em que esteve desempregado ele frisou que chegou ao ponto de: [...] chegá assim i falá ó: si você ... eu troco u dia contigo, si você tem uma lenha pra mim corta ou, ou roçá, ô limpá teu pátio [...] eu tô pricisando di alguma coisa, né?”<sup>111</sup>.

Através de uma relação de troca de favores, ele procurava resolver ou pelo menos amenizar momentaneamente a situação de “pobreza” que se encontrava. Estas iniciativas eram em sua concepção, um dos aspectos que o diferenciava das pessoas que “se tranquilizavam” e não buscavam a transformação de suas condições sociais.

Ezequias avaliou em um trecho da entrevista, que a sua prática religiosa o diferenciava dos outros moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, principalmente pelo fato de que, ele pagava o dízimo da Igreja todos os meses,

[...] todo meis eu dô u meu dizimo eu dô i sô abençoado, sô abençoado não me falta nada. Bom, até pur isso qui aqui nesse lugar acho qui eu sô um dus que vive até melhor pur esse, pur esse critério qui eu adotei na minha vida qui é u dizimo. Isso, pra mim, é uma coisa muito importante. Eu, todo meis, eu dô meu dizimo certinho, não tiro nem um centavos, nada qui é di Deus<sup>112</sup>.

Mencionou que antes de se tornar Evangélico, ele participava da Igreja Católica, mas não delimitou uma data precisa do momento em que se desvinculou dessa Igreja para participar da Igreja Evangélica - “Batista Ebenéze”.

No entanto, Ezequias disse que pagava cinquenta reais por mês de dízimo à Igreja “Batista Ebenéze”, o que correspondia a dez por cento de quinhentos reais.

Para ele, ao se “converter” à Igreja Evangélica um novo tempo de sua vida se iniciou, uma vez que a prática da vida religiosa contribuiu para obter mudanças nas diversas instâncias de sua vida: seja ela, pessoal, material, ou espiritual.

Esta construção e aproximação da religião ao sinal de melhoramento de suas condições de vida e da sua família foram reforçadas quando ele tratou das mudanças que ocorreram em seus hábitos e costumes.

Neste momento da entrevista, ele estabeleceu pontos que pretendiam falar sobre o modo como ele vivia antes de se dedicar à vida religiosa e depois: “[...] Antis eu gostava di brigá, gostava duma cachacinha, hoje eu num gosto mais. Ia nus baile brigava, ia nus butéco brigava, mi mudô, hoje eu já não sô mais assim. Hoji eu sô uma pessoa diferenti.”<sup>113</sup> Estas

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Ezequias Pereira, 22 anos - 15 de julho de 2009.

<sup>113</sup> Idem.

questões foram apresentadas como o modo de vida que antecedia a decisão de se tornar evangélico.

Ir à Igreja, o afastava de certos hábitos que então, ele considerava negativos, como ir em “botéco”, ingerir bebidas alcoólicas e brigar. Esta era uma prática desenvolvida nos finais de semana, particularmente nos domingos à noite, porque durante o dia costumava ficar em casa e assar um churrasco.

Além de elencar a conversão religiosa como um marco de sua vida, também é significativo o fato de que na ocasião da entrevista, ele estava desempregado há dois dias, pois trabalhava com registro na carteira de trabalho na “Nativa Santa Helena”, uma indústria de bebidas que se localiza no município de Santa Helena. Neste emprego ele desenvolvia a função de entregador de tubaína, numa rotina de trabalho que consistia em trabalhar das sete até às doze horas. Das doze às treze horas era o horário em que almoçava no local do trabalho mesmo e reiniciava as atividades às treze horas, parava às dezoito horas, totalizando dez horas de trabalho diário. Sem contar que passava até três dias fora de casa, uma vez que fazia entregas em outras cidades, como por exemplo, Francisco Beltrão, Pato Branco e Palmas.

Quanto ao mercado de trabalho, ele acreditava que:

Pra alguns é difícil. Pra algumas pessoas é difícil porque querem escolhê. Pra mim não é difícil, porque eu já sô acostumado. A gente é criado meio qui na roça. A gente é acostumado nu serviço meio pesado. Agora, aqui na cidade, tá difícil sim um emprego, porque hoje o que falta é u istudo, si a pessoa não tivé istudo fica muito difícil mais, pra mim, eu não posso reclamá, porque eu, eu consigo emprego fácil<sup>114</sup>.

De modo geral, para Ezequias, o mercado de trabalho no meio urbano exigia mais estudo e, por um lado, sua condição de ter estudado até a oitava série do ensino fundamental, o fazia ter que trabalhar em serviços mais pesados, como, “puxá lenha”, aspecto que o constituía como trabalhador e o diferenciava dos trabalhadores que “não” se submetiam a estas condições de trabalho.

Por outro lado, Ezequias estabelecia um diálogo com sua trajetória de vida, visível na expressão “[...] eu já sô acostumado [...]” utilizada para explicar que não era difícil para ele conseguir emprego porque foi criado na roça e não escolhia serviço: “[...] até era pra mim tê ido hoje trabalha só não fui é qui eu tinha qui fazê essa entrevista, quem eu falei: é serviço pesado, é puxá lenha [...]”<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> Idem.

À medida que este trabalhador falava sobre sua trajetória de vida, ele parecia querer demonstrar que suas condições de vida no presente poderiam ser outras, mas o processo que levou sua família a se mudar para a linha IBC desencadeou no rebaixamento das condições sociais de sua família. Isto porque, segundo Ezequias, antes de morar no meio rural, seus pais moravam com seus dez filhos no meio urbano e viviam da renda obtida através do aluguel que recebiam de três casas, bem como do salário de segurança que seu pai recebia e o de sua mãe que era zeladora no balneário de Santa Helena. Mas, seu

pai decidiu i pru interior por causa dus meus irmãos que se envolveram [...], cum droga i até uns teve qui sê internado nu Filadélfia, purque si aprofundaram di mais na maconha e no próprio craque i automaticamente se destruíram i u meu pai ficou meio chateado i acabô vendendo, acabô colocando tudo fora.<sup>116</sup>

Segundo ele, três de seus irmãos se envolveram com droga, algo que pareceu ser significativo, porque mexeu com a estrutura e as relações familiares. Mencionou que um de seus irmãos “[...] si recuperô cem pur cento, um até parô u otro não quis pará, agora foi preso, tá preso i um otro irmão meu foi internado numa clínica di recuperação... mais não é pur droga, é pur bebida. Ele tem vinti três anos foi internado, mais ele tá bem, não qué voltá tomá [...]”<sup>117</sup>.

Ezequias via esta situação com certa “[...] tristeza di sabê qui eram umas pessoas saudáveis qui tinha um bom imprego, um bom istudo... eram dedicado nos istudo i si envolveu nas drogas muito novo. Até um jogava bola, era ... foi até um dos melhor jogador que teve aqui na cidade na época i si envolveu i tentô si matá [...]”<sup>118</sup>.

Para ele, seu pai “não liga muito, não. U pai, ele num corre atrás, si tivé vivo pra ele tá bem, si tivé morto tamém”, ao contrário de sua mãe, que na avaliação do entrevistado, “sofre muito, ela si preocupa, ela corre atrás, ela sofre muito com isso [...]”<sup>119</sup>.

Cabe ressaltar que a mãe de Ezequias, a dona Rita Alves que também era moradora do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, falou sobre este mesmo processo.

Ela nasceu em 1958, em Água Boa – Minas Gerais, e seu pai a deixou juntamente com seus dois irmãos e sua mãe no Estado de Minas Gerais, e veio para o Paraná a fim de trabalhar e, posteriormente, voltar buscá-los. Porém, por razões que a entrevistada desconhecia, ele não voltou, perdendo o contato com a família;

---

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Idem.

[...] a gente sofreu muito, passô muita fome, a mãe tinha qui saí trabalhá, né? Pra, pra trabaiá pra ganhá alguma coisa, né? Ai a genti ficava im casa. A gente sofreu di mais. Foi uma vida muito triste. Intão, num foi bão, né? Daí, pegô, quando eu tinha... quando eu tinha treze pra catorze anu, u meu primo iscreveu uma carta pra minha mãe... tinha um homi lá im Minas... qui ele quiria uma muié pá cuida dus fiô dele, qui a muié tinha largado us fiô, abandonado us fiô... daí, pego... nós veio pra cá. A minha mãe veio i nós veio junto [...] aqui nu Paraná foi melhó pá genti, né? Daí, eu cheguei, já consegui trabaia pá mim comprá ropa, carçado... aqui foi melhor pra genti vivê. Dali pra cá, a gente já sofreu tamém, notros par tamém [passô pur dificuldade] mais foi melhor du qui lá [...]<sup>120</sup>.

Por volta de 1972, dona Rita e sua família migraram de Minas Gerais para o município de Palotina, numa comunidade denominada Cinco Mil. De lá, foram para o Paraguai e, posteriormente, se instalaram no município de Santa Helena.

Neste período ela era casada e ao chegar em Santa Helena foi morar no bairro Vila Rica (pode ser observado na imagem do mapa do município, na página 46), depois mudou-se para a Linha IBC.

Ao falar do processo que a levou a morar no Santa Rita de Cássia, ela forneceu elementos que se apresentaram como central em sua narrativa, compondo a situação que se encontrava no presente como resultado de sua trajetória de vida e das relações familiares.

Para ela, se mudar para o IBC foi algo negativo, porque ficou distante da sede municipal e dos recursos, principalmente do acesso a médicos, uma vez que dois de seus filhos apresentavam “problemas de saúde mental”<sup>121</sup>.

Estas foram às razões que a fizeram voltar para a sede do município e que ocasionou a divisão de sua família, pois o esposo da entrevistada “[...] já di idadi, mais duenti, ele num guenta trabaiá mais [...]”<sup>122</sup> permaneceu no IBC, onde sobrevivia da renda que obtinha através do seu trabalho como proprietário de um “barzinho”:

Quandu nós tava tudo junto, né, qui u meu marido tava junto daí era, era melhor, né? ... tava junto [...] sabia tudo qui ele tinha qui fazê, né? Daí depois qui ele, qui ele foi lá pu ... qui ele comprô aquele bar lá nu IBC qui ele foi pra lá [...] daí foi pior, porque daí eu num ... Sabe? A famia, us fí obedece sempre mais u pai, né? Ese mi obedece, num é qui ese é ruim pra mim, meus fí todos são bão pra mim, num são disobediente nem nada, mais assim pra administrá nu trabaiô é melhor é u chefe memo, né?<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> Rita Alves Pereira, 51 anos - 01 de outubro de 2009.

<sup>121</sup> Ela estava se referindo aos filhos que, segundo Ezequias, se envolveram com drogas.

<sup>122</sup> Rita Alves Pereira, 51 anos - 01 de outubro de 2009.

<sup>123</sup> Idem.

Diante da ausência do esposo, ela administrava sozinha todas as obrigações e preocupações que a vida em família lhe exigia, embora na concepção da entrevistada, a figura paterna representava mais autoridade dentro do ambiente familiar, principalmente no relacionamento com os filhos, pois caberia a ele desenvolver o papel de chefe da família.

Enquanto o esposo ficava no IBC, Rita vivia na sede do município;

[...] junto cu meus fio, dexô ele tranqüilo pra lá. Quando ele qué vim, ele vem, vem im casa fica ai cá genti di um dia pru outro ... i ele gosta di cuida dus ternero dele [...] quando ele podi mi ajudá um poco ele mi ajuda tamém, num é muito mais ajuda, né? Daí intão é assim, nossa vida é uma vida normal i u que eu ... eu gostu dus meu fiô, né? Intão eu fico tranqüilo i ele fica [...] com as criação dele, ele gosta mais das criação (sorriu). Intão tem dia quele vem pra cá ... tem us cachorro lá, tem as galinha ... aí ele fica aqui di um dia pru outro, daí ele falá assim: - é tem qui i pra casa, qui as minha criação ta sofrenu lá im casa. Daí ele vai.<sup>124</sup>

A família e em especial o bem estar dos filhos, pareceu ser uma das maiores preocupações da entrevistada. Na data da realização da entrevista, ele morava com seis pessoas em casa e sobrevivia do “benefício” de um salário mínimo que um dos filhos recebia por conta do problema de saúde que apresentava, de auxílios do governo municipal e federal<sup>125</sup>.

Ela se colocou enquanto uma mulher trabalhadora, que havia trabalhado pela Prefeitura Municipal de Santa Helena, na limpeza das vias públicas da cidade, na praia artificial, fazendo a limpeza de banheiros, calçadas e gramados durante os períodos de temporada de verão, que compreende os meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

É a situação de não acesso ao trabalho, vivenciado na ocasião da entrevista, que pareceu influenciar no olhar que ela lançou sobre suas experiências passadas.

Ela contou-me que deixou currículo no SINE – Agência do Trabalhador, com o objetivo de conseguir um emprego com carteira assinada, o que segundo Rita, facilitaria a organização dos documentos necessários para se aposentar.

Não tendo conseguido o emprego tão desejado, ela tinha a expectativa de conseguir um serviço no período da temporada de verão, que faltavam dois meses para iniciar. Mas, ainda almejava um “[...] serviço que continuasse, né? Qui num fossi um serviço assim, qui começasse i dali dois, treis meses parasse”<sup>126</sup>.

As dinâmicas de vida desses trabalhadores indicaram que diante da falta de condições para prover o sustento da família, a sobrevivência pode realizar-se por outros meios, entre

---

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> A filha mais nova (16 anos) da entrevistada recebia o “benefício” do Programa Bolsa Família.

<sup>126</sup> Idem.

eles, da “ajuda” de parentes e a busca de amparo da assistência pública, aspecto ao qual cabe ser enfatizado, de modo a destacar como os trabalhadores lidavam com estas questões no dia-a-dia.

É importante assinalar um trecho da fala de Roseni sobre suas condições de vida no período em que esteve no Paraguai, pois para se estabelecer naquele país, ela contou com a ajuda de um tio, que concedeu “[...] um pedaço de terra pra nós construí uma casinha qui... casinha? Casinha modo di falá, né? Era cum folha di coquero arrodado di parme... é folha di parmera, né? ... que agora tem cidade lá, má antigamente era bem no mato, né? [...]”<sup>127</sup>, bem como dá avó que forneceu algumas panelas e “[...] forro de cama pra nós, minha vó ajudô bastanti nós [...]”<sup>128</sup>. E, para sobreviver plantavam hortelã que era colhido e posteriormente levado “[...] nus alambique pra alambicá, fazê óleo lá, né? [...]”.

Mas, devido à gravidez do primeiro filho “[...] ficô muito arriscado, né? Porque direto tinha ameaça di aborto, né? [...]”<sup>129</sup>. Então decidiram voltar para o Brasil.

Entretanto, esta relação de “ajuda” era uma constante na vida destes trabalhadores. Num conjunto de dezoito entrevistas realizadas com os trabalhadores (somando os atuais e antigos moradores) residentes do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, dezesseis deles estavam ou estiveram em outro momento de suas vidas, vinculados a algum programa de assistência social, seja municipal, estadual ou federal.

Suas falas revelam que esta realidade se articula a complexidade de um processo mais amplo que se constitui ao longo de suas vidas, em que o acesso à moradia, alimentação, saúde e vestuários, considerados básicos pela população, foram negados no conjunto das relações sociais.

Esta negação, por vezes pareceu chamar a atenção do governo municipal no sentido de adotar medidas de intervenção quanto a estes problemas relacionados à pobreza, porém através de mecanismos que retornavam como um direito mediado pela concessão dos ocupantes do poder público que em muito não coincide com os anseios e a realidade dos trabalhadores.

Como foi apontado anteriormente, a argumentação dos sujeitos ligados aos setores sociais dominantes permanecem ao nível da aparência de que os programas ditos “sociais” buscavam atender às necessidades da população carente do município. Na interpretação, por exemplo, da narrativa de Julio Morandi, numa relação com a realidade narrada pelos

---

<sup>127</sup> Roseni da Silva, 34 anos - 13 de julho de 2009.

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> Idem.

trabalhadores, foi possível perceber que, a concepção dos grupos dirigentes, sobre o que eles julgavam serem as necessidades da população denominada como “carente”, em boa medida não correspondia com as prioridades e avaliações destes sujeitos.

Ao contrário dos governos municipal, estadual e federal - que através destes programas constroem uma caracterização do que é ser pobre, em que a vida dos trabalhadores é retratada como produto de estruturas sócio econômicas; os trabalhadores buscavam demarcar todo um universo de valores, crenças e costumes que orientavam suas decisões e modos de viver.

Não por acaso que, boa parte dos trabalhadores entrevistados, entre eles Ezequias Pereira e Ezelinda, não se consideravam como pobres, pois esta classificação entre ser ou não ser pobre revela as contradições deste processo, uma vez que as condições financeiras destes sujeitos se constituem como um dos aspectos que se forma na relação com as demais instâncias de suas vidas.

Dizer que as pessoas vinculadas a tais programas são “pobres” é enquadrá-los num conjunto de valores e critérios com os quais os trabalhadores podem não se identificar.

As iniciativas do governo municipal em relação ao problema da pobreza possuem uma significativa inserção na imprensa local, principalmente o jornal Costa Oeste que, de acordo com Langaro, foi criado na década de 1990, por empresários que se fixaram no município e mantinham uma postura situacionista perante a administração de Silom Schmidt, o qual esteve à frente da prefeitura municipal entre os anos de 1997-2004, pelo Partido Progressista – PP. Organizado de maneira comercial nas edições analisadas, este jornal vendia assinaturas e espaços publicitários, atuando como uma empresa jornalística<sup>130</sup>.

Nos meses de maio, quando é comemorado o aniversário de emancipação do município de Santa Helena, o jornal Costa Oeste costumava dedicar uma edição especial que, normalmente, tratava da história que as classes dominantes e dirigentes municipais queriam da cidade de Santa Helena, a qual enfatizava uma perspectiva de desenvolvimento da cidade.

Em maio de 2002, por exemplo, Armando Eduardo Prata que entre os anos de 2005 a 2008 foi vereador do município, dirigiu a produção de um caderno especial em comemoração ao 35º aniversário do município. Esta edição teve uma tiragem de 5 mil exemplares que foram distribuídos gratuitamente em Santa Helena e nos municípios da região oeste do Paraná.

Atualmente o jornal Costa Oeste tem sua sede na Avenida Brasil, centro da cidade de Santa Helena e as edições são publicadas todas às sextas-feiras de cada semana, sob a direção

---

<sup>130</sup> LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., p. 53.

de Airton Lindner e Onei Moura, a redação é de responsabilidade de Francis Ricardo Schley (jornalista responsável do DRT/PR N° 7053) e Zeloni Grapiglia. Este, juntamente com Sidnei Lós, cuida da editoração gráfica deste jornal e, Iandra de Conto é responsável pelo setor financeiro.

Em fevereiro de 2008 Onei de Moura era presidente do PSDB de Santa Helena, e segundo o jornal Correio do Lago, ele

foi definido pelo prefeito Giovani Maffini, como o nome que faltava para completar o primeiro escalão governamental. Onei assumirá a partir de amanhã, a Secretaria de Administração e Planejamento, que estava vaga desde a saída de Jucerlei Sotoriva que voltou para a câmara<sup>131</sup>.

Cada exemplar desse jornal custa R\$ 2,00 e, de acordo com as informações inseridas no próprio jornal, as edições produzidas têm circulação na cidade de Foz do Iguaçu, Santa Teresinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido do Rondon, Mercedes, Terra Roxa, Guairá, Cascavel e Santa Helena.

O enredo das reportagens analisadas deixava explícita a forma como os trabalhadores estavam sendo abordados pelos responsáveis das matérias desse jornal. O que é possível perceber nas próximas páginas desse trabalho.

Neste sentido, em setembro de 1999, foi divulgado um programa realizado pelo PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, juntamente com a Administração Municipal de (1997 – 2000) que, segundo o jornal Costa Oeste, consistia em “[...] doar agasalhos de uniforme a todos os estudantes carentes da rede pública (municipal e estadual)”<sup>132</sup> de Santa Helena. Tendo “beneficiado” aproximadamente 3.200 alunos.

Segundo informações extraídas de uma matéria divulgada em maio de 1997, neste mesmo veículo de comunicação, o PROVOPAR foi criado pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, sendo administrado em Santa Helena, pela Primeira Dama, Rita Maria Schimidt, que buscava defender:

[...] as causas específicas das necessidades sociais da família santahelenense. Vem exercendo diversas atividades sociais em Santa Helena. Entre elas a arrecadação de roupas e cobertores através da Campanha do Agasalho, desenvolvida para suprir a falta de vestuários nas famílias carentes

---

<sup>131</sup> CORREIO DO LAGO. Definida a última vaga no primeiro escalão de Gico. Sexta-Feira, 15 de Fevereiro de 2008. Disponível no site: <http://www.correiodolago.com.br/noticias.php?id=606065>. Acessado no dia 27 de setembro de 2010.

<sup>132</sup> COSTA OESTE. Uniforme para todos: Programa inédito garante uniforme escolar para toda a rede pública. Mais de 3.200 agasalhos foram entregues a carentes. Provopar comprou material e confeccionou uniformes. Santa Helena, 30 de setembro de 1999, p. 7

atendendo de 800 a 1000 famílias. [...] Ali [avenida Rio grande do sul, onde localiza-se a sede do Provopar de Santa Helena] também são confeccionados uniformes para todas as escolas municipais, creches e o TIM, bem como cortinas para todos os departamentos da prefeitura. Nas quartas-feiras, o Provopar desenvolve um trabalho com gestantes que recebem tecidos e aviamentos para a confecção de enxovais. São arrecadados móveis usados, roupas, calçados em gincanas e doações no próprio Provopar [...] <sup>133</sup>.

A primeira dama e presidente do PROVOPAR municipal, Rita Maria Schmidt, coordenava o trabalho de realização dos cadastros dos alunos carentes que não dispunham de recursos para adquirir o agasalho escolar. De acordo com Rita Schmidt, o uniforme era composto por calça e casaco, sendo confeccionados entre 200 e 250 conjuntos, de acordo com o padrão de cada escola.

A vida dos trabalhadores, suas experiências, expectativas e dinâmicas de vida são homogeneizadas e enquadradas às relações estabelecidas com o governo municipal e as instituições de Assistência Social, como pode ser observado na fala de Rita Schmidt, segundo a qual o resultado desse programa podia ser visto no semblante de cada mãe durante a entrega dos kits de uniforme:

[...] Elas falaram com entusiasmo da possibilidade de seus filhos terem um uniforme escolar para usar e sabem que grande parte das diferenças sociais nas salas de aula deverá ser minimizada pelo menos no que diz respeito às crianças e adolescentes [...]

As mães, entusiasmadas comemoram: “Agora meu filho vai se sentir igual aos outros colegas. Estou muito feliz”, disse uma das mães. <sup>134</sup>

As pessoas que se colocavam em relação a estas práticas eram apresentadas pela reportagem como dependentes da assistência social proporcionada pela administração municipal que procurava minimizar os problemas sociais existentes na cidade.

Pode-se inferir que na perspectiva dos materiais produzidos pela imprensa, as narrativas dos trabalhadores são buscadas dentro da intenção de se demonstrar a situação de “pobreza” em que viviam.

As ações dos dirigentes municipais caracterizam-se pelo atendimento às necessidades mínimas de sobrevivência, pressupondo uma naturalização e banalização da pobreza através de mecanismos, como por exemplo, as casas populares que visam construir o local (normalmente distante do centro da cidade) destinado à concentração dos setores populares.

Acredito que as experiências e trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores são de fundamental importância para compreender estes processos, entendendo as práticas populares

---

<sup>133</sup> COSTA OESTE. I Simpósio de Meio Ambiente da Costa Oeste: Santa Helena – Centro da Costa Oeste 5 e 6 de julho de 1997 Parque de Lazer e Turismo. Santa Helena, maio de 1997, p. 7

<sup>134</sup> COSTA OESTE, 30 de setembro de 1999. Op. Cit., P.7

como portadoras de significados que não se esgotam nas propostas dos ocupantes dos órgãos públicos e idealizadores dos programas.

Roseni, por exemplo, quando já estava em Santa Helena, comentou que algumas vezes passou pela situação de não ter o dinheiro suficiente para comprar remédio, ou pagar luz e água. O que a levou a recorrer à Prefeitura Municipal, particularmente aos responsáveis pelo setor da Assistência Social, que de acordo com ela, compravam os remédios necessários ou pagavam suas contas em troca de seu trabalho em alguma instituição municipal, como por exemplo, no Trabalho Integrado de Menores – TIM <sup>135</sup>.

Esta prática do trabalho em troca do atendimento às necessidades dos trabalhadores parece ter sido desenvolvida principalmente durante o período que compreende os anos de 1990. A senhora Rita Alves disse que trabalhou para receber o auxílio da cesta básica fornecida pela administração municipal: “[...] nu tempo du qui u Silom [Schimitd] era Prefeito [1997-2000] nós trabaieôm assim e nu tempo du Julio [ Morandi, Prefeito Municipal de 1993 à 1996] tamém trabaieôm”<sup>136</sup>.

Rita Alves percebia esta dinâmica do trabalho como o meio de definição do merecimento ou não da cesta básica, de maneira positiva: “Ué, porque a gente num tá cumenu uma coisa qui, qui num é dá genti. Si a genti vai si alimentá, a gente tá si alimentanu di uma coisa qui a gente trabaio pá ganhá, né? Eu acho justo isso ai.”<sup>137</sup> Como elemento constituinte do mérito, ela coloca o trabalho.

Cabe frisar que dos 16 entrevistados que recebiam auxílios do governo, 8 expressaram o sentimento de vergonha e humilhação que passavam principalmente quando tinham que se deslocar de suas casas até a Assistência Social para “pedir” uma cesta básica. Falaram que procuravam a assistência quando não tinham outra opção.

Esta experiência ganha destaque também, na narrativa de Noemi Berté, natural de Três Passos, Rio Grande do Sul, tendo migrado primeiramente com seus pais para Capanema, Estado do Paraná. Em meados de 1980, ainda em Capanema, o pai da entrevistada faleceu e

---

<sup>135</sup> Um número expressivo dos entrevistados colocavam seus filhos no TIM, local onde ficavam durante o dia e recebiam as refeições de café, almoço e lanche da tarde. A forma como avaliavam a existência dessa instituição variava conforme suas vivências. De acordo com Ezelinda, aquele não era um “lugar bom” para se deixar os filhos, “porque eu tinha minha irmã ela era uma excelente criança, [...] recebeu a mema educação qui eu recebi, era uma excelente pessoa, entrô nu TIM, quando ela saiu de lá... hoje ela é a maió drogada do mundo. Intão eu, si dependê da minha opinião o TIM não deveria tê existido qui us pais tem qui tê...vai meio dia na escola, meio dia pá executa seu fiô pá uma boa educação, qui hoje em dia si você não tivé ao lado dos teus fiô você entregá tudo lá prus professor si viram o dia intero cu teus filhos amanhã o depois são marginal. Eu vô ...eu falô isso i vô falá a vida intera, porque isso aconteceu com a minha família [...]” Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

<sup>136</sup> Rita Alves Pereira, 51 anos - 01 de outubro de 2009.

<sup>137</sup> Idem.

sua mãe voltou para o Rio Grande do Sul. Noemi, então casada, mãe de três filhos, se mudou de Capanema para o Paraguai.

Aos cinquenta e quatro anos, ela relacionou alguns aspectos de sua trajetória de vida chamando atenção para as experiências vividas no período em que esteve no Paraguai. Este foi o ponto de partida de sua narrativa, demonstrando a relevância disso para sua vida no presente.

Assim, ela elencou as razões que a fizeram se mudar para a cidade de Santa Helena:

Eu vim pra cá devido à dificuldade, né? Eu morei no Paraguai meu filho não podiam istuda ele [esposo] não dava istudo, pouco si importava eu tinha us meu filho, até um dia eu fui pá Foz, registrei cinco filho cuma veis ele num si importava im fazê u registro cuma criança, num si importava di levá um fiô duenti na medicina, não si importava, eu tinha qui andá. Tudo era só eu, só eu. Minha vida tava complicada i um certo dia eu pensei... pensei cumigo: cumé qui todo mundo, todas as mulheres, são muitas veis umas mulheres virada i u homi dá valor, tem uma vida real, sinceridade [...] i eu sô uma mulher jogada du meu marido, sendu qui eu num mereço uma coisa dessa, eu disse pra ele: Ó [...] si indereita, ô eu pego us meu filho i vô indu. U qui ele sabia era ispancá [...] ele batia i num si importava im trazê cumida pra dentro de casa. Eu disse, não é justo, não é justo si tu num ama teus filho mais é meu sangue eu amo i dô valor [...] meus filho [...] muitas veis tiveru qui i durmi sem comê, peguei i separei morei um anu ainda i poco nu Paraguai. Lá onde qui eu morava, peguei arrumei serviço nu restaurante trabalhei um anu i poco nu restaurante daí entro lá us jagunço nu Paraguai<sup>138</sup>.

É possível perceber na forma como ela se manifestava e no tom da voz que algumas vezes tem alterações, o sentimento de revolta em relação à vida conjugal, pois estava inconformada com a forma que o ex-marido tratava ela e os filhos.

Dessa forma, ela estabeleceu um diálogo com seus sentimentos e valores na construção de argumentos que buscavam justificar a decisão da separação. Noemi entende que o ex-marido não desenvolvia o papel de um “pai de família” que se importava com o bem estar da família e principalmente dos filhos, porque ele se comportava como um “carrasco” que espancava os filhos. Ela “[...] pensava: uma hora ele indóida i vai mata a metadi, di tão ruim ele ficô, carrasco ... e me separei. Fui na polícia i tudo”.

Após a separação, ela foi morar com seis, de um total de nove filhos (duas filhas eram casadas e uma trabalhava e morava na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná), na “Gleba Seis” no Paraguai. Lá pagava aluguel e trabalhava em um restaurante, cozinhando e limpando. Mas, por conta do medo que tinha dos “Jagunços” presentes naquele lugar, ela resolveu voltar para

---

<sup>138</sup> Noemi Berté, 54 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 17 de setembro de 2009.

o Brasil; “[...] Daí cheguei pra cá [Santa Helena], daí sigundo dia meus fiô já ganharu creche, us dois mais piqueno, i as otras treis já foi pu colégio i eu já sigundo dia comecei trabaiaí, i tô aqui até hoje”<sup>139</sup>

Na mudança para Santa Helena, Noemi levou panelas, duas camas com colchão, máquina de lavar roupa, uma geladeira e uma pia. Segundo a entrevistada, seus filhos sentavam “[...] nu chão, eu arrumava us prato i eles serviam i si sentava nu chão i comiam i assim por diante. A gente já era acostumado vivê nessa miséria sempre [...]”.

Chegou à Santa Helena, por volta de 1997 e contou que na época conversou com o Prefeito (Silom Schimidt 1997 – 2000) para ver “[...] si eu tinha, podia mi arrumá um serviço [...]”, então:

[...] eles mi arrumavam uma cesta básica pur méis, mi arrumarem inté um acolchuado, i cobertor pá cobri, porque era ... eu cheguei aqui nu tempo qui ia isfriá i num tinha nem trazido cuberta i coisarada pra cá i daí foi mi ajudandu i assim fui levandu inté i depois. Daí, intão eu morei ali im baxo [Vila Rica], daí qui eu perdi minha minina [filha mais nova (gêmea) morreu quando descia do ônibus escolar no bairro Vila Rica] i daí intão eu fiz a cirurgia [da vesícula] ai elas [funcionárias da Assistência Social de Santa Helena] mi ponharu lá im baxo, na Santa Rita di Cássia<sup>140</sup>.

Para ela, o trabalho era um dos elementos que a constituía enquanto uma mulher digna de respeito, que lutou sozinha para sustentar os filhos, pagar aluguel, água, luz e alimentação. Além de ser a referência de sua honestidade e integridade, o trabalho também era a causa de parte de seus sofrimentos, pois, na ocasião da entrevista, ela vivia as conseqüências negativas dessa vida de trabalho, uma vez que se encontrava doente e fazia aproximadamente um ano que não tinha um salário mensal.

Com certa tristeza ela disse:

[...] sempre sozinha, sozinha, lutandu i batalhandu. Té venci. Agora, tô eu aqui, um anu já sem trabaiaí, num consigo mi incostá. Ontem, eu fui pra Toledo, pra Cascavel, tem qui pagá minhas consulta... deu mais dois ixames si eu num vô podê carimbá [...] Não é fácil i daí tem mais uma consulta agora dia vinti i um im Toledo. Num é consulta é num massagista, né? Porque eu tô tudo intrevada desde aqui, assim, aqui é intrevada tem dias, eu perco inté as perna, óia aqui ó, foi um tombo eu fico intrevada, eu caio. A minha vida é difícil, muitas veis é pesada pra genti, mais fazê u que?<sup>141</sup>.

Em outro trecho da entrevista, continuou:

[...] já tô seis anu daí trabaiei cinco anu i poco, num deu bem seis anu i poco ai num consegui mais fiquei doenti i doenti i num venci mais, num consegui

---

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Idem.

mais. Minha força mi fartaru i parecia qui eu ... o cansaço mi pegô, porque eu nunca tinha férias, tudo essis anu trabaiandu i nunca teve férias i daí, intão num consigo mais vortá trabaia i tinha problema aqui ó u sinal qui eu fiz u cateterismo [...] i depois fiz ixamis, ixamis, ixamis i num sabê o que eu posso tê u mais qui dá é isgotamento de nervo. Meu nervo isgotado di tantu trabaia, trabaia i sofre na vida [...]<sup>142</sup>

Ao falar dos problemas de saúde Noemi, demonstrou seu descontentamento e indignação diante da impossibilidade de trabalhar e da falta de recursos para prover o sustento da casa, pois ela morava no conjunto habitacional Cristo Rei (imagem do mapa p.46) com dois filhos (os outros casaram e saíram de casa) e não tinha uma renda fixa para pagar os sessenta e dois reais por mês de prestação da casa, mais água, luz e alimentação.

Nesta fala, Noemi se referia ao período que trabalhou na Usina de Reciclagem, seu último emprego fixo. Ela trabalhou recolhendo papelão nas ruas, mas com a instalação da Usina de Reciclagem<sup>143</sup> em Santa Helena, ela juntamente com outros trabalhadores que catavam papel na cidade, foi encaminhada para trabalhar lá.

A entrevistada trabalhava das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas na separação de plásticos coloridos. Este trabalho exigia que acompanhasse os movimentos de uma:

Correia ... cada um tirava ... um carrero de gente desse lado quem aqui i um aqui i daí tinha aquelas boca assim pá jogá u produto tudo dentro, imbaxo tinha otro de carrinho i já levava imbora. Quando tava cheio só dava um grito i ele já vinha, tirava pá continuá u serviço i daí outra, tava assim, otra filera di genti [...]<sup>144</sup>.

De acordo com Noemi, era mais lucrativo trabalhar nas ruas do que na sede da Usina de Reciclável, pois não tinha carteira assinada, os funcionários ajudavam pagar o imposto do galpão da “firma” e era descontado o INSS.

---

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> Segundo o Jornal Correio do Lago, a Usina de Beneficiamento de Reciclagem de Lixo foi criada a partir de um Programa de coleta de lixo-desenvolvido pela Secretaria de Agricultura de Santa Helena, através do Departamento de Meio Ambiente, existente desde 2004. Conforme o diretor do departamento de coleta e reciclável, Leandro Franzen, o processo do trabalho para que o lixo reciclado fique pronto passa por oito etapas: “Começa com o cadastramento nas residências, feito através dos estagiários da secretaria. Estes vão de casa em casa entregar os panfletos explicativos e cadastrar as famílias no projeto, servindo como base de referência para uma pesquisa futura. O segundo passo é a distribuição de sacolas, depois virão recolhimento dos produtos, descarga do material, triagem na esteira, distribuição nas baías, enfardamento e, por último, o carregamento de todo esse material para a comercialização”. (*Jornal Correio do Lago. Programa contra o lixo melhora qualidade de vida da população. Santa Helena, dezembro de 2005*).

<sup>144</sup> Noemi Berté, 54 anos - 17 de setembro de 2009.

Na ocasião da entrevista, ela recebia sessenta e dois reais do Programa Bolsa Família<sup>145</sup>, normalmente recebia a cada dois meses uma cesta básica através da Prefeitura Municipal e seus filhos frequentavam o TIM, onde ficavam durante o dia.

Diante dos problemas de saúde que a impediam de trabalhar para garantir uma renda mensal à família, Noemi colocou o filho de 14 anos para vender salgados: “cozinha i salchicha inrolada na massa cozida i pastel”<sup>146</sup>. Para desenvolver este trabalho o menino faltava dois dias por semana das aulas de oficina realizadas no período da tarde.

A decisão de Noemi de tirar o filho da entidade do TIM, para trabalhar, causou desentendimento entre ela e a coordenação da entidade. Na concepção da entrevistada,

[...] mió trabaiaí cumo robá, né? Robá vai preso i é feio. Daí, intão, como num tem ajuda dus outro fiô casado u piquinho tem qui si virá, ele sabe u dia dele ele pegá i vai trabaiaí. Eles sabem, na Assistência Social eu disse: meu fiô vai sim, tá trabaiandu i percisa, não pur causa qué. Percisa é justo cada um tem qui trabaiaí, vivê du suor du seu rosto [...] Eu disse, mais é justo chegá a noite, chegá a hora de comê eu num tenho cumida na mesa pu meus fiô, eu acho qui não é justo não [...] <sup>147</sup>.

O trabalho é atrelado a uma noção de justiça, que se constitui a partir da construção de princípios de boas maneiras, em que distingue entre o “bom” e o “mal” comportamento, o “bonito” e o “feio”.

Ostentar e reafirmar a positividade do trabalho é algo desenvolvido pelas classes dominantes também. Porém, os sentidos atribuídos pelos trabalhadores são diferentes daquele propagado pelas classes dominantes.

Na perspectiva dos setores das classes dominantes de Santa Helena, construir uma noção positiva do trabalho parece ser uma maneira de atribuir aos trabalhadores a responsabilidade pelo desenvolvimento da comunidade municipal e gerar a competição entre os trabalhadores, a partir do desenvolvimento de mecanismos calcados em relações de exploração e dominação.

Neste sentido, o Jornal Costa Oeste divulgou uma matéria em 1997, que enfatizava o “potencial desenvolvimentista” da cidade de Santa Helena, destacando-a como “um município pujante”, pois nos últimos anos passava por uma fase de desenvolvimento acentuado que gerava emprego e combatia o desemprego e a miséria.

---

<sup>145</sup> Sobre o Programa Bolsa Família ver: SILVA, Rosane Marçal. Trabalhadores e programas assistencialistas: o Bolsa Família em Santa Helena/ PR. Marechal Cândido Rondon/ PR: UNIOESTE, 2008. (Trabalho de conclusão de curso em História).

<sup>146</sup> Noemi Berté, 54 anos - 17 de setembro de 2009.

<sup>147</sup> Idem.

Segundo a reportagem do jornal, os representantes políticos acreditavam que através do “desenvolvimento” da cidade, o desemprego e a miséria diminuiriam e “com certeza” “essas deficiências” não mais os “incomodariam”, porque entendiam que “desenvolvimento gera emprego, que gera rendas, que combate a miséria, que propõe consciência de uma vida melhor [...]”<sup>148</sup>.

Partiam do pressuposto de que para a sociedade “tomar consciência” dessa situação era preciso mostrar através da reportagem do jornal o trabalho desenvolvido pela administração municipal, destacando os investimentos nos setores da agricultura e da indústria.

Estas reportagens da imprensa escrita trabalhavam com a ideia fomentada pela administração municipal de incentivar a instalação de indústrias e de empresas do setor do comércio e serviços, o que na perspectiva da ação governamental, era o meio de gerar emprego, renda e transformar o município de essencialmente agrícola, em cidade industrial e turística também<sup>149</sup>.

Nesta dinâmica, os trabalhadores deveriam se adaptar à nova fase de desenvolvimento, isto é, eles precisavam se preparar para as mudanças no mundo do trabalho, pois o mercado de trabalho exigia cada vez mais pessoas com qualificação profissional<sup>150</sup>.

Conforme a reportagem do jornal Costa Oeste, para resolver o problema da falta de emprego,

[...] o poder público municipal vem tentando estabelecer parcerias, incentivando indústrias e empresas locais criando frentes de trabalho, sempre com a participação de trabalhadores, empregadores e o governo municipal. Em Santa Helena, o que se pode perceber ao longo do tempo é que além de existir o desemprego, o índice é maior entre as pessoas que apresentam pouca qualificação profissional [...]<sup>151</sup>.

Diante desse quadro, a Administração Municipal em conjunto com o governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho e do Escritório Regional de Foz do Iguaçu, implantou uma agência do Sempre-Sine, na cidade de Santa Helena, para atender e orientar os trabalhadores, fornecendo a emissão da carteira de trabalho, encaminhando os trabalhadores para as empresas e o direito de seguro desemprego.

Conforme este texto do jornal Costa Oeste, os dirigentes municipais forneciam cursos de eletricitista, encanador, garçom, costura industrial, cabeleireiro, recepcionista de hotel, entre

---

<sup>148</sup> COSTA OESTE. Santa Helena é hoje um município pujante. Santa Helena, maio de 1997, p.4

<sup>149</sup> COSTA OESTE. Globo mostrou Prodem de Santa Helena domingo. Santa Helena, abril de 1997. p.8

<sup>150</sup> COSTA OESTE. Desemprego preocupa autoridades. Santa Helena, junho de 1998, p.6

<sup>151</sup> Idem.

outros, aos trabalhadores desempregados, pois o objetivo era prepará-los para as mudanças constates do mercado de trabalho.

Acredito que estes cursos demonstravam o parecer dos grupos dirigentes quanto aos cargos de empregos que eles entendiam como adequados aos trabalhadores desempregados.

Na perspectiva dos setores das classes dominantes e dirigentes municipais, as pessoas que estavam desempregadas revelavam uma ameaça ao desenvolvimento e aos projetos do governo. Jussara Lorenzon, por exemplo, relatou que se sentia humilhada quando precisava ir até a Assistência Social “implorar” por uma cesta básica, porque os funcionários que lá trabalhavam diziam para ela ir trabalhar: “A, se sentia humilhada, né? Porque cê tinha qui implora pra eles ti dá uma cesta básica, né?... “a cê tem qui trabalhá, vai trabalhá, si vira, tu é nova” [...]”<sup>152</sup>. Para não “se humilhar”, ela evitava procurar os “auxílios” do governo municipal.

As matérias da imprensa local buscavam acentuar os feitos dos representantes municipais, como se estes já estivessem cumprindo com a sua obrigação, e restava aos indivíduos contribuir com uma tarefa “simples” que consistia em se inserir no mercado de trabalho e garantir o bem estar da comunidade em geral.

Pode-se concluir que a existência da pobreza era aos olhos dos grupos dirigentes municipais, o resultado do não cumprimento do circuito escolar oficial e da não preparação técnica para o trabalho, em que os cursos profissionalizantes eram colocados como um ato que compensaria as diferenças sociais e garantiria a qualificação da mão de obra e sua inserção no mercado de trabalho, sem levar em consideração as condições de vida dos trabalhadores e, as possibilidades reais que possuíam para concluir o ensino escolar oficial e se inserir no mercado de trabalho.

A partir das narrativas colhidas e discutidas acima, avalio que os trabalhadores por sua vez, parecem ver o trabalho como o meio de ganhar a vida, garantir a subsistência da família de forma justa e honesta, demarcando um universo de valores e noções em que o trabalho não significa pura e simplesmente uma forma de ganhar dinheiro.

De acordo com o relato de Noemi, já acentuado, seu filho trabalhava por necessidade porque se ela não estivesse doente e pudesse trabalhar jamais o colocaria no trabalho.

Ela mencionou que o filho geralmente conseguia obter R\$ 20,00 numa tarde de trabalho. Com esse dinheiro, ela comprava os ingredientes necessários para preparar os produtos da próxima venda: “É da venda, qui ele vendê eu pego u dinheiro i comprô daí, já di

---

<sup>152</sup> Jussara Lorenzon, 32 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de agosto de 2009.

novo... pá fazê mais adiante di novo pra ele pode vendê já di novo. Daí sempre sobra umas migalha, né? Daí, si sobrá um pouco, sobrá uma carne. Daí, pá comê, sobrá um trigo, sobrá um óleo i assim, i assim nós tamo vivendo”<sup>153</sup>. A entrevistada disse que preparava os produtos e o filho saía para vender.

Os gastos da família eram controlados de acordo com o dinheiro que obtinham, dando prioridade à alimentação. Noemi comentou que algumas vezes não fazia almoço “pur causa meus fio vão pu TIM, só vem di noiti, eu pego a janta qui sobra boto numa vazia só, guardo na geladera i otro dia isquento vai imhora. Eu sô mais memo só di verdura [...]”<sup>154</sup>. Durante o dia, ela cuidava dos afazeres domésticos, de uma horta que fez nos fundos da casa e disse que se pudesse pegaria lotes de terra para plantar mandioca, amendoim e batata doce.

Já Luis Carlos, morador do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia durante 8 anos, declarou ser casado pela segunda vez (sua primeira esposa e sua filha morreram durante o trabalho de parto) e na data da entrevista trabalhava como motorista de ambulância pela Prefeitura Municipal.

O trabalho que ele desenvolvia era organizado através de uma escala que consistia em ter um dia de folga durante a semana. Os horários de trabalho variavam, pois, às vezes, precisava sair de madrugada e levar pacientes para outras cidades, como por exemplo, Cascavel e Toledo.

Diante dessa situação, ele projetava a expectativa de uma vida futura sem dependência para com a administração municipal e que pudesse ter estabilidade financeira, o que para ele somente seria possível por meio da dedicação para concluir o ensino médio (havia estudado até a 8ª série do ensino fundamental) e prestar um concurso público:

[...] porque tu tendo teu ... trabalhando cum concurso tu tem uma estabilidade bem melhor do que trabalha tercerizado porque a empresa tercerizada qualquer momento a Prefeita [Rita Maria Schimidt] pode falá: “você não vai mais fazê, não vô mais pagá us tercerizado seis tem qui dá conta pra eles”. I, né? Daí, a gente tá desempregadu porque a empresa não tem mais contrato com a prefeitura assim que termina u contrato a Prefeita não tem mais compromisso com nós i si é num concurso público, você é funcionário du Estado ou municipal, você não tem porque, você cumpri u teu horário de trabalho certinho.. nu poder público, num tem pirigo di você, tipo assim, cê só vai ganhá, você só vai ganhá a conta por uma, por um robo ou qualqué coisa qui acontece lá pur justa causa. Aí, você vai ganhá a conta mais, senão, tu tá instabilizado<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> Noemi Berté, 54 anos - 17 de setembro de 2009.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

Luis Carlos comentou que antes de ir morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, ele pagava aluguel e esteve desempregado. Na falta de condições, fez-se necessário vender a geladeira de dentro de casa para pagar as dívidas da família e comprar alimentos. Acredito que estas experiências de vida, exercem uma função importante na formulação de planos para o futuro.

Nesta perspectiva, passar em um concurso público representava deixar a condição de ser contratado por uma empresa terceirizada e de viver com a incerteza de sua condição financeira.

Fazendo uma avaliação do funcionamento das questões políticas neste município, em especial durante os períodos de campanhas eleitorais, Luis comentou:

É promessa a gente recebe bastante dus pulitico, mais é u cumprimento na verdade daquilo que eles promete nunca acontece, né? Um pouco, às vezes qui eles cumprí, a gente já conhece a área política, né? A gente mora há muitos anos já nu município a gente já conhece a área política qui, inclusive, essa questão de política, a gente até num gosta muito di tocá nu assunto, mais aqui a gente optô pur um, nu caso, né? Tipo assim, a gente entrô num acordo im casa inclusive, que cê sabe, qui nu dia-a-dia a gente valoriza quem valoriza a gente, né? A gente apoiô a veis passada, na eleição du primero mandato du prefeito Silom [Schimidt], a gente apoiô ele então, dali pra cá, qui surgiu esses, essas vagas di emprego pra mim na verdade, né? Qui eu num tinha até imprego ali pela Prefeitura. Então, a gente dali pra cá, u primero imprego meu na prefeitura é qui a gente começô optá pur esse. É questão di, di, di partido, né? É, eu me filiei em noventa i seis nu partido do PSDB i sô filiado até hoje, né? Nu PSDB então, a gente já optô já pela ... nunca, tipo assim, votei uma veis só nu candidato du meu partido, né? I dispois a gente mudô assim, qui a gente sempre tá apoiando u vereador di Sao Roque qui é u Juce [Jucerlei Sotoriva], né? Já é u terceiro mandato qui eu apoio ele, né? Numa trajetória di doze anu, então é u terceiro mandato. Então a gente sempre optô pela aquele qui ajudô a gente, né.<sup>156</sup>

Seus posicionamentos frente a estas questões deixam transparecer o movimento que o constituiu partidária e politicamente, uma vez que era filiado ao PSDB – (Partido Social Democrata Brasileiro), partido do então candidato ao cargo de Prefeito Municipal, Julio Morandi, que fazia oposição a Silom Schimidt candidato pelo Partido Progressista (PP) durante os processos eleitorais dos anos de 1996 e 2000. Mas, Luis Carlos posicionou-se a favor de Schimidt que se elegeu Prefeito e esteve à frente da administração municipal durante os anos de 1997 – 2004.

---

<sup>156</sup> Idem.

Em 2008, Julio Morandi foi adversário da atual prefeita municipal, Rita Maria Schimidt, esposa de Silom Schimidt na disputa pela coordenação da administração municipal de 2009 a 2012.

Portanto, o fato de Luis Carlos atuar como funcionário público municipal não concursado e sua esposa<sup>157</sup> também, pode ter influenciado sua narrativa. Além do mais, a atual prefeita Rita Maria Schimidt e Silom Schimidt (secretário da Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Administração Portuária do Município de Santa Helena, Paraná) estiveram à frente do processo de formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia (discussão que desenvolvo no capítulo 2).

A forma como os trabalhadores vivenciam, experimentam e se inserem no plano político municipal, torna-se elemento importante para pensar sobre a classe trabalhadora e sua história na atualidade.

Neste sentido, vale destacar um trecho da fala de Jussara Lorenzon que se refere ao período de campanha eleitoral do ano de 2004, em que Julio Morandi disputava o cargo de Prefeito Municipal com Giovani Maffini. De acordo com ela os moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia entraram em conflito entre eles, pois:

[...] tinha só uns treis qui era do, du Júlio [Morandi] u resto era do Gico [Giovani Maffini] daí a turma do Gico catô a turma do Julio, era assim, sabe? Igual essa Gladis apanhô nu tempo di política, pur causa, da turma du Julio, invadiru a casa dela batero nela [cortaru a cabeça dela...] agrediru u isposo dela, sabe? Qui eles era du Julio i daí a turma du Gico aproveitou, né?<sup>158</sup>.

O clima de disputas entre os trabalhadores remete a um campo de tensões e disputas que envolvem as dinâmicas da política no município de Santa Helena, em que optar entre os candidatos concorrentes aos cargos do governo municipal pode significar a esperança de obter benefícios, mesmo que seja pautado em interesses particulares.

Conforme Ondina Rigol Davila, sua família trabalhou durante a campanha eleitoral de 2008 com a expectativa de, entre outras coisas, conseguir um emprego pela Prefeitura Municipal para uma de suas filhas. Mas, já se passava um ano de mandato e “[...] até agora nada, né? Tá difícil [...]”<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> Ela trabalhava das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas como zeladora na entidade do Trabalho Integrado de Menores (TIM). Luis e sua esposa conseguiam obter uma renda mensal de mil reais. Ela almoçava no local de trabalho. Os filhos do casal eram alunos do TIM, onde ficavam durante o dia inteiro.

<sup>158</sup> Jussara Lorenzon, 32 anos - 13 de agosto de 2009.

<sup>159</sup> Ondina Rigol Davila, 59 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 01 de outubro de 2009.

Na avaliação de Ezelinda, em Santa Helena o acesso a empregos estava difícil, pois “não existe uma indústria, [...] a fábrica de bolacha é uma fraude e se não fô na Prefeitura, não têm outro lugar pra trabalhá i si você tivé um padrinho, tu entra si você não tivé padrinho, cê não entra”<sup>160</sup>.

De acordo com informações retiradas do site da Prefeitura Municipal, em Santa Helena de um total de 1971 trabalhadores empregados, 723 trabalhavam através da administração e segurança pública, 40 no setor da educação, 575 no comércio e 222 nas indústrias de transformação<sup>161</sup>.

Estes dados expressam uma parte importante de como as questões políticas se articulam ao conjunto da população residente no município, pois, além de ser um meio de garantir a vida, um emprego público pode representar uma relação de prestígio em relação aos trabalhadores que não possui vínculo empregatício com os órgãos públicos.

Segundo Roseni, durante o processo eleitoral de 2008, os candidatos prometiam aos moradores do Santa Rita de Cássia que construiriam novos “mutirões”, (em outras palavras, casas populares) e os tirariam de lá, caso se elessem. Mas, para ela estas eram promessas;

[...] qui num, quem diz u outro qui num sai du papel, né? Ainda bem, qui Deus qui mi perdoe, qui não se elegeu nenhum, que veio vários tanto dum lado cumo du outro, não adianta fala qui é só dum lado qui veio dus dois lado, né, daí eu falei, um dia eles tava fazendo runiao aqui na frente di casa, eu falei: olha, mi desculpa, ma eu vô cê bem franca, mais eu num vô votá pá ninguém di vocês. Ele falô: “não, a senhora não pode fazê isso”. Eu falei: eu posso. Falei eu posso sim, a única coisa eu posso i lá i cancela u meu voto i pronto, ele falo assim, é mais si a senhora cancelá nosso voto, u seu voto a senhora vai votá pra prefeita, pru prefeito mais votado i daí u probrema é, só sei qui u meu voto vai sê im branco i dito feito eu fiz isso, só pra vereador qui não. Mais, eu votei im branco. Quem diz u outro, quando a gente vota im branco, vai pu prefeitu mais votado. Falei: então, quem ganhô u meu voto foi a dona Rita [Maria Schimidt] (sorriu) eu falei promete, promete ma num cumpre, né? Que eles deru ... eu disse vocês promete, promete i num, então meu voto eu num vô vota pá ninguém, foi ondi qui eu fiz, né? Daí depois tava falando qui a pessoa qui votá im branco vai pru prefeitu mais votadu eu falei então quem ganhô meu voto foi a dona Rita, ainda u meu vereador se elegeu, né? Então, esse eu votei certo esse se elegeu meu vereador, né? A prefeita também, si eu votei im branco votei pra ela, né? Ela si elegeu também<sup>162</sup>.

A forma encontrada pela entrevistada para se opor e mostrar seu descontentamento a esta realidade vivenciada pelos moradores durante os períodos de campanhas eleitorais, foi

---

<sup>160</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

<sup>161</sup> Disponível no site: [http://200.181.241.164/home/home\\_cidade\\_estatisticas.asp#saude](http://200.181.241.164/home/home_cidade_estatisticas.asp#saude). Acessado dia 15 de maio de 2010.

<sup>162</sup> Roseni da Silva, 34 anos - 13 de julho de 2009.

cancelar seu voto, através do voto em branco. Na concepção de Roseni “votar certo”, era votar em um candidato que se elegeisse.

Neste sentido, compartilho da percepção de Langaro, de que as camadas dominantes buscam incorporar em “seus projetos os trabalhadores e suas possíveis expectativas, com o objetivo de angariar apoio popular e de tutelar a ação política desses sujeitos”<sup>163</sup>.

Ao mesmo tempo, percebo também que os trabalhadores conectados com suas relações sociais, suas experiências e práticas culturais criam formas de vida próprias. Estes sujeitos vivem em constante processo de constituição e reconstituição.

Em meio a um processo onde as frações das classes dominantes buscam a fragmentação dos trabalhadores, gerando uma espécie de competição dos “necessitados”, em que a maioria, ou senão todos querem um emprego, uma moradia, etc. As articulações dos setores dominantes tendem a contribuir para que tais sujeitos percam de vista o elemento que os une, que é a natureza intrínseca de desigualdade que marca a sociedade capitalista – a exploração de classe.

Boa parte dos trabalhadores entrevistados falavam da vontade de ter sua casa própria, e das iniciativas algumas vezes frustradas de sair do Santa Rita de Cássia. Viam o período em que residiam neste local como algo provisório.

Entre os entrevistados que já não moravam mais no Santa Rita de Cássia, houve casos em que saíram e foram pagar aluguel, pois acreditavam que aquele não era um lugar adequado de se morar e de “criar” os filhos.

Ficava visível no modo de narrar dos trabalhadores o posicionamento de sujeitos possuidores de múltiplas e diversas experiências de vida que representam o esforço e o empenho de uma luta pelo direito à cidade, à moradia, ao trabalho e a vida.

As dinâmicas que se estabeleceram em muito se diferenciava daquela analisada por Souza e Petuba, mas a resistência existia e se manifestava no dia-a-dia, nas formas e práticas da vida cotidiana de cada trabalhador. Esta resistência ia ganhando forma em suas relações sociais, que aos poucos os constituía enquanto sujeitos possuidores de interesses e contradições.

Estas formas de lutas tentam ser a expressão do existir cotidiano de uma classe, e propõem uma dimensão do próprio significado das experiências comuns do se reconhecer e interpretar sobre suas condições sociais.

---

<sup>163</sup> LANGARO, Op. Cit., p. 102

Assim, uma série de relações vão se articulando, outros atores sociais surgem à trama das ações tecidas que os constitui e ao mesmo tempo constitui o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

As discussões desse capítulo tiveram o intuito de localizar algumas das questões relacionadas aos conflitos e tensões que perpassam o processo de formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, e como os moradores convivem, veem e se sentem em morar em um bairro estigmatizado.

Porém, estas questões se fazem e refazem no dia-a-dia dos sujeitos sociais e merecem ser questionadas, analisadas de modo a perceber o movimento de constituição e denominação do Santa Rita de Cássia.

Estas questões são aprofundadas no capítulo 2, espaço em que trabalhei com alguns aspectos mais específicos sobre os modos como se estabelecem as relações entre o governo municipal e os trabalhadores, bem como, quais os sentidos deste processo: a partir do ponto de vista dos trabalhadores.

## CAPÍTULO 2.

### ESTRATÉGIAS E LUTAS POR MORADIA: A FORMAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA

“... i surgiu a casinha lá nu Santa Rita de Cássia, foi quando a gente si inscreveu i pra nós quando a gente ganhô aquela casa, nossa! Pra nós foi a melhor coisa do mundo, sai di baxo di um barraco de lona i pra dentro di uma casa de alvenaria, pra nós era tudo”<sup>164</sup>



**Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia.** Fotografias tiradas por Rosane Marçal da Silva, na manhã do dia 08/ 01/2010

“eu quero, tenho fé, num quero morre aqui não, já meu nenê esses dia eu falei qui eu ia mudá daqui, né? Até ele, ele já tinha arrumado uma casa pa alugá, já chegô im casa falô: Vó arrumei uma casa coisa mais linda pra nós morá, eu já arrumei a casa pa nós [...]”<sup>165</sup>

<sup>164</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 09 de outubro de 2009.

<sup>165</sup> Leonilda Cenger Cardoso da Silva, 61 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 19 de setembro de 2009.

As reflexões que desenvolvo neste capítulo estão interligadas às discussões abordadas no capítulo anterior, à medida que analiso e interpreto sobre o processo de formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, compreendendo que trabalhar com os diferentes modos de vida dos trabalhadores, as relações que eles estabelecem com os outros setores sociais, os conflitos e disputas que perpassam estes processos são elementos constituintes daquele lugar.

No acompanhar das trajetórias, percebia um conjunto de situações e expectativas recheado de imagens e significados sobre a cidade, que apontavam a maneira pela qual, os trabalhadores lidavam com as dificuldades para conseguir emprego, estudar e ter acesso à moradia. Diante destes problemas, os trabalhadores viam no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, uma opção de se ter onde viver.

No presente capítulo, analiso alguns dos aspectos que envolvem o movimento de constituição deste local de moradia, principalmente no que se refere aos elementos e dimensões relacionados aos desdobramentos deste processo, as dinâmicas da vida cotidiana dos trabalhadores residentes no bairro, ligadas, por exemplo, ao fornecimento de água, luz elétrica, a convivência entre os moradores e suas expectativas de vida.

Nesta discussão, busco entender como os trabalhadores percebem o processo de formação do espaço em que vivem, o que levou e leva as pessoas a morarem lá, quais os significados e sentidos atribuídos ao caráter da moradia provisória.

Para realização desta discussão, utilizo-me das entrevistas com os trabalhadores que estavam morando no Santa Rita de Cássia e os antigos moradores (aqueles que viveram no local durante a década de 1990), do contrato de autorização de uso do imóvel, (formulado pela administração municipal com o prazo estabelecido até vinte de dezembro de 2013), e algumas matérias produzidas pela imprensa local e atas das sessões da Câmara dos Vereadores do município de Santa Helena.

Como foi apontado na apresentação desse trabalho, em meados da década de 1980 e início de 1990, o espaço onde se constituiu o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, era naquele período parte de uma hípica que, a Associação “Jóquei Clube Beira Lago” utilizava para executar suas atividades.

Depois de aproximadamente seis anos que as famílias estavam morando no, então, denominado conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, o jornal Costa Oeste tratou deste tema. Isto nos leva a pensar sobre os motivos, pelos quais, somente em 2002 este processo teve alcance nos meios de comunicação local.

Talvez isso esteja ligado ao fato de que as primeiras edições do jornal Costa Oeste são datadas do ano de 1996, ou seja, no ano em que Silom Schmidt era vice Prefeito e também foi o ano em que ele se elegeu pela primeira vez, Prefeito do município de Santa Helena. Outro aspecto relevante, diz respeito, ao que Langaro já havia apontado, de que ao se instalar nesta cidade, o jornal Costa Oeste mantinha uma postura situacionista perante a administração de Silom Schmidt, pois cabe lembrar que o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia foi inaugurado em 1997, isto é, no primeiro ano de mandato de Schmidt.

Por meio das reportagens que dialogaram com o processo de constituição do bairro Santa Rita de Cássia e da Curva do Obregon, o jornal Costa Oeste parecia querer contribuir para a produção de uma análise crítica sobre as relações de poder existentes na cidade, levantando questões relativas ao paradeiro do montante de dinheiro que a Itaipu Binacional pagava ao município. Este tema tem uma significativa inserção nos debates e disputas políticas no interior do município de Santa Helena.

Vale ressaltar que, o jornal é composto por sujeitos que assim como os trabalhadores entrevistados para esta pesquisa, também possuem interesses próprios e apresentam contradições. Digo isso, porque no mesmo instante em que o jornal buscava adotar uma postura de enfrentamento em relação às práticas governamentais ele ficava, em alguns momentos, preso aos seus possíveis interesses políticos e econômicos.

Na reportagem citada no capítulo anterior<sup>166</sup>, o jornalista Giuliano de Luca, deixou claro que o objetivo do jornal Costa Oeste, naquela matéria era “[...] apresentar uma situação que pode muitas vezes comprometer alguns programas do município”<sup>167</sup>, o que significa que ele não estava se posicionou enquanto sujeito produtor daquela reportagem, pois falava em nome do “Jornal Costa Oeste”. Isto de certo modo, demonstra que a imprensa não é um todo homogêneo, ela pode ser um conglomerado de relações e interesses que, por sua vez, também apresenta contradições.

Ainda assim, à medida que o jornal se revelava como uma possível ameaça aos interesses governamentais, ele parecia conseguir utilizar da posição de imprensa para exercer uma pressão sobre os setores das classes dominantes e dirigentes municipais. Conforme reportagem de Julio Cesar Fernandes, durante a primeira sessão ordinária da Câmara dos vereadores, de 2002, Silom Schmidt destacou que, para “viabilizar o progresso” era preciso a soma de “esforços dos poderes Executivo e Legislativo, com os da imprensa e da

---

<sup>166</sup> Giuliano de Luca . Famílias são atraídas para Santa Helena. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 23 de dezembro de 2004. p.07

<sup>167</sup> Idem.

coletividade”<sup>168</sup>. Isto na perspectiva do jornal Costa Oeste era uma resposta às matérias publicadas entre os meses de janeiro e início de fevereiro daquele mesmo ano, as quais “mostraram a existência de favelas em plena área central”<sup>169</sup> da cidade.

Segundo Julio Cesar Fernandes, tais matérias tiveram “repercussão, inclusive em nível estadual”<sup>170</sup>, contribuindo para que o prefeito Silom Schmidt chamasse atenção para “as promessas feitas no tocante à questão habitacional que foi alvo de matéria do JCO [...]” e, na sequência Schmidt “afirmou que pretendia construir 250 casas populares por ano, “revolucionando o setor da habitação na sede de Santa Helena e nos distritos” [...]”<sup>171</sup>.

Esta reportagem do jornal Costa Oeste dialogava com outra, intitulada “Silom abandona famílias carentes”<sup>172</sup>, de janeiro de 2002. Nesta matéria, o jornal Costa Oeste, registrou a existência de quatro áreas no perímetro urbano da cidade de Santa Helena, que eles consideravam como “favelas”, quais sejam: Uma aos “pés do morro” onde foi construída a estátua do Cristo Redentor, (deste local algumas famílias foram posteriormente transferidas para o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia), uma na Rua Rio de Janeiro, numa área “praticamente central” da cidade, uma “no final da Rua Minas Gerais, defronte à chácara do Obregon”<sup>173</sup> (de acordo com a matéria nesta área concentrava “um amontoado de casebres”), e uma no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

Abaixo do título dessa matéria, estava em destaque a seguinte frase: “**Situação de abandono** dos “sem-teto” de Santa Helena é reflexo da omissão do poder público municipal”. Os sujeitos responsáveis pela redação do jornal pareciam se posicionar na contramão da perspectiva governamental, principalmente em relação ao discurso dos representantes municipais que buscavam demonstrar e divulgar um balanço economicamente positivo do ano de 2001.

Enquanto as classes dominantes e dirigentes municipais faziam questão de divulgar que tinham fechado aquele ano “com mais de R\$ 30 milhões em caixa [...]”<sup>174</sup>, o jornal Costa Oeste anunciava a existência de “dezenas de famílias santahelenense” sobrevivendo

---

<sup>168</sup> Julio Cesar Fernandes. Silom promete fazer 250 casas por ano. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, edição de 22 a 28 de fevereiro de 2002. p.4

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> COSTA OESTE. Silom abandona famílias carentes: **SITUAÇÃO DE ABANDONO** dos “sem-teto” de Santa Helena é reflexo da omissão do poder público municipal. Santa Helena. Edição de 11 a 17 de janeiro de 2002, p.5

<sup>173</sup> É a mesma área denominada de Curva do Obregon presente no mapa das ocupações irregulares, que foi anexado na apresentação desse trabalho.

<sup>174</sup> COSTA OESTE. Silom abandona famílias carentes. Santa Helena. Edição de 11 a 17 de janeiro de 2002, p.5

em condições de miséria, habitando barracos com chão de terra batida e sem qualquer tipo de infraestrutura. São os “deserdados pelo poder”, gente que a anos vem se alimentando de migalhas e projeta o futuro em cima de promessas que nunca se concretizam, pela falta de uma política social eficiente, que faça com que o dinheiro dos royalties se transforme em ações eficazes contra a miséria e a indiferença [...]”<sup>175</sup>

Numa caixa ao lado do texto principal desta matéria, um subtítulo em destaque dizia: “**Dinheiro não é o problema**”. Nas poucas linhas escritas neste espaço, o jornal Costa Oeste indagava sobre o paradeiro do dinheiro pago pela Itaipu ao município e a falta de investimentos no setor habitacional.

Avaliava-se que perto do montante que o município recebia de royalties, a quantia necessária para construir as “100 casas que acabariam com o problema das favelas de Santa Helena [...]”<sup>176</sup> era algo praticamente insignificante, pois, segundo o jornal Costa Oeste, se a administração municipal seguisse o exemplo e o modelo do programa habitacional desenvolvido pelo prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, ela “teria que desembolsar menos de R\$ 500 mil [...]”<sup>177</sup> para construir as mencionadas 100 casas. Isto na perspectiva do jornal, tornava “[...] ainda mais gritante a indiferença de Silom Schimidt para com a questão habitacional”<sup>178</sup>.

Por um lado, esta matéria do jornal Costa Oeste questionava as ações dos grupos dirigentes municipais, mas, por outro lado, a forma como os trabalhadores e suas falas foram inseridas ao texto deixaram a impressão de que estes se encontravam em uma condição de submissão em relação às ações das classes dominantes. Neste sentido, os trabalhadores foram vistos mais como objetos passivos do que enquanto sujeitos que vivenciam e pautam a realidade social do meio em que vivem.

De acordo com o jornal, a casa em que Maria Vieira Cardoso estava alojada com o marido e duas filhas de quatro e cinco anos, na Rua Rio de Janeiro, era uma peça “de chão batido, apertada, com duas camas improvisadas, um velho fogão e um armário vazio”<sup>179</sup>. Naquela ocasião, ela teria falado aos repórteres que voltou: “[...] do Paraguai para fugir da miséria, mas a situação por aqui parece estar ainda pior”. Completando o jornal Costa Oeste frisou que Maria V. Cardoso “[...] nem sequer tem noção do que significa a palavra royalties e

---

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Idem.

muito menos desconfia dos milhões que a prefeitura de Santa Helena mantêm em suas contas bancárias”<sup>180</sup>.

Esta trabalhadora se mudou do Brasil para o Paraguai, e posteriormente, voltou ao país de origem. Intencionalmente ou não, ao tratar da mobilidade residencial vivida pelos trabalhadores, o jornal legitimava o discurso do funcionário do Conselho Tutelar municipal, Walmir da Rocha Castro. Conforme apontei no capítulo 1, Walmir atribuiu à existência da pobreza em Santa Helena, a presença de brasiguaios e de pessoas naturais de outros municípios e Estados da região.

Ao contrário da citação extraída da reportagem publicada no jornal Costa Oeste, João Francisco Alvarenga da Cruz produziu uma interpretação que revelava outro envolvimento e interação com os processos e as dinâmicas estabelecidas na cidade. Natural de Campo Novo (RS), João chegou à Santa Helena em 1969, e na ocasião da entrevista, ele estava aposentado.

Para além de uma mera observação, este trabalhador fez algumas críticas à forma como as questões políticas eram definidas e desenvolvidas pelas lideranças do governo municipal, pois em sua concepção, Santa Helena era um município rico, que recebia uma quantia significativa de royalties e ainda assim os dirigentes municipais diziam:

que não pode gastá u dinheiro cum impregado. Num sei u que qui eles faz du dinheiro, purque u pessoal precisa di trabaiá tem qui saí daqui pra otras cidade pra podê arrumá imprego. Eu mesmo, u meu filho mais novo tá cum vinti ano, nasceu i si criô aqui, tá morando em Toledo. Faz uns vinti dia qui levemô a mudança dele pra lá que trabaiava di serventi di pedreiro vinti pila pur dia ai, tinha u segundo grau completo, quiria istudá, mais nós não tinha condições, ai partiu pra... naquela fábrica di remédios qui tem lá. Fez inscrição i levô sorte que logo chamaru. I ele tá trabalhando lá. A mulher dele conseguiu transferência da loja qui trabalhava aqui pra lá tamém, né? Então, a gente fica sentido, purque a gente morando entremô pra quarenta i um anu qui nós moremô no município i trouxeru impregado de fora i us nosso eles dexaru [...] i é em todos us município é isso [...]”<sup>181</sup>

Os sentidos e significados que este trabalhador atribuiu ao processo de formação do lago de Itaipu oscilava, entre uma memória construída a partir das mudanças que este processo ocasionou em sua vida particular e a memória de “progresso”, que as classes dominantes e dirigentes municipais fazem questão de relembrar.

Com o processo de formação do Lago de Itaipu, a propriedade onde João morava e trabalhava foi alagada, e o proprietário foi indenizado. Por isso, ele saiu do meio rural e foi

---

<sup>180</sup> Idem.

<sup>181</sup> João Francisco Alvarenga da Cruz, 65 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de novembro de 2009.

para a cidade. Na sede municipal este trabalhador precisou estabelecer um modo de vida diferente daquele que estava acostumado.

João destacou que ao chegar à Santa Helena, “a cidade era pura lavora dentro da cidade pouquinhos casa”. Mas, com o tempo e principalmente com a formação do lago de Itaipu, a cidade passou por um processo de transformação que ficou mais visível no período da primeira administração de Silom Schmidt (1997-2000), uma vez que, na concepção desse trabalhador, o dinheiro pago pela Itaipu:

caiu na mão du, du... isso eu falo i garanto na mão du Silom. U Julio foi prefeito qui até inclusive na primeira eleição eu trabalhei pu Julio i votei pu Julio. Não sô du PMDB, má votei, porque eu cunhecia ele i achei qui ia dá certo, mais ele num fez nada pur Santa Helena, coitado! baita duma pessoa, [...] na parte de saúde i iscola ele foi muito bão, má na parte de fazê u município... entrô u Silom aí, meu Deus, arrumô u município. Nosso município tava arrumado quando foi intregue pu Gico [Giovani Maffini] era só dá continuidade [...]<sup>182</sup>

Ele declarou que ao escolher entre os candidatos aos cargos do governo municipal, ele não levava em consideração o partido político que eles estavam vinculados, e sim, o que eram enquanto “pessoa”, porque:

a gente cunhece a pessoa i si a gente votá i ele se elege, aqui a gente pegá ele. Ele escapa hoje, amanhã, até que um dia você si esbarra, num é quem votá pra deputado pra lá qui você nem conhece... u governo essa cachorrada sem vergonha [...]<sup>183</sup>.

Para este trabalhador, votar não deveria ser simplesmente o ato de ir até as urnas e cumprir o dever de voto, mais do que isso, trata-se de um meio importante para os indivíduos acompanhar e cobrar as autoridades eleitas. Por isso, ele considerava que optar entre os candidatos aos cargos do governo municipal era uma tarefa menos difícil, se comparado com o governo estadual e federal, pois no município ele tinha conhecimento sobre quem eram os candidatos e, as possibilidades de encontrá-los para reivindicar os seus direitos eram maiores.

De acordo com ele “a política é muito ingrata”, pois cada pessoa que assume os postos de representação, seja do governo municipal, estadual ou federal, possui um planejamento de governo. Para ele, isto ocasiona as divergências e impede o avanço da comunidade, visto que “[...] um entra faz uma coisa, quando outro entra i já desmancha aquilo”<sup>184</sup>.

---

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> Idem.

No pensamento desse trabalhador, o problema dessas diferenças, residia no fato de que os representantes políticos acabam:

jogando fora u nosso dinheiro [...] em administração não devia de sê assim, porque eles falam pra nós... agora já tão falando na televisão, parece lá uma mocinha um rapaz com o título na mão i falá assim: “ó minha gente, ó eleitor a nossa arma, com esse aqui nós si defendemô”, mais depois qui você vota, você é isquecido, esse é o problema maior<sup>185</sup>.

A fala de João pode ser uma contraposição àquela afirmação de que as pessoas que moram nos bairros populares existentes na cidade, não têm noção da riqueza que o município recebe através dos royalties.

Ao dizer que Maria V. Cardoso não tinha noção do que significava a palavra royalties e muito menos desconfiava dos milhões que a prefeitura de Santa Helena mantinha em suas contas bancárias, o jornal Costa Oeste insinuava que aqueles sujeitos (trabalhadores) estavam desconectados das questões que envolviam a comunidade onde viviam, cabendo às pessoas “mais informadas” mostrar a miséria em que se encontravam para intensificar o olhar dos grupos dirigentes sobre aquela realidade.

No entanto, estas matérias veiculadas pela imprensa escrita, parecem não ter a preocupação de compreender como os sujeitos avaliam a realidade social que os cercam. Através destas reportagens, o jornal buscava mostrar a condição de miséria das famílias “sem-teto” de Santa Helena. Com este objetivo, o texto escrito na matéria anteriormente citada, estava acompanhado de algumas fotografias. Ambos focavam a moradia e o número de pessoas que compunham as famílias, destacando a presença das crianças.

Em uma das fotografias incorporadas ao texto, apareciam duas crianças carregando uma bacia de lixo com a seguinte legenda: “Indiferentes à miséria que os cerca, as crianças sem-teto fazem a festa mesmo que seja para carregar o lixo”. Acredito que as reflexões que foram desenvolvidas até aqui indicaram de alguma forma, que ao contrário de ficarem indiferentes à realidade que os cercam, os trabalhadores residentes nas áreas tidas como a periferia da cidade, reconheciam o lugar social que ocupavam.

Esta matéria do jornal Costa Oeste lançou uma série de questões intrigantes que causaram polêmica na cidade de Santa Helena, e principalmente entre os grupos à frente da administração municipal, resultando na elaboração de outra matéria sobre o assunto. Porém, agora o foco era as falas das autoridades políticas e dos empresários da cidade que explanavam sobre a existência das “favelas” na sede municipal.

---

<sup>185</sup> Idem.

Na edição da semana seguinte (18 a 24 de janeiro de 2002) o jornal Costa Oeste dedicou uma página inteira a este tema. Com o título: “**Miséria dos sem-teto tem ampla repercussão**”<sup>186</sup>, os redatores do jornal enfatizaram as diferentes opiniões das lideranças municipais e do empresariado sobre a existência da pobreza e dos pobres na cidade de Santa Helena, focando na questão habitacional.

Os trechos das falas dos entrevistados que foram divulgadas pela imprensa se constituíram como um demonstrativo das relações de classe social, o que interferia no posicionamento dos sujeitos.

Entre os empresários entrevistados, destacou-se Lenecir José Benacchio, que naquela ocasião era vice-presidente da Associação Comercial de Santa Helena - Acisa. Na visão desse empresário, o município tinha “condições de criar alternativas e investir em moradias para abrigar as famílias que não possuem sequer um teto para morar”<sup>187</sup>.

Ele lembrou que Schimidt tinha sido “eleito para resolver as questões sociais” [...]”<sup>188</sup>, pois em sua avaliação, o problema social em Santa Helena “sempre foi uma grande preocupação do povo [...] e o prefeito Silom Schimidt tem o dever de tomar qualquer providência, seja a favor ou contra a sua vontade”<sup>189</sup>.

Na concepção desse empresário, era preciso haver “mais competência da administração”, desenvolvendo políticas que visassem criar “[...] novos loteamentos, dar oportunidade a essa gente. O Silom já deveria ter feito um investimento habitacional há muito tempo, mas infelizmente algumas pessoas pregam questões sociais e só resolvem os seus próprios problemas [...]”<sup>190</sup>.

Para o empresário Otacílio Bianchet, Santa Helena era “um município rico, com muito dinheiro em caixa e que teria condições suficientes de resolver esse problema social”<sup>191</sup>. Na concepção de Bianchet, cabia às autoridades municipais investir mais “em empresas que geram renda e emprego para sua gente [...]”<sup>192</sup>, caso contrário, disse ele, que ao acabar “[...] os royalties, talvez não terá nem como manter limpa suas obras [...]”<sup>193</sup>.

Conforme esta matéria do jornal, o vereador Carlos Antônio Kraemer, que teve participação direta na administração de 1997 – 2000, liderada pelo prefeito Silom Schimidt,

---

<sup>186</sup> COSTA OESTE. Miséria dos sem-teto tem ampla repercussão. Santa Helena, edição de 18 a 24 de janeiro de 2002. p. 4

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> Idem.

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Idem.

<sup>193</sup> Idem.

falou “que ele [Schimidt] nunca se mostrou interessado em construir casas populares, [...] pois entende que agindo assim, atrairia mais pessoas desocupadas para o município [...]”<sup>194</sup>.

Segundo este documento da imprensa, Kraemer destacou ter indicado para votação na Câmara dos Vereadores, a necessidade de construir mais casas populares no município, mas sua proposta foi rejeitada “[...] pela maioria dos vereadores da situação [...]”<sup>195</sup>, pois avaliou, que para os demais vereadores aquele era um problema “[...] mais da alçada do governo estadual, o que é um equívoco, mesmo porque o município tem milhões em caixa [...]”<sup>196</sup>.

Em oposição, a empresária e presidente da Associação Comercial de Santa Helena, Janete Vivian Almeida, apontou que os sem-teto “deveriam resolver por conta própria o seu problema e não só esperar pelo prefeito”. Conforme Janete, o “Silom Schmidt tem ajudado as pessoas necessitadas do município e mostra muita preocupação com os carentes [...]”<sup>197</sup>.

Para ela, era “injusto” o prefeito “dar casas para pessoas que recém chegaram ao município” [...]”<sup>198</sup>. Janete frisou que muitas das pessoas consideradas “sem-teto” tinham “invadido” os locais onde estavam morando. E questionando, ela disse: “[...] agora o prefeito é culpado por isso”<sup>199</sup>.

Naquela oportunidade, Janete de Almeida falou que conhecia as famílias que moravam nas “favelas” e sabia; “que elas vieram do nada e depois vem dizer que são marginalizadas” [...]”<sup>200</sup>. Ela afirmou que tinha conhecimento de “pessoas que pegaram o seu décimo terceiro “e ao invés de arrumarem seus ranchinhos, preferiram viajar”.

Parece que na perspectiva dessa empresária, o problema da pobreza estava nas próprias pessoas que não sabiam administrar o que ganhavam e nem definir; “[...] a coisa mais importante do momento também [...]”<sup>201</sup>.

Na avaliação do então presidente da Câmara dos Vereadores, Elder Boff, o município de Santa Helena não era “diferente dos outros municípios” da região e, portanto, tinha sim, um déficit de moradias, mas para ele, o índice de pessoas carentes em Santa Helena ainda era proporcionalmente menor aos outros municípios, pois identificava que tinha “[...] muito mais mansões do que baias de cavalos, diz ele, referindo-se às mais de 20 famílias alojadas nas baias da antiga hípica, enquanto aguardam apoio da prefeitura”<sup>202</sup>.

---

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Idem.

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Idem.

<sup>202</sup> Idem.

Elder Boff se posicionou a favor do projeto político defendido por boa parte dos dirigentes municipais, o qual consistia em promover a implementação do turismo na cidade. Por isso ele identificava a necessidade de embelezá-la, pois de acordo com ele, “[...] ninguém vai querer visitar uma cidade feia”<sup>203</sup>.

Ele atacou as administrações municipais que antecederam a Silom Schmidt, dizendo que “[...] não fizeram nada para os pobres”, ao contrário de Schmidt que tinha “arrumado” as baias dos cavalos para aquela população morar. Na opinião dele, Schmidt tinha contribuído para a melhoria da cidade e das condições de moradia da população pobre, porque “[...] pelo menos o Silom tem uma visão administrativa no sentido de arrumar aquilo tudo [...]”<sup>204</sup>.

Diferente de Elder Boff, o então vereador, Valdir Osório (PMDB) compreendia que o problema da habitação era resultado da falta de comprometimento do Prefeito Silom Schmidt em relação à população pobre, pois avaliou que o Prefeito: “[...] não gosta de pobre”<sup>205</sup> e acrescentou que se tratava de uma visão equivocada do papel de um administrador, a qual “[...] era fruto da postura centralizadora e do caráter arrogante do atual prefeito [...]”<sup>206</sup>.

As falas selecionadas pelo jornal Costa Oeste, forneceram alguns elementos sobre os conflitos políticos existentes entre as lideranças que estavam no poder naquele momento. Estes conflitos nos ajudam a pensar nas articulações e no jogo de interesses que envolvem os projetos de habitação popular implantados pelo governo municipal.

De acordo com esta mesma matéria do jornal, Valdir Osório votou a “favor de todos os requerimentos já apresentados na Câmara no sentido de buscar soluções para os sem-teto”, bem como pediu que fosse construída casas no distrito de São Clemente, através do projeto Vila Rural, porém não foi atendido, pois na avaliação dele, o Prefeito Silom Schmidt não perdoava “[...] o fato de ter perdido as eleições em São Clemente. Além disso, ele acha que se fizer alguma obra no distrito, corre o risco da comunidade reforçar a luta pela emancipação [...]”<sup>207</sup>.

Estas tensões ficaram ainda mais explícitas durante a campanha política das eleições de 2004, pois conforme o jornal Costa Oeste, os candidatos que faziam oposição a Silom Schmidt, montaram uma “pseudo-favela”<sup>208</sup> num terreno do empresário Jair Benachio, o qual era proprietário da Gráfica Benachio, bem como atuava como membro e delegado do Partido

---

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> Idem.

<sup>208</sup> COSTA OESTE. Simulação de favela causa polêmica. Santa Helena, 02 de outubro de 2004, p.4

Popular Socialista (PPS), que integrava a coligação “Santa Helena mais humana para todos”<sup>209</sup>.

Este terreno se localizava na Avenida Brasil, ao lado do Fórum, área central da cidade. Nele havia uma faixa com propaganda política do candidato a prefeito, Júlio Morandi (PMDB), o qual fazia oposição a Giovani Maffini (candidato apoiado por Silom Schimidt).

Embora Jair Benachio tenha destacado que seu imóvel estava alugado e que a manifestação não tinha vínculo com a coligação Júlio Morandi, a “simulação da favela” causou um debate interessante sobre as articulações e as relações de poder na cidade de Santa Helena.

A redação do jornal apresentou esta matéria com um tom de condenação à atitude das pessoas responsáveis pela construção da “pseudo-favela”. Acima do título da reportagem, destacava-se a palavra “APELAÇÃO” e numa parcela significativa do texto, colocaram em pauta as ações da administração municipal em relação ao problema da moradia. Este posicionamento do jornal contrastava com aquelas matérias que pretendiam questionar as ações das lideranças do governo municipal.

No segundo parágrafo dessa reportagem, foi enfatizado que após ser construída a “pseudo-favela” a redação do jornal Costa Oeste “recebeu vários telefonemas de pessoas que condenavam a confecção da favela”<sup>210</sup>. Diante disso, a equipe que produzia as reportagens do jornal se dirigiu até o local e, enquanto registrava as cenas “o repórter Giuliano De Luca foi abordado e ameaçado por uma pessoa que tomava conta da pseudo-favela, vestindo camiseta e boné do candidato Julio Morandi”<sup>211</sup>.

Percebo que, na perspectiva do jornal, a execução da “pseudo-favela” desviava a atenção da população daquilo que deveria ser recordado. Ou seja, os esforços da administração de Silom Schimidt para promover o “desenvolvimento” da cidade, pois de acordo com esta reportagem a “pseudo-favela destoa da comunidade santahelenense, onde várias obras realizadas pela administração pública urbanizaram a cidade” e em seguida, o jornal destacou:

Conforme a assessoria do governo municipal, o bairro Vila Rica, que até bem pouco tempo era considerado um local de difícil acesso recebeu várias melhorias e asfalto gratuito em todas as ruas.

Mesmo assim, como em todas as cidades do país, há locais que ainda abrigam residências em precário estado. No entanto, para resolver este problema, informa ainda a assessoria do governo, a prefeitura iniciou no

---

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Idem.

último ano, com recursos próprios, um grande programa de construção de casas populares, que depois de concluído vai beneficiar centenas de famílias na cidade e nos distritos do interior<sup>212</sup>.

Acredito que isso deixava claro que o jornal estava se posicionando na defesa dos interesses da administração vigente naquele momento e, de certa forma, negando o caráter de denúncia das irregularidades governamentais.

Dessa forma, a matéria foi concluída com informações que fundamentadas na legislação eleitoral condenavam a iniciativa da construção da “pseudo-favela”, pois conforme “o artigo 9<sup>a</sup> da Resolução nº 21.610 do Tribunal Superior Eleitoral”<sup>213</sup> era proibida a propaganda que prejudicasse a higiene e a estética urbana e, por fim, foi relatado que o jornal Costa Oeste tinha registrado queixas na Delegacia de Polícia Civil pela ameaça ao seu repórter.

Os diferentes pareceres sobre a existência da pobreza e o problema habitacional na cidade, quando relacionados com a realidade narrada pelos trabalhadores residentes ou não, no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e na Curva do Obregon, configuram um campo de disputas e interesses distintos.

Distintos, pois correspondem a sujeitos que ocupam lugares e concepções diferentes dos processos sociais. Por sua vez, a junção de ambos permite uma aproximação do conjunto das relações que envolvem as dinâmicas e relações que constituem aquela cidade.

Para compreender a amplitude desses processos, considero de fundamental importância travar um debate pautado nas trajetórias, experiências e concepções dos próprios sujeitos que vivem a prática de morar nestes locais, especificamente a partir das narrativas dos trabalhadores residentes no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

Estas narrativas são exploradas para entender o processo de constituição do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e as lutas cotidianas daqueles trabalhadores, o que aos poucos vai se desencadeando e tornando visível o lado de uma cidade que as matérias produzidas pela imprensa e as fontes de cunho governamental dificultam visualizar.

Neste sentido, vale destacar a fala de Ondina Rigol Davila<sup>214</sup>, trabalhadora que nasceu na cidade de Santo Ângelo (RS) e posteriormente, migrou para Pérola do Oeste. Por volta de 1964, sua família mudou-se para a linha São Brás, pertencente ao distrito de São Roque no município de Santa Helena.

---

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Ondina Rigol Davila, 59 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 01 de outubro de 2009.

De acordo com ela, seus pais decidiram ir para Santa Helena, porque a terra naquele período era barata e seu pai juntamente com seus tios e avô conseguiram comprar um sítio na Linha São Brás.

Ondina declarou ser viúva pela segunda vez, pois se casou pela primeira vez aos 17 anos, mas com seis meses de casada, seu esposo sofreu um acidente quando trabalhava cortando madeira e faleceu. Após alguns anos, casou-se com Sebastião Dias de Almeida e viveu com ele durante 36 anos. Desta união teve duas filhas.

Na ocasião da entrevista, ela estava aposentada (pensionista), e morava no Conjunto Habitacional Terra das Águas com uma filha, três netos, a nora de sua filha e o filho dela [nora]. A narrativa de Ondina tem um significado importante para a compreensão do processo de constituição do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, porque ela participou diretamente do processo de reforma das baias dos cavalos.

De acordo com ela, após cerca de quinze dias que as famílias tinham sido instaladas nas casas (antes baias), a administração municipal realizou uma festa de inauguração no pavilhão do “Balneário de Santa Helena”. Nesta ocasião, foi atribuído o nome de “Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia” e as lideranças do governo municipal oficializaram o ato da constituição de um “novo” bairro com a entrega do contrato que autorizava o uso do imóvel.

A denominação de conjunto habitacional Santa Rita de Cássia reveste uma realidade particular deste processo. Conforme o jornal Costa Oeste<sup>215</sup>, trata-se de um nome pomposo que:

esconde um retrato de abandono. São 23 famílias que vivem na antiga hípica, cada uma no que era uma antiga baía para cavalos, de aproximadamente três por seis metros. “É melhor do que um barraco de lona, mas muito apertado, faz um calor infernal - reclama uma das moradoras. As famílias, segundo relataram foram alojadas “provisoriamente” na antiga hípica, por determinação do prefeito Silom Schimidt. “Ele prometeu que depois todos nós iríamos para as casas do mutirão. Nos inscrevemos, mas nunca fomos chamados” [...]”<sup>216</sup>.

Já Ondina, disse-me que os moradores se reuniram alguns dias antes da festa organizada pelos representantes do governo municipal e escolheram o nome de “Santa Rita de Cássia” em “homenagem a Dona Rita [Maria Schimidt]”, esposa de Silom Schimidt (atual secretário da Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Administração Portuária do Município de Santa Helena. De acordo com os trabalhadores entrevistados, Rita Maria

---

<sup>215</sup> COSTA OESTE. Silom abandona famílias carentes. Santa Helena, edição de 11 a 17 de janeiro de 2002, p.5

<sup>216</sup> Idem.

Schimidt, naquele período era responsável pelo setor de Assistência Social do município e esteve à frente do processo de formação daquele bairro<sup>217</sup>.

Na mencionada festa de inauguração das casas, os moradores assinaram o contrato, e a partir desse momento foi “liberado o nome do bairro”.

Conforme Ezelinda<sup>218</sup>, o nome de “Santa Rita de Cássia” foi escrito na caixa d’água na esquina com a Rua Pará e a rua que dá acesso às casas desse conjunto habitacional, mas este registro não existia mais, porque a caixa foi trocada por outra.

Homenagear a Primeira Dama, atribuindo seu nome ao bairro, pôde representar uma relação de gratidão pela “ajuda” que as lideranças políticas prestavam-lhes, pois os trabalhadores se sentiam e se identificavam como parte de um projeto do governo municipal.

Mas, aos poucos, foi se constituindo um processo marcado por tensões em que os funcionários públicos municipais evitavam falar sobre este assunto. No máximo, tratavam deste processo como uma ação governamental que “não deu certo”, jogando aos próprios sujeitos que vivem no local a culpa pelo insucesso do empreendimento.

O esposo de Ondina foi um dos trabalhadores contratado para trabalhar na reforma das baias. De acordo com ela, eles tiveram o trabalho de limpar “[...] tudo i foi reformado a casa, foi reformado tudo. Daí, mais não foi demolido, não. Foi reformado.” A reforma das baias aconteceu de maneira a transformar “[...] uma peça grande, né? Daí eles reformaru i fizeru duas [...]”.

Os entrevistados atribuíam significados e sentidos diferentes à decisão de ir morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Segundo Ondina, em meados de 1964, sua família chegou à Santa Helena, e era “tudo muito difícil”. O meio de transporte que utilizavam “era um cavalo qui nós vinha, si precisava um quilo di sal, um quilo di açúcar, alguma coisa, tinha qui vim im São Roque ou na Moreninha qui tinha um botequinho lá pá vendê. Sinão, era im Santa Helena. Santa Helena tinha uma, acho que uma meia dúzia de casa [...]”<sup>219</sup>.

Comentou que na comunidade de São Brás não tinha rua, “era tudo mato”, o que dificultava ainda mais o deslocamento até os distritos de São Roque, ou de Moreninha para comprar os produtos que eles não produziam na roça, dos quais destacou o açúcar, o sal, a erva de chimarrão e produtos de limpeza.

Após ter se casado pela segunda vez, Ondina foi morar em Rondônia, porque:

---

<sup>217</sup> Várias foram as tentativas de entrevistá-la, mas não foi possível.

<sup>218</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 09 de outubro de 2009.

<sup>219</sup> Idem.

[...] tinha conhecido, sabe como qui é? Dai falaru qui era muito bõ, qui u Ingra dava um pedaço de terra, né? Daí nós fomo, [...] ai fiquemo lá, nu meio du mato trabaianu. Só qui eu num consegui costumá. Ai, peguemô vendemô aquilo lá baratinho pra podê vortá pra cá [...] <sup>220</sup>.

Ela retornou de Rondônia por volta de 1982 e foi morar com sua mãe na linha São Miguelzinho <sup>221</sup>, até que alugou uma casa e se mudou para a sede do município.

Conforme Ondina, após estar na sede municipal, seu esposo conseguiu emprego pela Prefeitura Municipal: “[...] ele trabalhava assim [...] na pra Prefeitura, cuidava as horta das iscolas [...]”. Esta proximidade com os dirigentes municipais é importante para entender a relação que a entrevistada vai estabelecer com o processo de formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

De acordo com Ondina, em 1997, ela trabalhava fazendo a limpeza da Rádio Grande Lago e morava no mesmo terreno que estava instalada a sede dessa emissora. Na ocasião, o então Prefeito municipal Silom Schimidt propôs que sua família fosse morar e trabalhar na reforma das baias dos cavalos, e em troca obteria uma casa para morar.

Segundo a entrevistada,

[...] u Silom pegô, comprô lá im baxo i veio lá i falô pra nós: “Ó ceis vão cuidá lá pra mim qui eu vô fazê uma casa i vô dá pra vocês”. Daí nós saimô dali ondi qui nós tava, fumo lá cuidá pra ele. Ai, fiquemô lá num aberto lá, só tinha um quarto lá fechado i uma cozinha u resto era tudo aberto, fiquemô lá cuidanu pra ele até começá construí. Daí demorô uns treis meis mais ou menos até começá construí, ai u meu marido cuidava lá us material pra construí, né?... tinha qui cuidá. Ai até qui eles construiu demoraru acho qui pra fica pronto aquilo lá uns treis meis [...] <sup>222</sup>

Sebastião Dias de Almeida, esposo de Ondina [que na ocasião da entrevista, era falecido] foi lembrado pelos trabalhadores como o guarda do bairro, pois trabalhou na construção e ficou incumbido de zelar pelo bem estar e a “organização” do lugar.

Durante o período da construção, Ondina ficou instalada com sua família no espaço onde a Associação Jóquei Clube Beira Lago “[...] fazia as festa, entendeu? Então, tinha a cuzinha ondi eles cuzinhava, né? I daí tinha u quarto ondi era u escritório. Então, fiquei na cozinha. Ondi era u escritório, fiz u quarto pra nós, né? I u resto era aberto [...] ali ficô as coisarada [...] <sup>223</sup>.

---

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> Pertencente ao distrito de São Roque do município de Santa Helena (pode ser observado na imagem p. 46).

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> Idem.

A família de Ondina ficou com a responsabilidade de cuidar dos materiais da construção e ajudar no trabalho de reforma das baias.

Conforme Ondina, as baias eram uma espécie de construções de “[...] quatro parede [...]” que o Prefeito comprou com o objetivo de “[...] construí as casas pras pessoa morá. Era só uma tira qui tinha ali. Aí, u prefeito comprô i tirô aquelas pessoas qui morava lá nu morro, morava di baxô di lona, im barraco, né? Ai, construiu lá pra tirá aquelas pessoas de lá, lá im cima ondi qui é u Cristo agora. Lá tinha as barraquinha<sup>224</sup>.

Esta trabalhadora, num primeiro momento, via o então prefeito Silom Schimidt como o facilitador de um negócio que buscava o bem estar dela e das demais pessoas que foram levadas para o Santa Rita de Cássia. Porém, ao longo de sua narrativa as tensões passam a ocupar um lugar de destaque, principalmente, quando se refere à distribuição das casas e a convivência das famílias no local.

É com base nas argumentações destacadas pelos trabalhadores entrevistados, principalmente aqueles que viveram nas áreas tidas pela administração municipal como o público alvo do projeto de transformação das baias de cavalos, que a partir desse momento tratarei de alguns elementos relativos a estes processos.

Este movimento incorpora uma discussão sobre o processo de formação do bairro da Vila Rica, aspecto de fundamental importância para compreender as relações e articulações que envolveram a constituição do Santa Rita de Cássia.

A partir das entrevistas realizadas e algumas atas obtidas junto à Câmara dos Vereadores do município de Santa Helena, pude notar que a administração municipal (de 1993-1996) liderada por Julio Morandi e o vice Silom Schimidt, desenvolveu a tarefa de transferir algumas famílias do bairro da Vila Rica, para uma área onde posteriormente foi construída uma estátua do denominado “Cristo Redentor”, o qual é para alguns setores sociais um ponto turístico da cidade. No ano de 1997, quando a reforma das baias dos cavalos foi concluída aquelas famílias foram transferidas para o então, denominado conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

Maria Romilda Schneider Steimaus<sup>225</sup>, 52 anos, natural de Lageado (RS), ainda criança, os pais venderam o sítio que possuíam e foram embora para Maravilha (SC), onde trabalhavam no próprio sítio. Após a morte do pai, sua mãe vendeu as terras e foi morar na cidade. Então, Maria mudou-se junto com seu irmão para Santa Helena (PR), e aos dezesseis

---

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> Maria Romilda Schneider Steimaus, 52 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 04 de dezembro de 2009.

anos já nesta cidade, ela casou-se. Desta união teve oito filhos e após quinze anos de casada ela veio a se separar.

Ela morou durante quinze anos no bairro Vila Rica, numa região próxima a uma valeta que quando chovia “[...] virava pura água, virava, inchia aqueles banhado de água ali, era, foi muito difícil a vida ali”. Na data da entrevista, Maria Romilda morava no conjunto habitacional Terra das Águas, inaugurado em 2005, pela administração municipal liderada por Giovani Mafinni.

As condições das ruas do bairro da Vila Rica foi tema de debate durante a sessão ordinária, realizada na Câmara Municipal dos Vereadores, no dia 20 de maio de 1996. Na oportunidade Romeu Ademar Bruxel, um dos vereadores da situação, destacou que a administração municipal deveria criar projetos que buscassem o desenvolvimento da sede municipal e do interior, pois acreditava que através do asfaltamento das ruas e avenidas da cidade estariam proporcionando o embelezamento da mesma para “que dê uma visibilidade maior para quem chega aqui”<sup>226</sup>.

De acordo com a ata 1.357<sup>227</sup> de 1996, a administração municipal (de 1993-1996) realizou uma reunião com a população do bairro Vila Rica, e segundo o vereador José Alberto, a população residente naquele bairro concordou que se fizesse calçamento nas ruas do bairro. José Alberto argumentou que estava “gestionando junto a Sanepar e ao Prefeito para que antes do calçamento seja feito rede de esgoto em algumas ruas”<sup>228</sup>.

A então vereadora, Delci Bresolin se opôs ao projeto que visava fazer somente o calçamento nas ruas, pois defendia a necessidade de “asfaltar todas as ruas da Sede ao invés do calçamento” e fez uma crítica à ação do Prefeito municipal Julio Morandi, que durante a reunião realizada com a população residente na Vila Rica,

não pediu aos moradores se queriam asfaltar ou calçamento, simplesmente disse ele que iria fazer calçamento por ser mais barato e de graça, sendo que lá continha 30 a 40 pessoas humilde que não tem noção do que o município já recebeu, sendo que a municipalidade não coloca os mais de 33 (trinta e três) milhões de dólares, e que tem uma renda que equivale a de Cascavel<sup>229</sup>.

Delci disse que não participou da reunião com os moradores do bairro por motivos de saúde. De acordo com ela, a administração “estava preocupado em gastar menos para sobrar

---

<sup>226</sup> CAMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE SANTA HELENA, ata 1357 de 1996.

<sup>227</sup> Neste documento é possível perceber as disputas e conflitos existentes entre os grupos dirigentes do município. Talvez, as tensões afloravam ainda mais, porque o ano de 1996 tinha eleições municipais.

<sup>228</sup> Idem.

<sup>229</sup> Idem.

mais”, mas na avaliação dessa vereadora, o “povo” não teria acesso a “esse mais” que sobraria.

A respeito da situação em que se encontravam as pessoas residentes à beira da valeta na Vila Rica, ela comentou que tinha um:

mal cheiro e os moradores estão incomunicáveis com o outro lado da estrada e estão preocupados com as crianças, pois a dois dias atrás o carro da vermelho caiu e quando acontecer um acidente e lá morrer alguém se tomará as providências, “tudo porque Santa Helena não tem dinheiro”, tem sim, mas não tem administração talvez fizeram a taipa e tem certeza que a primeira enxurrada irá derrubar, como já aconteceu [...]”<sup>230</sup>

Em oposição a Delci, o vereador Irineu Francisco da Rosa comentou: “O Prefeito passou-lhe dados da reunião, onde o povo compareceu maciçamente, foi deliberado que seria feito os calçamentos com custo zero para os beneficiários”.

Ele questionou Delci, no sentido de que para ele os moradores daquele bairro não tinham condições financeiras para pagar pelo asfaltamento das ruas . Irineu acreditava que “se fosse de graça as outras localidades iriam entrar na Justiça requerendo também, e a Prefeitura teria que devolver todo aquele dinheiro”.

Conforme este documento, Irineu via a construção de calçamentos na Vila Rica como “uma boa coisa”, pois para uma população que “viveu tantos anos que quando chovia inundava tudo, agora com o meio-fio e calçamento não terá mais problema e na próxima administração o sucessor fará com que a Vila Rica e outras ruas de Santa Helena tenha asfalto barato [...]”<sup>231</sup>.

Pode-se perceber que boa parte dos dirigentes municipais, estavam mais preocupados com a aparência da cidade do que com as condições de vida e moradia da população.

No entanto, de acordo com o material produzido e divulgado pela administração, a obra de “transformação da Vila Rica” promoveu a urbanização do bairro e teve um caráter social, “dando infraestrutura digna aos moradores de baixa renda. Não só a drenagem, canalização e saneamento deram nova vida ao bairro: as ruas foram pavimentadas e os equipamentos urbanos melhorados”<sup>232</sup>.

Os representantes do governo municipal acreditavam que por meio desse trabalho estavam melhorando as condições de vida dos moradores, assim como provocava uma

---

<sup>230</sup> Idem.

<sup>231</sup> Para o vereador Celso na reunião da Vila Rica “foi a trope da campanha do PMDB, foi lá para fazer comício e não para ouvir o povo”. Já na avaliação de Dário, nenhum Prefeito teve a coragem “de fazer a obra que esta sendo feita” na Vila Rica por se tratar de uma obra “cara e ficar subterrada, mas irá resolver a situação daquele povo.” (Ata 1357 de 1996)

<sup>232</sup> SANTA HELENA. Santa Helena, pronta para o terceiro milênio, 1996, p. 32

mudança no aspecto geral da cidade, “uma vez que a Vila Rica localiza-se à margem da Rodovia Coluna Prestes, por onde passa todo o tráfego regional”<sup>233</sup>.

Conforme a matéria vinculada ao Jornal Costa Oeste, em maio de 1996, intitulada “Santa Helena 2000: Um modelo de desenvolvimento”, de Liane Maria Dani, o bairro Vila Rica passou por um processo de transformação, proporcionado pelo Programa Santa Helena 2000, desenvolvido pela administração Julio Morandi.

Com esta reportagem, aparecem duas fotos (da assessoria) que enaltecem a ação dos representantes do governo municipal, o Prefeito já citado e o vice Silom Schimidt. Estas imagens reforçam a ideia de desenvolvimento, que é estabelecida pelo próprio título “[...] um modelo de desenvolvimento”.

As duas imagens se contrapõem, de um lado, o “antes” e de outro, o “hoje”, enfatizando um presente de “progresso”. Na reportagem, os problemas de saneamento ocasionados devido a existência do mencionado córrego que cortava o bairro da Vila Rica e que ameaçava os moradores em épocas de chuva, eram solucionados com as obras de canalização desse córrego, resultado do esforço e dos investimentos da administração municipal “para urbanizar a periferia”<sup>234</sup>.

Notei que, para trabalhadores como Maria Romilda, que conviveu com a realidade de morar nesta região do bairro Vila Rica, este processo foi importante para estabelecer a busca pelo direito à moradia.

O momento em que Maria Romilda, separou-se do esposo e foi pagar aluguel, pareceu ter sido importante para sua participação ativa na busca pelo acesso a um lugar para viver.

Esta luta ganhou impulso quando ela e outros trabalhadores que residiam no bairro da Vila Rica ficaram desabrigados após um longo período de chuvas. Então, eles foram à Prefeitura Municipal, “[...] pidi lugar, fumo uns quantos qui tava desobrigado pur causa da água qui inchia ali. Daí, eles colocaru nós morá lá [área do Cristo], colocaru pá poco tempo, pá colocá nós lá im baxo [Santa Rita de Cássia] [...]”<sup>235</sup>.

Neste período, a filha mais nova de Maria Romilda, de 15 anos, naquela ocasião ainda era pequena e estava com “meningite”. A doença da filha acarretava gastos e impedia que ela trabalhasse, pois “tinha qui ficá a maioria im Toledo”, o que gerava dificuldades financeiras, principalmente para pagar o aluguel.

---

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> DANI, Liane Márcia. Santa Helena 2000: um modelo de desenvolvimento. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, maio de 1996, p. 4

<sup>235</sup> Maria Romilda Schneider Steimaus, 52 anos - 04 de dezembro de 2009.

Segundo Maria, treze famílias que moravam no bairro da Vila Rica, tiveram suas casas alagadas e ao ir até à Prefeitura Municipal, foram atendidas pela assistente social, Eroni Simonelli: “ela pegô i falô: u único lugar qui nós podi ajeitá pra vocês... Ela ligô pu Magaiver<sup>236</sup>, i u Magaiver falô: Único lugá qui nós pode ajeita pra vocês é lá im cima [Cristo]. I daí eles levaru as maderá tudo, arrumaru lona tudo i [...] i fumo mora lá”<sup>237</sup>.

Na edição do jornal Costa Oeste de 11 a 17 de janeiro de 2002, foi relatado o exemplo do trabalhador Ari Correia da Silva, 61 anos, gaúcho de Tenente Portela, que naquela ocasião vivia com seis filhos e a esposa há oito anos “em um casebre “aos pés” do morro onde a Prefeitura de Santa Helena estava investindo “uma pequena fortuna para implantar uma estátua do Cristo Redentor [...]”<sup>238</sup>.

De acordo com esta reportagem, o trabalhador Ari Correia disse que quando foram morar naquela área, os funcionários da administração municipal disseram-lhe que ficariam apenas “[...] “três meses, mas até agora a realidade é a mesma e a cada dia tenho menos esperança” [...]”<sup>239</sup>.

Muitas vezes, os trabalhadores que entrevistei identificavam este local utilizando denominações, como “Cristo”<sup>240</sup> (se referindo a imagem lá construída), ou como “Porto”, pois fica próximo ao Terminal Portuário de Santa Helena<sup>241</sup>.

De acordo com Maria Romilda, eles foram transferidos da Vila Rica à noite e [...] as duas da madrugada deu uma trumenta bem feia i num tinha porta nus barraco.

**Rosane:** I daí molhô?

**Maria:** Molhô um poco, logo na porta assim, só qui ele foi bem feitinho i daí cum u tempo nós fumo arrumandu, compremo brazelite i daí cubrimo [...]”<sup>242</sup>

---

<sup>236</sup> Ela se referia ao então, Secretario de Obras e Urbanismo do município.

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> COSTA OESTE. Silom abandona famílias carentes. Santa Helena, edição de 11 a 17 de janeiro de 2002, p.5

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> De acordo com informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Santa Helena, o Monumento ao Cristo, foi construído para retratar a fé da comunidade de Santa Helena; “trata-se de uma estátua de Jesus Cristo, destinada aos fiéis de todas as religiões e crenças. Com 12 metros de altura, é a maior estátua de bronze da América Latina, sendo um dos pontos turísticos de maior visitação. A obra foi iniciada em 1999 e inaugurada em 31/12/2004. No local, há uma capela para orações e cultos religiosos e uma réplica do monumento externo no seu interior.” Disponível no site da Prefeitura Municipal de Santa Helena: <http://www.santahelena.pr.gov.br/>. Acessado dia 15 de março de 2010.

<sup>241</sup> Denominado de “Porto Lacustre de Santa Helena”, situado no Lago de Itaipu, no prolongamento da rua argentina. De acordo com informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Santa Helena, “Com a formação do lago de Itaipu, a cidade passou a contar com um terminal portuário com controle aduaneiro integrado Brasil-Paraguai [...]” Disponível no site: <http://www.santahelena.pr.gov.br/>. Acessado dia 15 de março de 2010.

<sup>242</sup> Maria Romilda Schneider Steimaus, 52 anos - 04 de dezembro de 2009.

Em conversa informal com Eroni Simonelli, ela destacou que a administração municipal partiu do pressuposto de que a área onde atualmente encontra-se a imagem do Cristo era a mais adequada para colocar aquelas famílias, pois o terreno era alto e as barracas construídas ficariam em cima do morro, evitando que a água se concentrasse ao ponto de alagar as casas.

Segundo Maria Romilda, as famílias ficaram morando nesta área durante aproximadamente três anos, somente então, foram deslocados para o Santa Rita de Cássia; “A Prefeitura foi de manhã cedo, nós tava trabaiandu na Cerâmica, daí a Prefeitura chegô lá daí eles desceru lá na cerâmica. Daí pra nós arrumá as mudança pra nós descê pra baxô, daí a prefeitura puxô, daí de tarde a Prefeitura foi cus caminhão i levo nós lá”. Quando se mudaram para o Santa Rita de Cássia somente a família de Ondina R. Davila estava morando no local.

De acordo com Maria, todos os moradores do “Cristo” trabalhavam na Cerâmica, uma empresa que tinha a instalação próxima ao local onde moravam. O trabalho era organizado em dois turnos. Assim, uma parte dos moradores trabalhava no turno da “[...] noite i um turno trabaiava de dia, pá dá u serviço pra nós”.

Eles “esfaltavam telhas”, num ritmo de trabalho que consistia em seguir:

[...] uma correia, assim passava aquela, aquela teia dentro dum, duma coisa qui dispejava a tinta i daí ia passando a correia fora i outro pegava lá na frente ia botandu dentro da forma. Daí ia ainda pus forno [...] aquilo lá secava daí nu forno. Mais era coisa bunita aquilo lá. A eu trabaiava naquilo lá, a eu gostava tantu, ó ondi qui eu machuquei meu dedo foi lá [...] <sup>243</sup>

Maria ressaltou que este não era um trabalho realizado todos os dias, “tinha semana qui nós ficava parada, né? Mais quando nós começava ismalta teia, nós ia até um meis, quinze dia ismaltanu”.

A entrevistada trabalhava no turno da noite, que iniciava às 22:00 horas e parava às 6:00 horas. Comentou que preferia fazer este horário, porque de manhã cedo levava os filhos, Michele e Juliano para a entidade do TIM.

Segundo Maria, todos os moradores do “Morro do Cristo” foram levados para o Santa Rita de Cássia e após se mudar para lá, boa parte deles pararam de trabalhar na Cerâmica. Os motivos disso ter acontecido não ficou claro na entrevista.

---

<sup>243</sup> Idem.

Ao sair da Cerâmica, Maria foi trabalhar na cooperativa da Usina de Reciclável, onde permanecia até a ocasião da entrevista. Nesta usina ela trabalhava das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Neste trabalho, ela era responsável pelo “papel branco” “[...] a gente pegá na istera i vai botandu dento da caxaria, daí passá u homi por baxo cus carrinho vai levandu pás baia i ese vão pra frenti. Eu, desde qui eu entrei, eu só luto cu papel branco.” Disse que seu filho Juliano, de 18 anos, começaria a trabalhar com ela na semana que precedia a data da entrevista<sup>244</sup>.

Para Maria Romilda, se mudar para o Santa Rita de Cássia significou melhorar suas condições de vida e moradia, pois no “Cristo” “a gente não tinha assim, as ropa da gente vivia fedenu fumaça, tudo... ichê! di mudo um eito. A gente durmia até mais melhor, tudo”<sup>245</sup>.

Ela também destacou como um aspecto de mudança, o fato de que os barracos de lona eram muito quentes, tinha pernilongo e “[...] era tudo di chão aquilo lá, muita puera... tinha qui tá molhandu pra não pegá muita puera [...]. Os barracos não tinham divisórias, e o banheiro era constituído de três privadas que os moradores construíram para o uso coletivo.

Jussara Lorenzon, 32 anos, morava com sua mãe no conjunto habitacional Cristo Rei (imagem do mapa p. 46), trabalhava de ajudante de padaria e também morou nas “barracas de lona” construídas no terreno, onde atualmente encontra-se a “estátua do Cristo”.

Nascida em Santa Helena, por volta de 1985, os pais resolveram ir embora para Cascavel, onde passaram a trabalhar de bóia fria. Mas a empreitada não deu certo e a família dela voltou para Santa Helena,

Purque meu pai ele vinha mora pra cá, né? Ele vendeu lá pra comprá aqui [...] só qui daí ele não comprô lote, né? Fiquemô morandu na casa di um parente da minha mãe, cunhado da minha [mãe]. Daí num deu certo. Daí, peguemô i fumô morá num barraco, num barraco ali perto na casa dum homi, era tipo dum barraco, sabe? Daí num pricisá pagá aluguel tal, né? [...] Daí, nós [...] fumo pru Rincão, lá nu Santa Rita de Cássia<sup>246</sup>.

Antes de ir para o Santa Rita de Cássia ela morava no “[...] Cristo di baxô dum barraco, morei anos ali, sabe?”. Ela falou que os barracos eram “coberto cum lona, só tinha

---

<sup>244</sup> Também falou que sentia vontade de sair da Usina de Reciclagem. De acordo com ela os funcionários desta cooperativa mandaram uma “carta pra Prefeita [Rita Maria Schmidt], assim pra vê si nós cunseguisse pegá pá barre rua assim, até agora ninguém chamô nós”. Na avaliação da entrevistada, se ela trabalhasse varrendo rua ganharia mais do que na Usina de Reciclável, porque “na Prefeitura a gente vai barrê rua, a gente ganha seiscentos i pocos pur meis i já é descontado o INSS i nós não, nós tem qui pagá u INSS, eu pago cinqüenta i poco pur meis di INSS.” Maria Romilda Schneider Steimaus, 52 anos - 04 de dezembro de 2009.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> Jussara Lorenzon, 32 anos - 13 de agosto de 2009.

umas paredinha, sabe? banheiro era dividido cus otros, era tipo patente, sabe? antigamente, sabe?”.

Segundo Jussara, como sua família “não tinha ondi morá”, os funcionários responsáveis pelo setor da Assistência Social da administração municipal (1993-1996) os colocaram para morar provisoriamente junto aos outros trabalhadores que já viviam na região do já citado “Cristo”. Ela morou durante três anos debaixo de uma “lona preta” e “[...] di lá nós descemô lá pra baxo [Santa Rita de Cássia]”.

A vista do acima explanado, cabe frisar que as considerações de Friedrich Engels<sup>247</sup>, sobre a forma como a burguesia tende a resolver os problemas decorrentes da crise habitacional, parecem se enquadrar ao sentido das práticas adotadas pelas classes dominantes e dirigentes da cidade de Santa Helena, pois as ações do governo municipal de “criar” locais de moradia para as famílias “pobres” do município se constituíram ao longo dos anos, mas não tinham a pretensão de eliminar o problema habitacional, mas sim, transferi-lo<sup>248</sup> de um lugar para outro na cidade.

As narrativas dos trabalhadores demonstram que as consequências disso para suas vidas eram as mais diversas e, por vezes, se constituíam como um elemento importante para a formulação de um parecer, que na medida do possível, se contrapunha a perspectiva dos setores das classes dominantes da cidade.

Nas próximas páginas, destaco algumas situações vividas e narradas pelos trabalhadores, que permitem visualizar, ainda mais, os mecanismos utilizados por eles para se opor ao que lhes era colocado pelos grupos dirigentes municipais.

Joana Barbosa, por exemplo, era vizinha de Ezelinda no conjunto habitacional “Terra das Águas”, tinha 52 anos, viúva e mãe de oito filhos, apresentou outro processo ao narrar sobre as razões que a levaram a morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

Nascida em Minas Gerais, em 1962, seus pais migraram para o Estado do Paraná a procura de melhores condições de vida, porque “falaru qui nu Paraná era bõ pra serviço [...]

---

<sup>247</sup> Na obra “A questão da habitação”, que foi mencionada na apresentação desse trabalho.

<sup>248</sup> De acordo com Engels, “[...] a burguesia tem somente um método para resolver o problema da habitação à sua maneira – resolvê-lo de tal modo que a solução crie sempre um novo problema [...]”. Esse método, segundo Engels, tinha o nome de “Hausmann” que, na avaliação desse autor, não se tratava somente da “maneira especificamente bonapartista do Hausmann parisiense de abrir ruas largas e retas através dos bairros operários de ruas estreitas e de enfeitá-las de cada lado com grandes e luxuosas construções”, mais do que isso, “Hausmann” era toda “prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, sobretudo nos situados nos centros das grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública, de embelezamento, à procura de locais comerciais no centro ou a exigências de circulação, como instalações ferroviárias, ruas etc. Qualquer que seja o motivo, o resultado é sempre o mesmo: as ruelas e os becos mais escandalosos desapareceram e a burguesia glorifica-se altamente com estes grandes sucessos - mas ruelas e becos reapareceram imediatas e freqüentemente muito próximas”. ENGELS, Friedrich. Op. Cit., p. 49

vieru meio assim, meio pru rumbo [...] i começô trabaiá pur empreita”<sup>249</sup>. Trabalhavam “as meia” com os patrões e moravam em um “rancho, casa de chão, sabe? Assim a gente morava”.

Passado alguns anos, seu pai decidiu ir para o Paraguai. Lá ele trabalhava numa fazenda, onde “tocava, assim, terra de hortelã” e para sobreviver plantavam arroz, milho, feijão, criavam galinhas e porcos. Ela disse que, no Paraguai, a terra era mais barata e seu pai conseguiu comprar nove alqueires de terra com as economias que fez.

Declarou que, em 1972, casou-se e permaneceu por mais dois anos naquele país, então, voltou para o Brasil, pois seu esposo:

[...] arrumô um lugar mior pra gente ficá assim, daí, ele veio cum amigo dele, um conhecido dele qui morava nu... agora ta tudo dibaxo d’água, chamava São José das Parmera, a gente ficô cuidanu uma casa, uma chácara. Ele prantava, cuidava a terra, né? Tinha terra qui eles tocava, né? Ficô cuidanu a lavora pru homi [...]<sup>250</sup>

De São José das Palmeiras se mudaram para Vila Celeste, interior do município de Santa Helena, e, posteriormente, para a sede municipal:

[...] a gente morava na Vila Celeste daí, meu isposo quiria i pu Paraguai, né? Trabaiá i daí eu tava quessa [com essa] minina qui trabaiá [de doméstica na casa do doutor Vicente] tava cuma tosse cumprida i u rapaz u piá, né? Daí a gente num tinha lugá di morá né? Daí a gente pegô, ficô morando ali nu Porto. Tinha um casarão ali nu Porto, né? Daí, a gente ficô ali, ficô uns três anu morandu ali. Daí, dali a gente veio morá ali. Daí, a naquele tempo era a Delci [de Andrade Bresolin] ela construiu uma casa na Vila Rica. Daí, a gente veio morá ali. Daí, dismancharu a casa qui tinha nu Porto, era um casarão [...]<sup>251</sup>.

Ao que a fala da entrevistada indica, este processo aconteceu entre os anos de 1994 e 1995. Segundo Joana, a vereadora do município de Santa Helena, Delci de Andrade Bresolin (gestão de 1993-1996) esteve à frente do processo de construção da mencionada casa na Vila Rica: “fez pu povo morá, né? Daí, aquelas casa lá até depois qui a gente saiu até pegô fogo. Di lá qui a gente foi pá mora lá im baxo nu [Santa Rita de Cássia]”.

Na entrevista realizada com Delci, ela declarou que no bairro da Vila Rica tinha vários locais que eram “banhados” e durante um “vendaval”, quatro famílias que moravam numa dessas regiões ficaram desabrigadas. Então, estas famílias foram abrigadas na garagem da Prefeitura Municipal, até que parasse de chover.

---

<sup>249</sup> Joana Barbosa, 52 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 10 de outubro de 2009.

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> Idem.

Após acalmar as chuvas, Delci resolveu aproveitar a mesma casa onde Joana Barbosa morava (que era uma propriedade do governo municipal), para construir o “casarão” na Vila Rica: “mandei desmancha i trazê aqui pra baixo”<sup>252</sup>.

A ex-vereadora disse que, naquela ocasião, o município de Santa Helena não dispunha de recursos para financiar a construção de casas populares e principalmente os recursos do Departamento de Ação Social eram escassos. Mesmo assim, ela procurava criar formas de amenizar o sofrimento da população carente. Isto foi bastante enfatizado pela entrevistada, pois ela disse que enfrentou a oposição de companheiros de trabalho, os quais procuravam barrar seus projetos. Estas tensões e disputas foram, de acordo com ela, o motivo pelo qual ela rompeu com “aquele Prefeito”, Julio Morandi.

Ela comentou que a referida casa precisou ser reformada e aumentada. Para isso acontecer eles precisaram recolher doações da comunidade e negociar os materiais necessários com o proprietário de uma loja de materiais de construção da cidade de Entre Rios do Oeste - PR, porque conforme Delci, a única loja de materiais de construção que a administração municipal fazia negociações era o Mazochim – localizada em Santa Helena. Mas, ela não podia fazer as negociações, “porque eles não ia aceitá, era adversário [político] entendeu?”<sup>253</sup>.

Segundo Delci, como o município de Santa Helena tinha uma “pedreira”, ela trocava “a pedra da pedreira por tijolo e pelo resto do material” a fim de concluir a “reforma” daquela casa e construir outra. Delci se auto denominou como uma pessoa “audaciosa”, porque disse não ter pedido para o Prefeito daquela época para fazer estas negociações e “si eu fosse pedi pru Prefeito ele ia dizê [...] não”<sup>254</sup>.

Conforme Joana Barbosa, no referido “casarão” da Vila Rica moravam um total de seis famílias. Cinco destas famílias foram levadas para o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Uma delas permaneceu no “casarão” porque “bibia, incomodava muito us vizinho. Daí ese [dirigentes municipais] num quiseru levá eles pra baxo”<sup>255</sup>. A explicação apresentada pela entrevistada para o fato “do casarão” ter incendiado, foi que a senhora que ficou morando na casa, bebeu e acabou colocando fogo no local.

Segundo Joana Barbosa, os moradores viviam “direto incomodando”, “pedindo casa” para os dirigentes municipais, pois eles queriam “[...] mudá, quiria um lugá melhor, né?”

---

<sup>252</sup> Delci Andrade Bresolin, 67 anos - 12 de maio de 2010.

<sup>253</sup> Idem.

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Joana Barbosa, 52 anos - 10 de outubro de 2009.

Sussegado, né? Pur causa da bagunça, a véia bibia, incomodava todo mundo di noiti, né?”<sup>256</sup>. Ela disse ter morado cerca de três anos nesta casa, sendo em 1997, transferida para o Santa Rita de Cássia.

Os significados e sentidos atribuídos ao fato de ir morar no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia dependiam de uma série de acontecimentos e circunstâncias, que se voltam e se relacionam às condições de vida e moradia que os trabalhadores eram submetidos a viver antes de se mudar para lá, bem como das condições em que se encontravam na ocasião da entrevista.

Ezelinda Fátima Rodrigues era natural de Toledo (PR), se mudou para Santa Helena em 1992. Aos 16 anos casou-se e foi:

[...] convivê com uma pessoa bem mais velha du qui eu, enquanto eu tinha dezesseis anos ele tinha quarenta i um, i ele foi uma pessoa qui mi fez sofre muito, né? I eu fui imhora pru Rio Grande, eu tive assim uma fase de vida muito difícil, era uma adolescente qui tive qui amadurecê através da minha opção, i quando eu mi apeguei assim, num sofrimento imenso. Ele era uma pessoa violenta, eu tive uma de vim pra Santa Helena procurá a minha irmã i chegando aqui, eu tive dias na casa dela. I depois disso, eu fui imhora pru Paraguai. De lá, eu tava grávida du meu filho di seis meses, eu sofri um espasmo [...] daí, eu tinha qui procurá reforços médico. Como nu Paraguai isso não existe, né? Só existe pra quem tem dinheiro eu pidi pra vim pra Santa Helena. I foi aqui, qui eu mi curei, tive meu nenê, i qui hoje faz catorze anu qui eu só vivô aqui im Santa Helena [...] <sup>257</sup>.

Fazia catorze anos que ela estava separada do marido, e comentou que falar do passado não era fácil, tanto que “[...] adoraria interrá o passado [...]”, pois desde criança teve um vida difícil. Era de:

uma família humilde, com oito anos eu já tive qui trabaia, né? Foi ondi eu não tive opções pra oportunidade. Não tenho istudo, eu sô analfabeta, não tive escolha, a vida me fez amadurecê. Eu não tinha, assim, um final de semana pra dizê assim, eu hoje vô brincá com as minhas amiguinhas, eu vô pegá uma boneca, qui a primera boneca qui eu ganheiro foi, nossa! Eu zelava mais du qui tudo, qui era um relíquia, era uma boneca, né? Era uma bonequinha piquinininha dava u quê? Acho qui uns dez centímetro, mais aquela boneca era tudo, né? Por que? Porque a gente num, num tinha assim, pra nós não tinha dia das criança, não tinha natal, não tinha páscoa, purque a minha família, era uma familia muito humilde, num existia assim a gente vai ganhá um presente, né? Comemorá uma festa, alguma coisa, não <sup>258</sup>.

Após a separação, ela declarou ter vivido um momento bastante complicado, porque voltou a morar com seus pais, e na concepção e análise de Ezelinda, para as “[...] pessoas

---

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

<sup>258</sup> Idem.

antigas, mãe soltera, seria terrível pruma família, fui muito julgada e discriminada, não só pela minha família, como pela sociedade. Mas, eu tive que erguê a cabeça [...]”. Na ocasião da entrevista, ela trabalhava como revendedora dos produtos da Racco e Avon, bem como vendendo roupas.

Os sentidos e significados que esta entrevistada atribuiu ao processo de ter se mudando para o Santa Rita de Cássia foram semelhantes aos atribuídos por Maria Romilda. Para Ezelinda, conseguir uma casa no Santa Rita de Cássia “[...] foi a melhor coisa do mundo, sai di baxo di um barraco de lona, i fui pra dentro di uma casa de alvenaria, pra nós era tudo”.

Antes de se instalar no Santa Rita de Cássia, Ezelinda e sua mãe moravam em Toledo e ao se mudar para a cidade de Santa Helena, foram morar “di baxo du barraco de lona”, nos fundos da casa da sogra de uma de suas irmãs, que localizava-se no conjunto residencial Tiradentes.

Depois de dois anos morando com a mãe no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, por conta de problemas familiares, ela resolveu sair da casa dos pais e ir pagar aluguel. Para conseguir alugar a casa, ela pegou um adiantamento de salário com sua patroa (ela trabalhava de doméstica).

Mas, de acordo com Ezelinda, após três dias morando na casa, a proprietária do imóvel “descobriu qui eu era uma mãe soltera, qui eu era sozinha i tinha dois filhos [...]”. Então, a locadora devolveu o dinheiro do aluguel e estabeleceu o prazo de um dia para Ezelinda desocupar a casa.

Na percepção dessa trabalhadora, ela ficou “[...] numa situação sem erá nem berá, né?” e foi no bairro Santa Rita de Cássia que ela encontrou um lugar para viver. Ela entrou em contato com os moradores do bairro para saber se tinha previsão, de que alguma casa seria desocupada, e disseram-lhe que “[...] uma família iria imbora de lá, né? Qui tinha progredido. Então, já iriam saí de lá”. Diante disso, Ezelinda decidiu ir “até na Ironi [Simonelli], qui era uma das Assistentes Sociais, i pidi qui mi concedesse uma outra casinha lá no Santa Rita de Cássia”<sup>259</sup>.

Ezelinda argumentou que tinha

uma pessoa amiga no Conselho Tutelar. Eu cheguei nela ixpriquei a minha situação i falei: - u que qui eu vô fazê? I ela falô: “qui não, qui era pra mim tentá mi acalmá qui ia tentá mi ajudá”. Daí quando eu cheguei lá a Ironi falô pra mim: “Torça que não tenha ninguém na tua frente na lista, si teu nome fô u primero na lista a casinha será tua”. Eu não acreditei quando ela chegô i

---

<sup>259</sup> Idem.

balanço a chave pra mim. Era sinal qui eu ia tê um teto pra morá com meus dois filho [...]”<sup>260</sup>.

Conforme a entrevistada, este foi um momento de “recomeço” em sua vida. Com a “ajuda” de amigos e do trabalho de empregada doméstica que ela desenvolvia em duas casas, aos poucos ela conseguiu se restabelecer e comprar alguns móveis e utensílios de casa que ainda não possuía: “[...] um ano eu comprava uma coisa, nu outro ano eu comprava outra”.

Diante das experiências vividas durante os seus 32 anos, Ezelinda avaliava que, não tinha obtido muitos bens materiais, “mais u qui tenho foi trabalhando qui eu consegui”.

Para os trabalhadores, o processo de seleção das casas e dos moradores do bairro Santa Rita de Cássia, não dependia somente do parecer dos grupos dirigentes, uma vez que a relação que eles estabeleciam com este processo, também era um elemento importante para a definição dos critérios de seleção. Além disso, eles viviam diariamente no bairro, e sabiam primeiro do que os funcionários da administração municipal, quando um morador saíria de lá.

Para Luis Carlos, se mudar para este conjunto habitacional representou uma mudança em sua condição financeira: “[...] aqui pur sê uma, um ambiente, tipo di moradia qui é da Prefeitura. Na verdade, isso é... então, mudô na questão de dinheiro qui pagava aluguel sobrô na verdade pra comprá uma ropá, calçado, comprá mais alimento, né? [...]”<sup>261</sup>.

Ele disse que morou durante aproximadamente seis anos de aluguel e pagava entre R\$ 150,00 e 200,00 mensais pelo aluguel das casas. Isto porque sempre procurava encontrar “uma casinha mais inferior, né? Assim, qui não tinha muita... qui fosse bem baxô u aluguel”. Normalmente as casas que ele morava eram “com duas peça, né? Até três peça, banhero i duas peças i assim, a casa qui a genti procurava sempre pá não pagá muito aluguel”<sup>262</sup>.

Nos primeiros anos em que as famílias viveram no Santa Rita de Cássia, elas não precisavam pagar pelo uso da moradia e nem água. Pagavam somente a energia elétrica que consumiam. Era um total de 24 “casinhas”, divididas em oito blocos, sendo que cada bloco tinha um total de nove cômodos, onde moravam três famílias. Ou seja, cada família tinha acesso a três peças que era de “parede e meia”.

Estes blocos ficavam todos enfileirados numa mesma coluna e para cada um deles tinha um banheiro que era construído no espaço entre um bloco e outro. No final dos oito blocos, tinha uma lavanderia.

---

<sup>260</sup> Idem.

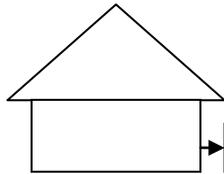
<sup>261</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

<sup>262</sup> Idem.

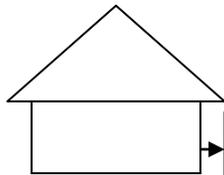
Foi pensando nesta divisão por blocos estabelecida quando da reforma das baias que procurei sistematizar através de um arranjo do local, a forma como a administração municipal “organizou” o espaço.

Com base na disposição inicial das casas, identifiquei em qual bloco os trabalhadores entrevistados moravam (arranjo da próxima página). Algo bastante aleatório, porque as casas, no decorrer dos anos foram modificadas, como pode ser observado nas fotografias das páginas 125 a 127.

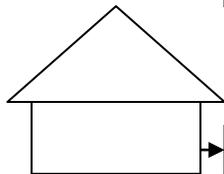
Rua Pará



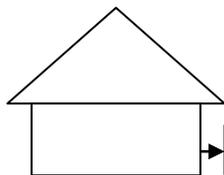
**Bloco 1:** (Luis Carlos e Ezequias)



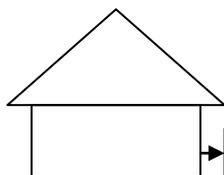
**Bloco 2:** (Rita Alves, Leonilda e outra família)



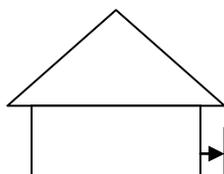
**Bloco 3:** (Noemia e Adeildo)



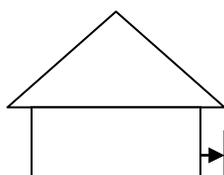
**Bloco 4:** (Duas famílias)



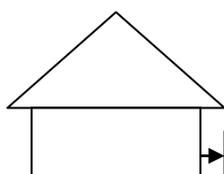
**Bloco 5:** (Zenilda e outra família)



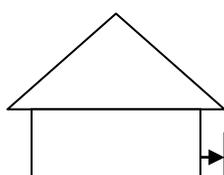
**Bloco 6:** (Maiara e outra família)



**Bloco 7:** (Roseni e outra família)



**Bloco 8:** (Luciane e outra família)



Lavanderia: Tinha uma família morando

Rua

Área de reserva da Itaipu Binacional

Área de reserva da Itaipu Binacional

De acordo com os trabalhadores entrevistados, a lavanderia era para o uso de todos os moradores e a administração municipal disponibilizou onze tanques de lavar roupas.

Conforme Ezelinda, “[...] quem chegava na frente lavava primero, quem ia chegando si us tanque tava tudo cheio, ia isperano, conforme ia sainu um, ia entranu outro, era quinem fila de NPS”<sup>263</sup>.

Ela destacou que esta lavanderia era coberta e os tanques “infileirado, era dois lado de tanque, tudo grudado na parede”, tinha luz e a água era fornecida por um caminhão fornecido pela prefeitura municipal, que enchia uma caixa de aproximadamente 10 mil litros d’água.

De acordo com Luis Carlos, a caixa disponibilizada para abastecer as necessidades da população do bairro era de lata e prejudicava a qualidade da água utilizada pelos moradores. Somente depois da insistência dos moradores, ligando e reclamando das condições e da falta de água no bairro, a administração municipal trocou aquela caixa por outra, de fibra.

Luis Carlos acreditava que mesmo com a substituição de uma caixa por outra, a água que utilizavam não era “cem pur cento” se comparada com a “água da rua”, pois a água que utilizavam era de um “poço artesiano qui vem da faculdade” e nos períodos de verão:

[...] a bomba d’água qui jogava água... pra cá, qui vem lá da faculdade, ela não tinha tanta resistência. Então, a água vinha fraquinha i dai num dava, então, a genti tinha qui ligá lá na Prefeitura, né? Pra eles mandá um caminhão d’água, né? Então, eles vão lá nus poço artesianos i carrega água de lá i trais na caixa aqui.<sup>264</sup>

Ezequias enfatizou que os moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia já tinham ficado até “[...] um dia e meio sem água i ligá pra eles trazê, ai us caminhão tava quebrado, desculpa não sei, deles lá. I a gente já aconteceu da água vim, água suja na caxa aqui [...]”<sup>265</sup>. Para ele, os dirigentes municipais não conheciam a realidade da vida cotidiana dos moradores, pois “[...] eles quasi não vem pra cá, eles num sabe u que a gente passa aqui. Vem muito aqui é a polícia, de vez em quando a polícia vem. Mas, a Prefeitura, eles não falá muita coisa, porque eles nem sabê. Eles cobra muito, mais eles num vem aqui”<sup>266</sup>.

Segundo os entrevistados, os funcionários do governo municipal, em particular aqueles responsáveis pela assistência social, cobravam que os moradores do bairro cumprissem com as obrigações previstas no contrato de autorização de uso dos imóveis, as

---

<sup>263</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

<sup>264</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

<sup>265</sup> Ezequias Pereira, 22 anos -15 de julho de 2009.

<sup>266</sup> Idem.

quais consistiam, entre outras coisas, em não jogar lixo na reserva e manter o local sempre limpo.

Quando foram reformadas as baias, não foi instalado o sistema de esgoto, e o encanamento dos banheiros, pias e tanques iam para as fossas. Segundo Ezelinda, estas fossas funcionavam da seguinte maneira:

**Ezelinda:** Era assim, era fossa piquininha as caixinha, mas daí nu final [próximo a lavanderia] lá tinha fossa a matriz di tudo, daí conforme não era isvaziado nada i a turma começaram jogá muito lixo, coisarada, aquilo lá começô explodi tudo pra cima. Daí, lá era fossa dos banheiro, era fossa das pia, era fossa da, dus tanque, tudo.

**Rosane:** I não tinha [...] vigilância por parte da Prefeitura [...]

**Ezelinda:** Era muito difícil, a gente cansô de reclamá mais nunca foi, foi feito nada, nunca, nunca, nunca.

**Rosane:** Mais daí, como foi resolvido isso [...]

**Ezelinda:** Fico até quando eu saí de lá, tinha dias quando era muito quente tu não suportava u mal chero, era muito... era coisa terrível<sup>267</sup>.

Ao que pude notar das falas dos trabalhadores, as fossas não tinham suporte para a quantidade de pessoas que moravam no bairro e chegou ao ponto de transbordar; “vim pra cima, era muito feio mesmo”.

Diante dessas circunstâncias, as famílias começaram de comprar tanques e instalar dentro dos banheiros para lavar roupas e calçados, bem como passaram a reivindicar junto a Prefeitura Municipal, o encanamento de esgoto, d’água pela Sanepar e o melhoramento da rua.

Conforme Luis Carlos, nos dias de chuva “[...] a água normalmente, ela sempre desce mais aqui porque é baxada, né? É bastante complicado dia de chuva aqui, até pras criança i pra aula é difícil”<sup>268</sup>.

Para Ezequias, nos dias que não estava chovendo já era “um poquinho ruim” e quando chovia, “piora tudo não dá nem pra entrá, fica bem difícil. É, u negócio fica feio aqui quando chove”<sup>269</sup>, principalmente porque “a prefeitura mexeu ali, porque ia encaná água nas casas i mexeu. I até agora, não feis nada i u barro piorô, ali”.

Alguns entrevistados falaram que, para não sujar os calçados eles colocavam uma sacola plástica nos pés até chegar à Rua Pará, que era asfaltada e dava acesso ao centro da cidade.

---

<sup>267</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

<sup>268</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

<sup>269</sup> Ezequias Pereira, 22 anos -15 de julho de 2009.

Ezequias considerava ser ainda mais complicado para as famílias que moravam ao final da coluna das casas, pois a água se concentrava mais lá e ficava mais distante da Rua Pará.

Segundo Leonilda Cenger Cardoso da Silva, sogra de Luis Carlos, um dos objetivos dos moradores era que a administração municipal arrumasse a única rua que tinha no bairro: “Essa rua aí [...] tudo u qui nós quiria é qui a Prefeita botasse meno umas pedra pur cima pareia i botá as pedra [...]”<sup>270</sup>.

Na concepção de Leonilda, os pedidos dos moradores seriam mais facilmente atendidos à medida que todos se unissem para reivindicar as mudanças, em benefício do bairro,

purque uns vai, otros num vai num adianta. Pra i num lugá assim, pra fazê pidido, tem qui i tudo, né? Quinem da água. Da água, eles fizeru a reunião, fumo tudo, né? I daí sabe? Daí, num chamaru... daí, um vai, outro num vai. Daí, num da certo. Pensa bem, si tu vai lá sozinha, vão falá: “intão pur que u outro povo num veio memô pra reclamá [...]”<sup>271</sup>.

Maiara comentou que tinha vontade de organizar uma Associação do bairro, mas no ponto de vista dela, os outros moradores eram muito “parado”;

[...] as vezes tem genti assim, quinem eu, eu num... si eu num tô trabalhandu, eu num tenho nada pra fazê, eu acharia bom isso, cê intedeu? Cê corrê atrás di uma melhora pra genti mesmo, só qui daí você vê otras pessoas ali qui num têm u qui fazê, invés di ti ajudá falá mal [...]”<sup>272</sup>.

Tanto Leonilda quanto Maiara apontaram para a necessidade de uma reivindicação que tivesse como ponto de partida, a junção dos diferentes sujeitos que viviam e compartilhavam as dificuldades de morar no bairro. Mas, ambas também reconheciam que unir as pessoas para um enfrentamento mais direto com os setores dominantes e dirigentes municipais, não era uma tarefa fácil. Acredito que estas dificuldades revelam um pouco sobre as condições da luta de classe.

No entanto, reunir todos os moradores do bairro e formular uma Associação do Bairro, ou ir à Prefeitura Municipal buscar o atendimento de suas reivindicações seria unir um grupo de pessoas portadoras de interesses próprios, mas que naquele momento se conheciam e se reconheciam a partir de uma demanda comum: a moradia, as vivências compartilhadas dentro de um mesmo espaço-tempo – o cotidiano experimentado numa situação que guarda

---

<sup>270</sup> Leonilda Cenger Cardoso da Silva, 61 anos - 19 de setembro de 2009.

<sup>271</sup> Idem.

<sup>272</sup> Maiara - 08 de outubro de 2009.

profundas semelhanças: as dificuldades de morar, trabalhar, criar os filhos, interagir com as outras pessoas, em suma, do viver na cidade.

As dinâmicas da vida cotidiana afastam os sujeitos, uma vez que os interesses e as preocupações da vida particular os envolvem de tal modo que o processo de enfrentamento acontece de forma tímida e aparentemente silenciosa. Este processo fornece alguns elementos sobre a forma como as classes sociais se articulam.

Na avaliação de Luis Carlos, a condição da moradia naquele momento estava 80% melhor do que há oito anos, porque parte dos encanamentos da rede de esgoto estava instalado. Embora algumas casas ainda estivessem no sistema das fossas, eles já haviam conquistado algumas melhorias para o bairro:

[...] a rede de isgoto passa ali então, muitos tem banheiro ligadu ali i muitos tem na rede ainda anterior qui é atrás. Então, nós tamo vendo qui a Prefeitura até inclusive vão fazê uma reunião pra combiná, pra fazê essa rede atrás qui tá ligadu na frente. Eles vão mudá u encanamento di cento i cinquenta aqui i ligá lá im baxo, na rede lá im baxo... qui não tem condições di quebrá tudo i fazê novamente esse encanamento por baxo<sup>273</sup>.

De acordo com Leonilda, por volta de agosto de 2009, a instalação da rede de esgoto estava sendo concluída e a água que os moradores do bairro consumiam passava a ser fornecida pela Sanepar. Agora, cada morador pagava pelo consumo d'água.

Dividir banheiros e tanques de lavar roupa pareceu ser um dos motivos da existência de conflitos entre os vizinhos, razão pela qual os trabalhadores começaram a fazer construções paralelas àquela inicial. Eles construíam banheiros, além de comprar e instalar tanques para o uso individual.

Conforme Maria Romilda, o uso dos tanques coletivos gerava “[...] muita folia i daí eu peguei i comprei um tanque i instalei perto da casa minha [...]”. Ela também considerava ser muito sofrido dividir banheiro com outras duas famílias, pois dava confusões, principalmente com relação à limpeza; “[...] porque, as veis tinha algum qui só quiria ocupá i num quiria limpá u banhero. Foi muito difícil”. A partir das divergências e das necessidades que surgiam no viver no bairro, os moradores iam fazendo e refazendo o espaço onde residiam.

Luis Carlos falou que resolveu construir um banheiro para sua família, porque todos os moradores queriam utilizar o banheiro no mesmo horário e ele se sentia incomodado em chegar do trabalho e ter que esperar desocupá-lo para tomar banho. Na avaliação dele, as “pessoas qui não trabalhava, então sempre procurava i tomá banhu, às vezes... na hora qui tu

---

<sup>273</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

chegava du trabalho pra querê i tomá banhu, eles iam na frente”, sem contar na “fila di criança lá esperandu pra i tomá banhu”<sup>274</sup>.

Ondina, não se conformava com a condição de que além do banheiro não ser dentro de casa, tinha que dividi-lo com outras famílias; “dai eu botei bronca lá cum eles i fiquei cum banheiro só pra mim, falei: ó a última coisa qui eu faço é dividi banhero cum tudo us vizim. Ai das duas casinha usava um banhero i eu um, [...] num só eu qui usava, purque tá loco, né? Não tem condição”.<sup>275</sup>

De acordo com a entrevistada, os vizinhos foram à Prefeitura reclamar porque ela não os deixavam usar o banheiro:

Daí, eu cheguei lá i falei: mais não dexô memo, digo, purque vocês prometeru, nós cuidemô aqui tudo esse tempo, prometeru dá uma casa sozinha pra nós, num dero. Digo, pelo menos u banhero, eu quero sozinha, qui eu não dexô otro usá, num dexô memo, qui aqui eu qui vô limpá, eu qui vô cuidá não dexô otras famílias usá, só si não tem otro jeito memô, podi vim ali usá, má pra dizê qui é di sociedade, não. Eu não dexô [...]

**Rosane:** I daí, o que qui eles falaram pra senhora?

**Ondina:** Num falaru nada, purque eles sabia qui eu tinha razão<sup>276</sup>.

Ondina se sentiu injustiçada em ter que compartilhar com outros moradores o mesmo banheiro, porque pensava que por ter trabalhado na reforma das baias, obteria uma casa somente para sua família, mas “[...] não, nós cuidemô i trabalhemô i tivemô qui morá nu barraquinho, cu pessoal... [...]”.

O parecer de Ondina sobre as condições da moradia no bairro é de extrema importância para perceber como se constituía a relação dos trabalhadores com os grupos dirigentes municipais.

Ela colocou em discussão a própria ação da administração municipal no que se refere ao processo de formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, principalmente quanto ao que eles entendiam como sendo moradia popular.

Os grupos dirigentes partiam da perspectiva de que casas “parede e meia” e banheiros coletivos eram o modelo de habitação adequado às camadas populares. Já esta trabalhadora não via dessa forma, pois nas entrelinhas dos argumentos utilizados por ela, percebo que assim como aqueles sujeitos, Ondina queria uma moradia que não fosse de parede e meia e que tivesse banheiro dentro de casa.

---

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Ondina Rigol Davila, 59 anos - 01 de outubro de 2009.

<sup>276</sup> Idem.

Esta trabalhadora mostra ainda mais seu descontentamento quando, além de não cumprir com o acordo estabelecido no ato da reforma das baias, os grupos à frente do poder público queriam que ela se adaptasse às condições de moradia, as quais ela considerava inadmissíveis.

A partir das narrativas dos trabalhadores, concluo que para boa parte deles, o banheiro era um espaço da casa que não deveria ser dividido com outras famílias, pois as pessoas são diferentes, possuem costumes e horários diferentes, além da divisão das tarefas (limpeza).

Isto se constituiu como um dos motivos pelos quais, no decorrer dos anos, os trabalhadores passaram a utilizar o espaço onde era a lavanderia e os banheiros para aumentar as casas ou para construir novas moradias. Segundo Leonilda, “[...] é tudo morador. Agora lavanderia, banheiro tá tudo... lá im baxô agora tudo, né?... Casa, reformaru tudo, né? Diz qui tem casa boa lá pra baxo, eu nunca fui lá, só di passage”<sup>277</sup>.

Leonilda frisou que na ocasião da entrevista, somente ela e a Rita Alves ainda dividiam banheiro. Ela lavava roupa no tanque de Rita, ou batia na máquina na porta da casa mesmo e enxaguava na pia da cozinha, pois a lavanderia não existia mais.

De acordo com Roseni, ela pagou 250 reais por uma casa com dois cômodos, o banheiro ficava do lado de fora e era dividido com outra família. Como a casa “moiava muito dentro [...]” e ela tinha seis filhos que estavam em fase de crescimento, foi necessário ter uma casa maior. Então, um dos vizinhos que morava de parede e meia com ela se mudou e vendeu a parte da casa que ele utilizava, para a família de Roseni.

Roseni conseguiu comprar esta parte da casa com o dinheiro do décimo terceiro que seu esposo recebeu da firma onde trabalhava. Assim, puderam ampliar e construir um banheiro dentro de casa.

Os trabalhadores entrevistados modificavam e se contrapunham às regras estabelecidas pela administração municipal, pois, no decorrer do dia-a-dia no bairro, eles sentiam a necessidade, por exemplo, de uma casa com mais do que as três peças que os dirigentes municipais, lhes “concederam” após ter reformado as baias dos cavalos.

Através dos interesses particulares e familiares, como aqueles destacados por Roseni, os moradores acreditavam estar promovendo o bem estar coletivo, ou seja, comprando as casas eles evitavam que pessoas não desejadas fossem morar no bairro.

---

<sup>277</sup> Leonilda Cenger Cardoso da Silva, 61 anos - 19 de setembro de 2009.

Conforme Luis Carlos, enquanto em 1997 tinham 24 famílias morando no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, em 2009 eram aproximadamente dezoito, tendo uma redução de 6 famílias no bairro.

Luis disse que foi morar neste conjunto habitacional em 2001 e sua casa ficava entre o bloco 3 e o 4, mas um dos moradores do bloco 1 conseguiu uma casa através do Programa Municipal de Habitação Popular, implantado pela administração municipal nos anos de 2005 e 2006, e cedeu a casa que era dele para Luis.

Sobre este assunto, ele comentou:

a gente era bastante colega, assim, falô: - “ó, eu ganhei a casinha, daí, purqui você mora numa casa mais piquena” - qui eu morava numa casa qui quinem era aqui u quartinho i a cozinha, né? São treis peças. Então, daí, nós entremo num acordo, falô: - “ó então você pagá us talão di luz qui tá atrasado meu aqui, podi morá aqui”, falei: - num tem problema [...] <sup>278</sup>.

Embora o contrato de autorização de uso do imóvel, formulado pelos funcionários da administração municipal, não autorizasse vender, emprestar, ou ceder o imóvel a terceiros, os trabalhadores criavam formas de burlas estas regras, estabelecendo acordo entre eles. Agindo dessa forma, eles acreditavam estar “ajudando” pessoas que realmente precisavam da casa, bem como contribuía para uma boa vivência no bairro, pois levavam para o bairro somente pessoas que, para eles eram de “confiança”.

Luis Carlos, por exemplo, cedeu a casa onde morava para um colega que não tinha casa própria e pagava aluguel: “eu procurei ele i falei: ó, eu vô sai duma casinha, vai surgi uma vaga lá, tu vai morá lá”.

Segundo este entrevistado, normalmente as lideranças municipais faziam um contrato abrangendo os quatro anos de mandato do governo municipal. Porém, nos anos de 2005 a 2008, o então Prefeito Giovani Maffini não fez nenhum contrato com os moradores, período que, para Luis, “foi ondi aconteceu essa questão qui entrava quem queria i saia quem queria. As pessoas vendia, u otro comprava. Entrava uma família diferente saia outro, assim [...]”.

Na avaliação de Luis, neste momento:

teve muito problema aqui. Questão di droga. As pessoas começaru a [...] tê assim envolvimento cum droga, vendê comprá i coisa. Ai, cumo eu trabalhava na área di saúde, pra mim era complicado, eu trabalhava todo... di dia eu quiria durmi, à noite qui eu tava di folga i quiria dormi, u pessoal chegava i batia na janela [...] batia “ô”, eu levantava: u que você qué? “Da uma pedra aí, i mi dá”, né? Falei: ó, amigo eu num mexô cum isso aqui, é u

---

<sup>278</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

cara du lado, aí. Então, tu não tinha aquele sossego di dormi, sempre tinha alguém batendo qui errava a janela<sup>279</sup>.

Na busca de evitar estes acontecimentos, ele falou que foi até a Assistência Social para ver o que poderiam fazer, mas disseram-lhe que não iam “mexe”; “lá tá abandonado. Nós nem vamo mexe”. Então, ele resolveu “tomar providências”: entrou em um acordo com os vizinhos e comprou a parte pertencente às outras duas famílias que moravam de parede e meia com ele:

eu falei: é u seguinte eu num quero complicá você na justiça nós somos colega como vizinho, né? I eu acho qui num dá pra você continuá. Falei: ou você, tipo assim, qui eu num vô sai daqui pra í pagá aluguel, eu não tenho condições di pagá aluguel. Então, você também não qué pagá aluguel, ou você para, né? Di mexe cum isso dai, ou você mi cedi a tua parte tu vê quantu qui você qué, eu vô tê comprá a tua parte [...]<sup>280</sup>.

Luis falou que fez um empréstimo na Caixa Econômica Federal de mil reais para pagar a casa. Depois comprou tijolos e fechou “a porta i abri uma porta aqui i fechei... tudo aqui era aberto dai a minha casa ficô nu caso essas três peça aqui i mais essas três peça. Ficô seis peça”.

Em seguida, ele entrou em um acordo parecido com os moradores dos outros três cômodos e novamente fez um empréstimo pela Caixa e comprou a última parte do bloco. Passado alguns meses, ele vendeu por mil reais uma parte (três cômodos) para Ezequias Pereira.

Comprar as casas era para ele uma forma de não se incomodar com os vizinhos, bem como, um meio de manter o controle das famílias que entravam e saíam do bairro, ajudando na construção de uma “boa” imagem do lugar: “hoje, pessoal tudo família, né? A gente tipo foi si comunicanu cum pessoas qui precisava. Eu, na verdade saia atrás [...] graças a Deus, então, hoje terminô essa questão di droga [...]”.

Na sequência, através das fotografias, busquei identificar a casa dos trabalhadores entrevistados e a que bloco pertencia. Por meio destas fotos, pode-se visualizar uma parte destas mudanças, bem como parte do processo em que as casas foram sendo transformadas, ampliadas e reformadas.

---

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> Idem.



**1. Foto:** Bloco 1 - Casa de Luis Carlos e Ezequias Pereira



**2. Foto:** À direita (bloco 1) e à esquerda bloco 2 - casa de Rita Alves e Leonilda.



**3. Foto:** Parte do Bloco 3 - Casa de Noemia e Adeildo



**4. Foto:** À direita parte do bloco 3 e à esquerda parte do bloco 4



**5. Foto:** Parte do bloco 4



**6. Foto:** Parte do bloco 5 - Casa de Zenilda



**7. Foto:** Parte do bloco 6 - Casa de Maiara



**8. Foto:** Parte do bloco 6



**9. Foto:** Parte do bloco 6 e 7



**10. Foto:** Bloco 7 - Casa de Roseni



**11. Foto:** Parte do bloco 8 - Casa de Luciane



**12. Foto:** Parte do Bloco 8



**13. Foto:** Parte do bloco 8



**14. Foto:** Onde era a lavanderia

Imagens do Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia. Fotografias tiradas por Rosane Marçal da Silva, na manhã do dia 08/01/2010.

No que diz respeito às instalações da energia elétrica do bairro, Roseni destacou: “[...] era tudo virado em gato, sabe? Era uma tramóia [...]”<sup>281</sup> cada poste tinha “três negócio di relógio” normalmente, tinha conta de luz atrasada de pessoas que já não moravam mais lá e a Copel tinha cortado a energia. Mesmo que os moradores quisessem regularizar a situação com a Copel, não conseguiam, porque, conforme Roseni, precisavam pagar um “valor alto, sabe? daí, num adiantava você i lá [Copel], nem qui você tivesse boa intenção di querê pagá, cê num conseguia, sabe?”.

Boa parte dos trabalhadores entrevistados reclamava dessa situação, pois dividiam a energia elétrica com os vizinhos e frequentemente a conta ficava na faixa de R\$ 100,00 por mês. Acreditavam que pagavam um valor superior ao que consumiam.

Maiara disse-me:

quando a genti veio morá aqui, é tipo vinha muita luz. A genti via porque fico talão pra genti pagá, né? qui tinha na casa, tinha um mesmo di cento i cinquenta. I daí, a genti veio. A genti gastava menos, porque a genti era im menos pessoa i tal. Daí, num sei, a Copel falô: - “qui tava muito isquisito vim cinquenta, sessenta reais”. Vieru i rancaru u relógio i daí falaru: - “qui iam arrancá u relógio di vez, porque tinha alguma coisa di erradu i tal”. Intão ou a genti pagasse ou a genti ia ficá sem u relógio tipo, não iria suja u nosso nomi, porque num tava nu nosso nome, tava nu nomi di outra pessoa. Só qui a genti ia ficá sem luz daí, a genti teve qui assumí uma divida pra não fica sem a luz. I daí, agora, sem [...] u nosso talão di luz a genti pagá mais oitenta pur méis mesmo a genti sabenu qui a genti num gastava isso, porque eles deveriam di compará u nosso talão di agora com u di antis eles iam vê qui não tinha erro, né? Só qui cê vai discuti?”<sup>282</sup>.

<sup>281</sup> Roseni da Silva, 34 anos - 13 de julho de 2009.

<sup>282</sup> Maiara - 08 de outubro de 2009.

A equipe de trabalho do setor da Assistência Social da administração municipal, liderada pela prefeita Rita Maria Schimidt, no ano de 2009, restabeleceu a prática de formular um contrato que autorizava as pessoas residentes no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia a morar nos imóveis, o qual vencerá no ano de 2013, quando iniciará um novo mandato de governo municipal.

Na avaliação de Roseni, o contrato estabelecido pelos dirigentes municipais acelerou o processo de regularização da situação da energia elétrica no bairro, e os moradores podiam passar a conta da luz para o nome deles. Ela tinha feito a transferência naquele mês (final de julho de 2009) e estava ansiosa para ver quanto pagaria pelo consumo de energia.

Através desse contrato, a administração municipal procurava criar normas de convívio entre os vizinhos e no modo de viver dos trabalhadores, estabelecendo que os “usuários” dos imóveis deveriam conviver conjuntamente aos demais moradores, de forma “harmoniosa e social”, “sob pena de ser notificado, e em reincidência ser revogada a presente autorização de uso, com a retirada imediata do imóvel”<sup>283</sup>.

De acordo com os antigos moradores do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, nos primeiros anos, os dirigentes municipais por meio da coordenação da Assistência Social faziam reuniões com os moradores, estabeleciam os dias em que cada família seria responsável pela limpeza dos banheiros, o uso e organização da lavanderia. Mas, de acordo com Ezelinda,

pur um tempo eles cunsiu depois, a turma começô si revolta contra eles.

**Rosane:** Por quê?

**Ezelinda:** Assim, como qui eu vô tentá ti explicá? É saiu um morador entrava outro, qui mixia cum coisas ilícitas, coisas erradas i era assim, era tranquera, era, sei lá u quê. I a turma reclamava i eles não tomava previdência i a turma começô, sabe? Si revolta com o povo da Prefeitura.<sup>284</sup>

Ela disse que os trabalhadores iam com frequência até a Prefeitura Municipal para reclamar, porque conforme prevê o contrato de autorização de uso do imóvel, eram os funcionários da administração municipal que decidiam quem entrava para morar no bairro porém, segundo Ezelinda, “nunca foi feito nada”.

Na avaliação da entrevistada, os representantes do governo municipal não se preocupavam [...] muito com esse negócio: essa família num presta, eu vô ponhá lá nu meio das pessoas decente? Não! Eles nem se preocupá, a vai, vai... qui afinal de conta quando a

---

<sup>283</sup> CONTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO. Santa Helena, 07 de maio de 2009.

<sup>284</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos -09 de outubro de 2009.

gente via falá u nome duma família qui a gente não quiria qui fosse mudá lá, pra nós era um disipero, né?”<sup>285</sup>.

O cronograma das atividades que, os representantes do governo municipal esperavam que moradores do bairro desenvolvessem, deixava implícito que, para estes grupos sociais a condição de “pobreza” era associada aos maus hábitos e costumes, cabendo a eles à função de disciplinar esta população de modo a integrá-la à sociedade.

Estes conflitos e tensões são a expressão da luta de classes, e revelam as dinâmicas e as relações de uma sociedade de classes. Parte dessas tensões foi mencionada por Joana Barbosa. De acordo com ela, os moradores e principalmente, os idosos iam com frequência à Prefeitura municipal fazer reclamações e pedidos para o bairro. Eles:

[...] iam sempre pedi qui eles quiria uma casa, quiria um lugar mior, um lugar pra gente morá, tinha muito pernilongo, num cunsguia durmi di noiti, né? Era muito calor, a casa só tinha uma janela nu quarto i uma porta pra saí tudo isso eles si queixava, né? As otras pessoa qui vinha ali falava tamém: qui nós sufria muito naquele lugá, muito perto du mato, muito pernilongo, as criança [...] <sup>286</sup>.

Em outro trecho, ela continuou a falar sobre a questão das crianças, pois acreditava que “era muito, muito criança, sabe? Quando era sábado, domingo era cheio di criança intão, eles falava assim, qui era muito imbolado, muito muntuado pra vivê cas criança”, sem contar que era próximo da área de reserva da Itaipu Binacional e ficava “perigoso cobra”.

De acordo com Leonilda, antes de ir morar no Santa Rita de Cássia, ela somente passeava na casa de seus três filhos, os quais já eram moradores do bairro. Mas,

quando chegava na boca da noite, eu ia pra casa parece qui eu ia pu céu di tão ligero qui eu ia (sorriu) era muita bagunça meu Deus du céu [...] mais era piasada, né? Um dia di noiti, eu tirei pur capricho contá, né? Contei trinta i três criança, tudo dum portinho, assim pra baxo, né? I lá vai indo, eu fiquei pas férias eu fiquei quase loca. Fui pará num hospital [...] <sup>287</sup>.

Leonilda nasceu em Criciumal – RS, e devido ao fato de seu pai ter falecido, sua mãe mudou-se para Passo Fundo e, em 1960, para Capanema - PR. Em 1968, aos 21 anos, ela se casou na cidade de Capanema.

De Capanema, ela mudou-se para o Paraguai, pois sua mãe naquela ocasião morava lá. Após um ano naquele país, ela foi para Santa Helena, onde vivia há 24 anos. No ano de 2005, ela morava na “Linha Aparecidinha” interior do município de Santa Helena,

---

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Joana Barbosa, 52 anos - 10 de outubro de 2009.

<sup>287</sup> Leonilda Cenger Cardoso da Silva, 61 anos - 19 de setembro de 2009.

“num sitio, né? Quando fazia um mês qui nós tava nu sitio, mataru ele [seu esposo], daí eu fiquei disnortia, sabe? Aí, eu vim pra Sub-Sede [distrito de Santa Helena] dei u sitio em troco duma casinha qui num valia nada im Sub-Sede, né? Daí, lá é um lugá muito ruim de morá, né? Daí, agarrei vindi lá, i comprei da vizinha aqui im baxo daí, ali tinha qui pagá luz a meia, né? Daí, troquei pur aqui”<sup>288</sup>.

De acordo com a entrevistada, seu esposo foi assassinado porque tinha um processo na Justiça em que ele deveria ser indenizado “cum quinze mil real daí, dia doze di outubro tinha audiência lá im Toledo, né? Nu ministério; dia quatro ele morreu”<sup>289</sup>.

O sentimento de medo, a seleção do que falava, a preocupação com as pessoas que poderiam ouvir o que estava falando, era constante na entrevista de Leonilda. A morte do marido marcou sua narrativa, pois para ela a partir desta perda sua vida passou por mudanças e a levou para o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

Como uma das filhas da entrevistada (casada com Luis Carlos) já era moradora do bairro, no ano de 2007, ela comprou uma casa por R\$ 950,00 e também foi morar lá. Leonilda morava neste conjunto habitacional há dois anos, mas para ela parecia “dez anu (sorriu)”, pois achava muito “apertado” se comparado com a casa onde morava no distrito de Sub-Sede: “aqui num... pra você botá u sofá, né? Eu penso é veinho, né? Mais u nenê chega da iscola, ele fica lá, eu já tenho qui pegá a cadeira. Visita si chegá bastante, num tem cumo, né? Bota dentro di casa, né?”<sup>290</sup>.

Ela morava com um neto, que apresentou como filho adotivo, pois pegou o menino para cuidar quando ele estava “só cum meis, mais morto qui vivo Deus u livre. Ninguém dava uma bala pa vida daquela criança. Agora, tem qui veja, graças a Deus, né? Tão bem educadinho, bem criadinho”<sup>291</sup>.

Leonilda e o neto sobreviviam do trabalho que ela desenvolvia lavando, passando e costurando roupa “pra fora”, bem como do dinheiro obtido através do auxílio Bolsa Família e

---

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> Idem.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> O pai do menino era filho da entrevistada, e logo que a criança nasceu ele se separou da mulher. Então a ex-esposa passou a guarda da criança para a avó paterna: “- Tá Nega [Leonilda] pegá esse guri fica pra ti. Amanhã tu vai cedo nu fórum qui eu ti dô a guarda dele, eu num quero mais ele.- Daí vó, né? Já penso u guri mais morto du qui vivo. Peguei u guri quase dismaiei quando ela mi joga [...]”. Segundo Leonilda, o menino era “desnutrido, ele passava muita fome, ela largava ele, já era separado já, largava ele dava uma mamadera di água doce na mão de uma criança di quatro mês [...] mais, eu quiria qui tu visse, eu tenho tistimunha du jeito qui ele tava u guri. Lá im casa ninguém quiria u guri, nem u finado, depois qui ele viu qui ele indireito”.

Ela comentou que comprava roupa para o neto em “final di ano, quando ele faz aninho, né? Qui eu posso dia das crianças já ta cheganu, né? Eu tava pensandu, mais Deus vai mi ajuda qui eu vô consegui comprá [...] conforme ele vai crescendo, né? Qui eu comprei pra páscoa pra ele já ta ficanu apertada eu comprei calçozinho de moletão, esse tá na moda, né? Di jeans tá apertado na cintura. Ontem ele foi na aula ,ele falô: Vó, já tá atorandu minha barriga”. Leonilda Cenger Cardoso da Silva, 61 anos - 19 de setembro de 2009.

de cestas básicas fornecidas pelo governo municipal: “graças a Deus cumida pra mim i pru meu fio nunca fartô, bõ ou ruim mais sempre na horinha certa tem, né?”. Lavando e passando roupas, ela conseguia obter em torno de trinta reais por mês. Comentou que fazia tratamento para os nervos e o coração: “eu soffro dus nervo, soffro do coração, eu tenho tratamento, até hoje eu fui pegá uma remessa di tratamento di calmante daí, peguei mais [...] só seu qui eu tenho uma farmácia aqui fora u qui tem na geladera”<sup>292</sup>.

Ela disse que sentia saudade do tempo que morava no interior, pois vivia em uma casa maior, com área e espaço no pátio, tinha horta com verduras e cebolas e podia plantar flores. Já no Santa Rita de Cássia, não, pois, segundo ela, os funcionários da Itaipu Binacional foram até o bairro e falaram para os moradores que eles não podiam ter plantas naquele local por conta da área de reserva da Itaipu e também porque, de acordo com Leonilda, não tinha espaço suficiente, além de ter muito cachorro solto.

Na avaliação desta trabalhadora, o pouco espaço e as casas muito próximas umas das outras, a fazia se sentir sufocada e como tinha problema do coração, acabava passando mal, mas “daí eu saiô lá pra cima, nas conhecida, né? [...] daí eu desapareçô”.

Leonilda frisou ser uma pessoa conhecida na cidade, que quando saía de casa, as pessoas a cumprimentava: “eles grita, qui eu tenho apelido di Nega, né? As vez eles grita: - O dona nega. Daquí a poco grita: - O dona Leonilda. Daí, eu tem pessoa qui eu nem conheço mais [...]”.

Ela destacou ter feito muitas amizades logo que chegou no município de Santa Helena, uma vez que trabalhava de bóia fria e “aquele caminhão ia capengano di gente, pra boca, né?... lá a gente fazia tanta amizade”. Neste período ela trabalhava carpindo, quebrando milho, catando algodão ou plantando e arrancando soja.

Assim como Leonilda, Noemi Berté também não gostava do barulho. Esta elencou o som alto como um dos motivos pelos quais sentiu dificuldade em se acostumar a viver no Santa Rita de Cássia. Durante a semana, ela ficava pouco tempo em casa, mas “[...] um dia, sábado, eu levantei mais um som, um som qui parecia qui dava eco naqueles mato. Daí, fui nu mercado pensei: eu vô nu mercado, i eu vô chegá i comprá um remédio, purque eu num aguento mais di dor di cabeça, quando foi uma altura sumiu aquela dor di cabeça, que era muito som i eu num era acostumada”<sup>293</sup>.

---

<sup>292</sup> Leonilda Cenger Cardoso da Silva, 61 anos - 19 de setembro de 2009.

<sup>293</sup> Noemi Berté, 54 anos - 17 de setembro de 2009.

Os entrevistados mais idosos frequentemente reclamavam do barulho das crianças e o som alto, pois era algo que os incomodava causando dor de cabeça e afetando o sistema nervoso, uma vez que não eram acostumados a um ambiente de constantes agitações.

A questão do barulho e do som alto também esteve presente na narrativa de Roseni. Ela disse-me que no ano de 2005, se mudou para o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e naquela ocasião não “tinha sussego, assim di sentá aqui e cunversá assim, sabe? qui aquele som era a mesma coisa di tá num salão di baile”<sup>294</sup>. Presenciou momentos de brigas entre moradores e até mesmo troca de tiros:

us próprios amigos atirava um nu otro, sabe? daí, a última veis qui aconteceu isso ...pegô uma mulher ia subindo cum nenezinho, bateu a bala, ficô alojada assim, sabe? ia pegá na cabeça du piazinho, ela impurrô u piazinho pegô na mão dela, foi a última vez qui aconteceu isso, né? Daí, depois teve a morte du pia, ai também,... daí, saiu todo mundo né? Qui a maioria num era família qui morava aqui, sabe? Mais era, quem diz u outro, maloquero i era ondi acontecia tudo isso. I agora qui entrô só família, agora já...<sup>295</sup>.

Segundo ela, viver em meio a estas situações, implicou em uma depressão profunda, que não conseguia dormir, não se alimentava e ficava trancada no quarto, “tentaru mi interna, falaru qui eu tava loca [...] tipo peguei um trauma qui era muito bagunça sabe? Cê via gente correndo.. cê via gente atirado, cê via polícia passá sabe?”<sup>296</sup>.

Roseni, falou que foi muito difícil aprender a conviver no Santa Rica de Cássia, pois não era acostumada “a vê aquilo... tinha, via briga assim, ma não quem igual aqui”. Ela procurava manter as crianças dentro de casa e, nos finais de semana, que não tinha aula, “mandava eles lá pru meu sogro. Daí vinha di noitizinha, daí, já tava mais calmo, né? Baruió tinha igual, mais daí já, eles não via mais tanta coisa quem ese via di dia, né?”. Também comentou que as crianças estavam “pegando medo” de dormir<sup>297</sup>.

---

<sup>294</sup> Roseni da Silva, 34 anos - 13 de julho de 2009.

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> Idem

<sup>297</sup> Luciane da Silva, comentou que seu filho tinha medo da polícia; “ele fica branco, u coração dele acelera, assim sabe? ele treme, treme, treme [...]”. Isto porque, conforme Luciane, Gabriel (filho da entrevistada) estava com o pai dele numa roda de pessoas conversando e os policiais chegaram e “pidiu pra qui eles si levantassem i, i colocassem a mão nu carro pra eles revistarem, né? I nesse momento u meu filho tava nu colo du meu marido, u meu marido demora pra levanta até qui ele desceu, né, começo ali daí. Quando ele largo u meu filho nu chão u pulicial puxo ele i deu um chuti na bunda dele, né?”. Na avaliação de Luciane, ver os policiais bater no pai, assustou Gabriel: ele “[...] já saiu correndo pra dentro da casa du meu irmão qui tava mais perto, né? I começô falá qui tavam batendo nu pai dele [...]” e quando via um policial, ou a viatura da policia, logo pensava “qui iam bate nu pai dele”. Luciane da Silva, 21 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva, dia 5 de agosto de 2009.

Na avaliação de Ezelinda e Ondina, nos primeiros anos era bom de viver no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. Ondina relatou que “era bunito, nós limpava aquelas arve, fazia festa, fazia missa, né? Era muito bão. Gente tudo cunhicido, tudo genti boa [...].”<sup>298</sup>

As fotografias abaixo foram tiradas durante uma festinha de aniversário de Mailon, neto de Ondina.



**15. Foto:** Festa de aniversário do neto de Ondina, no conjunto no habitacional Santa Rita de Cássia



**16. Foto:** Parte interna da casa de Ondina, no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia

Fotografias cedidas por Angelita de Almeida, na manhã do dia 23 de dezembro de 2009.

Angelita de Almeida morava com Ondina (sua mãe) no conjunto habitacional “Terra das Águas” e, neste dia em que me forneceu as fotografias perguntei por Ondina e ela disse que sua mãe estava no Rio Grande do Sul, fazendo tratamento de saúde.

De acordo com Angelita, a calçada visível na foto 15, foi construída especialmente para a festinha de aniversário de Mailon. O espaço onde colocaram a mesa para servir as crianças durante a festa, separava os blocos 1 e 2. De um lado, moravam três famílias e do outro mais três. Praticamente todos os moradores ocuparam este espaço existente entre as casas para construir banheiro, colocar tanques e aumentar as residências. Na foto 16, Ondina estava sentada ao lado de seu esposo Sebastião que, na ocasião da entrevista, já era falecido. Na frente estava sua mãe e sua neta, Samara. Esta foto foi tirada no espaço entre a cozinha e a sala da casa de Ondina.

Os primeiros moradores parecem sentir saudade dos momentos das festas realizadas entre eles, da amizade que construíram e das rodas de chimarrão. Na concepção de Ezelinda, nos primeiros cinco anos, o Santa Rita de Cássia “[...] era um bairro harmonioso, sabe? Era um bairro bem visto em primero lugar, né? Ma depois di cinco anu, ficô muito mal falado.

<sup>298</sup> Ondina Rigol Davila, 59 anos, 01 de outubro de 2009.

Aonde tu chegasse, qui você falasse qui morava lá, pronto! Istragava cum teu dia, cum a tua presença, tudo [...]”<sup>299</sup>.

Para os trabalhadores que não moravam mais no Santa Rita de Cássia, lembrar das tentativas de manter o controle das pessoas que entravam e saiam do bairro caminhava no mesmo sentido do desejo de ajudar a construir uma boa imagem do bairro, e também de atribuir uma maior importância aos primeiros moradores.

Neste sentido, Ezelinda destacou:

[...] nus últimos tempos era, sabe? Saia um, chegava u outro, saia um chegava u outro, né? Purque nós qui era us pionero di tudo lá, qui foi entradu pur primero lá, eu acho qui sobre eu acho qui umas seis família, lá só

**Rosane:** É?

**Ezelinda:** Qui foi trocandu muito daí, u povo num guentava mais, a população ali du bairro, num guentava mais. Cada um foi saindo i foi trocando us morado. A situação começo fica precária<sup>300</sup>.

Considerar os primeiros moradores como “pessoas de bem” em oposição aos que se instalaram depois no local, era se identificar como parte do lugar, construindo uma relação de pertencimento para com o lugar e as pessoas com quem estabeleciam laços de amizade, de valores sociais e morais. Conforme Ezelinda, nos primeiros anos um morador “cuidava u outro”:

u povo era unido. Si acontecia alguma coisa com um vizinho, tava todo mundo ali pra ajudá, né? Era tanto nos momentos de sorriso, quanto nos momentos de choro, a vizinhança era parcera só qui conforme o tempo foi passando, a vizinhança começô mudá i começô vim muitas pessoas qui mixiam com coisas erradas então, nosso bairro já começô ficá desunido, muita briga entre vizinhos, foi si transformando tão difícil de você vivê lá, qui cada um tomô a decisão de alugá uma casa i abandoná u Santa Rita de Cássia i vivê di aluguel pra sai de lá porque já não tinha mais condições de convivê no bairro chegou a limites, assim, terrível lá, acontecendo muita coisa feia mesmo. Pra gente qui tinha filhos, a gente opino im si mudá pra qui... mais tarde não acontece com us filhos da gente, nós tivemos qui sai di lá i pagá aluguel ma, foi um lugá muito bão di vivê, sim [...]”<sup>301</sup>.

Comentou que seus amigos e parentes que moravam em outros bairros da cidade, falavam para ela “[...] si mudá, qui tava ficandu muito mal falado – “meu, hoje escutei falá isso lá”. Daí, ó, com o tempo foram apelidando o Rincão das Égua i ficô, até hoje a maioria chama assim.” Ela disse que saiu do Santa Rita de Cássia, porque assaltaram “[...] a casa da

---

<sup>299</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

<sup>300</sup> Idem.

<sup>301</sup> Idem.

minha vizinha i mi ameaçô, né? Então, foi onde a gente tomô atitude em saí imediatamente de lá”.

A partir dos sentimentos que afloravam ao sofrerem a discriminação de diversas ordens, da vizinhança ao atendimento em serviços públicos e comércio, alguns moradores foram refletindo e instaurando uma linguagem que reivindicava o nome do Bairro e se opunham as denominação pejorativas.

Ondina frisou que ao ligar para o “Disque Gás”, a telefonista lhe perguntou:

[...] “é da onde?” Eu falei: - é aqui du Santa Rita de Cássia daí, ela falô: - “a du Rincão das Éguas?”, eu falei: - não. Não, minha sinhora digo, aqui num mora, num tem mais égua, aqui mora gente agora digo, purqui si fosse uma égua, não ia tá ligandu pra sinhora trazê gás, porque égua não ocupa gás, falei pra ela, aqui é Santa Rita de Cássia, num é Rincão das Éguas. – “Há me discurpa.” [...] <sup>302</sup>.

Isso forneceu elementos para resistir e refletir sobre as situações do cotidiano. Recusavam as denominações pejorativas de “Rincão das Éguas”, “Rincão dos cavalos”, ou “Hípica” e com elas as representações que os desqualificavam.

De acordo com Jussara Lorenzon, suas filhas reclamavam da discriminação que sofriam no colégio que estudavam “[...] ia nu colégio sabe? daí lá cumeçaru cê discriminada: - “a você mora nu Rincão? Lá num presta, sabe?”. Jussara disse que, “tinha professor” que compartilhava dessa visão preconceituosa.

Na avaliação de Ezelinda, estas expressões utilizadas para se referir ao Santa Rita de Cássia, eram “palavrões”, que surgiram a medida que o bairro foi ficando “mal falado” - “daí sempre tinha aquele ingraçadinho qui sempre quiria dá um nome melhor du qui u outro tinha dado... í aquele bairro lá tem vários nome, vários palavrão pra cê mais sincera [...]” <sup>303</sup>.

Os antigos moradores utilizavam argumentos que buscavam estabelecer uma divisão no processo de formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, delimitando os anos de 1997 a 2001, como um período bom, do qual guardavam boas lembranças e a partir de 2001 iniciava-se a fase das dificuldades, do auge dos conflitos, da troca constante de moradores, da fragmentação e do processo de produção da imagem de um bairro socialmente estigmatizado.

Estas mudanças provocavam um sentimento de perda: dos vizinhos e amigos que tinham se mudado, e da própria relação de pertencimento que estabeleciam com aquele espaço.

---

<sup>302</sup> Ondina Rigol Davila, 59 anos - 01 de outubro de 2009.

<sup>303</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

Os trabalhadores se empenharam para demonstrar que os primeiros quatro anos de existência do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, marcava um período bom de viver naquele bairro. Esta avaliação tinha como pano de fundo, a relação que os grupos dirigentes estabeleceram com o processo de formação do lugar, pois o período delimitado como os bons tempos abrangia os anos que, segundo alguns dos entrevistados, as lideranças municipais estiveram mais presente frente às questões que envolviam a formulação do contrato que autorizava a utilização dos imóveis, e do possível controle que eles mantinham das pessoas que entravam para morar no local.

Estas falas permitem concluir que, para os entrevistados, a construção do estigma em torno do lugar onde moravam era, em boa medida, resultado das ações de uma parcela dos moradores do próprio bairro Santa Rita de Cássia.

Estes posicionamentos mudavam conforme quem narrava, pois para os trabalhadores que não moravam no Santa Rita de Cássia, foi à frequente troca dos moradores do bairro e a entrada de “pessoas estranhas” que “estragou” o lugar e fez com que os primeiros moradores (pessoas de bem) saíssem de lá.

Já para os atuais moradores, a imagem do bairro, aos poucos estava sendo reconstituída de maneira a transpor aquela visão negativa que se produziu ao longo do tempo. Isto porque na concepção destes trabalhadores, as pessoas que moravam no bairro estavam sendo substituídas por outras.

Estas diferentes versões se articulam e se complementam num caminho que leva a complexidade das relações que engendram o movimento de construção do lugar e dos indivíduos. Estes manifestam as preocupações, os interesses de sujeitos que vivem o dia-a-dia pautado no presente, seja como morador do Santa Rita de Cássia ou de outro conjunto habitacional.

A busca de se firmar como morador e ajudar a construir a imagem do lugar é constante. Na avaliação de Ezequias, “[...] antes deu vim pra cá, até eu mesmo via cum certo preconceito isso aqui, mais só morando aqui qui eu fui vê qui tá differenti, tá mudado, hoji, hoji as pessoas aqui têm mais respeito, tem um poco mais di atenção uns pelos outrus [...]”<sup>304</sup>

Luciane apresentou argumentos semelhantes ao de Ezequias. Ela buscou desconstruir aquela imagem das brigas, da bandidagem e do roubo divulgadas pela imprensa e propagadas na cidade: “num tem briga aqui im baxo, todo mundo si da bem, di manhã tudo mundo (sorriu) ta um na casa du otro tomando chimarrão, né?”<sup>305</sup>.

---

<sup>304</sup> Ezequias Pereira, 22 anos - 15 de julho de 2009.

<sup>305</sup> Luciane da Silva, 21 anos - 5 de agosto de 2009

Ela forneceu elementos sobre os costumes e as práticas da vida cotidiana dos trabalhadores. Embora tenha admitido que estas práticas podem ser resignificadas quando vistas com um olhar de fora:

eu falei: meu Deus u povo, muita genti qui desci aqui, as vezes aqui, da Prefeitura, di algum lugar quando desce assim já falá: meu Deus essas hora u pessoal tudo mundo tomando chimarrão [...] um na casa du otro, né? ninguém trabalha, ainda eu fico comentando, né? cá minha vizinha: u que qui não passa pela cabeça deles, né? Eles descerem dez, nove e meia, dez hora, onze hora i u pessoal tudo tomando chimarrão um na casa du outro, reunido nu meio da rua, pur causa do sol, né? Todo mundo senta nu meio das istrada, da istrada, daí eu fico imaginando [...]<sup>306</sup>.

Luciane se preocupava com a forma que, o modo de vida dos trabalhadores era, ou poderia ser incorporado ao olhar externo ao deles, supondo que muitos deviam vê-los como “um bandu di genti desocupada”.

Por mais que os trabalhadores buscassem elementos para demonstrar um processo de mudanças e valorização do Santa Rita de Cássia, eles sabiam que conviviam com a realidade de morar em um bairro socialmente reconhecido como perigoso. Segundo Ezequias, “[...] as pessoas acha qui aqui tem bandido, mais não tem não. Hoje mudô, mudô cem pur cento [...]”<sup>307</sup>.

O esforço em se contrapor aos “preconceitos” existentes na cidade soma-se e reforça os questionamentos que problematizam a produção destas formulações negativas e a própria ação da administração municipal.

É em meio às situações e as dinâmicas da vida cotidiana desses trabalhadores, que eles criam mecanismos para resistir às condições impostas pelo governo municipal.

Segundo Luis Carlos, na reunião para entregar o contrato de autorização de uso dos imóveis, as pessoas responsáveis pelo setor da Assistência Social no município, enfatizaram que os moradores deveriam “zelá du qui têm aqui, não podi distruí. Além de, de morá você tem qui zelá si construí, tu não tem u direito di cobrá depois da Prefeitura”<sup>308</sup>.

Muitas vezes aumentar o tamanho da casa era para os entrevistados uma necessidade, pois eles não sabiam por quanto tempo ficariam morando nas casas.

Para Luis Carlos, os representantes do governo municipal não podiam despejá-los, porque “existe uma regra perante a lei qui você não pode tipo assim, é tirá as pessoas qui tão habitando na casa sem qui você coloque na verdade numa moradia própria”. Este pensamento

---

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Ezequias Pereira, 22 anos - 15 de julho de 2009.

<sup>308</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

era compartilhado pelo outros trabalhadores, visto que para eles o que pertencia ao poder público, eles também tinham direito.

Estes trabalhadores tinham a percepção de que aquela era uma moradia provisória, pois os representantes do governo municipal apresentavam em seus discursos o desejo de acabar com o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e as demais áreas tidas como “irregulares”.

Nas palavras de Luis Carlos, a intenção do governo municipal era: “fazê mais moradias pra habita u pessoal” e “distruí tudo isso aqui, di tirá pra população não vim mais morá”. Mas, enquanto isso, eles moravam com a esperança de que seriam transferidos para outro local.

Roseni, falou que tinha fé “qui uma hora” ganharia uma “casinha num mutirão”, ou mesmo se conseguisse “um lote, um meio lote” para construir ela já ficaria feliz: “quem diz um outro a esperança du pobre é a última qui morre, né?”<sup>309</sup>.

Já Ezequias, questionou o processo de transferência das famílias residentes no conjunto habitacional Santa Rita de Cássias, para ele:

U pessoal qui morava aqui até u, muita gente até tira sarro, qui hoje... aqui era conhecido pur Rincão das Éguas, hoje u Rincão das Éguas é us mutirão qui foi feito, porque u pessoal qui morava aqui foi todos prus mutirão i essas famílias foi renovada pur famílias qui veio depois qui eles saíram<sup>310</sup>.

A fala de Ezequias conduz a um campo de tensões, produzindo uma reflexão que identifica a amplitude e a complexidade desse processo, pois se pode concluir, que na concepção desse trabalhador não se resolve o problema da pobreza com a transferência dos moradores para uma área tida como regular.

Embora, para um número significativo dos trabalhadores entrevistados, conseguir uma casa implantada pelo governo municipal através dos conjuntos habitacionais, era sinal de um melhoramento de suas condições de vida e moradia e podia representar uma emancipação econômica. O novo local da moradia, ao contrário do lugar da humilhação, parecia ser para eles, algo que representava a dignidade.

Luis Carlos disse ter feito inscrição para o processo de seleção do Programa de Habitação Popular, mas não foi selecionado, porque de acordo com ele, naquele período ele tinha um salário de mil e duzentos reais e os dirigentes municipais entendiam que “quem tinha um salário desses não entrava nu sistema di moradia, porque u salário era mais ou menos

---

<sup>309</sup> Roseni da Silva, 34 anos -13 de julho de 2009.

<sup>310</sup> Ezequias Pereira, 22 anos -15 de julho de 2009.

razoável podia é nu caso financiá uma casa”<sup>311</sup>. Para Luis, os dirigentes municipais não “pensaru tipo assim, nu qui podia acontecê fora daquele contrato, qui ali é um contrato tercerizado da Prefeitura não era um salário fixo”.

Este programa de habitação popular foi instituído através da lei 1.376 de março de 2002 e reformulado em 2005 pela administração municipal liderada por Giovani maffini, empossada naquele ano.

Conforme matéria do jornal Correio do Lago, de janeiro de 2006, em 2005 a Secretaria de Assistência Social, promoveu o recadastramento “geral das mais de 700 famílias que pleiteavam o benefício [...]”<sup>312</sup>.

A partir desse recadastramento foi realizada a análise documental e contabilizado os pontos obtidos nos quesitos estabelecidos pela lei 1.535 de maio de 2005. A qual previa que os candidatos a este “benefício” não podiam ser e nem ter sido proprietários de imóveis de qualquer gênero, após a data de 05 de março de 2002, bem como não deveriam receber renda superior a cinco salários mínimos e tinham que residir no município a mais de seis anos<sup>313</sup>.

Luis Carlos criticou os critérios definidos pelos representantes do governo municipal para estabelecer o merecimento, ou não do benefício. Seus argumentos se pautavam em sua própria condição de trabalho, pois como foi apontado no capítulo 1, ele era funcionário público não concursado e se considerava uma pessoa que não tinha estabilidade financeira.

Mencionou que se tivesse instabilidade financeira, “jamais ia morá” no Santa Rita de Cássia porque iria “na caixa econômica i financiava uma casa”. De acordo com ele, foram selecionadas as pessoas “di menos salário, um salário bem mais baxo i qui tinha mais filho”, por conta disso a “maioria saiu daqui qui hoje inclusive ta cum esse problema tem um anu, dois anu di atraso, num consegue mais pagá parcela i tal, então pessoas é qui tava trabalhando i qui ganharu a conta i qui hoje não trabalham mais [...]”<sup>314</sup>.

Percebo que os parâmetros que as classes dominantes consideravam como aptos para medir a condição de pobreza pode se revelar inadequado, posto que outros elementos se articulavam a vida dos trabalhadores.

Luis Carlos ressaltou que se tivesse ao menos o lote, conseguiria construir uma casa, mas os terrenos estavam “bastante caro [...] custa em torno di vinti cinco mil um lote até trinta mil” e avaliou que com a renda de mil reais que ele e a esposa obtinham por mês não era

---

<sup>311</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

<sup>312</sup> CORREIO DO LAGO. Prefeito entregou 117 casas populares em 2005. Santa Helena, janeiro de 2006, p.12

<sup>313</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, Lei 1.535, art. 5º I, II e III.

<sup>314</sup> Luis Carlos Koli Silva, 33 anos - 07 de agosto de 2009.

suficiente para fazer as duas coisas. Isto seria possível somente se a “Prefeitura tipo cedê um lote pra tu financiá u material pra construí”.

A expectativa desse trabalhador era de conseguir passar num concurso público e ter uma renda mensal fixa, para poder ir “lá na Caixa Econômica i financiava uma casa [...] pra sai daqui a minha expectativa é essa”.

Enquanto isso não acontecia, ele morava no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia; e “quinem diz u otro, eu daqui só saio, a Prefeitura só vai me tirá daqui u dia qui eu tivé uma casa própria, ou eles cede uma otra casa pra mim pagá parcela pur méis [...]”. Num certo ar de brincadeira ele disse que ia vivendo no lá “até qui nem diz, até vim meus neto, né?”.

Como os trabalhadores não precisavam pagar pelo uso do imóvel, muitos deles aproveitavam os anos que moravam no Santa Rita de Cássia para economizar. Durante os onze anos que Maria Romilda morou neste conjunto habitacional, ela aproveitou para comprar os móveis da casa:

Eu fui comprando as minhas coisas na loja i fui dexando na loja. Eu comprei qui era muito piquininha as pecinha, eu só tinha uma geladerinha veia, i uma pia i um fogãozinho, daí eu comprei geladera grande das nova i deixei guardada na loja, eu comprei ropero grande deixei na loja, dois guarda-ropa bem grande, cama boa, tudo deixei na loja, jogo di sofá tudo eu deixei tudo na loja guardado [...].<sup>315</sup>

Os móveis foram retirados da loja entre o ano de 2005 e 2006 quando conseguiu através do Programa de Habitação Popular<sup>316</sup>, uma casa no conjunto habitacional “Terra das Águas”<sup>317</sup>. De acordo com ela, a casa neste conjunto habitacional era maior (tinha cinco peças) e couberam todos os móveis<sup>318</sup>.

---

<sup>315</sup> Maria Romilda Schneider Steimaus, 52 anos - 04 de dezembro de 2009.

<sup>316</sup> Segundo material fornecido pela assistência social, por meio deste programa municipal de habitação foram inscritos 482 candidatos para 245 casas construídas e distribuídas entre oito conjuntos habitacionais, dos quais três localizam-se no perímetro urbano da cidade, são eles: o Residencial Cristo Rei com 66 unidades, o Residencial Terra das Águas, 44 unidades e o Residencial Parque Verde, 41 unidades. E os demais nos distritos e linhas do interior, entre eles o Residencial Caminho das Águas com 20 unidades construídas em São Clemente, o Residencial Nacional com 20 unidades em Sub-Sede, o Residencial Celeste com 14 unidades em Vila Celeste, o Residencial Vila Real com 21 unidades em São Roque e o Residencial Terra do Sol com 19 unidades no distrito de Moreninha (podem ser observados na imagem do mapa na p. 46).

<sup>317</sup> Maria Romilda disse que se sentia envergonhada pela visão que a população não residente no bairro Santa Rita de Cássia tinham do lugar, e tinha a esperança de conseguir uma casa própria e sair de lá, “[...] um dia assim eu pensei, um dia eu vô te a minha casa si Deus quisé eu vô tê casa i u dia qui eu... u dia qui saiu u meu nome na rádia, saiu cum trezentos i noventa i seis voto qui eu ganhei a casa mais eu fiquei bem contente, facera memo. Eu tava nu serviço, lá nu serviço nós iscutemô”. De acordo com ela uma de suas filhas também morava no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, mas “[...] ela si mudô i ta pagandu aluguel, ela num quis fica morandu lá imbaxo porque era muita bagunça, era muita bagunça, a turma bibia, pegava arma de fogo dava tiro pra cima, era brabo mesmo”. Maria Romilda Schneider Steimaus, 52 anos - 04 de dezembro de 2009.

<sup>318</sup> Ela pagava R\$ 80,00 mensais de prestação da casa.

Noemi Berté, moradora do conjunto habitacional “Cristo Rei” disse que durante o ano que morou no Santa Rita de Cássia, ela conseguiu comprar: “umas coisinha di dento di casa i segura uns troquinho qui eu tinha agora pá gasta nesse período qui eu num trabaiava, pur que daí eu num tinha gastado u meu dinheiro eu botei na Caixa Econômica na popança. Cada mês eu botava um poquinho”<sup>319</sup>.

O dinheiro que economizou naquele momento era utilizado no tratamento de saúde que estava fazendo e na manutenção das necessidades da família, uma vez que conforme foi apontado no primeiro capítulo, na ocasião da entrevista ela estava desempregada há algum tempo e com problemas de saúde decorrentes dos vários anos consecutivos de uma rotina de trabalho degradante.

De acordo com Noemi suas economias estavam acabando, pois ajudou as vizinhas pagar os gastos da construção do muro da casa, colocou portão e grade nas janelas e na frente da casa.

Estas unidades habitacionais foram construídas com base num padrão de moradia estabelecido pela lei 1.535, que consistiu em dividir em três categorias de casas. Sendo considerada categoria “A” as casas com tamanho de até 69 metros quadrados, “B” as casas de até 62 metros quadrados e a categoria “C” de até 55 metros quadrados. As inscrições e a classificação das pessoas “merecedoras” do benefício eram efetuadas com base na renda familiar declarada<sup>320</sup>.

Conforme a lei, se a renda da família do candidato ao benefício chegasse a dois salários mínimos nacional, ele era enquadrado na categoria “C” e pagaria mensalmente uma parcela de R\$ 45,00, até três salários mínimos considerava-se categoria “B” e o valor a ser pago por mês era de R\$ 60,00, e as famílias com até cinco salários mínimos considerava-se categoria “A” e pagariam R\$ 75,00 por mês<sup>321</sup>. Nos três casos, se o salário mínimo nacional aumentasse o valor a ser pago mensalmente sofreria alterações.

Este processo permite perceber que por meio desse programa de habitação os dirigentes municipais associavam a moradia a um negócio, um comércio em que as pessoas eram enquadradas de acordo com o poder aquisitivo que possuíam, deixando evidente na arquitetura das casas que reproduziam e tornavam explícita as diferenças e as desigualdades sociais no registro de hierarquias que criam o lugar e a figura do inferior, demonstrando a diversidade, a heterogeneidade da pobreza e dos “pobres”.

---

<sup>319</sup> Noemi Berté, 54 anos -17 de setembro de 2009.

<sup>320</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, Lei 1.535 art. 3º.

<sup>321</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. Lei 1.535, art. 4º I, II e III

Uma lei que sacramenta desigualdades repõe hierarquias e introduz segmentações que mantêm o pressuposto do vínculo ocupacional, pois tinha acesso aos benefícios somente os trabalhadores que de alguma forma comprovassem possuir uma renda mensal compatível com os critérios estabelecidos. O que pressupõe que o trabalhador deveria estar inserido no mercado de trabalho.

Vinculados ao valor fixado a partir da renda adquirida através do trabalho, o benefício da casa própria garantido pelo governo municipal termina por reproduzir o perfil das desigualdades sociais.

Ezelinda se mudou do Santa Rita de Cássia entre o ano de 2005 e 2006 e foi pagar 200 reais de aluguel. Mas ficou desempregada e atrasou três meses de aluguel; “[...] daí u cara quiria mi despeja da casa... eu conseguí uma casa lá na faculdade [...]”<sup>322</sup> ou seja, “atrás de uma “extensão” da UNIOESTE” área tida como irregular (mapa da ocupações irregulares p. 12), onde pagava R\$ 150,00 de aluguel. Para pagar os R\$ 600,00 do aluguel que estava atrasado ela explicou “a situação pru novo proprietário da casa, né? onde eu fui morá qui eu tinha qui pagá u atrasado da otra casa i ele tinha qui mi isperá. I ele mi isperô i daí com o tempo eu fui quitandu tudo”<sup>323</sup>.

Ainda em 2006, ela foi sorteada<sup>324</sup> e conseguiu uma casa no conjunto habitacional “Terra das Águas”. Para sair da casa onde estava morando, teve que conversar com o proprietário do imóvel para suspender o contrato do aluguel “[...] i ele mi intendeu rasgamô o contrato, entramô num acordo i eu não paguei us seis mês i mudei aqui [...]”<sup>325</sup>.

A casa da entrevistada era do tipo C, ou seja, de aproximadamente 55,00 metros quadrados e ela pagava uma parcela mensal de R\$ 62,00. De acordo com Ezelinda, quando as casas foram entregues aos moradores, elas estavam danificadas<sup>326</sup>, “tinha casa aqui qui não

---

<sup>322</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> Comentou que no período em que fez a inscrição para o processo de seleção do Programa de Habitação Popular instituído em 2005, ela não tinha carteira assinada e teve que pegar um “recibo”, “um contra cheque, entende? U patrão assinava u recibo [...]”, para avaliação.

Neste período Ezelinda trabalhava de empregada doméstica. Trabalho que ela considerava como um dos “[...] mais digno qui tem, má menos valorizado, ninguém tê valoriza quando tu trabalha de doméstica”, frisou que as patroas “querem fazê de você não de empregada, mais de gato e sapato”, porque “muitas patroas ela qué monta im cima de você, ela não qué você como uma empregada e sim cumo uma escrava”. Se sentir escravizada, estava relacionado ao salário que considerava pouco, pois as patroas intensificavam o trabalho sem mexer na carga horária: “[...] i qué qui você fizesse tudo aquilo im poco tempo.” Disse que trabalhava o dia inteiro para ganhar entre R\$ 100,00, 150,00 mensais.

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> Conforme matéria divulgada pelo jornal Correio do Lago, algumas casas construídas através do programa de habitação popular do município, não foram entregues dentro da data prevista e não estavam totalmente concluídas. Conforme a diretora do Departamento Municipal de Habitação, Shirla Patrícia Weber Sterchile, o atraso das casas aconteceu, porque os conjuntos habitacionais foram “[...] “alvos constantes de vândalos. Muitas casas são depredadas, são roubados chuveiros, tanques, vidros telhas e fiação [...] mesmo sem concluir os

tinha vaso, não tinha pia num tinha a fiação elétrica, não tinha vidro, não tinha, eu fui uma sortuda a minha casa faltava malas pena um vidro na janela, mais aquelas casa lá pra baxo não tinha nada [...]”<sup>327</sup>.

Ela disse, que os funcionários da prefeitura municipal passaram nas casas para verificar a situação em que se encontravam as casas,

[...] mais daí a maioria já tinha comprado, a maioria já tinha posto, cumé qui ia vivê numa casa sem luz? Sem nada, diz qui era pra cê reemborsado essas família qui pagaru, mais não sei si foram ou num foru, eu num foi necessário, porque eu malas pena faltava um vidro na janela<sup>328</sup>.

O processo de retirada dos moradores do Santa Rita de Cássia para os conjuntos habitacionais implantados pelos dirigentes municipais, se constituiu em meio a tensões que demonstram como os sujeitos vão elaborando dinâmicas de vida que se contrapõe as regras das classes dominantes.

Por mais que soubesse das normas estabelecidas pelo contrato de autorização de uso do imóvel, dona Maria, disse ter cedido a casa onde morava para uma conhecida, “uma mulher bem pobrezinha”;

[...] eu conhecia ela, porque ela tem uma irmã qui mora aqui nu fundo, ichê! mais é sofrida, sofrida tamém a coitada [...] daí ela pediu assim:- “Maria cê vai mudá?” -Eu falei: eu vô. Daí ela falô assim: -“Tu num vai... i essa casa?” - eu falei essa casa eu vô entregá a chave na Prefeitura, daí ela falô:- “Tu mi cede ela pra mim?” Eu falei: Cedô. Daí eu falei: ó tal dia assim, eu vô tirá a minha mudança daí eu tirei a minha ela colocô a dela<sup>329</sup>.

Percebi um constante movimento de pessoas que entravam e saiam do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia. A mobilidade pela cidade parecia fazer parte das dinâmicas da vida desses trabalhadores e das expectativas que alimentavam de mudança de suas condições de vida.

No entanto, a formação do Santa Rita de Cássia parece demonstrar não somente parte das dinâmicas da vida dos trabalhadores na cidade de Santa Helena, mas também das ações dos grupos dirigentes municipais que se juntam numa relação de interação que configura as

---

beneficiados pediram que o repasse fosse feito para que, dessa forma, eles próprios teriam condições de cuidar do bem. Porque a maioria tem total condições de serem habitadas” [...]. CORREIO DO LAGO. Santa Helena, novembro de 2006. p. 17

<sup>327</sup> Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos - 09 de outubro de 2009.

<sup>328</sup> Idem.

<sup>329</sup> Maria Romilda Schneider Steimaus, 52 anos - 04 de dezembro de 2009.

particularidades deste processo e das formas e dificuldades de como as lutas dos trabalhadores se fazem no presente.

Ao reclamar das condições em que se encontravam, reivindicando junto aos grupos dirigentes municipais às melhorias necessárias para o bairro, os trabalhadores questionavam as práticas adotadas pelos representantes políticos, pois eles as percebiam e as sentiam como atitudes de discriminação.

A reivindicação dos trabalhadores para conseguir a implantação de infra-estrutura, a instalação de energia elétrica, água encanada pela Sanepar, calçamento da rua, configura uma disputa pelo direito a cidade e ao que ela representa em termos de expectativa de vida para esses trabalhadores.

Nas falas que trazem à tona o dia-a-dia no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e as demandas coletivas e/ou individuais delineavam os conflitos, as visões desses sujeitos, os afetos, os valores que conduziam a um modo de vida que em certa medida se contrapunha a perspectiva das frações das classes dominantes sobre a cidade do progresso e do desenvolvimento.

No próximo capítulo aprofundarei as discussões referentes ao processo de transferência dos trabalhadores residentes nas áreas tidas, como “irregulares” para as áreas “regulares”. Articularei as interpretações sobre as narrativas e as experiências dos trabalhadores vinculados ao processo de constituição do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia com os da área denominada de “Curva do Obregon”.

Através destas reflexões busquei compreender como os trabalhadores lidavam com a situação de viver em locais socialmente caracterizados como “ocupações irregulares” e, assim, melhor analisar o intrincado universo dos conflitos e das reivindicações destes sujeitos. Avaliando o fato de que estes diferentes processos colocam em evidência a luta por habitação, como também uma luta pelo direito à cidade.

### CAPÍTULO 3.

#### CURVA DO OBREGON: UMA OCUPAÇÃO IRREGULAR?



“Curva do Obregon”. Fotografias tiradas por Rosane Marçal da Silva, na manhã do dia 27 de novembro de 2009.

“[...] aqui é considerado um lugar pobre da cidade, né?, por causa das casa tudo muito pertinho i já é considerado uma favela aqui [...]”<sup>330</sup>.

<sup>330</sup> Nilsa Monteiro de Campos, 37 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

Para além das relações estabelecidas no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, neste capítulo pontuo alguns aspectos da luta pelo direito à moradia e à cidade, dos trabalhadores residentes na área denominada de Curva do Obregon.

Pautada nos processos vivenciados e narrados pelos trabalhadores residentes neste local, travo um debate que tem por objetivo refletir sobre o processo de definição do que os setores das classes dominantes e dirigentes municipais entendiam como, “áreas de ocupação irregular”. A partir disso, estabeleço as diferenças e semelhanças existentes nestes processos, mapeando o intrincado universo dos conflitos e das reivindicações dos trabalhadores.

Cabe ressaltar que, conforme já foi mencionado no capítulo 2 deste trabalho, na edição de 11 a 17 de janeiro de 2002, uma página inteira do jornal Costa Oeste foi dedicada para divulgar uma matéria que enfatizava a existência de favelas na sede do município de Santa Helena, entre as quais, de modo específico a “Curva do Obregon”.

Esta reportagem forneceu alguns elementos e dimensões relativas ao constante processo de constituição deste local, o qual, segundo o jornal Costa Oeste, localiza-se no final da Rua Minas Gerais, próxima à reserva da Itaipu Binacional, ficando defronte à chácara do Obregon, onde existia:

[...] um amontoado de casebres. Uma das moradoras é a senhora Eva Marciana Barbosa, 4 filhos e um neto. Seu maior sonho seria uma casa em uma Vila Rural, mas até agora foram apenas promessas, embora dois conjuntos dessa modalidade já tinham sido entregues. “Todas às vezes eu me escrevo, mas quando chega a hora de comprovar a renda, a gente acaba sendo colocado de lado, porque ninguém da família tem emprego fixo” – reclama ela<sup>331</sup>.

Continuando ainda com a fala dessa mesma trabalhadora, este jornal frisou:

A água que dona Eva consome vem do poço, não passa por nenhum tipo de tratamento. A luz, conseguiu graças ao vizinho, porque se fosse depender de uma ligação exclusiva teria que desembolsar 800 reais. “Eu queria muito uma casa na Vila Rural, criar uma galinha, um porquinho, fazer uma horta, escapar um pouco desta vida sofrida”. Por enquanto, infelizmente, apenas um sonho<sup>332</sup>.

As falas dos trabalhadores foram introduzidas aos textos divulgados pela imprensa local, com a intenção de mostrar a precariedade das condições de moradia, que supostamente eles viviam.

---

<sup>331</sup> COSTA OESTE. Silom abandona famílias carentes. Santa Helena. Edição de 11 a 17 de janeiro de 2002, p.5.

<sup>332</sup> Idem.

Segundo Elimara Biesdorf<sup>333</sup>, em 2008, a maioria das famílias residentes na Curva do Obregon vivia naquela área à cerca de dez anos e falaram que gostariam “[...] de ter uma casa melhor para viver”<sup>334</sup>.

Biesdorf enfatizou que aquela área não pertencia a Itaipu Binacional. Mesmo assim, a Polícia Ambiental fazia a fiscalização no local, “orientando as famílias a não cortar árvores e nem jogar lixo no meio ambiente”<sup>335</sup>.

A autora destacou que o gestor ambiental de Santa Helena, Edoni Prestes Pedroso, em entrevista cedida ao jornal Costa Oeste, disse acreditar que através do Plano Diretor que estava sendo organizado pelos representantes políticos municipais “[...] aquelas famílias sejam transferidas para outro espaço [...]”<sup>336</sup>.

Esta matéria apresentava em destaque dois subtítulos, intitulados: “Falta de opção” e “Atendimento”, os quais davam um indicativo de como a autora dialogava com estes processos. No tópico, “Falta de Opção” ela sugeria ao leitor a ideia de que as pessoas viviam naquele local, porque não tinham condições de morar em outro bairro com melhores condições de moradia e infra-estrutura.

Biesdorf, no entanto, construiu esta reportagem com citações das experiências e “reclamações” de alguns dos moradores daquele local. Em alguns momentos ela parecia relatar a existência da pobreza no município de Santa Helena. Porém, no espaço destinado ao subtítulo denominado “Atendimento”, ela enfatizava a ação dos dirigentes municipais em relação à situação vivida por aqueles sujeitos. Assim, ela deixou transparecer a concepção de que as autoridades municipais já estavam cumprindo com sua obrigação, qual seja “atender” a população “carente” do município.

Dessa forma, ela concluía que:

A Prefeitura Municipal de Santa Helena, através da Assistência Social atende as famílias com cestas básicas a cada dois meses. Além disso, eles recebem atendimento da saúde e também vagas nas creches e escolas.

De acordo com a diretoria da Assistência Social do município, Tânia Maffini, foi feito levantamento daquelas famílias para cadastrá-las nos projetos habitacionais. “Algumas das famílias não foram encaminhadas para as últimas casas entregues, porque não tinha documentações”, explica a diretora. Segundo ela, essas famílias e os moradores do Conjunto Santa Rita de Cássia serão os primeiros a serem atendidos nas próximas etapas<sup>337</sup>.

---

<sup>333</sup> BIESDORF, Elimara. ‘Curva do Obregon’ abriga 13 famílias: casas não têm saneamento básico, iluminação adequada e há o constante risco de árvores caírem sobre os imóveis. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 10 de outubro de 2008. p.07

<sup>334</sup> Idem.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Idem.

A forma como o texto foi construído, deixou a impressão de que a Diretora da Assistência Social estava respondendo as questões postas pelos moradores, uma vez que, Biesdorf citou de forma consecutiva a fala de três trabalhadores que narravam sobre as dificuldades que enfrentavam, principalmente quando chovia, pois algumas casas eram descobertas pelo vento. Na sequência das falas dos trabalhadores, a autora destacou as colocações de Tânia Maffini, diretora da Assistência Social e primeira dama do município.

Este movimento fica ainda mais claro com a fala de José Dias Penafiel, que de acordo com Biesdorf, naquela ocasião fazia três anos que morava na Curva do Obregon. Ele se mudou para aquela área, porque era mais:

perto do trabalho e por questões financeiras. “Paguei mil reais na nossa casinha, depois aumentamos um pouco, mas continua pequena para oito pessoas. Morávamos em São Clemente, era longe e difícil para vir trabalhar na cidade. Aqui nossa necessidade maior é uma casa. Não temos banheiro, nem saneamento básico e qualquer vento derruba” [...] <sup>338</sup>.

Outro trabalhador entrevistado pelo jornal, foi Agemiro de Campos, que morava com a esposa e dois filhos há dez anos naquela localidade. Conforme Biesdorf, Agemiro disse que quando chovia a casa que ele morava com a família enchia de água, e afirmou:

[...] “gostaria que tirassem a gente daqui e nos levassem para um local mais adequado para viver. Quando chove é perigoso cair árvores nas nossas casas. Eu vim pra cá porque foi o lugar mais barato que eu consegui comprar. *Alguém deveria oferecer uma casa própria pra gente pagar parcelado [grifo meu]*” [...] <sup>339</sup>.

E por último, Biesdorf frisou que a trabalhadora Imelda Hartamann morava há oito anos naquele local, e disse “que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores da Curva do Obregon é o lixo que as pessoas da cidade jogam na reserva. “Fica cheirando mal. Moramos aqui, mas somos seres humanos como todo mundo da cidade” [...] <sup>340</sup>.

Conforme esta matéria do jornal, dona Imelda teria falado das dificuldades que enfrentavam quando chovia, pois era difícil para as crianças irem à escola. Além disso, ela ressaltou que “[...] seria muito bom se tirassem à gente daqui, mas a maioria dos moradores pagou para morar nesse local e se tiver que pagar novamente, não tem condições. Sustento meus cinco filho apenas com minha aposentadoria [...]” <sup>341</sup>.

---

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> Idem.

<sup>341</sup> Idem.

Abaixo foi anexada esta matéria do jornal, com as imagens das fotografias tirada da casa de Imelda Hartmann e José Dias Penafiel.

## 'Curva do Obregon' abriga 13 famílias

■ Casas não têm saneamento básico, iluminação adequada e há o constante risco de árvores caírem sobre os imóveis

ELIMARA BIESDORF

São 13 famílias que ainda moram na 'Curva do Obregon' em Santa Helena. Esse espaço é próximo à reserva da Itaipu e não oferece saneamento básico, nem água encanada e iluminação adequada. A maioria das famílias mora a quase dez anos no local e confessam: "Gostaríamos de ter uma casa melhor para viver".

A área não é da Itaipu Binacional, mas a Polícia Ambiental faz a fiscalização no local orientando as

famílias a não cortar árvores e nem jogar lixo no meio ambiente. "Acreditamos que através do Plano Diretor que está sendo feito no município, aquelas famílias sejam transferidas para outro espaço", diz o gestor ambiental de Santa Helena, Edoni Prestes Pedroso.

A família de José Dias Penafiel está morando no local há três anos e optou pela 'Curva do Obregon' por ser mais perto do trabalho e por questões financeiras. "Paguei mil reais na nossa casinha, depois au-

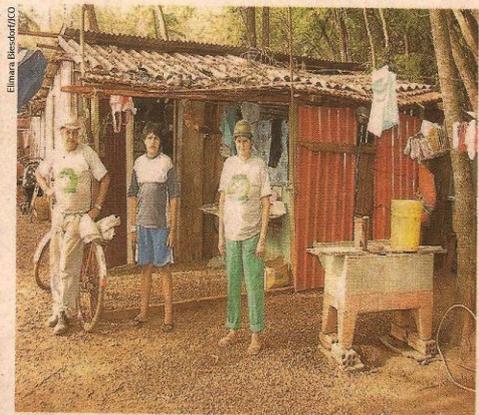
mentamos um pouco, mas continua pequena para oito pessoas. Morávamos em São Clemente, era longe e difícil para vir trabalhar na cidade. Aqui nossa necessidade maior, é uma casa. Não temos banheiro, nem saneamento básico e qualquer vento deruba", reforça Penafiel.

### Falta de opção

Agemiro de Campos mora no local com sua esposa e dois filhos, há dez anos e diz que quando chove, sua casa enche de água. "Eu gostaria que tirassem a gente daqui e nos levassem para um local mais adequado para viver. Quando chove é perigoso cair árvores nas nossas casas. Eu vim para cá porque foi o lugar mais barato que consegui comprar. Alguém deveria oferecer uma casa própria pra gente pagar parcelado", desabafa.

Já a senhora Imelda Hartmann, moradora há oito anos, diz que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores da Curva do Obregon é o lixo que as pessoas da cidade jogam na reserva. "Fica cheirando mal. Moramos aqui, mas somos seres humanos como todo mundo da cidade", ressalta a moradora.

Segundo ela, quando chove a dificuldade é grande até para sair das casas por ter muito barro, principalmente as crianças que precisam ir à



José Dias Penafiel e a família em frente à casa que pagou mil reais

escola. "Seria muito bom se tirassem a gente daqui, mas a maioria dos moradores pagou para morar nesse local e se tiver que pagar novamente, não tem condições. Sustento meus cinco filhos apenas com minha aposentadoria", finaliza.

### Atendimento

A Prefeitura Municipal de Santa Helena, através da Assistência Social atende as famílias com cestas básicas a cada dois meses. Além disso, eles recebem atendi-

mento da saúde e também vagas nas creches e escolas.

De acordo com a diretoria da Assistência Social do município, Tânia Maffini, foi feito levantamento daquelas famílias para cadastrá-las nos projetos habitacionais. "Algumas das famílias não foram encaminhadas para as últimas casas entregues, porque não tinham documentações", explica a diretora. Segundo ela, essas famílias e os moradores do Conjunto Santa Rita de Cássia serão os primeiros a serem atendidos nas próximas etapas.



Imelda Hartmann: "Sair daqui para pagar outra casa, não teríamos condições".

Estas matérias do jornal Costa Oeste serviram como fio condutor das reflexões que desenvolvo adiante, pois considero essencial entender quais os processos que levaram estes trabalhadores a morar nestes locais, em particular na Curva do Obregon e como eles lidavam com isso no cotidiano.

A partir das narrativas dos trabalhadores, foi possível perceber a amplitude e a complexidade que envolve as questões postas pelas reportagens do jornal. Acredito estar diante de uma variável que depende do ponto de vista de quem fala ou escreve, uma vez que são inúmeros os caminhos que levam a possíveis respostas.

Estas perguntas são ao mesmo tempo simples e complexas. As entrelinhas levam a novas perguntas que aos poucos desencadeiam uma série de relações que revelam aspectos importantes sobre a vida e as condições dos trabalhadores e da cidade em que vivem.

Neste sentido, vale frisar, que consegui entrevistar duas trabalhadoras citadas nas reportagens do jornal Costa Oeste: Eva Marciana e Imelda Hartamann. A primeira, em 2005, se inscreveu no processo de seleção do Programa Municipal de Habitação Popular e obteve uma casa no conjunto habitacional Cristo Rei. Já Imelda permanecia na Curva do Obregon.

Diferente do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, o processo inicial de formação da Curva do Obregon não teve relação direta com os grupos de dirigentes municipais. Os entrevistados disseram que o primeiro morador, Nelson Gulisar, popularmente conhecido como “Boca Torta”, se instalou naquela área, por volta do ano de 1996, porque estava desempregado e correndo o risco de ser “despejado” da casa onde morava. Então, ele limpou uma parte daquele terreno e armou uma barraca de lona para viver com a família.

Eva Marciana, disse ter sido uma das primeiras moradoras a se instalar naquele local. De acordo com ela, impulsionado pela necessidade e a situação de “desespero” por não ter onde se abrigar com a família, Nelson resolveu ocupar a área, posteriormente denominada e conhecida na cidade, como Curva do Obregon. Eva falou que Nelson estava com o aluguel atrasado e “a muié qui ele pagava aluguel foi ameaçô dispeja ele, falô: “qui tu num vai pagá”... já tava cum treis mês, “eu vô dispeja você” [...]”<sup>342</sup>.

De acordo com Eva, Nelson roçou e carpiu aquele espaço “ai ajuntô us baguinho dele coitado, foi pra lá i armô u barraco [...] Ele plantava mandioca, ele plantava di tudo coisinha pra ele comê”<sup>343</sup>. Cabe ressaltar que, não foi possível entrevistar o primeiro morador da Curva do Obregon, pois ele não morava mais na sede municipal.

Segundo os trabalhadores entrevistados, depois de um tempo naquele local, Nelson começou a vender pequenos espaços daquele terreno para outras pessoas, e assim foi aumentando o número de casas e constituindo um novo local de moradia na sede municipal.

Eva comentou que inicialmente, muitos dos moradores não sabiam o nome do bairro onde moravam, mas por conta de uma “bagunçinha” que envolveu os moradores e contou com a presença da polícia, uma de suas vizinhas recebeu intimação para ir ao Fórum depor. No documento constava como nome do bairro, “Favela do Boca Torta”:

---

<sup>342</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

<sup>343</sup> Idem.

saiu a intimação, eu falei: - Cumé qui é u nome da nossa vila, qui a nossa vila não tem nome? – Daí ela disse: “a já botaru nome, é Favela du Boca Torta” qui era u Nelso, Nelso Gulisar, né?? Qui é apelido di Boca Torta qui vendeu lá pá todo mundo. Até nu Fórum é cunhido pur Favela du Boca Torta, né?<sup>344</sup>.

A partir da narrativa dessa trabalhadora, contatei que esta área conhecida pela população residente na cidade de Santa Helena, por Curva do Obregon, apresentava para os sujeitos que lá viviam, uma gama de relações e significados construídas a partir das relações sociais.

Notei que dependendo do parecer e da forma como cada pessoa lidava com estas questões, a Curva do Obregon também podia ser identificada como “Favela do Boca Torta”, ou “Linha Brasil”.

Conforme as narrativas dos trabalhadores, a denominação de Curva do Obregon foi construída, porque como pode ser observada no mapa das “ocupações irregulares” (p. 13) esta área se localiza próximo da rodovia que dá acesso aos municípios que fazem divisa com Santa Helena. De um lado da rodovia, fica a rua que dá acesso às casas desses trabalhadores e do outro lado, fica a residência de um senhor conhecido na cidade, pela assinatura do sobrenome “Obregon”, como podemos perceber nas explicações de Eva:

Lá assim tem uma curva, a BR passa lá assim i vai. Ai, têm uma curva bem fechada, bem fechada assim... Bem na esquina tem um homi lá qui a assinatura dele é Obregon i ele é... ele comprô aquele lote ali quase... iche maria, i! [...] tem a idade de Santa Helena, foi quando ele comprô aquele lote. Ai, todo mundo conhece ele aqui dentro de Santa Helena [...] Daí, pur isso eles chama a Curva do Obregon. Daí, bem di frente, a casa dele ficô desse lado. A istrada pra entrá dentro da vilinha ficô bem di frenti pra casa dele, bem na curva memo, curva bem pirigosa ali<sup>345</sup>.

Conforme esta trabalhadora, Nelson Gulisar – o “Boca Torta” se mudou daquela vila primeiro do que ela, pois a esposa dele “foi atropelada lá na Curva, né?, tiraru ela quase morta, né? Daí, ela ganhô a indenização”<sup>346</sup>. Com o dinheiro da indenização, Nelson comprou um lote com casa no distrito de Sub-Sede.

Os trabalhadores normalmente se referiam a propriedade do senhor – conhecido por Obregon, para localizar onde moravam, pois diariamente precisavam indicar um endereço residencial:

---

<sup>344</sup> Idem.

<sup>345</sup> Idem.

<sup>346</sup> Idem.

A mais daí eles pidiam: - “onde tu mora?” – a eu moro lá nu canto du mato, du outro lado... ai, como todo mundo [...] conhecia u Bregão ai, a gente dizia: lá perto, di frenti o Bregão. Daí, di frenti u Bregão vocês entrá. Daí, foi ondi ficô Curva do Bregão, né?, purque não tinha cumo cê dá outro indereço<sup>347</sup>.

Segundo a entrevistada, nos mercados, ou mesmo em lojas quando eles indicavam o nome daquele senhor, as pessoas já sabiam o endereço residencial deles.

Nas fotografias abaixo é possível perceber a rodovia e a mencionada Curva:



Imagens das Ruas de acesso as casas dos moradores da “Curva do Obregon”. Fotografias tiradas por Rosane Marçal da Silva, na manhã do dia 27 de novembro de 2009.

As explicações sobre a origem do nome “Curva do Obregon” tiveram em comum o fato do sobrenome do mencionado senhor ser Obregon. Cabe destacar as ponderações de Neide Zaninello, pois ela colocou em pauta outros elementos sobre a origem dessa denominação.

De acordo com ela, foi atribuído o nome de Curva do Obregon, porque este senhor [do sobrenome Obregon] tinha dois ônibus com o apelido de:

Bregão, era brega, né??. porque era dois ônibus véio, feio então, eles falô qui: “Aí qui ônibus mais brega!”, ai ficô cumo Bregão. Ai, cumo us dois

---

<sup>347</sup> Idem.

ônibus ficava na Curva daí nós puzemo a Curva do Bregão, pur causa dus dois ônibus qui era muito brega [...]”<sup>348</sup>.

Esta trabalhadora nasceu em Assis Chateaubriand (PR), foi criada por um tio materno. Ela não conhecia o pai biológico, porque lhes diziam que sua mãe morreu quando ela nasceu e seu pai a abandonou.

Aos 20 anos de idade, ela se casou e, conforme destacou, a partir desse momento, ela e o esposo viviam se deslocando de um lugar para outro, pois iam onde conseguiam serviço para se manter, mesmo que por um período indeterminado;

uma semana, [...] num canto qui pegava serviço, né? Trabiava ali. Daí, quando vencia aquele serviço, nós arribava as coisa i ia pra frenti. Ai, trabiava lá mais uns dia i seguia pra frenti di novo. I era assim a nossa vida<sup>349</sup>.

Neide enfatizou que neste período, eles não tinham casa própria. Normalmente moravam e trabalhavam no meio rural e, em cada local onde iam trabalhar, armavam uma barraca para ficar com as crianças. Mas, quando os filhos estavam com idade de ir à escola, decidiram alugar uma casa na cidade; “pá pode dá istudo pra eles [...]”.

Em 2001, ela foi morar na casa de um de seus irmãos [filho de seu tio] na cidade de Santa Helena. Ficou na casa dele durante aproximadamente um mês. De acordo com Neide, nesta ocasião ela estava nos últimos dias de gestação do filho caçula. Então, seu esposo conheceu um pescador chamado Geraldo que concedeu “um canto da casa dele, uma peça, né? Ai, eu mi aguardei lá até tê u nenê”.

Neide falou que, Geraldo ficou com duas peças da casa e cedeu uma peça nos fundos para ela ficar com a família. Ela pagava entre aluguel, água e luz, cerca de R\$ 100,00 por mês para utilizar a peça da casa de Geraldo.

A entrevistada ficou lá com seis dos oito filhos, até que seu esposo “comprô um direitinho aqui na favelinha [Curva do Obregon]”. Naquele momento, o esposo de Neide trabalhava de servente de pedreiro e depois de um tempo com a ajuda de Geraldo, eles conseguiram fazer a carteira de pescador, começando, então, a desenvolver a atividade da pesca no lago.

Na ocasião da entrevista, Neide e o esposo tinham encaminhado os documentos do seguro desemprego – auxílio defeso -, pois era início do período da piracema e os pescadores não podiam pescar durante aproximadamente três meses.

---

<sup>348</sup> Neide Zaninello, 40 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 12 de novembro de 2009.

<sup>349</sup> Idem.

De acordo com esta trabalhadora, os pescadores não podiam desenvolver outras atividades além da pesca, porque corriam o risco de perder o registro da carteira de trabalho e o direito de receber o seguro desemprego.

Mas, enquanto esperavam por este auxílio, seu esposo estava trabalhando de diarista, porque estavam praticamente “sem nada” de alimentos. Ele fazia reformas de casas e recebia cerca de 25 reais por dia.

Neide comentou que o “direito” na Curva do Obregon, custou cerca de mil reais, e para adquiri-lo, ela e o esposo trocaram algumas peças que eles compraram no Paraguai, (tais como, uma circular, uma torneadora e uma lixadeira) pelo espaço e a “casinha” que já estava construída naquele local.

Como destaquei acima, esta trabalhadora, assim como outros entrevistados, se referiu à Curva do Obregon, com a expressão “favelinha”. Ao questioná-la do por que dessa denominação, ela disse-me, que acreditava ser porque aquele lugar apresentava uma aparência de “bagunça”, não tinha documentação;

[...] porque si fosse um, uns terreninho documentado qui tivesse a escritura, um recibo alguma coisa... Ai, era terra direita, né?, mais cumo é só uns direitinho não tem recibo, num tem escritura, num tem nada, intão, é favela. É favela porque é uma coisa sem, sem documento<sup>350</sup>.

No estudo sobre as condições urbanas de vida das populações residentes em favelas na cidade de São Paulo, o qual resultou na obra intitulada “Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil”, Lucio Kowarick, apontou que as características do que se entende por favelas tem passado por transformações nos últimos vinte anos. De acordo com ele, a conceituação oficial realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 1950, considerava favela:

o aglomerado que apresenta parcial ou totalmente, entre outras coisas, as seguintes peculiaridades: agrupamentos com mais de cinquenta unidades constituídos por barracos rústicos em terrenos de propriedade alheia, carentes de infraestrutura básica e compostos de ruas não planejadas, destituídas de placas e numeração [...]<sup>351</sup>.

Segundo este autor, embora as favelas sejam marcadas pela pobreza relativa de sua urbanização e de seus moradores, elas não devem ser vistas como áreas marcadas por uma singularidade que as segrega e isolada do restante da cidade. Ao contrário da forma como o

---

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Kowarick, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil; fotografias de Antonio Saggese. – São Paulo: Ed. 34, 2009, p. 223.

IBGE as caracterizava, Kowarick destacou que as “favelas paulistas, na sua imensa maioria, são de alvenaria, conectadas à rede de água e em parte também à de esgoto, as ruas têm iluminação pública, emplacamento e numeração. É também freqüente a coleta de lixo”<sup>352</sup>, bem como a condição de ocupação ilegal, ou seja, a situação jurídica das propriedades estavam sendo regularizadas “e os imóveis, objeto de comercialização: as favelas constituem um mercado imobiliário que apresenta diversos níveis de valorização, em grande parte em consequência de políticas de urbanização promovidas pelo poder público a partir de 1980”<sup>353</sup>.

Segundo o autor, apesar de se saber destas mudanças, o IBGE continua a caracterizá-las baseado nas noções anteriormente citadas, as quais conforme Kowarick se constituem como parte de um “olhar externo, que as homogeneiza enquanto áreas que concentram problemas sociais”<sup>354</sup>, o que, por sua vez, está na raiz dos vastos preconceitos que as discriminam como locais potencialmente perigosos, aspectos interligados ao que foi apontado nos capítulos anteriores, principalmente, no que diz respeito as consequências dessas relações na vida das pessoas residentes nestes locais.

Os trabalhadores residentes na Curva do Obregon, vivenciavam situações muito próximas aos do Santa Rita de Cássia e das experiências dos moradores de favelas de São Paulo, pois conforme Kowarick, o imaginário que se produz dos bairros periféricos e das favelas, afetam “a vida dos seus habitantes, que entre outras condutas procuram esconder de seus patrões o local de moradia”<sup>355</sup>.

Diferente do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, onde as casas são de alvenaria, embora tivesse em sua composição uma parte com tábuas ou lona, as casas dos moradores da Curva do Obregon são na grande maioria de madeira e tinham alguns barracos de lona. Isso não quer dizer que as moradias do Santa Rita de Cássia, deixa a condição de precariedade, pelo contrário.

As dinâmicas que se estabeleceram no processo de formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, deixou ainda mais evidente as relações e articulações das classes dominantes em criar o local das famílias “carentes” reproduzindo uma visão unificadora e homogênea sobre a pobreza e os pobres.

Retomando a fala de Neide Zanenillo sobre a condição de morar na Curva do Obregon, também mencionada como “favelinha” e a relação que ela e os demais trabalhadores estabeleceram com a questão dos terrenos notei que, para eles ter a

---

<sup>352</sup> Idem., p. 224

<sup>353</sup> Idem.

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> Idem.

documentação dos terrenos era uma forma de torná-los legalmente corretos, o que representava uma segurança maior em relação às suas condições de vida e moradia na cidade. O desejo de ter um terreno que fosse legalmente reconhecido como deles adquiria um significado tão relevante quanto ter a casa própria, porque sendo o terreno deles, as casas seriam construídas conforme suas condições lhes permitissem.

Na avaliação dos entrevistados, os moradores não compravam o terreno, eles compravam o “direito” para construir a casa e morar no local, pois segundo Eva:

lá ninguém é dono, a gente comprô u direito qui a [gente] tinha u direito, porque tava um matão i ele [Nelson] limpô, né? i daí, nós paguemô a diferença. Si eu não me engano, cento i cinquenta nós paguemô aquela veis nu direitinho cá maderinha pra levantá a casa [...] <sup>356</sup>.

Percebo que, para estes trabalhadores, pagar pelo “direito” de usar o terreno para construir suas casas, era uma forma de retribuir ao trabalho desenvolvido por Nelson Gulisar, o qual limpou aquela área.

No que se refere à forma como percebiam o fato de morar num local que, para os grupos dirigentes municipais se tratava de uma “área de ocupação irregular”, os trabalhadores mencionavam não saber ao certo quem era o proprietário do imóvel. Alguns falavam que se tratava de um terreno pertencente ao INCRA, outros à Itaipu Binacional.

Conforme Eva, ninguém foi lá falar:

ó você sai daí, qui isso aqui é meu i quem mandô você entrá? Ninguém, ninguém. Nunca vi falá quem é o dono, mais dizem qui nu mapa aquilo ali é uma sobra, u qui sobro da Itaipu... aqui passá uma estrada i daí, lá assim pegá a berada da Itaipu, qui é uma sobra qui sobro da Itaipu, mais pertence pru INCRA <sup>357</sup>.

Os moradores falaram que os funcionários da Itaipu Binacional foram até lá e delimitaram o espaço pertencente à área de reserva da Itaipu: “[...] “Ó aqui pra dentro cês num entra, não faz nada” [...]” <sup>358</sup>.

Esta tentativa dos funcionários da Itaipu de marcar o espaço que eles diziam ser de propriedade dessa empresa, se constituía como uma forma de impedir que outras pessoas se instalassem no local. A função de manter esse “controle” e fiscalização do lugar foi destinada aos próprios moradores da Curva do Obregon; “Ai, eles falô pra nós: si teimá em fazê [as

---

<sup>356</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> Idem.

casas] seis ligá pra nós, liga pra polícia florestal, né?, ô liga na Assistência Social qui nós vem dá um jeito [...]”<sup>359</sup>.

Isto causava cisão entre os trabalhadores, pois embora aqueles residentes na Curva do Obregon se reconhecessem e compartilhassem das situações e dificuldades vividas pelos trabalhadores que buscavam um lugar para fazer suas casas lá, eles eram impulsionados a impedi-los de se instalarem naquela área.

Neste sentido, Eva destacou que sempre tinha “alguém apurado” que chegava lá e dizia “[...] “vô fazê uma casa aqui” [...]”, e ela não deixava “[...] aqui perto da minha casa eu num dexava, né? ...[pruns quantos] eu falei aqui não”.

Os moradores daquele local eram “convencidos” a cuidar para que outras pessoas não construíssem suas casas na área de reserva, sob o argumento de que os tirariam de lá caso utilizassem o espaço não permitido.

Eva frisou que eles cuidavam do local porque precisavam “du lugar né?... A gente ia deixá alguém fazê danura ali. Ia acaba estragando pra nós, né? ia joga nós na rua i, nós ia pra ondi?”<sup>360</sup>.

O medo, a insegurança e a ameaça de ficar sem ter um lugar para viver com a família, levavam boa parte das pessoas que lá viviam a cumprir com as ordens estabelecidas pelos sujeitos que estavam à frente, seja da Itaipu Binacional, ou da Prefeitura Municipal. Na perspectiva dos trabalhadores, estes “acordos” se constituíam como um meio de sobrevivência.

Com base em matérias do jornal Folha de São Paulo, Lucio Kowarick, apontou uma situação semelhante a esta vivida pelos moradores da Curva do Obregon. Lembrando que a realidade é outra, mas os processos vividos pelas pessoas apresentam similaridades, que aos poucos revelam o “preço” de se viver nestes locais.

A realidade experimentada pelos moradores das favelas de São Paulo apresenta especificidades em relação aos do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e da Curva do Obregon, mas o que interessa aqui é destacar, em que medida as experiências desses trabalhadores se aproximam, ou se contrapõe umas às outras.

Conforme Kowarick, devido às ações e articulações do “crime organizado” que desenvolvia práticas de controle nas áreas pobres da periferia de São Paulo, normalmente através de ameaças de morte “toque de recolher, interdição de prédios públicos ou enviando cartas nas quais avisão os moradores para não sair em certos dias e horários [...] Ou mandando

---

<sup>359</sup> Idem.

<sup>360</sup> Idem.

recados a diretores de escolas para que dispensem os alunos [...]”<sup>361</sup> o que, por vezes, deixava os professores assustados, evitando trabalhar nestas áreas.

Diante disso, algumas pessoas e particularmente os líderes e funcionários de instituições existentes nas favelas de São Paulo, como por exemplo, as escolas, relataram ter feito algum “pacto” com os considerados “bandidos”, pois era uma condição necessária para conseguir trabalhar.

Na avaliação desse autor, tudo indica que os pactos com “criminosos” são frequentes nos bairros pobres, e eles variam, desde a “lei do silêncio” dos moradores, “até acordos feitos por empresas que, para realizar seus lucros, fazem contribuição mensal em dinheiro [...]”<sup>362</sup>.

Isto é parte da realidade vivida nas áreas pobres dos grandes centros urbanos, mas são relevantes para uma reflexão sobre o caso específico da cidade de Santa Helena, pois tanto em Santa Helena, quanto em São Paulo, uma série de relações e interesses se articula em torno das áreas consideradas pobres das cidades e dos seus habitantes. Além disso, as experiências vividas pelas pessoas residentes nestes locais apresentam semelhanças, principalmente no que se refere às precárias condições das moradias, o estigma e a discriminação residencial, seja pela forma de organização e distribuição das casas que normalmente ficam próximas umas das outras, banheiros coletivos, ou, como enfatizou Kowarick, pela:

falta de ventilação, a fiação elétrica apresenta maiores riscos, sobressai o bolor da umidade esverdeada nas paredes, o longo corredor é escuro, as portas dos cubículos se avizinham, as falas das pessoas e o barulho de rádios e televisões torna-se próximo, as crianças parecem contidas, algumas com olhos arregalados, outras com respiração ofegante, visivelmente subnutridas. Dos 51 moradores, metade é composta de crianças e adolescentes, 31 pessoas utilizam as duas privadas e o único chuveiro em funcionamento. O outro está em reforma e, assim, quando esta obra terminar, serão quinze pessoas para o mesmo local de banho. No momento, a sobrecarga elétrica não permite o funcionamento de dois chuveiros simultaneamente<sup>363</sup>.

Outro elemento que está em sintonia, são as trajetórias de vidas dos sujeitos que procuram um lugar para viver nestes bairros, pois embora as pessoas não sejam homogêneas, elas viveram e experimentaram a realidade de uma vida difícil, em que desde crianças conviveram com poucas condições financeiras, o que os colocavam diante da constante busca pela sobrevivência e a subsistência de suas famílias. Portanto, concordo com Kowarick, de que se existe vantagens de morar em favelas, “em termos de deixar de pagar aluguel, taxas e impostos, o problema de nela habitar [...] reside no olhar discriminatório de quem a enxerga

---

<sup>361</sup> Kowarick, Lúcio. Op. Cit., p. 92

<sup>362</sup> Idem., p. 93

<sup>363</sup> Idem., p. 126

de fora. Habitantes das redondezas ou empregadores alimentam os preconceitos alicerçados na trilogia barraco-pobreza-violência”<sup>364</sup>.

Neste sentido, vale frisar alguns elementos sobre a trajetória de vida de Eva Marciana, compreendendo que isto nos ajuda a entender a relação que esta trabalhadora estabeleceu com a experiência de viver na Curva do Obregon.

Ela era natural de Mendes Explendor (MG), ainda criança ela se mudou para Formosa do Oeste (PR). De lá, seus pais decidiram ir para Nova Aurora (PR), posteriormente para Taquara, Foz do Iguaçu e, por último, ela se fixou em Santa Helena.

Eva se casou aos quinze anos de idade e ficou durante quatro anos morando em Foz do Iguaçu. Então, ela foi para Santa Helena. Mas, somente depois de aproximadamente quatro anos, quando a mãe dela faleceu, é que ela declarou ter ficado definitivamente em Santa Helena, pois antes ela ia com frequência à Foz do Iguaçu e ficava lá por alguns meses e depois voltava.

Após a morte de sua mãe, ela destacou que permaneceu em Santa Helena e já não se mudava com tanta frequência: “[...] faz uns dezoito anu, mais ou meno, qui eu tô sussegada, né? já faz tempo qui nós tamo aqui. Qui nós nem si muda mais tanto... qui eu pagava aluguel numa casa três, três, quatro anu”<sup>365</sup>.

Vale frisar, a forma como esta trabalhadora avaliava suas experiências de trabalho na cidade com o fato de morar na Curva do Obregon, pois na data da entrevista, ela e o esposo trabalhavam na Usina de Reciclagem. Ela se inseriu no trabalho com materiais recicláveis no período em que eles se mudaram para a Curva do Obregon, pois ela disse que sua família estava com dificuldades financeiras, então, para ajudar nas despesas de casa, Eva começou a “catar” papel na rua.

Esta entrevistada admitiu que nos primeiros tempos, ela sentia vergonha de trabalhar na coleta de lixo e, comentou que tinha vontade de tirar a camiseta de coleta seletiva e entrar “dentro do lixo”. Mas com o tempo este sentimento foi se desfazendo, porque ela percebia que era “ser humano cumo quarqué outra pessoa”. Para ela, o fato de catar lixo deixou de ser algo que a inferiorizava, pois estava trabalhando honestamente e “num tô robando, né? [...]”.

Eva comentou que já não se importava se tivesse que sair do trabalho e ir até o centro da cidade para:

resolvê um negócio lá dentro du banco, eu tirô minha luva, mi lavo, tirô meu avental i vô du jeito qui tô... pessoa feia a gente vive a mema coisa, as veis

---

<sup>364</sup> Idem., p. 273

<sup>365</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

eu tô lá nu fundo na fila só porque eu tô cá camiseta, dá uma olhadinha mandá eu dá a vorta, vô lá, di lá eu vorto pru meu serviço, eu num sinto vergonha eu não sinto nada. Eu sinto muito feliz, porque eu tô trabalhando, né?<sup>366</sup>.

Isto demonstra que o dia-a-dia destes trabalhadores os colocava diante de constantes situações que revelavam a composição de uma sociedade de classes. A partir dessas vivências eles iam formulando suas interpretações sobre o viver na cidade, pois, enquanto os setores das classes dominantes e dirigentes municipais, esperavam e se preparavam, divulgando as atrações e pontos turísticos da cidade com o objetivo de anunciá-los para atrair turistas durante os três meses de “temporada de verão” que acontecia no “Balneário”, alguns trabalhadores também esperavam ansiosos por este período, pois aproveitavam para garantir a renda da família, mesmo que somente por alguns dias. Eva, por exemplo, relatou que nos feriados e nos finais de ano ela passava algumas noites no “Balneário” catando os materiais recicláveis, e contou-me que muitas vezes saia de casa as:

três hora da tarde, nu outro dia nove hora da manhã eu tava lá, num tinha durmido i nem vindo pra casa comê, quando dava muita fome esse aqui [seu esposo] ia lá nu bar pegava um lanche, refrigerante ou suco daqueles qui a gente ispeja dentro di quarqué garrafa lá i ponhá água i toma... passava, pra podê ajudá<sup>367</sup>.

Assim como Noemi Berté [trabalhadora citada no capítulo 1 desse trabalho], Eva também parou de trabalhar nas ruas após a instalação da Usina de Reciclagem.

Na concepção dessa trabalhadora, ela não tinha emprego, ela tinha serviço, pois não tinha carteira de trabalho assinada e, portanto, não tinha uma renda mensal fixa:

eu não tenho registro nenhum, né? eu tô trabalhando, eu trabalho todo dia i tamém não sei quanto qui eu ganho, as veis ganho seiscentos i oitenta, as veis ganho quinhentos, as veis ganho quatrocentos, já cheguei ganhá duzentos i trinta nu mês i pensá assim i falá prus otros, us otros dá risada da minha cara [...] <sup>368</sup>.

Na avaliação dessa trabalhadora, ter um emprego com registro na carteira de trabalho representava ter segurança e instabilidade financeira. Porém, mesmo não tendo um emprego, ela se sentia bem por ter aquele serviço, porque chegava ao final do mês ela sabia que ia receber. Mesmo que fosse pouco, ela podia contar com aquela quantia para cobrir os gastos da família, ao contrário de “[...] antigamente eu não tinha nem esses duzentos, passava anos as

---

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> Idem.

<sup>368</sup> Idem.

veis sem tê. Então, pur isso qui eu falô: eu tenho serviço, nós têm serviço, mais emprego nós não têm”<sup>369</sup>.

De acordo com Eva, a maioria dos trabalhadores da Usina de Reciclagem não tinha estudo, “leitura” e eram “pessoas véia quinem nós memo, tá tudo quebrado, num aguenta quase mais nada, né? [...]”. Estes elementos pareciam ser utilizados como argumentos que explicavam em parte as dificuldades que eles enfrentavam para conseguir um emprego formal.

É importante destacar que, antes de se mudar para a Curva do Obregon, Eva pagava cinquenta reais de aluguel, mas a proprietária da casa vendeu o imóvel. Como naquela ocasião seu Miguel, esposo da entrevistada estava desempregado, eles passaram por um momento difícil. Porém Eva enfatizou que, mesmo com as dificuldades financeiras eles sempre pagaram o aluguel “certinho”:

deixava di fazê rancho, passava falta das coisa, pra podê i pagá u aluguel. Daí, foi ondi nós falemô: “não, vamo pra lá, nós fais uma casinha, nós arruma. Não tando molhandu é a conta i, pelo meno, a gente passa di passá necessidade, né?, das coisa dentro de casa, qui as veis a gente não via nem um pedaço de carne, né?, assim pra gente comê, né?, qui tem qui pagá aluguel, tem qui pagá água, tem qui pagá luz. A casa num era da gente, tem qui pagá. Daí, foi aondi qui surgiu... qui nós pegamô i fumo pra lá pur causa disso [...]”<sup>370</sup>

De acordo com Eva, a casa que eles moravam de aluguel tinha cinco cômodos: três quartos, sala, cozinha e uma varanda.

Diante da falta de emprego para obter uma renda mensal suficiente para manter as despesas da família, eles resolveram ir para a Curva do Obregon. Construíram uma casa “piquininha. Era um rancho. Depois qui nós fumo ajeitanu de vagarzinho”.

Eva argumentou que sua família foi morar na Curva do Obregon, porque “a gente não tinha outro jeito” e como “de graça ninguém dá nada pra gente”, resolveram se instalar naquele local.

Esta mesma trabalhadora destacou que não foi para a Curva do Obregon por vontade própria, porque de acordo com ela, “ninguém qué morá... qué i pruma pior, né?, sempre a gente pensa numa miora [...]”.

Eva e seu esposo ficaram sabendo da existência do terreno na Curva do Obregon, porque conheciam a família de Neusa de Campos, trabalhadora que também foi entrevistada

---

<sup>369</sup> Idem.

<sup>370</sup> Idem.

para esta pesquisa. De acordo com Eva, o esposo de Neusa tinha comprado “um pedaço do terreno” com o Nelson e falou para seu Miguel ir conversar com ele.

Diante disso o esposo de Eva negociou um “cantinho” na Curva do Obregon, onde levantaram um “barraco” “i entramô pra dibaxo”. Para comprar o “direito” e a madeira para construir a casa, o esposo da entrevistada e seu filho precisaram pedir dinheiro adiantado para o patrão, pois ambos trabalhavam na construção de cercas elétricas. Após adquirir o espaço e as madeiras, pai e filho construíram a casa para morar.

No período em que Eva se mudou para a Curva do Obregon, Neusa e mais duas famílias já estavam vivendo no local: “era quatro cum nós i as casa era bem perto memo, não era assim... num tinha terreiro, assim, né? [...] uma encostada na outra”<sup>371</sup>.

Em 1997, Neusa morava nos fundos do lote de uma tia do seu esposo, por isso eles decidiram ir para a Curva do Obregon. De acordo com Neusa, quando ela se mudou para a Curva do Obregon, tinha duas famílias vivendo naquele local e em 2005, quando saiu de lá, tinha um total de dezesseis famílias instaladas<sup>372</sup>.

Ela disse que pagou mil reais pelo “direito” de construir a casa num terreno que “na frente tinha uns dezoito metro de largura [...]”<sup>373</sup>. Neusa e seu esposo construíram uma casa de tábuas coberta de telhas e, depois de alguns meses, conseguiram fazer o piso.

Uma parte das tábuas utilizadas na construção, eles ganharam da irmã de Neusa e o restante o esposo dela ganhou de um amigo. As telhas eles compraram usadas.

Conforme Neusa, eles compraram o terreno e as telhas para pagar em trinta dias e só conseguiram comprá-los, porque já tinham:

u rancho já pra passa u mês, né? Daí, lá nós num ia pricisá pagá nem água, nem luz i nem aluguel. Daí, depois qui nós já tava lá daí, qui eu mandei ponhá luz, né? Nu cumeço nós queimava vela, alambique [...]”<sup>374</sup>.

---

<sup>371</sup> Idem.

<sup>372</sup> Quando Neusa foi transferida da Curva do Obregon para o Cristo Rei ela estava desempregada, mas “nunca fiquei sem serviço”, pois trabalhava de diarista. Depois começou trabalhar na Usina de Reciclagem, onde ficou durante um ano e oito meses. Saiu desse emprego porque tinha conseguido uma vaga pela Copagril em Marechal Cândido Rondon, bem como porque na reciclagem ela não tinha um salário fixo e o que ganhava já não estava sendo suficiente para pagar as prestações da casa e as demais despesas da família. Mesmo trabalhando na Copagril, ela fez a inscrição para trabalhar no “Balneário de Santa Helena” durante a temporada de verão, uma vez que pretendia sair daquele emprego, por conta que tinha problema na coluna e o ambiente de trabalho daquela empresa era muito frio. Assim que foi chamada em Santa Helena, Neusa deixou o emprego da Copagril e começou a trabalhar nos serviços gerais no “Balneário”. No final da temporada, ela foi transferida para o Porto e permaneceu trabalhando lá até a ocasião da entrevista. A jornada de trabalho diária de Neusa era das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas. À noite, ela fazia supletivo, pois queria terminar o ensino médio para fazer magistério, porque “sempre sonhei cumigo di sê uma professora, nem qui fosse du Pré, mais sempre tive esse sonho [...]”. Neusa de Campos da Silva, 37 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 25 de outubro de 2009.

<sup>373</sup> Neusa de Campos da Silva, 37 anos. Santa Helena – PR, 25 de outubro de 2009

<sup>374</sup> Idem.

Esta entrevistada disse que cedeu uma parte do seu terreno para sua mãe e um dos irmãos morarem. O irmão de Neusa se mudou da Curva do Obregon primeiro do que ela, mas sua mãe ainda estava naquele local.

Estas atitudes dos moradores configuram parte das dinâmicas vividas por eles, as quais foram se constituindo no processo de formação do lugar. Semelhante ao conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, os moradores da Curva do Obregon também adotavam práticas que visavam manter o controle das pessoas que se instalavam no bairro.

Para compreendermos a forma como estes processos se desenvolviam e os elementos constituídos pelos trabalhadores para legitimar e explicar o fato de morarem na Curva do Obregon é importante destacar a relação entre as experiências por eles vividas antes de se mudarem para lá. É em meio a estas análises que, acredito ficar mais claro a relação e os significados que eles atribuíaam ao local onde viviam.

Neste sentido, cabe ressaltar a narrativa de Eva, porque ela forneceu alguns detalhes reveladores das dinâmicas da vida desses sujeitos. Ela comentou sobre sua experiência de ter vivido na cidade de Foz do Iguaçu, o que contribui para refletir sobre a concepção e as relações que se estabelecem nos processos de constituição das áreas denominadas por alguns grupos sociais como favelas, bem como ajuda a pensar a citação da fala de Neide que destaquei anteriormente, na qual ela atribuiu à noção de favela, a falta da documentação dos terrenos.

Por volta de 1972, os pais de Eva Marciana chegaram à cidade de Foz do Iguaçu e, segundo a entrevistada, eles conseguiram “um cantinho, sei lá um pedacinho assim, quem esse aqui”<sup>375</sup> numa “favela” existente naquela cidade e construíram “um rancho, um barraco” para viver, pois segundo ela, nestes locais “si u vizinho dexá você fazê [a casa] tá fazendo”.

Ela comentou que em Foz do Iguaçu, sua família armou:

um barraco coberto de lona, [...] levantemô de pau a pique i cubrimô de lona, peguemô caixa de papelão de geladeira, de fogão... essas caixa grande i infiemô por dentro. Ali nós arrumemô, né? acho quatro, cinco anu<sup>376</sup>.

Esta trabalhadora comparou a experiência de ter morado na “favela” em Foz do Iguaçu, com a Curva do Obregon. As condições da moradia em Foz do Iguaçu eram segundo ela, “quase pior du qui essa qui eu morava aqui na Curva, né?? Eu fui criada assim”.

---

<sup>375</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

<sup>376</sup> Idem.

Quando disse que foi “criada assim”, ela relacionava a trajetória de uma vida inteira em que cresceu convivendo com a realidade de morar em locais que ela caracterizava como “favelas”, pois seus pais não tinham casa própria.

Eva disse ter sido difícil morar na Curva do Obregon, visto que “era na bera do mato” e tinha muitos pernilongos, aranhas e não tinha luz elétrica.

Os pernilongos, e o medo de que aranhas entrassem em suas casas, os impediam de ter uma boa noite de sono:

nem dormia direito di medo das aranha entrava pra dentro, cumo entrava memo, né?, a época das aranha a gente matava cada aranha assim dentro de casa. Ai, depois a gente ponhô luz, a gente sempre cu bico aceso... levantava de noite cuidá us mais piqueno, pra vê si as aranha num ia mordê de noite, né?<sup>377</sup>.

Com o tempo foi aumentando o número de moradores no local e “diminuiu aqueles bicho”, pois à noite queimavam palha de alho com roupas velhas para espantar os insetos.

De acordo com Eva, desde aproximadamente 1996, quando o primeiro morador se instalou naquele local até o ano de 2005, quando ela se mudou de lá, os moradores não tinham água encanada pela Sanepar. Ela disse-me que eles furaram um poço, instalaram uma caixa d’água e encanaram água dentro de casa:

compremô uma caxa, compremô uma bomba qui a gente coloca lá dentro do poço pra jogá água dentro da caxa, né? i daí, instalemô dentro de casa. Na cozinha, na pia, nu banhe... i daí, nós fizemô um sanitário que a gente tinha qui fazê as necessidade nu mato. Ai, nós fizemô um sanitário, fizemô uma fossa pra i a sujeira [...]<sup>378</sup>

Os trabalhadores entrevistados falaram que enquanto não conseguiam construir privadas, ou banheiros, eles faziam as necessidades no mato e tomavam banho de bacia dentro de casa, ou esperavam “iscurecê pra i atrás das casa mesmo”<sup>379</sup>.

Inicialmente, Eva e Neusa utilizavam a água do mesmo poço, mas depois o marido de Eva ajudou à furar um poço para a família da Neusa, e assim as duas passaram a ter cada qual seu poço. Quanto à energia elétrica, elas continuaram a dividir os gastos, pois nos dois primeiros anos que Eva morou na Curva do Obregon, ela precisou instalar um “rabicho” que transportava a energia da casa da Neusa até a dela. Segundo Eva, ela tinha:

---

<sup>377</sup> Idem.

<sup>378</sup> Idem.

<sup>379</sup> Imelda Hartmann, 54 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

[...] uma tomada pra geladera i um bico só nu meio da casa pra não ficá nu iscuero di tudo, i foi só... ai, depois di dois anus qui eu cunsegui colocá um relógio mesmo pra mim. Ai, eu cunsegui porque u padrão foi um só, né?, mais daí, tinha qui ponhá u relógio, né?, i só liberaru três relógio lá naquela vila. I quando eu saí de lá, nós já tava im, nós já tava umas nove, ou dez família quando eu mi mudei de lá, i só cá queles três relógio mesmo<sup>380</sup>.

Neusa destacou que os moradores interessados em instalar a energia elétrica se reuniram e foram até a Copel “i mandemô colocá luz”<sup>381</sup>. Quando estava morando na Curva do Obregon, ela normalmente pagava dezoito reais por mês pelos gastos de energia.

Assim como Eva e Neusa, dona Imelda Hartamann, também utilizava água de poço. Segundo ela, devido à presença de um Ponto de Pesca próximo as casas dos moradores da denominada Curva do Obregon, após o ano de 2005, eles conseguiram a instalação de água pela Sanepar, pois a administração municipal instalou água para os pescadores e permitiu que fosse feito os encanamentos até suas casas.

Imelda disse que quando se mudou para a Curva do Obregon, na falta de energia elétrica, ela utilizava lampião; “feito di vidrinho cum óleo disio dentro, i um paviozinho”<sup>382</sup>. Depois de alguns meses, o esposo da entrevistada que ainda era vivo, foi até a Copel pedir para “puxá relógio, qui na época foi só três qui puxarem relógio, né? i desses três tem só u meu relógio, us outros qui não pagarem ficarem relaxando, né? tiraru. Eu sempre pago certo, né?, im dia u meu”<sup>383</sup>.

Proveniente de uma família humilde, Imelda tinha onze irmãos, e desde pequena trabalhava na roça, “si criemo trabalhando na roça era de pé nu chão nu inverno, nu calor não tinha quem hoje em dia, muitos tem tudo [...]”.

Ela nasceu em Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, ainda pequena se mudou juntamente com seus pais para Santa Catarina. Quando tinha aproximadamente dez anos de idade sua família foi para a Esquina Céu Azul, município de Santa Helena, (PR). Viveram dez anos nesse município, mas como era uma família grande e seu pai pensava em “dexa um poco pra cada filho” a propriedade que ele possuía era pequena. Por conta disso, eles foram para o Paraguai.

Lá o pai de Imelda conseguiu comprar uma propriedade maior e deu dois alqueires de terra para cada filho. Mas, por volta de 1996, tiveram que voltar para o Brasil, porque os

---

<sup>380</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

<sup>381</sup> Neusa de Campos da Silva, 37 anos. Santa Helena – PR, 25 de outubro de 2009.

<sup>382</sup> Imelda Hartamann, 54 anos. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

<sup>383</sup> Idem.

“campesinos” “invadiram” as terra que conseguiram adquirir naquele país “i pra não morrê, tive tudo qui vim imbora”.

Nesta ocasião, o pai de Imelda já era falecido. Ela era casada e assim como os outros irmãos que não tinham deixado aquele país antes desse processo que envolveu a ação dos denominados “campesinos”, (expressão utilizada por ela e outros entrevistados, como por exemplo, a Noemi Berté) tiveram que sair de lá.

A família de Imelda morava na Gleba Seis – Paraguai e de lá foram para Santa Helena, aonde chegaram somente com a “ropa du corpo mesmo” e foram morar com os pais de seu esposo que residiam no bairro Vila Rica. Mas, como não deu certa a convivência com os parentes, eles alugaram uma casa, e os cinco filhos mais velhos vendiam picolé para ajudar nas despesas da família.

Ela lembrou que, ao chegar em Santa Helena, seu esposo trabalhava em troca de uma cesta básica fornecida pela administração municipal, bem como trabalhava de diarista, carpindo lotes na cidade.

De acordo com Imelda, por volta de 1999, o Conselho Tutelar encaminhou um de seus filhos para o programa do PETI. Ele estudava de manhã e a tarde trabalhava na horta da entidade do TIM e recebia quarenta reais por mês. Este dinheiro era importante para a renda da família.

Enquanto isso, o esposo da entrevistada conseguiu emprego de guarda e com o salário que recebia mais o auxílio do filho foi possível comprar a casa que ela morava, pois antes moravam: “de baxo das lona, o vento derrubô... duas veis assim nu meio fora a fora assim, me molho a geladeira, televisão qui eu tinha conseguido, istragô tudo. Sei qui nós sufrimo. Agora, tá melhorando um poco mais pra gente”<sup>384</sup>.

Depois de algum tempo o esposo de Imelda foi contratado pela IBIDEC, uma empresa vinculada à administração municipal, e trabalhava fazendo encanamentos de água.

Dona Imelda fazia os picolés para os filhos venderem, bem como lavava e fazia conserto de roupas: “pra quem ofertava pra mim lava, eu lavava”.

Nas duas vezes que o vento derrubou a “barraca” em que moravam, Imelda já estava na Curva do Obregon, pois como foi apontado, ela pagava aluguel e um dos filhos comprou o terreno do “Boca Torta”, onde construíram uma barraca de lona. Na ocasião da entrevista, fazia quatro anos que o esposo de Imelda tinha falecido. Ela tinha onze filhos e destes, cinco moravam com ela.

---

<sup>384</sup> Idem.

Ela destacou que a casa onde estava morando foi construída aos poucos, com:

uma ajuda di um, uma ajuda di outro, né?? Até qui conseguiu. Essa área ali memô foi uma herança da mãe dele [o esposo]. Ela faleceu i daí, us fio repartiram a herança i ele comprô esse telhadinho, esse quadradinho i fez uma área pra não fica na chuva lavando ropa i istendê ropa na chuva<sup>385</sup>.

A casa tinha o banheiro do lado de fora, a sala e a cozinha não tinham divisórias e somente um dos quartos tinha parede que separava um cômodo do outro “[...] i us otros tudo só separado cum guarda-roupa, né? não é separado com tábua, tudo guarda-ropa dividido”<sup>386</sup>.

Imelda tinha três filhos casados que também moravam na Curva do Obregon, mas um deles estava se mudando de lá, no dia da entrevista.

Segue abaixo algumas fotografias que permitem visualizar a disposição das casas e parte das condições de moradia dos trabalhadores residentes neste local:



**157. Foto:** Na frente, a casa do filho de Imelda e aos fundos a casa dessa trabalhadora



**18. Foto:** Casa da nora de Imelda -, Nilsa Monteiro de Campos;

---

<sup>385</sup> Idem.

<sup>386</sup> Idem.



**19. Foto:** A casa de Tijolo a vista era de Maitê -, nora de Nilsa Monteiro, aos fundos a casa de Nilsa e Solange;



**20. Foto:** Casa de Solange;



**161. Foto:** A frente da casa de Maitê;



**22. Foto:** Casa dos idosos – Bruno e Nair Zeni.

Imagens da Curva do Obregon. Fotografias tiradas por Rosane Marçal da Silva, na manhã do dia 27 de novembro de 2009.

Cabe ressaltar que, entrevistei uma das noras de Imelda, a senhora Nilsa Monteiro de Campos, nascida em Guairá (PR), mãe de quatro filhos, dos quais um deles nasceu com sete meses de gestação e alguns meses depois faleceu.

Por volta de 1982, os pais dela resolveram se mudar para Santa Helena, pois sua cunhada tinha parentes neste município e eles falavam que era um lugar “muito bom” de viver:

[...] qui aqui a vida era muito melhor qui lá. Só qui na verdade, era mentira: lá era melhor qui aqui. Daí, a minha mãe pegô i vendeu tudo, os loti qui ela tinha dois loti i casa lá, vendeu tudo i veio pra cá. Chegou aqui, fumo morá na casa dus tios dela [cunhada de Nilsa]. Daí, ali foi gastanu u dinheiro, foi indu u dinheiro, foi inu u dinheiro i acabemô sem nada: sem casa, sem dinheiro, sem nada. Daí, meu pai começô catá papel na cidade. Daí, tinha um cara qui vendia uns direitinho qui é... aquele tempo a Vila Rica era tipo uma favela tamém, daí nós compramô [...]<sup>387</sup>

<sup>387</sup> Nilsa Monteiro de Campos, 37 anos. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

Segundo a narrativa de Nilsa, em Guairá sua família vivia em condições melhores do que em Santa Helena, pois naquela cidade seu pai desenvolvia o ofício de cabeleireiro e tinham casa própria para morar. Já, em Santa Helena o pai da entrevistada não conseguiu retomar a atividade de cabeleireiro e por conta “da idade dele, né?”, ele não conseguiu um emprego com carteira assinada. Para sobreviver o pai e a mãe de Nilsa, começaram a catar papel na cidade.

Nilsa se casou logo depois que seus pais chegaram à Santa Helena. E, avaliou que ao se casar ela tinha “estragado a vida”, pois viveu com o ex-marido durante catorze anos de “muito sofrimento”.

Em dois anos de casada, ela fez três mudanças. Ela morou alguns meses com sua mãe, depois foi morar em Esquina Céu Azul, interior do município de Santa Helena. Então, voltou para a sede municipal e, em seguida, foi para o distrito de Sub-Sede.

Nilsa destacou que não pagava aluguel porque as casas onde morou eram cedidas por amigos. De forma humorada, ela comentou que as casas eram boas, mas: “u qui tinha qui pôr dentro di casa era u qui não tinha [sorriu]. A casa era uma maravilha, agora dentro di casa cê oiava, só tinha lugar pu cê sentá lá nu chão [sorriu]”<sup>388</sup>.

Ao se separar, ela foi morar com os filhos nos fundos da casa de sua mãe. Passado um tempo, ela se casou novamente. Nilsa estava vivendo com o segundo esposo [filho de Imelda Hartamann] quando foi morar na Curva do Obregon.

De acordo com ela, eles ficaram sabendo que tinha um espaço à venda naquela área por meio de um conhecido da família, uma vez que o filho dela foi até lá e:

encontrô com ele descendo cunhecido i daí, ele falô qui tinha um direito aqui pá vendê, nós viemô aqui, nós era us primero pá chega aqui. Daí, eu cheguei aqui eu vi qui não tinha luz eu falei: meu Deus morá perto du mato sem luz, não. Não quero. Daí, a minha sogra tava precisando de lugar, qui ela [pagava] aluguel i tinha muita criança. Eu peguei i... nós indiquemô pra ela comprá aqui. Daí, ela comprô i já mandaru vim luz, daí depois, daí já tinha luz daí, nós viemô tamém. Daí nós compremô, não. U irmão dele [do esposo] cedeu ali na frenti pra nós morá ali [...]”<sup>389</sup>.

Ao se mudar para a Curva do Obregon, ela utilizava a energia elétrica e o banheiro da casa de sua sogra, a dona Imelda. Ambas frisaram que Imelda foi uma das primeiras moradora que instalou a luz e construiu banheiro lá no bairro, pois “a população toda ia nu mato”.

---

<sup>388</sup> Idem.

<sup>389</sup> Idem.

Conforme Nilsa, ela e uma de suas cunhadas que também morava na Curva do Obregon, tomaram a iniciativa de fazer uma limpeza na mata que ficava perto da casa dos moradores [área de reserva da Itaipu Binacional], pois de acordo com ela, a população fazia as necessidades no mato e jogava os papéis lá.

Neste sentido, ela falou:

nós fizemô um arrastão ali nu mato, ajuntanu tudo aqueles papel, aquelas coisarada i penduremô sacolinha, ponhemô i iscrivimô lá: joga u papel na sacola [sorriu], porque todo mundo ia nu mato, né? i jogava. Era cheio di papel ali daí, a... u cara da Funasa vinha i achava ruim pur causa daquele bagunção lá pra baxo<sup>390</sup>.

De acordo com esta trabalhadora, na ocasião da entrevista, todos os moradores já tinham construído banheiro para o uso da família e fazia aproximadamente um ano e meio que tinham água encanada. Os poços de água foram fechados ou reutilizados. Nilsa falou que no local onde tinham o poço “agora tem uma fossa ali, tampemo ele quase tudo i daí incanemo o tanque da sogra”.

Nilsa morava na Curva do Obregon pela segunda vez, pois na primeira tentativa de viver naquele local ela falou que não “deu certo”, mas não entrou em detalhes sobre os motivos que a impediram de ficar lá.

Ao sair da Curva do Obregon, ela e o esposo venderam o “direito” e foram morar de aluguel numa casa localizada no bairro São Luis, porém, “[...] u aluguel tava muito... acumulanu aluguel, água, luz. Daí, nós viemô aqui. Daí, u rapaz qui tinha aqui quiria vendê, porque é feroz aqui, daí, nós compremô aqui dele i construímô a casa aqui im cima”<sup>391</sup>.

Segundo a entrevistada, neste período seu esposo não tinha emprego fixo, ele trabalhava “por dia” e ela estava trabalhando no Hospital Nossa Senhora das Graças:

só qui [...] não era sempre qui ele tinha serviço, porque u serviço assim por conta num é... i daí, tem um tempo qui não dá serviço em lugar nenhum é uma tristeza i daí, acumulô. A luz ficô dois meis sem pagá [...]”<sup>392</sup>.

Diante disso, eles resolveram voltar para a Curva do Obregon, porque era um meio de sair do aluguel e conseguir reunir o dinheiro necessário para pagar as contas atrasadas.

Em meio a este tempo de mudança de uma casa para outra, Nilsa tinha parado de trabalhar no Hospital Nossa Senhora das Graças e começou trabalhar no Encubatório da Lar<sup>393</sup> em Vila Celeste, interior do município de Santa Helena.

---

<sup>390</sup> Idem.

<sup>391</sup> Idem.

<sup>392</sup> Idem.

Ela ficou durante um ano neste emprego e o dinheiro do acerto que recebeu pelo tempo de serviços prestados à empresa, eles investiram na casa onde residiam naquela ocasião. Fazia três anos que ela tinha saído daquele emprego e não teve mais vínculo de emprego formal.

Nilsa não forneceu detalhes sobre as razões pelas quais ela parou de trabalhar no Encubatório da Lar, mas constatei que ela pediu a demissão, uma vez que mencionou que gostava de trabalhar naquela empresa e “mi arrependo tanto di tê saído, genti du céu! [...]”<sup>394</sup>. De acordo com ela, seu esposo disse que ela não precisava trabalhar mais: “[...] esse marido novo meu falô qui eu num prciso mais trabaiaá, eu falei: brigado [sorriu]”

Na ocasião da entrevista, seu esposo trabalhava de eletricista, pela empresa Água Luz. De acordo com Nilsa, ele saía às 7:00 horas de casa e começava trabalhar às 8 horas; ao meio dia ele ia em casa almoçar e reiniciava às 13:00 horas, trabalhando até às 17:30 horas.

A narrativa de Nilsa apresentou argumentos que percorriam entre as lembranças das diferentes experiências vividas no decorrer de sua trajetória de vida, falando sobre os sentimentos: as decepções, as desilusões, as saudades, enfim, uma série de elementos da vida cotidiana que foram utilizados com a intenção de construir uma leitura de sua própria vida, elencando um universo de relações e acontecimentos que levavam para o tempo presente.

Estes elementos se manifestaram e marcaram a relação que ela estabelecia entre a vida que levava quando criança e a vida adulta, pois na avaliação dela, mesmo crescendo em um barraco sem divisórias, onde as camas ficavam:

num canto, a cuzinha notro canto, não era nada separado, di chão a cama era umas tarimba, uns pau fincado nas taba, muitos dormia nu chão quinem eu memo dormia nu chão, adorava durmi nu chão [sorriu]<sup>395</sup>.

Nilsa tinha saudades daquele tempo, porque em sua avaliação para as crianças tudo “é bom, tudo é maravilha, enquanto tem pai i mãe, tudo é ótimo”.

Ela avaliou que, na ocasião da entrevista sua vida estava: “[...] uma maravilha [sorriu] hoje eu posso dizê qui, hoje eu tô muito feliz”. Um dos motivos pelos quais ela se considerava uma pessoa feliz era o fato de que tinha uma casa: “Hoje eu tô bem, graças a Deus. Adoro minha casinha”. A casa dessa trabalhadora tinha sete peças, incluindo uma pequena área e o banheiro.

---

<sup>393</sup> Ela era responsável pela classificação de ovos. Neste setor os trabalhadores ficavam “numa sala classificando ovos qui era torto, qui era di duas gemas us quebrado [...]”. Nilsa Monteiro de Campos, 37 anos. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

<sup>394</sup> Idem.

<sup>395</sup> Idem.

As lembranças do tempo em que era criança, se entrelaçavam às lembranças da mãe e do pai que na ocasião da entrevista, eram falecidos.

A relação e interpretação que ela produziu dos processos vividos conduziam para a construção de um presente percebido com o olhar das conquistas e vitórias que obteve com o passar dos anos, elencando um conjunto de experiências que demonstravam que a vida para os trabalhadores com poucas condições financeiras não era fácil, mesmo num município que, conforme foi apontado no capítulo 1 desse trabalho, recebe cerca de R\$ 2,5 milhões por mês de royalties pagos pela Itaipu Binacional.

Na opinião de Nilsa, a população da cidade de Santa Helena tratava bem os moradores da Curva do Obregon, pois:

às vezes, eles vem aqui, trás as coisas pra gente, si fazem uma, um almoço, ou uma janta i sobra comida, eles trazem aqui pru pessoal, eles tratam muito bem o pessoal daqui, num tem discriminação nenhuma, graças a Deus<sup>396</sup>.

Comentou que os membros das Igrejas costumavam levar os alimentos que sobravam das festas comunitárias para os moradores do bairro: “[...] faz alguma coisa lá pra cima sobra eles trás pu povo aqui im baxo”.

Eva e Neusa comentaram que nos primeiros anos que moravam na Curva do Obregon, principalmente em épocas de final de ano, dia das crianças, ou páscoa eles recebiam “ajuda” da população da cidade.

Sobre este assunto Eva destacou:

apesar de tudo, a cidade foi muito até gente boa cum nós, que nu primero anu qui nós entremô lá, nu primero ano nós entremô numas seis famia qui nós foi comprandu u pedacinho du homi lá. No primero anu pra natal, pra dia das criança, pra páscoa, nossas criança... olha nunca meus filho ganhô u qui ganhô, u povo da cidade foi muito gentil cum nós. Eu recebi cesta básica, cada final de ano dava uma cesta básica, ia lá contava as casa, quantas família, dava uma cesta básica pra cada um, si tivesse dez menina trazia dez buneca [...] <sup>397</sup>.

Ela disse-me que havia um senhor que carneava porco e distribuía duas latas de banha para os moradores da Curva do Obregon. De acordo com ela, este senhor ia até lá com a banha e pedia para os moradores pegar:

uma panelinha catava de concha... perguntava quantos a gente era na casa a gente falava. Se era poquinho, só dois, ele dava poquinho si era bastante ele dava bastante. Tinha um outro aí qui colhia banana não sei da ondi levava a

---

<sup>396</sup> Idem.

<sup>397</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

caminhoneta cheinha, àquele cachão de banana [...] u povo ajudava nós memo, porque todo mundo qui entrô na época qui eu entrei lá não era gente vagabunda, era gente de necessidade, qui tinha necessidade mesmo que não ia consegui pagá um salário de aluguel i entrá numa casa pra não pagá ninguém gosta<sup>398</sup>.

De acordo com Neusa de Campos, os coordenadores da Igreja Católica e da Pastoral da Criança do município de Santa Helena, nestas datas comemorativas iam à Curva do Obregon levar roupas, brinquedos e alimentos para a população lá residente.

Esta trabalhadora via de forma positiva as ações daquelas pessoas que buscavam “ajudar” os moradores da Curva do Obregon, pois ela geralmente não tinha condições de comprar brinquedos e doces para os filhos nas épocas de natal, páscoa e dia das crianças.

A relação que Ondina Pontes de Almeida<sup>399</sup> estabelecia com estas questões tinha um sentido particular e diferente dos outros trabalhadores, visto que ela trabalhava de empregada doméstica na casa da mãe da ex-Primeira Dama municipal, Tânia Maffini.

Na semana que gravei a entrevista com ela, fazia onze anos que estava naquele emprego, e destes onze anos, ela trabalhou durante oito anos sem registro na carteira de trabalho.

A convivência com os patrões interferiu nos sentidos e significados que ela atribuiu a estes processos. Ondina disse que, principalmente nas épocas de finais de ano, os patrões a ajudavam com alimentos:

---

<sup>398</sup> Idem.

<sup>399</sup> Ondina morava desde o ano de 2005 no conjunto habitacional Cristo Rei. Por meio de um sorteio que a administração municipal costumava realizar todos os anos com os nomes dos mutuários a fim de concorrer à quitação de suas casas, ela obteve a escritura definitiva do imóvel e, no entanto, não precisava pagar as parcelas mensais da casa.

Segundo Luciany S. Franco, em texto publicado pelo jornal Costa Oeste, no dia 15 de dezembro de 2006, foi realizado na Câmara dos Vereadores de Santa Helena o primeiro sorteio. E, teve a participação de 160 mutuários, isto significa que das 245 famílias que obtiveram casas através do programa municipal de habitação popular, somente 160 tiveram seus nomes no sorteio.

Segundo Luciany, os 160 mutuários concorrentes residiam nos conjuntos: Cristo Rei (sede municipal) Caminho das Águas (distrito de São Clemente); Nacional (distrito de Sub-Sede); Vila Real (distrito de São Roque) e Terra do Sol (distrito de Moreninha). Os moradores dos outros conjuntos não participaram porque tinham poucas semanas que “foram entregues as últimas moradias e, por isso, os conjuntos ainda não participam do sorteio.”

Luciany destacou que conforme a Primeira Dama e Secretária municipal da Saúde e da Ação Social, Tânia Maffini, poderia participar do mencionado sorteio somente as pessoas que em 2006, estiveram com todos os pagamentos e parcelas em dia. Contudo, “das 160 casas concorrentes, 122 estão aptas a participar da promoção”. Naquela oportunidade Tânia destacou que para concorrer aos sorteios anuais às famílias não podiam “atrasar o pagamento da prestação de sua casa” e lembrou que as parcelas venciam “sempre até o dia 10 de cada mês”. Portanto, as famílias “contempladas no sorteio de hoje já poderá obter a quitação de sua casa e não precisará mais pagar as parcelas mensais a partir de janeiro”. (Luciany S. Franco. Santa Helena sorteia hoje casa a mutuários. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 15 de dezembro de 2006, p.15).

Ondina pagou durante um ano as prestações no valor de cinquenta e oito reais mensais pela sua casa que era de tipo “C”. Ela comentou que foi sorteada e que não pagou “mais prestação daí agora é minha, né?, minha casa”. Depois desse sorteio Ondina disse que teve um no final do ano de 2007 e outro em 2008.

eles sempre vão nu mercado fazê u rancho pra eles i sempre tiram um poco pra mim, i daí ela sempre me da carne, né? qui sempre ajuda bastante, pedaço de carne sempre ela mi dá, sempre uma coisa o outra ela tá mi dandu, né? ropa assim [...] <sup>400</sup>.

É interessante ressaltar que quando a questioneei sobre a forma como se sentia em morar na Curva do Obregon, ela produziu argumentos que enfatizavam as condições da moradia e do lugar, no sentido de frisar a falta de água encanada e energia elétrica.

Em relação ao tratamento destinado as pessoas que lá residiam, Ondina destacou a relação de gratidão que sentia porque ela era natural de Campoerê - PR, ainda criança seus pais se mudaram para Pinhal de São Bento - PR e posteriormente foram para Argentina onde ficaram durante nove anos. De lá, voltaram para o Brasil - Santo Antônio do Oeste, município localizado no Estado do Paraná.

Quando da entrevista, fazia aproximadamente catorze anos que ela estava vivendo no município de Santa Helena e, de acordo com ela, as pessoas residentes na cidade lhe deram: “[...] isteio pra todo mundo, todo mundo me tratô cum decência, né?”.

Talvez o parâmetro dela para essa avaliação, estivesse articulado as experiências vividas antes de se mudar para a cidade de Santa Helena, pois, por volta de 1979, ela saiu de Santo Antônio do Oeste e foi morar com uma de suas irmãs em Foz do Iguaçu. Naquela cidade ela trabalhava de empregada doméstica, e aos 22 anos se casou pela primeira vez. Ela teve dois filhos desse primeiro casamento e, ainda em Foz do Iguaçu, ela se casou pela segunda vez. Em seguida, ela foi para Matelândia, onde ficaram durante um ano e depois foram para o Paraguai.

Ondina destacou que nesta época os filhos ainda eram crianças e ficaram “muito doente lá [Paraguai], daí nós foi, veio pra Santa Helena [...]”.

Ela frisou que, no Paraguai

quase num tinha recurso pra gente né?, quinem negócio di médico i coisa [...] aqui as veis a gente consegue algum remédio di graça ainda, né? Daí, lá a gente num conseguia nada era tudo pagado, daí eu vivia mais aqui nu Brasil cá, cas minina internada du que lá [...] <sup>401</sup>

Como o esposo dela tinha um irmão que morava em Santa Helena, eles resolveram se mudar para esta cidade.

Até conseguir alugar uma casa, ela ficou na casa de seu cunhado e depois se mudou para a Vila Rica. De lá, Ondina e a família foram pagar cinquenta reais de aluguel numa casa

---

<sup>400</sup> Ondina Pontes de Almeida, 47 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

<sup>401</sup> Idem.

localizada no bairro da Baixada Amarela. Passado alguns meses eles conseguiram comprar a casa que estavam pagando o aluguel. Mas logo em seguida, o proprietário vendeu o lote e pediu que eles o desocupassem.

Neste momento, o esposo da entrevistada vendeu a casa que tinham adquirido e com o “dinheiro dessa casa, ele comprô outra casinha menor [...]”, bem como o “pedacinho lá nu Bregão, né? daí a gente comprô lá” e construiu uma “casinha”.

Talvez ela associasse o fato de que conseguiu o atendimento médico público e as relações de “ajuda” prestadas pelo seu cunhado, bem como, pelos patrões a uma noção e sentimento de ser “tratada com decência”.

Estas atitudes das pessoas da comunidade em geral faziam Nilsa perceber que ainda tinha gente que valorizava os lugares mais “pobres da cidade”, pois em sua concepção, a Curva do Obregon era considerada um lugar pobre “por causa das casa tudo muito pertinho i já é considerado uma favela aqui [...]”<sup>402</sup>. Por isso ela se sentia em alguma medida valorizada pelas pessoas, “[...] porque sabê qui eles tão si lembrando qui tem ser humano pra cá, num é tudo lixo”.

Nesta fala é possível notar aspectos sobre a constituição de uma relação de discriminação residencial e social vivida pelos trabalhadores pobres da cidade, bem como, indica mais uma vez, a reivindicação desses trabalhadores para serem reconhecidos como uma parte importante da cidade, pois são seres humanos e não “lixos”. Dizer que não são lixos é se perceber enquanto sujeitos que desejam ser lembrados como pessoas que também contribuem para a construção da cidade.

A existência das práticas de “ajuda”, as dinâmicas e as relações em que elas se constituem, são evidências das diferenças de classes, pois dá o indicativo de que aquele que fornece a “ajuda” está em nível superior ao que é ajudado, constituindo uma relação de poder e submissão de uma classe sobre a outra. Estas relações também soam como uma forma de controlar a pobreza através de ações que levam a sua homogeneização e pacificação, desviando o olhar sobre os direitos humanos.

Mas, será que é esse tipo de inserção social que os trabalhadores almejam? Será que é através de uma relação de “ajuda” que eles querem sobreviver?

Apesar dos trabalhadores produzirem argumentos no sentido de demonstrar os significados positivos da assistência social em suas vidas, boa parte deles preferiam ter acesso

---

<sup>402</sup> Nilsa Monteiro de Campos, 37 anos. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

aos meios necessários para garantir suas próprias necessidades e não depender da “boa vontade” das outras pessoas.

Neide Zaninello destacou que preferia ter

Saúde pra pegá um emprego i trabaia i vivê du meu salário, du meu dinheiro. Mais daí, cumo eu não tinha saúde então, eu ia cum muita vergonha, mais eu ia lá i pidia. Ai, depois qui nós cumecemô pescá daí, já num precisamô quase mais [...] <sup>403</sup>.

Acredito que a “ajuda” que os moradores da cidade destinam aos moradores dos bairros pobres da cidade, em alguma medida tem contribuído para eles perceberem as relações de classe social a qual são submetidos, pois a partir disso, eles percebem como são vistos pelos outros setores sociais. À medida que isso vai se constituindo, estes trabalhadores refletem sobre as situações por eles vividas e, alguns deles, contestam as regras e normas estabelecidas pelas classes dominantes, principalmente o setor dos grupos dirigentes municipais.

Imelda Hartamann, trabalhadora que conforme destaquei acima, também foi entrevistada pelo jornal Costa Oeste. Na ocasião da entrevista morava na Curva do Obregon e disse que gostava de morar lá, porque era “num cantinho longe retirado”<sup>404</sup>, mas reclamou dos vizinhos que moravam atrás de sua casa: “[...] a gente sofre com eles ali, eles bebe, eles briga ... daí ninguém dorme”.

Na concepção de Imelda, estes fatos contribuíam para difundir a visão de que a Curva do Obregon era uma “favela”, porque segundo ela, para a população residente na cidade de Santa Helena, “favela” era sinônimo de “bagunça”: “[...] eles falá qui na favela ondi mora gente tem muita bagunça i muito ladrão”.

Ao questioná-la sobre a forma como ela percebia que as pessoas residentes em outros bairros da cidade tratavam os moradores da Curva do Obregon, deu a impressão de que ela se sentiu ofendida com a pergunta, como se eu estivesse compartilhando da visão negativa que se construiu e se constrói das pessoas que lá moravam.

Entretanto, para responder a minha pergunta, ela colocou em pauta argumentos que pareciam querer demonstrar que ela não se reconhecia dentro dos padrões que se construía das pessoas que moravam em favelas, e isso para ela, era mais importante do que saber o que as outras pessoas pensavam, pois ela sabia que não estava fazendo nada de errado e falou: “a

---

<sup>403</sup> Neide Zaninello, 40 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 12 de novembro de 2009.

<sup>404</sup> Imelda Hartamann, 54 anos. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

minha cara tá limpo, por mim podi falá qui é uma favela, porque eu sei u qui tô fazendo, eu não tô fazendo nada errado, podi pidi até si querem pidi, eu tô limpo”<sup>405</sup>.

Quanto à forma como os filhos lidavam com a situação de morar em um local visto pela sociedade como uma “favela”, atribuindo uma série de adjetivos negativos ao lugar e as pessoas que lá residiam, ela disse-me que os filhos mais novos nasceram e se criaram lá:

os mais piqueno, bem dizê si criarem aqui, porque us outro sê lembra ainda quando trabalhava na roça, andava atrás da mãe quando a mãe trabalhava, agora os otros nem sabe o que qui é roça, o que qui é um sitio, eles não entendem nunca nada disso, nasceram aqui<sup>406</sup>.

Assim, ser morador da Curva do Obregon era, neste caso, a experiência e a realidade de moradia vivenciada por eles desde crianças.

Já Nilsa, enfatizou a vontade de sair da Curva do Obregon, porque, entre outras coisas, ela disse que se sentia incomodada com alguns dos vizinhos:

esse pessoal qui veio morá ali eles briga di mais, eles fumam muita droga, aqueles qui morava aqui atrás, ele fuma droga aqui atrás eu num guento aqui dentro di casa di dor di cabeça, ichê! é muita droga qui rola aqui i daí incomoda muito meu Deus du céu ainda pra gente qui tem fio adolescenti im casa, pensa? Num dá [...]”<sup>407</sup>.

Ela comentou que o filho de quinze anos não gostava de morar lá, tanto que “a hora qui começa aquele catingão ele fala: “mãe fecha a janela, por favor, qui eu num guento esse fedor”<sup>408</sup>. Nilsa declarou que:

a única coisa qui eu quero é tê um lugar sussegado pra mim morá sem bagunça sem essas brigaiada di droga u pessoal fica danu tiro ai pra trás i tudo, [...] eu penso em sai daqui tê um cantinho meu qui eu possa pranta as minhas coisinha, possa coiê sem ninguém i lá mexê<sup>409</sup>.

Esta mesma trabalhadora falou que pretendiam se mudar de lá e estavam economizando com o propósito de comprar um lote, uma vez que já tinham se informado sobre a existência de um novo loteamento que surgiu na cidade, o qual segundo ela, ficava “pra baxo do cemitério tem uns lotiamento o Cara veio, fez uma proposta boa pra pagá duzentos i setenta por mês daí, nós tamo iconomizando pra comprá um loti”.

---

<sup>405</sup> Idem.

<sup>406</sup> Idem.

<sup>407</sup> Nilsa Monteiro de Campos, 37 anos. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> Idem.

Entendo que estes elementos aos poucos iam fornecendo e alinhando partes significativas sobre as dinâmicas de constituição daquele lugar, pois em sintonia, com os argumentos de Nilsa, a respeito da vontade de se mudar da Curva do Obregon, Eva Marciana comentou que na ocasião da entrevista, ela não iria morar na Curva do Obregon, porque de acordo com ela, na época em que os primeiros moradores se instalaram naquele local, morar lá não tinha “diferença nenhuma”<sup>410</sup> em relação aos outros bairros da cidade; “ninguém nunca tratô nós mal [...]”.

Na interpretação dessa trabalhadora, com o passar dos anos estas relações foram se modificando, pois ela identificava que no início do processo de formação da Curva do Obregon:

não tinha u qui têm agora. Agora si fô falá sobre Rincão [Santa Rita de Cássia], sobre a Curva du Bregão é pior du qui você procurá daquela favela mais grande qui têm lá im Curitiba, tá virado nisso que aquilo, mais aquele tempo não [...] <sup>411</sup>.

De acordo com ela, nos primeiros anos aconteciam algumas “bagunçinha lá, mais era eles pra lá, até saiu umas bagunçinha lá cas pulícia”, porém não eram da mesma dimensão e frequência que nos últimos anos.

Ao dizer que na data da entrevista ela não moraria na Curva do Obregon, Eva produzia uma avaliação calcada no presente, o que não quer dizer, que ela estava negando o passado, pois ele era parte constituinte destas reflexões. Isto é importante, para situar que as relações vividas pelos entrevistados no presente tinham uma relevância significativa na produção de suas análises sobre o presente e o passado. Estes são alguns aspectos do processo de constituição dos sujeitos sociais, das relações por eles vividas e do lugar onde viviam.

Neste sentido, vale ressaltar que, o olhar dessa entrevistada sobre a relação de discriminação que se constrói em torno do Santa Rita de Cássia e da Curva do Obregon, estava em consonância com as discussões do capítulo 1. Eva frisou que, ela não tinha “discriminação nenhuma” com as pessoas que viviam nestes lugares,

purque todo lugar tem u bão i tem u ruim, né?? Tem, tem gente qui acha qui só nesses lugar qui tem u qui não bresta, todos lugar tem u qui num presta, a nossa vila aqui? A nossa vila a gente não vê nada, mais aqui... tem coisa aqui pior du que a qui tinha lá, né?? [...] <sup>412</sup>.

---

<sup>410</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> Idem.

Entre os trabalhadores que não moravam mais nestas áreas, teve alguns que pareciam querer se distanciar dos problemas enfrentados pelas pessoas residentes lá, ou seja, era como se aquela realidade não fizesse mais parte de seus problemas. Mas, ao mesmo tempo, a experiência de ter vivido lá era parte de suas trajetórias de vida, e se manifestavam em suas falas.

Eva argumentou que, inicialmente, as pessoas que moravam na Curva do Obregon não precisavam ter receio de dizer que moravam lá, e segundo ela, aquele lugar não era conhecido como Curva do Obregon e sim como “Favela do Boca Torta”.

De acordo com Eva, os funcionários da Assistência Social foram lá e falaram para os moradores que quando saíssem casas pelo Programa de Habitação Popular era para eles se inscreverem, pois aqueles que se encaixassem aos critérios de seleção<sup>413</sup> seriam levados para os novos conjuntos habitacionais que seriam construídos, e os demais iriam para o conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

Esta mesma trabalhadora comentou que os representantes do governo municipal pretendiam tirar as famílias da Curva do Obregon e falaram que após a transferência dos moradores, eles iriam aterrar aquela área e plantar árvores.

Mas, isso não aconteceu e somente três famílias conseguiram casas pelo programa de habitação popular implantado em 2005. O espaço utilizado pelas pessoas que saíram foi ocupado por outras famílias, que construíram suas casas lá.

Na interpretação da entrevistada, os funcionários da administração municipal “mentiram” para eles:

mintiu porque saimô de lá, entrô mais, quando nós... na última reunião antes dessas casa tá pronta [as casas dos conjuntos habitacionais construídos através do programa municipal de habitação popular], qui nós foi, foi falado pra nós, né? daí [...] i daí quem ganhô as casa não tinha direito di vendê nem as casinha, né?, tinha qui ranca, o levá pá lenha ô... não podia leva nada, num podia mexe cum nada. E tinha casa boa de madeira, dona Ondina memo tinha uma casa bem boa di madeira<sup>414</sup>.

As narrativas desses sujeitos demonstravam que este processo gerou um ressentimento entre os trabalhadores que foram transferidos da Curva do Obregon. Eva, por exemplo, não concordava com a forma que os dirigentes municipais conduziram a transferência dos moradores, pois, segundo ela, foi estabelecido que ao sair:

---

<sup>413</sup> Tais critérios foram estabelecidos pela lei 1.535 de maio de 2005, os quais identificados e analisados no capítulo anterior.

<sup>414</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

de lá num era pra vendê, ganhê a chave, ganhê a chave numa terça-feira, ai na sexta-feira, nu sábado a Prefeitura veio ajudá nós trazê a mudança, não era pra nós levá caminhão, eles iam trazê, i daí, na hora qui nós ia saí, eles ia derrubá as casa. Aí quando nós saimô de lá foi uma coisa muito feia qui a Prefeitura fez pra nós, isso eu falei i falo, uma coisa muito feia, porque nós não era bandido, nós não era ladrão, nós não era assaltante, nós moremô quatro, cinco anu i num pricisava nem pulcia entrá dentro da vila, qui era difícil vê uma pulcia entrá dentro daquela vila era, nunca! Eles passava pur ali ia lá num canto num casal qui sempre brigava lá nu fim [...] mais era difícil pará ali pra eles fazê u qui fizeru. Três viatura na frente da estrada i a máquina da Prefeitura parada isperanu nós carrega a mudança, num pricisava aquilo não. Até hoje eu falô, i eu mi revoltei muito, falei mesmo ainda nós saimô i não tivemô direito de vendê, só tivemô direito de comprá i abandoná tudo, jogo tudo u qui fizemô u qui [vimô] i us outro foi lá i entrô i pronto i nós tamô aqui, mais tem qui pagá [...] <sup>415</sup>.

Para Eva, diferente dos primeiros moradores que pagaram pelo direito de morar na Curva do Obregon, as últimas famílias que se instalaram lá “invadiram” o local. Esta trabalhadora se sentia incomodada em saber que quando foi morar naquela área, ela pagou pelo terreno e quando saiu não pôde vendê-lo. Isto representava a perda do dinheiro investido e também, o não cumprimento daquilo que foi dito pelos dirigentes municipais.

Ela não considerava justo o fato de que os primeiros moradores pagaram pelo uso do espaço e as pessoas que entraram depois não pagaram. Isto a deixava ainda mais indignada, pois enquanto os novos moradores da Curva do Obregon não pagavam para morar naquele local, ela e os demais transferidos tinham que pagar todos os meses as prestações das casas.

Na ocasião da entrevista, Eva morava numa casa de tipo “B” <sup>416</sup> e pagava R\$ 83,00 mensais pelas parcelas do imóvel. Se ela conseguisse pagar a mensalidade antes do dia dez de cada mês, tinha dez por cento de desconto. Mas normalmente ela e o esposo recebiam somente entre o dia nove e dez de cada mês, e assim pagavam os R\$ 83,00.

Neusa frisou que durante o período que ainda estavam morando na Curva do Obregon, embora fosse a um número menor, já existiam pessoas que não pagavam pelo “direito” de construir as casas naquela localidade. Elas “invadiam” o local durante a noite e “fazia barraco lá de noite i ficava lá” <sup>417</sup>.

Ao ser questionada, sobre os motivos pelos quais eles não podiam vender os terrenos, ela disse-me que “a turma da Prefeitura falava” que não podiam vendê-los, porque caso vendessem, não ganhariam as casas através do Programa de Habitação Popular.

---

<sup>415</sup> Idem.

<sup>416</sup> Conforme classificação estabelecida pela lei 1.535 de 2005, que foi mencionada no capítulo 2.

<sup>417</sup> Neusa de Campos da Silva, 37 anos. Santa Helena – PR, 25 de outubro de 2009.

Neusa disse que sempre sonhou em ter uma casa; “[...] ma uma casa eu quiria não uma casa quinem eu morava, eu quiria uma casa assim di material, bem feitinha quinem hoji eu tenho [...]”<sup>418</sup>. Para conseguir fazer a inscrição das casas que foram implantadas através do programa municipal de habitação popular, ela teve que:

[...] posá lá [Assistência Social] três noite, eu posei três, duas noite i num consegui nada, né? daí na terceira noite u meu sobrinho falô... era um domingo eu tinha ido, até tinha desistido já, né? eu falei: nem vô mais atrás daquilo lá, nem vai dá certo a gente é pobre eles num querem pobre di certo nessas casa. Daí, eu tinha ido passia nu dumingo lá na casa dum morador qui tem lá pra drentro du mato, tem uma chácara pra lá. Daí, eu tinha ido passia lá pra chupa fruta, era época di fruta. Daí, u meu subrinho chegô: - “o Neusa cê num vai lá? [...] cê num vai lá pega a ficha da casa?”, eu falei: eu não, eu cansei daquilo lá. Daí, u meu irmão falô pra ele: “vai você lá qui tá di bicicleta ligerinho i pegá a ficha pra ela”. Era uma senha qui eles dava. Daí, [...] ele pegô i veio, veio ali na Cidadania [Assistência Social] qui era ali qui eles intregavá i pegô a senha da casa i levô pra mim, falô: “ó Neusa ta aqui a senha agora é só você i lá”. Daí, já qui ele tinha levado a senha, daí eu pensei, agora eu vô, já tô cá senha na mão. Daí, eu tomei banho i subi, daí eu posei mais aquela noite pra nu outro dia consegui pegá us documento qui faltava, pra podê levá dali, acho qui uma semana. Eu levei lá us documento tudo pra fazê a inscrição da casa<sup>419</sup>.

Com base no estabelecimento de pontos que eram avaliados a partir dos critérios de seleção apontados no capítulo 2 deste trabalho, os dirigentes do governo municipal sortearam as casas.

Eva Marciana destacou que somente aos 45 anos ela podia dizer que tinha uma casa: “casa memô, tenho agora, si eu cunsigui pagá, né?? (sorriu)”<sup>420</sup>.

Ainda que atribuísse à condição de ser moradora de um conjunto habitacional tido como regular, como sinônimo do melhoramento de suas condições de vida e moradia, ela sabia que aquele imóvel somente seria dela quando terminasse de pagar todas as prestações.

O compromisso de pagar todos os meses as prestações da casa gerava uma situação de desconforto entre os trabalhadores que foram transferidos tanto da Curva do Obregon, quanto do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, porque muitos deles conviviam com a incerteza de suas condições financeiras.

Neusa argumentou que se tivesse vendido o terreno antes de sair da Curva do Obregon, ela tinha ganhado um “dinheirinho a mais” e poderia construir “outra coisa”, mas

---

<sup>418</sup> Idem.

<sup>419</sup> Idem.

<sup>420</sup> Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

“banquei a boba i dexemô lá”<sup>421</sup>. A casa que era de madeira ela desmanchou e vendeu uma parte para seu irmão “i u terreno ficô lá”.

É importante notar que, Neide Zaninello morou três anos na Curva do Obregon e durante o processo de transferência dos moradores para os conjuntos habitacionais implantados através do Programa Municipal de Habitação Popular, ela foi levada pelos funcionários da administração municipal para o Santa Rita de Cássia<sup>422</sup>.

Ela ficou dois anos no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e fazia aproximadamente um ano que tinha se mudado para o Ponto de Pesca 30. Na avaliação dessa entrevistada, o bairro Santa Rita de Cássia era “um lugar difícil pra tê criança, né? Naquele lugar lá. Ai, foi aondi qui eu mudei pra cá nu ponto di pesca, i aqui nu ponto di pesca já faz dois anu qui eu tô i num pretendo sai”<sup>423</sup>.

As famílias que foram transferidas da Curva do Obregon, quando da entrega das casas do programa municipal de habitação popular, foram transportadas por um caminhão contratado pela administração municipal, que na ocasião levou a dona Eva, a Neusa e a Ondina Pontes, para o conjunto habitacional Cristo Rei, já a dona Neide foi levada para o Santa Rita de Cássia.

Na avaliação de Neide, sair da Curva do Obregon e ir para o Santa Rita de Cássia foi algo positivo, porque segundo ela “a turma confiô mais im mim, purque antes ninguém confiava, por causa têm aquela mau fama a pessoa qui mora na favela [...]”<sup>424</sup>.

Ela sentiu estas mudanças principalmente em relação ao atendimento nos órgãos públicos municipais, uma vez que os moradores do Santa Rita de Cássia tinham mais “apoio”, “[...] na Prefeitura, né? e ajudavam mais, ai já fico mió, né? ficô melhor du que quando morava ali [Curva do Obregon]”<sup>425</sup>. De acordo com Neide, os funcionários que trabalhavam no Provopar municipal, a atendiam de forma diferente, “[...] eles dava assim uma atenção mais grande pra gente, era mais bem arecebido [...]”.

Mas, no que se refere à constante presença da polícia ela não percebia diferenças entre os dois locais; “[...] di invorvimento di pulícia i briga é a mesma coisa”, razão pela qual ela resolveu sair de lá:

---

<sup>421</sup> Neusa de Campos da Silva, 37 anos. Santa Helena – PR, 25 de outubro de 2009.

<sup>422</sup> Como apontei na Apresentação desse trabalho, segundo o jornal Correio do Lago, através da implantação do programa municipal de habitação popular “alguns moradores de áreas proibidas como é o caso da “Curva do Obregon”, foram transferidos para casas liberadas em outros lugares, como é o caso do Santa Rita de Cássia, que oferece melhores condições de vida. CORREIO DO LAGO. Famílias de Moreninha recebem casas populares. Santa Helena, junho de 2006, p. 9

<sup>423</sup> Neide Zaninello, 40 anos. Santa Helena – PR, 12 de novembro de 2009.

<sup>424</sup> Idem.

<sup>425</sup> Idem.

pur causa di confusão memô qui nóis não cunsumimô ficá lá, qui era muito, era um tumulto muito grande de, di briga i pulícia i aquela coisa, brigavam disciam as pulícia correndu, eu falei: - qualqué hora dessa tá uma criança brincando ai nu caminho i a pulícia passa atiranu nus ladrão i podi firi a criança, pur isso qui nóis mudemô di lá, purque era di mais era todo dia, todo dia<sup>426</sup>.

Já no Ponto de Pesca, ela destacou ser um lugar “tranquilo, aqui num tem confusão nenhuma, bem sussegado”.

A casa que Neide morava era a mesma da época que estava na Curva do Obregon, pois como a casa era de madeira, ela foi arrancada e transportada para o ponto de pesca, ficando vazia durante o tempo que Neide morou no conjunto habitacional Santa Rita de Cássia.

Percebo que para as pessoas residentes em outros bairros da cidade não tinha distinção entre a Curva do Obregon e o Ponto de Pesca, pois geograficamente falando tanto um, quanto o outro local, se localiza no mesmo lugar. As casas dos moradores da “Curva do Obregon” apenas ficavam separadas do Ponto de Pesca por um espaço ocupado por árvores que dividia ambas as áreas.

No entanto, pude notar na narrativa de Neide que os pescadores não queriam ser identificados como moradores da Curva do Obregon, tanto que tinham a pretensão de criar um nome próprio para o lugar onde moravam, o qual ela identificou com o nome de “Linha Brasil”, porque segundo ela, na ficha de pescadores constava esta denominação. Mas, Neide não sabia ao certo quem atribuiu este nome ao local: “É qui tá na ficha, vem na ficha da di Pescadô qui é pra assiná i levá i entregá na Prefeitura. Lá na colônia, qui pegá na colônia então, vem esse nome”<sup>427</sup>.

Segundo a entrevistada, o “Ponto de Pesca” foi implantado depois que as famílias da “Curva do Obregon” estavam instaladas naquela área, e destacou que era difícil mudar o nome do lugar, porque as pessoas já tinham “aquele habito di Curva du Bregão”.

Ao que pude notar para os representantes do governo municipal, a diferença (entre um conjunto habitacional tido como regular, para uma área de ocupação irregular) estava no aspecto da aparência, porque os conjuntos habitacionais regulares apresentavam uma estrutura mais “bonita” e “organizada” dando o sentido de algo mais equilibrado e harmonioso, pois as casas eram enfileiradas com certa distância entre uma e outra.

Além disso, estas casas eram de alvenaria, os bairros possuíam ruas com nomes e as casas com números, e conforme o jornal Informativo Municipal, de junho de 2002, todas as

---

<sup>426</sup> Idem.

<sup>427</sup> Idem.

residências construídas através do programa municipal de habitação popular teriam “cobertura com telhas de barro, forro e piso alisado, garantindo dignidade e excelentes condições de moradia”<sup>428</sup>, pois as casas eram edificadas em conjuntos habitacionais “dotados de infraestrutura”<sup>429</sup>.

No entanto, percebo que na perspectiva desse programa de habitação popular, ter dignidade dependia do poder aquisitivo das pessoas, uma vez que as residências eram financiadas com base em um “padrão digno de acabamento”<sup>430</sup> que conforme já foi apontado no capítulo 2 variavam conforme o poder aquisitivo do “beneficiado”.

Vale lembrar que de acordo com matérias da imprensa local e as narrativas dos trabalhadores, alguns desses conjuntos habitacionais foram entregues aos mutuários sem o acabamento das obras. O que foi apresentado pelos grupos à frente da administração municipal, como o resultado dos atos de vandalismo presentes na cidade.

Estes aspectos a meu ver fornecem indícios das articulações que envolvem estes processos, pois através de algumas matérias do jornal Costa Oeste é possível notar que as irregularidades e reivindicações dos moradores dos conjuntos habitacionais tidos como regulares eram bastante frequentes. Conforme a matéria intitulada “Santa Helena exige melhorias para Parque Verde”, um total de 44 famílias residentes no conjunto habitacional Parque Verde implantado através do projeto de casas populares de 2005, enfrentavam “barro, poeira, falta de iluminação pública e outros problemas”<sup>431</sup>.

De acordo com o Jornal Costa Oeste, estes problemas prejudicavam a vida destas famílias. Conforme Eliane Santin, empregada doméstica e moradora do local, a população residente naquele bairro pensou “[...] em comprar telhas e jogar nas ruas para podermos passar, mas nos disseram que se fizéssemos isso, deveríamos tirar depois”<sup>432</sup>.

Esta reportagem dizia que, quando chovia a maioria das crianças do bairro não ia à escola, pois não tinha como trafegar pelas ruas. Uns andavam com sacolas plásticas nos pés para poder chegar até o ponto de ônibus. Em entrevista cedida ao jornal, Eliane Santin destacou que: “O caminhão coletor do lixo também não entra aqui no conjunto. Temos que levar o lixo lá na PR. Sem contar que os cachorros espalham tudo. Isso aqui está pior que uma favela”<sup>433</sup>.

---

<sup>428</sup> INFORMATIVO MUNICIPAL. Prefeitura de Santa Helena, julho de 2002, p. 4

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> Idem.

<sup>431</sup> Elimara Biesdorf. SH exige melhorias para Parque Verde. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 11 de julho de 2008, p. 19.

<sup>432</sup> Idem.

<sup>433</sup> Idem.

Segundo esta matéria do jornal as famílias pagavam IPTU e tinham

direito de ter qualidade de vida. Além das famílias pagarem mensalmente as parcelas das casas. “Estamos esperando os políticos aqui no conjunto Habitacional. Espero que não venham em dia de chuva porque irão se atolar”, reforça<sup>434</sup>.

Conforme Terezinha Pereira, moradora entrevistada pela equipe desse jornal, os representantes do governo municipal sabiam cobrar o IPTU e “as parcelas das casas [...], mas arrumar as coisas, demoram até anos”<sup>435</sup>.

Por outro lado, os trabalhadores residentes na Curva do Obregon, comentaram que os funcionários da administração municipal disseram-lhes que não poderiam mais morar naquela área, por que: “vai saí u porto de areia ali, daí cumo tem criança piquena, num pode tê areia só vão ponhá areia lá depois qui saí u pessoal dali”<sup>436</sup>.

Nilsa de Campos, assim como outros moradores, falou sobre a intenção dos representantes do governo municipal de tirá-los da Curva do Obregon, “por causa da, da coisa di areia ali, qui a areia vai prejudicá u pessoal aqui”<sup>437</sup>.

Nas fotografias abaixo é possível visualizar um muro que foi construído para separar as casas dos moradores da “Curva do Obregon” da construção dessa empresa - a “Mineração Grande Lago”.



**23. Foto:** Muro que separava as casas da Curva do Obregon da “Mineração Grande Lago”.



**24. Foto:** Início das instalações da “Mineração Grande Lago”.

Fotografias tiradas por Rosane Marçal da Silva, na manhã do dia 27 de novembro de 2009.

<sup>434</sup> Idem.

<sup>435</sup> Idem.

<sup>436</sup> Neusa de Campos da Silva, 37 anos. Santa Helena – PR, 25 de outubro de 2009.

<sup>437</sup> Nilsa Monteiro de Campos, 37 anos. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009

Todos os trabalhadores entrevistados relataram situações semelhantes sobre o dia-a-dia na cidade. Independente de ser morador da Curva do Obregon ou do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia, todos eles vivem na luta constante pela sobrevivência na cidade.

No entanto, estes trabalhadores “levavam” a vida conforme suas condições permitiam. Dessa forma, eles iam vivendo sem saber até quando ficariam naqueles locais, se seriam transferidos para outra área, ou não, e se fossem transferidos, para onde seriam levados. Assim, eram criadas algumas das incertezas que carregavam para um futuro, futuro este que muitos preferiam nem pensar.

Estas eram dúvidas compartilhadas até mesmo por não moradores daquelas áreas, como por exemplo, João da Cruz, morador do conjunto residencial Tiradentes. Ele destacou não saber que “[...] dia qui u Prefeito vai fazê outro bairro pra tirá eles dali [do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia] ”<sup>438</sup>.

Os trabalhadores entrevistados para esta pesquisa, transmitiam a simplicidade no modo de viver, falar, interpretar e se relacionar com os processos sociais aos quais estavam envolvidos. Eles demonstravam se alegrar com os pequenos gestos e comemoravam cada conquista do dia-a-dia, mesmo aquelas que passam despercebidas aos olhos de quem pertence a outro universo social, pois para eles as pequenas coisas representavam a superação de dificuldades que se construíram ao longo de suas trajetórias de vida.

Estes trabalhadores seguem a caminhada de suas vidas, carregando com eles um sonho em comum: de um dia ter uma casa própria. Quando isto se concretizará, ou melhor, se um dia isso irá se concretizar, não se sabe. A única certeza, é que a luta desses e de outros trabalhadores continua, e precisa ser estudada, pois elas nos mostram parte das dinâmicas de uma realidade que para compreendê-la (no seu sentido mais amplo e complexo) e modificá-la é preciso uma relação ativa dos diferentes sujeitos sociais, bem como, é necessário que tais sujeitos reconheçam que estes problemas são construídos socialmente e, portanto, eles são e devem ser tomados como problemas de uma coletividade e não somente das pessoas que estão diretamente inseridas nestes processos.

---

<sup>438</sup> João F. A. da Cruz, 65 anos. Santa Helena – PR, 13 de novembro de 2009

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, busquei pensar sobre o descompasso existente entre a representação que os grupos dirigentes municipais produziam da pobreza e dos pobres na cidade de Santa Helena e a realidade vivenciada e narrada pelos trabalhadores residentes no denominado conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e na Curva do Obregon. Ou seja, a intenção foi de buscar o conjunto das relações que envolviam o tema da pesquisa, indo além daquelas questões aparentemente visíveis e pautadas pelo discurso dos setores das classes dominantes e dirigentes municipais.

Segundo Chesneaux, o poder de Estado fiscaliza na fonte o conhecimento do passado. A maioria dos documentos oficiais, de “primeira mão”, são de origem estatal ou paraestatal. Dessa forma, a ocultação é um dos procedimentos mais comuns de controle do passado pelo poder<sup>439</sup>.

Na avaliação deste autor, as classes dominantes com base em seus interesses políticos e ideológicos utilizam a história como fundamento do princípio de sua dominação, omitindo as lutas, os enfrentamentos e os conflitos que serão perceptíveis a partir de uma análise que se baseia nas lutas populares que acontecem paralelamente ao discurso dominante<sup>440</sup>.

As classes dominantes tendem a produzir um mundo de aparência que busca a continuidade, a homogeneidade, a harmonia, escamoteando os conflitos, as disputas, as tensões que perpassam a sociedade. Na maioria das vezes, simplificam todo um processo amplo e complexo que envolve os sujeitos sociais.

Conforme Karel Kosik<sup>441</sup>, a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou apenas sob certos ângulos e aspectos<sup>442</sup>, isto significa que, a partir da forma fenomênica é possível buscar a essência dos acontecimentos, pois o todo depende da parte e a parte depende do todo, o que significa que as partes se encontram em relação com o todo, assim como o todo também se cria na relação com as partes. Dessa forma, entender a concepção das classes dominantes em relação à pobreza, é compreender uma parte do todo, parte que interage e influencia na constituição do conjunto das relações envolvidas.

---

<sup>439</sup> CHESNEUX, Jean. Op. Cit., p. 32

<sup>440</sup> Idem., pp. 28-29

<sup>441</sup> KOSIK, Karel. Dialética da totalidade concreta. In: *Dialética do concreto*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1976. pp. 9-54

<sup>442</sup> KOSIK, Karel. Op. Cit., p. 11

Esta relação entre aparência e essência pode ser entendida a partir da relação entre o discurso dominante sobre a pobreza e os pobres da cidade de Santa Helena e a realidade experimentada pelos sujeitos sociais, isto é, os trabalhadores. Os dirigentes municipais, no entanto, pareciam se preocupar mais com a formação de uma cidade bonita e desenvolvida do que com as condições de moradia da população.

Num sentido mais amplo, caberia perguntar o que significava estas ações dos setores dominantes frente ao problema da falta de habitação na cidade?

Parece ser uma prática limitada que, se revela incapaz de provocar transformações sociais e, em alguma medida, se constitui como uma estratégia de legitimação do poder dos grupos dirigentes municipais, pois as narrativas dos trabalhadores apontavam que suas condições sociais não mudavam através do acesso a um imóvel construído mediante a implantação dos programas de casas populares. Muitos dos trabalhadores enfrentam dificuldades para pagar as parcelas dessas casas. Embora para alguns trabalhadores morar num conjunto habitacional podia representar um melhoramento de suas condições de vida e de moradia, porque conseguiam se socializar com mais facilidade na cidade. Isto indica que eles interiorizam a inferioridade, afetando suas vidas.

Os conjuntos habitacionais construídos a partir dos projetos desenvolvidos pela administração municipal, bem como as áreas tidas como “ocupações irregulares”, abrigavam em boa medida os trabalhadores cujas às condições de alojamento expressavam a falta, ou a precariedade dos salários.

Diante do panorama das problemáticas levantadas e apontadas neste trabalho, outras dúvidas e incomodações suscitaram, pois se o estigma do bairro, as dificuldades de interação social e de sobrevivência dos trabalhadores na cidade se articulam em torno da condição de pobreza vivida pelos trabalhadores, quais as possibilidades de superação dessa pobreza?

Poderia dizer que o caminho seria os trabalhadores terem acesso ao trabalho. Mas que tipo de trabalho?

Os trabalhadores apontaram uma diversidade de argumentos que demonstram que não existe uma pobreza, mas um conjunto de elementos que colocam as pessoas em situações diferenciadas de pobreza.

Estes sujeitos falavam da necessidade de gerar mais emprego, das classes dominantes e dirigentes municipais propiciarem a instalação de mais indústrias na cidade, mas fica a inquietação: a instalação de indústrias realmente resolveria tal problema? Que tipo de indústrias garantiria as condições adequadas de trabalho e de sobrevivência aos trabalhadores?

Estas questões me incomodam, e tem sido tema de debate entre os grupos dirigentes e, principalmente por aqueles que fazem oposição a atual administração municipal. Esta preocupação perpassa a questão referente à como será viver no município de Santa Helena quando os royalties pagos por Itaipu acabarem, pois parece estar previsto para terminar em 2023.

Talvez para os trabalhadores, acabar os royalties não fará muita diferença, porque eles não estão desfrutando dos benefícios destes recursos.

Os trabalhadores são sujeitos em construção, e por isso precisam de meios de sobrevivência, pois eles são seres humanos e, portanto, ter acesso aos meios de subsistência é uma condição necessária para garantir a vida e não precisar depender dos programas de assistência social desenvolvidos pelos órgãos governamentais.

Muitos dos entrevistados eram levados a uma vida que eles gostariam que fosse diferente, porém, muitas vezes a falta de escolhas os colocava em situações adversas.

As dinâmicas e os antagonismos sociais que compõe a vida social destes sujeitos os induzem a ver uns aos outros como rivais, e não como trabalhadores que compartilham a experiência de serem trabalhadores pobres e de viver numa constante luta de classes. Luta essa que teria como oposição os setores das classes dominantes que tende a oprimir e explorá-los.

Para um número significativo dos entrevistados, o estigma em torno do bairro Santa Rita de Cássia não se construía somente por conta das condições de moradias das pessoas que lá viviam. Eles se empenhavam para me convencer e se convencerem, de que o fato de viverem em casas que, num primeiro momento, foram construídas para abrigar cavalos e não seres humanos, não era o principal problema que eles enfrentavam. Embora este processo tivesse um peso importante e se articulava aos demais.

Eles tentavam tratar deste processo como algo “normal”, desviando, algumas vezes, o foco da luta e do enfrentamento com as classes dominantes e dirigentes municipais. Em alguns momentos, eles atribuíam e reconheciam o papel de mediação que os representantes do governo municipal desenvolviam na relação entre os próprios moradores. Isto parecia ser um elemento que dificultava o engendramento da luta de classes e o reconhecimento desses trabalhadores enquanto sujeitos pertencentes a uma mesma classe social.

A sociedade está organizada de tal modo que, dificulta a luta dos trabalhadores e, principalmente que eles percebam a força que possuem. Ainda assim, acredito que aos poucos no processo de construção desses sujeitos e da sociedade, eles vão se dando conta do papel

que cabe a eles desenvolverem para a construção de uma sociedade, ou de uma cidade mais humana.

Neste sentido, cabe frisar que no dia 08 de fevereiro de 2007, foi oficializada a criação da Associação dos moradores de Aluguel da cidade de Santa Helena, a qual através da lei 1.712 de outubro de 2007, foi declarada de utilidade pública municipal.

Segundo o Presidente dessa associação, Paulo Melgarejo, 75 pessoas faziam parte dessa associação. No dia 11 de maio de 2010, participei de uma reunião na Câmara Municipal dos Vereadores, a qual contou com a presença de 40 associados e um Vereador do município, João Noal.

Naquele dia, portanto, a diretoria da Associação dos moradores de Aluguel, destacou que esta Associação tinha sido reconhecida como Entidade Pública Estadual e, ao finalizar a reunião ficou encaminhado que na segunda-feira da semana seguinte, a diretoria da Associação iria até a Câmara dos Vereadores para que antes de iniciar as discussões da sessão da Câmara, eles pudessem por em pauta as reivindicações daqueles sujeitos, e assim ver se os representantes políticos do município lhes dariam alguma resposta, ou encaminhamento a ser seguido.

A luta desses e de outros trabalhadores continua, e ela nos mostra a direção para as possíveis mudanças, pois as conquistas significativas e duradouras surgem a partir da ação dos sujeitos sociais.

## FONTES

### I- Escritas:

a) Publicações da administração municipal de Santa Helena:

CAMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE SANTA HELENA, ata 1357 de 1996.

INFORMATIVO MUNICIPAL. Prefeitura de Santa Helena, julho de 2002.

SANTA HELENA. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística, 1988.

SANTA HELENA. Santa Helena, pronta para o terceiro milênio, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – N.R.E – TOLEDO.  
Prefeitura Municipal de Santa Helena: considerações básicas; 1997.

b) Legislação:

Lei n° 1.116 de 1997, que instituiu o Programa Fundo Perdido do município de Santa Helena.

Lei N° 1.535 / 2005, de 17 de maio de 2005, que instituiu o Programa Municipal de Habitação Popular do município de Santa Helena.

c) Imprensa:

BIESDORF, Elimara. ‘Curva do Obregon’ abriga 13 famílias: casas não tem saneamento básico, iluminação adequada e há o constante risco de árvores caírem sobre os imóveis. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 10 de outubro de 2008.

COSTA OESTE. Desemprego preocupa autoridades. Santa Helena, junho de 1998.

CORREIO DO LAGO. Definida a última vaga no primeiro escalão de Gico. Sexta-Feira, 15 de Fevereiro de 2008. Disponível no site: <<http://www.correiodolago.com.br/noticias.php?id=606065>>. Acessado no dia 27 de setembro de 2010.

CORREIO DO LAGO. Famílias de Moreninha recebem casas populares. Santa Helena, junho de 2006.

CORREIO DO LAGO. Prefeito entregou 117 casas populares em 2005. Santa Helena, janeiro de 2006.

CORREIO DO LAGO. Programa contra o lixo melhora qualidade de vida da população. Santa Helena, dezembro de 2005.

CORREIO DO LAGO. Santa Helena, novembro de 2006.

COSTA OESTE. Globo mostrou Prodem de Santa Helena domingo. Santa Helena, abril de 1997.

COSTA OESTE. I Simpósio de Meio Ambiente da Costa Oeste: Santa Helena – Centro da Costa Oeste 5 e 6 de julho de 1997 Parque de Lazer e Turismo. Santa Helena, maio de 1997.

COSTA OESTE. Miséria dos sem-teto tem ampla repercussão. Santa Helena, edição de 18 a 24 de janeiro de 2002.

COSTA OESTE. Santa Helena é hoje um município pujante. Santa Helena, maio de 1997.

COSTA OESTE. Silom abandona famílias carentes. Santa Helena edição de 11 a 17 de janeiro de 2002.

COSTA OESTE. Silom abandona famílias carentes: **SITUAÇÃO DE ABANDONO** dos “sem-teto” de Santa Helena é reflexo da omissão do poder público municipal. Santa Helena. Edição de 11 a 17 de janeiro de 2002.

COSTA OESTE. Simulação de favela causa polêmica. Santa Helena, 02 de outubro de 2004.

COSTA OESTE. Uniforme para todos: Programa inédito garante uniforme escolar para toda a rede pública. Mais de 3.200 agasalhos foram entregues a carentes. Provopar comprou material e confeccionou uniformes. Santa Helena, 30 de setembro de 1999.

DANI, Liane Márcia. Santa Helena 2000: um modelo de desenvolvimento. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, maio de 1996.

Elimara Biesdorf. SH exige melhorias para Parque Verde. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 11 de julho de 2008.

Giuliano de Luca . Famílias são atraídas para Santa Helena. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 23 de dezembro de 2004.

Julio Cesar Fernandes. Silom promete fazer 250 casas por ano. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, edição de 22 a 28 de fevereiro de 2002.

Luciany S. Franco. Santa Helena sorteia hoje casa a mutuários. Jornal Costa Oeste. Santa Helena, 15 de dezembro de 2006.

RÁDIO GRANDE LAGO. “Polícia de Santa Helena prende jovem comercializando maconha”.

d) Outros Documentos:

CONTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO. Santa Helena, 07 de maio de 2009.

Histórico de produção habitacional do município de Santa Helena obtido por e-mail, a partir do contato via internet com a Companhia de Habitacao do Paraná – COHAPAR, acessado pelo site: [cohapar@pr.gov.br](mailto:cohapar@pr.gov.br).

## **II- Entrevistas orais:**

Adeildo Cavalcante Soares, 59 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 08 de outubro de 2009.

Ângela Camargo, 27 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de agosto de 2009.

Delci Andrade Bresolin, 67 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena/ PR, 12 de maio de 2010.

Eva Marciana Barbosa, 45 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

Ezelinda Fátima Rodrigues, 32 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 09 de outubro de 2009.

Ezequias Pereira, 22 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 15 de julho de 2009.

Imelda Hartamann, 54 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

Joana Barbosa, 52 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 10 de outubro de 2009.

João F. A. da Cruz, 65 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de novembro de 2009

Julio Morandi, 60 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 25 de junho de 2009.

Jussara Lorenzon, 32 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de agosto de 2009.

Juventil Fontes Ribeiro, 65 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 18 de setembro de 2009.

Leonilda Cenger Cardoso da Silva, 61 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 19 de setembro de 2009.

Luciane da Silva, 21 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 05 de agosto de 2009.

Luis Carlos Koli Silva, 33 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 07 de agosto de 2009.

Maria Romilda Schneider Steimaus, 52 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 04 de dezembro de 2009.

Neide Zaninello, 40 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 12 de novembro de 2009.

Neusa de Campos da Silva, 37 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 25 de outubro de 2009.

Nilsa Monteiro de Campos, 37 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 06 de novembro de 2009.

Noemi Berté, 54 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 17 de setembro de 2009.

Noêmia Donato de Moura, 28 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 08 de outubro de 2009.

Ondina Pontes de Almeida, 47 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 02 de novembro de 2009.

Ondina Rigol Davila, 59 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 01 de outubro de 2009.

Patrícia Dias Batista, 21 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 08 de outubro de 2009.

Rita Alves Pereira, 51 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 01 de outubro de 2009.

Roseni da Silva, 34 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de julho de 2009.

Tatiane Schaffler, 22 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 19 de setembro de 2009.

Zenilda Pereira Santos, 29 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de julho de 2009.

### **III - Endereços eletrônicos:**

Censo demográfico de 2008, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES):

<[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85892&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85892&btOk=ok)>. Acessado dia 03 de maio de 2010.

Eder Alberto Boff. Jubileu de Prata, fevereiro de 2007. Disponível no site do Jornal Correio do Lago: <<http://www.correiodolago.com.br/coluna.php?id=9>>. Acessado dia 11 de janeiro de 2010.

Mapa das mesorregiões geográficas do Estado do Paraná. Disponível no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES): <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/mesorregioes\\_geograficas\\_PR.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_PR.pdf)>. Acessado dia 03 de maio de 2010.

Mapa das Ocupações Irregulares. Disponível no site da Prefeitura Municipal de Santa Helena: <[http://200.181.241.164/plano\\_diretor/mapas/19\\_SH\\_E2\\_Urb\\_ocupacoes\\_irregulares.pdf](http://200.181.241.164/plano_diretor/mapas/19_SH_E2_Urb_ocupacoes_irregulares.pdf)>. Acessado dia 05 de setembro de 2009 as 15: 52 horas.

Reportagem sobre a Rádio Grande Lago. Disponível no site do Jornal Correio do Lago: <<http://www.correiodolago.com.br/coluna.php?id=9>>. Acessado dia 11 de janeiro de 2010.

Site da Prefeitura Municipal de Santa Helena: <[http://200.181.241.164/home/home\\_cidade\\_estatisticas.asp#saude](http://200.181.241.164/home/home_cidade_estatisticas.asp#saude)>. Acessado dia 15 de maio de 2010.

Site da Prefeitura Municipal de Santa Helena: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/>>. Acessado dia 15 de março de 2010.

Sobre os royalties pagos pela Itaipu Binacional. Disponível no site: <<http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/node/194>>. Acessado dia 03 de maio de 2010

## BIBLIOGRAFIA

CHESNEUX, Jean. A História como relação ativa com o passado”; História e prática social: no campo do poder”; História e prática social: no campo das lutas populares” Marx era um historiador?”. In: Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

COGOY, Eliana Mourgues. A habitação popular e os desafios da ação coletiva. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2006.

ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. Coleção Fundamentos; Aldeia Global Livraria e Editora LTDA, 1979.

KOSIK, Karel. Dialética da totalidade concreta. In: *Dialética do concreto*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1976. pp. 9-54.

KOWARICK, Lúcio. A lógica da desordem. In: CAMARGO, P. F. (Org.). Et all, São Paulo 1975 crescimento e pobreza. SP: Loyola, 1982.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil; fotografias de Antonio Saggese. – São Paulo: Ed. 34, 2009.

LANGARO, Jiani Fernando. Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. 2ª Ed; tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MELO, Marcelo Paula de. Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte em favelas do Rio de Janeiro. In: WANDERLEY NEVES, Lúcia Maria. *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

Muitas Memórias, Outras Histórias. Organização de Dea Ribeiro Fenelon et al.; - São Paulo, SP: Olho D' Água. In: KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História, 2004.

PALUDO, Alair Inácio. A reorganização política em Santa Helena no contexto da redemocratização nacional: 1979-1985. Marechal Cândido Rondon/ PR: UNIOESTE, 2002. (Trabalho de conclusão de curso em História).

PETUBA, Rosangela Maria Silva. Pelo direito a cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir Uberlândia (1990-2000). Universidade Federal de Uberlândia, 2001.  
PORTELLI, Alessandro. “*Afilosofia e os fatos*”. In Revista tempo. n.2 Niterói: EDUFF, 1996.

SEIBERT, Carlos Alberto. Os moradores do loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991-2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial

frigorífico e a luta por moradia. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

SILVA, Rosane Marçal da. Trabalhadores e programas assistencialistas: o Bolsa Família em Santa Helena/ PR. Marechal Cândido Rondon/ PR: UNIOESTE, 2008. (Trabalho de conclusão de curso em História).

SOUZA, Edson Belo Clemente de. Estado: produção da região do Lago de Itaipu – Turismo e crise energética. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

SOUZA, João Carlos de. Na luta por habitação: a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, 1995.